



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2015

NATAL (RN)
Março 2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, das DN 146/2015 e 147/2015, das orientações do órgão de controle interno - Portaria 522-CGU de 04/03/2015.

Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral
Unidade responsável pela coordenação da elaboração do Relatório de Gestão 2015

NATAL (RN)
Março 2016

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES

REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

VICE-REITOR

José Daniel Diniz Melo

CHEFE DE GABINETE

Célia Maria da Rocha Ribeiro

PROCURADOR GERAL

Giuseppi da Costa

AUDITORA GERAL

Halcima Melo Batista

OUVIDOR

Joseleno Marques

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Érika dos Reis Gusmão de Andrade

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Valter José Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PESQUISA

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rubens Maribondo do Nascimento

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fernanda Nervo Raffin

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Breno Guilherme de Araujo Tinoco Cabral

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Edmilson Lopes Junior

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Paulo Roberto Paiva Campos

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Mirian Dantas dos Santos

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS

Raquel Alves Santos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Anailson Márcio Gomes

PRÓ-REITORA ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria do Carmo Araújo de Medeiros

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

João Emanuel Evangelista de Oliveira

PRÓ-REITOR ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Jorge Dantas de Melo

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Ione Rodrigues Diniz Moraes

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS

Márcio Venício Barbosa

SECRETÁRIO ADJUNTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERINSTITUCIONAIS

Aderson Farias do Nascimento

SUPERINTENDENTE DE INFORMÁTICA

Apuena Vieira Gomes

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE INFORMÁTICA

Marcos César Madruga Alves Pinheiro

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA

Marcelo Bezerra de Melo Tinoco

SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA

Paulo Waldemiro Soares Cunha

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO

José Zilmar Alves da Costa

DIRETOR DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES

Stenio Gomes da Silveira

DIRETOR DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO

Kleber de Melo Morais

DIRETORA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA

Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa

DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE

Magnólia de Carvalho Andrade

DIRETORA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA

Maria da Conceição Fraga

DIRETORA DO MUSEU CÂMARA CASCUDO

Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos

DIRETOR DO NÚCLEO DE PESQUISA EM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS

Carlos José de Lima

DIRETORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE CONCURSOS

Magda Maria Pinheiro de Melo

DIRETORA DO NÚCLEO DE ARTE E CULTURA

Teodora de Araújo Alves

DIRETOR DO INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL

José Ivonildo do Rêgo

DIRETOR DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE FÍSICA

Álvaro Ferraz Filho

DIRETORA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL

Selma Maria Bezerra Jerônimo

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Djalma Ribeiro da Silva

VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Jeanete Alves Moreira

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Hênio Ferreira de Miranda

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Antonio de Lisboa Lopes Costa

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Maria das Graças Soares Rodrigues

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES

Sebastião Faustino Pereira Filho

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Maria Arlete Duarte de Araújo

VICE-DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Maria Lussieu da Silva

DIRETOR DO CENTRO DE TECNOLOGIA

Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara Queiroz

VICE-DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA

Carla Wilza Souza de Paula Maitelli

DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS

Jeferson de Souza Cavalcante

DIRETORA DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

Sandra Kelly de Araújo

VICE-DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ

Alexandro Teixeira Gomes

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE MÚSICA

Zilmar Rodrigues de Souza

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM MÚSICA – ESCOLA DE MÚSICA

Raquel Carmona Torres

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ

Júlio César de Andrade Neto

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS - ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ

Gerbson Azevedo de Mendonça

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI

Edivaldo Vasconcelos de Carvalho Filho

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DO TRAIRI

Dimitri Paulino Guedes

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Douglas do Nascimento Silva

VICE-DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA – ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

José Josemar de Oliveira Junior

DIRETOR DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - INSTITUTO DO CÉREBRO

Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

VICE-DIRETORA DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIALIZADA - INSTITUTO DO CÉREBRO

Kerstin Erika Schmidt

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral

João Emanuel Evangelista de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral

Jorge Dantas de Melo

Comissão para elaboração do Relatório de Gestão

Portaria nº 2.596/R, de 22 de dezembro de 2015

José Daniel Diniz Melo - Matrícula 1202134

Alexandre Flávio Silva de Queiroz - Matrícula 1149629

Aline Guerra Galvão - Matrícula 1790797

Aline Soares Dantas - Matrícula 2693142

Anailson Márcio Gomes - Matrícula 1149391

Daniel Bessa de Menezes - Matrícula 1757028

Joade Cortez Gomes - Matrícula 1018253

Joani Brito de Sá - Assessora de Avaliação Institucional

João Emanuel Evangelista de Oliveira - Matrícula 349734

Jorge Dantas de Melo - Matrícula 350241

Kadma Lanúbia da Silva Maia - Matrícula 1525673

Marcos Cesar Madruga Alves Pinheiro - Matrícula 1525670

Equipe Técnica

Maria Pepita Vasconcelos de Andrade – Coordenação Geral

Denise Câmara de Carvalho

Domício Rosendo da Silva Filho

Evane Lopes Tavares

Heloiza Henê Marinho da Silva

Joani Brito de Sá

Marcelo de Oliveira Souza

Maria Carmozi Gomes de Souza

Verônica Carneiro de Oliveira

André Luis Veras de Sandes Freitas

Emmanuelle de Oliveira Ferreira

Apoio

Roger Water Dantas Ferreira

LISTA DE SIGLAS

ACADERNCIC - Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis
ADURN - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
AG - Total de alunos efetivamente matriculados na graduação
AGE - Alunos equivalentes da Graduação
AGTI - Número de alunos da graduação em tempo integral
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APG - Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)
APGTI - Número de alunos tempo integral da pós-graduação
APH - Adicional de Plantão Hospitalar
AR - Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica
ARTI - Número de alunos de residência médica
SA - Setor de Arquivo
AVA RH SUS - Plataforma virtual de aprendizagem a distância, vinculada a Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde
BCZM - Biblioteca Central Zila Mamede
CAA - Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação
CAAC - Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti
CAENE - Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial
CAPAP - Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS - Coordenadoria de Atendimento ao Servidor
CASE - Coordenadoria de Saúde do Estudante
CB - Centro de Biociências
CCEP - Coordenadoria de Capacitação e Educação Profissional
CCET - Centro de Ciências Exatas e da Terra
CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCON - Coordenadoria de Concursos
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CD - Cargo de Direção
CDPI - Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional
CE - Centro de Educação
CERES - Centro de Ensino Superior do Seridó
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria Geral da União
CGU/PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CICT - Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica
CIENTEC - Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura
CMN - Câmara Municipal de Natal
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
COCC - Coordenadoria de Provimento e Controle de Cargos
COMFOR - Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica
COMPERVE - Núcleo Permanente de Concursos

COMUNICA - Superintendência de Comunicação
CONCURA - Conselho de Curadores
CONSAD - Conselho de Administração
CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
COPS - Coordenadoria de Produção da Segurança e Vigilância Ambiental
COVEPS - Coordenadoria de Vigilância e Perícia em Saúde
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPGP - Coordenadoria de Planejamento e Gestão de Pessoas
CPR - Contas a Pagas e Receber
CPSA - Coordenadoria de Pagamentos de Servidores Ativos
CRC/RN - Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte
CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CT - Centro de Tecnologia
CTC - Conselho Técnico Científico
DAP - Departamento de Administração de Pessoal
DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DCAC - Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCEA - Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas
DCT - Departamento de Computação e Tecnologia
DDP - Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
DE - Dedicção Exclusiva
DECIIS - Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde
DEPRO - Departamento de Direito Processual e Propedêutica
DETACUSTO - Detalhamento de Custo
DMP - Departamento de Material e Patrimônio
DOL - Departamento de Oceanografia e Limnologia
DOU - Diário Oficial da União
DPU - Departamento de Direito Público
DSP - Diretoria de Segurança Patrimonial
DTO - Divisão de Transportes e Oficinas
EaD - Educação a Distância
EAJ - Escola Agrícola de Jundiá
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECT - Escola de Ciências e Tecnologia
EDUFRN - Editora Universitária
EF - Ensino Fundamental
EM - Ensino Médio
EMUFRN - Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENCC - Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
e-OUV - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

ES - Escola de Saúde
ESAF - Escola de Administração Fazendária
e-SIC - Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão
ESUFRN - Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ETE - Estação de Treinamento de Esgoto
FACISA - Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi
FG - Função Gratificada
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FLiQ - Feira de Livros e Quadrinhos de Natal
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS - Fundo Nacional de Saúde
FONATec - Capacitação Técnica dos Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação
FUNPEC - Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura
GAB - Gabinete
GEPG - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação
GPE - Grau de Participação Estudantil
GRU - Guia de Recolhimento da União
HU - Hospital Universitário
HUAB - Hospital Universitário Ana Bezerra
HUOL - Hospital Universitário Onofre Lopes
HURA - Hospital Universitário Rodopiano Azevedo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais
IC - Instituto do Cérebro
IEA - Índice de Eficiência Acadêmica
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IGC - Índice Geral de Cursos
IIF - Instituto Internacional de Física
IMD - Instituto Metrópole Digital
IMG - Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação
IMT-RN - Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente
IVG - Índice de crescimento das Vagas oferecidas para o ensino de Graduação
LA - Laboratório de Acessibilidade
LAI - Lei de Acesso à Informação
LAIS - Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LNC - Levantamento de Necessidades de Captação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCC - Museu Câmara Cascudo
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC - Ministério da Educação
MEJC - Maternidade Escola Januário Cicco
MF - Ministério da Fazenda
MP - Ministério Público
MPE - Micro e Pequenas Empresas
MPOG - Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MS - Ministério da Saúde
NAC - Núcleo de Arte e Cultura
NAVI - Núcleo Avançado de Inovação Tecnológica
NBC T - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NEE - Necessidades Educacionais Especiais
NEI - Núcleo de Educação da Infância
NUP - Número Único de Protocolo
NUPLAM - Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos
OCI - Órgão de Controle Interno
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PADG - Programa de Assistência à Docência na Graduação
PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna
PAP - Programa de Atualização Pedagógica
PARFOR - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE - Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP - Parceria para o Desenvolvimento Produtivo
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PET - Programa de Educação Tutorial
PF - Programação Financeira
PGRCC - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
PHE - Projeto de Extensão Hábitos de Estudo
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIPCP - Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PJ - Pessoa Jurídica
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS - Plano de Gestão da Logística Sustentável
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PPA - Plano Plurianual
PPG - Pró-reitoria de Pós-Graduação
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPP - Plano de Providências Permanente
PQI - Programa de Qualificação Profissional
PROAD - Pró-reitoria de Administração
PROAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

PROAP - Programa de Apoio à Pós-graduação
PROEX - Pró-reitoria de Extensão
PROGESP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRES - Programa de Gestão Integrado de Resíduos
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPESQ - Pró-reitoria de Pesquisa
PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral
PSSS - Plano de Seguridade Social do Servidor
QRSTA - Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos
QVT - Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT - Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna
RDC - Resolução da Diretoria Colegiada
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
RH - Recursos Humanos
RIA - Repositório de Informação Acessível
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RPA - Relação Professor-Aluno
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RT - Retribuição por Titulação
RU - Restaurante Universitário
SAT - Setor de Administração de Transportes
Sat - Seção de Atendimento
SC - Setor de Cadastro
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCTIE/MS - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde
SE/MEC - Secretaria Executiva do Ministério da Educação
SEB - Secretaria de Educação Básica
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECEX - Secretaria de Controle Externo
SEDIS - Secretaria de Educação a Distância
SEMREG-CQ - Contabilidade, Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público
SEMSUR - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SEMUT - Secretaria Municipal de Tributação
SERPRO/MF - Serviço Federal de Processamento de Dados
SESu - Secretaria de Educação Superior
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração e Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV - Sistema de Convênios
SIDECA - Sistema de Divulgação de Compras
SIG/UFRN - Sistemas Institucionais Integrados de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGADMIN - Sistema de Administração dos Sistemas
SIGED - Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos
SIGPlan - Sistema Integrado de Gestão e Planejamento
SIGPP - Sistema Integrado de Planejamento e Projetos
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIN - Superintendência de Infraestrutura
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINFO - Superintendência de Informática
SINTEST - Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISBI - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
SISFOR - Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada
SISGRU - Sistema de Gestão do Recolhimento da União
SISOBI - Sistema de Controle de Óbitos
SISRP - Sistema de Registro de Preços
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SLTI/MP - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal
SP/Unet - Sistema de Gerenciamento de uso Especial da União
SPD/MEC - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC
SPI/MP - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU/RN - Superintendência do Patrimônio Imóvel (acho que é União) do Rio Grande do Norte
SRI - Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUB-RIPs - Sub-registro Imobiliário e Patrimonial
SUS - Sistema Único de Saúde
T.E.D - Termos de Execução Descentralizada
TAE - Técnico Administrativo em Educação
TCE - Tomadas de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TI - Tecnologia da Informação
TIRÉSIAS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos
TMFS - Taxa de Matrícula Fora de Sede
TMN - Taxa de Matrícula Noturna
TSG - Taxa de Sucesso na Graduação
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPC - Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro 2 - Macroprocessos finalísticos

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Quadro 1 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 4572 - Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 2 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares

Quadro 3 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Quadro 4 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores

Quadro 5 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro 6 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20RK - Funcionamento de Instituições de Educação Superior

Quadro 7 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Quadro 8 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Quadro 9 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Quadro 10 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20RL - Funcionamento de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 11 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 2994 - Assistência ao Educando de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 12 - Reconhecimento do passivo por insuficiência de crédito ou recursos

Quadro 13 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 14. - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 15 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de contratos de repasse

Quadro 16 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 17 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 18 - Previsão e arrecadação de receitas - por natureza e fonte de recurso

- Quadro 19 – Receita por categoria econômica
- Quadro 20 - Despesas por modalidade de contratação
- Quadro 21 - Despesas por Grupo e elementos de despesa
- Quadro 22- Concessão de suprimento de fundos
- Quadro 23 - Utilização de suprimento de fundos
- Quadro 24- Classificação com gastos de suprimento de fundos no exercício de referência.
- Quadro 25- Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU nº 408/2002
- Quadro 26- Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- Quadro 1- Demonstração da alocação dos recursos e dos resultados

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- Quadro 1 - Força de Trabalho da UFRN
- Quadro 2 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFRN
- Quadro 3 - Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 4 - Demonstrações das despesas com pessoal
- Quadro 5 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

9. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

- Quadro 1 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU
- Quadro 2 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU
- Quadro 3 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário em 2015
- Quadro 4 - Despesas com Publicidade

LISTA DE TABELAS

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Tabela1 - Resoluções 2015

Tabela 2 - Jovens que concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio

Tabela 3 - Estrutura Geral da UFRN

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Tabela 1- Áreas temáticas da extensão na UFRN

Tabela 2 – Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2013

Tabela 3 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados no ENADE em 2014

Tabela 4- Restos a pagar processados

Tabela 5- Restos a pagar não processados

Tabela 6- Instrumentos no exercício

Tabela 7- Análise de comportamento das prestações de contras frente aos prazos regulamentares nos últimos exercícios

Tabela 8 - Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios

5. GOVERNANÇA

Tabela 1 - Processos julgados em 2015

Tabela 2 - Processos movimentados em 2015, mas não concluídos no ano de referência

Tabela 3 - Processos movimentados em 2015

Tabela 4 - Processos disciplinares movimentados em 2015

Tabela 5 - Processos movimentados em 2015 por órgão instaurador

Tabela 6 - Punições/Penalidades - resultantes dos processos disciplinares concluídos em 2015

Tabela 7 - Outros desmembramentos resultantes dos Processos Disciplinares Concluídos em 2015

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Tabela 1 - Manifestações registradas na Ouvidoria-UFRN em 2015

Tabela 2 - Manifestações registradas – 2011 a 2015

Tabela 3- Evolução mensal dos pedidos de acesso à informação

Tabela 4 - Distribuição dos procedimentos realizados pela equipe da CAENE no acompanhamento junto aos alunos com NEE, no exercício de 2015

Tabela 5 - Distribuição por tipo de bolsa para alunos com NEE no ano de 2015

Tabela 6 - Quantitativo de alunos atendidos e de solicitações ao Laboratório de Acessibilidade, até dezembro de 2015

Tabela 7 - Demonstrativo de depósitos

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 1 - Detalhamento de outros ingressos das operações

Tabela 2-Desembolso das operações e investimentos

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Tabela 1 - Regime de Trabalho – TAE

Tabela 2 - Histórico de Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x QRSTA.

Tabela 3 - Número de Servidores TAE por Nível e Área.

Tabela 4 - Resultado do Dimensionamento de Servidores TAE.

Tabela 5 - Número de Afastamentos

Tabela 6 - Perfil de Escolaridade por Idade – Técnico-Administrativo.

Tabela 7 - Perfil de Escolaridade por Idade – Docente.

Tabela 8 - Regime de Trabalho – Docentes Efetivos – Magistério Superior.

Tabela 9 - Regime de Trabalho – Docentes Efetivos - EBTT.

Tabela 10 - Regime de Trabalho – Docentes Temporários – Magistério Superior.

Tabela 11 - Regime de Trabalho – Docentes Temporários - EBTT.

Tabela 12 - Capacitação em 2015

Tabela 13 - Educação Formal.

Tabela 14 - Acumulação de Cargos

Tabela 15 - Mapeamento de Riscos PROGESP.

Tabela 16 - Quadro de pessoal da Divisão de Transportes da UFRN

Tabela 17 - Quadro de pessoal da Divisão de Transportes da UFRN

Tabela 18 - Demonstrativos dos contratos de abastecimento e manutenção da frota

Tabela 19 - Quantificação da frota UFRN em 2015 e os parâmetros relativos as despesas com combustível e manutenção..

Tabela 20 - Síntese das despesas com a frota em 2014

Tabela 21 - QUADRO CONSOLIDADO DOS IMÓVEIS AVALIADOS EM 2015

Tabela 22 - Síntese do cadastro dos imóveis sob a gestão da UFRN

Tabela 23 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Tabela 24 - Quadro Demonstrativo das despesas com reforma e manutenção

Tabela 25 - Demonstrativo dos Imóveis Cedidos

Tabela 26 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Tabela 27 - Quadro demonstrativo dos contratos de locação de terceiros

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tabela 1 - Desoneração da folha

LISTA DE FIGURAS

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Figura 1 - Cotistas

Figura 2 - Ampla concorrência

Figura 3 - Receita prevista x realizada

Figura 4 - Composição da receita realizada em 2015

Figura 5 - Despesa liquidada no exercício de 2015 por modalidade de licitação

Figura 6 - Despesas liquidadas em 2015 por dispensa de licitação

Figura 7 - Despesas empenhadas - 2015 vs 2014

Figura 8 - Despesas de investimentos empenhadas - 2015 vs 2014

Figura 9 - Detalhamento das despesas correntes empenhadas em 2015

Figura 10 - Percentual de pagamento em comparação aos valores liquidados

Figura 11 - Índice de crescimento da oferta de vagas na graduação

Figura 12 - Índice de crescimento das matrículas na graduação

Figura 13 - Número de grupos de pesquisa

Figura 14 - Proporção de professores envolvidos em projetos de pesquisa

Figura 15 - Número de publicações

Figura 16 - Taxa de matrícula fora de sede 2011-2015

Figura 17 - Número de acordos de cooperação

Figura 18 - Mobilidade out

Figura 19 - Mobilidade in

Figura 20 - Taxa de matrícula noturna 2011-2015

Figura 21 - Percentual de vagas para cotistas

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Figura 1 - Templates da Requisição de Serviços de Transporte disponibilizada aos usuários no Portal Administrativo do SIPAC.

Figura 2 - Ilustração do fluxo de atividades para o projeto de automatização do Patrimônio Imóvel da UFRN (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC).

Figura 3 - Templates da Requisição de Infraestrutura (Disponível no Portal Administrativo do SIPAC) que viabiliza a informatização dos fluxos de trabalho ilustrados na Fig.1.

ANEXO

- Quadro 4.e. : Indicadores de desempenho da instituição 2012-2105.

Sumário

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS, **3**
2. APRESENTAÇÃO, **21**
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE, **23**
 - a. Finalidade e competências, **23**
 - b. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade, **24**
 - c. Ambiente de Atuação, **25**
 - d. Organograma, **29**
 - e. Macroprocessos finalísticos, **36**
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL, **40**
 - a. Planejamento organizacional, **40**
 - i. Descrição sintética dos objetivos do exercício, **41**
 - ii. Estágio de implementação do planejamento estratégico, **45**
 - iii. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos, **45**
 - b. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos, **46**
 - c. Desempenho orçamentário, **47**
 - i. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados, **47**
 - ii. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade, **47**
 - iii. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário, **71**
 - iv. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento, **72**
 - v. Restos a pagar de exercícios anteriores, **73**
 - vi. Execução descentralizada com transferência de recursos, **75**
 - vii. Informações sobre a realização das receitas, **81**
 - viii. Informações sobre a execução das despesas, **84**
 - ix. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal, **91**
 - d. Desempenho operacional, **93**
 - e. Apresentação e análise de indicadores de desempenho, **93**
 - i. Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União, **106**
5. GOVERNANÇA, **108**
 - a. Descrição das estruturas de governança, **108**
 - b. Atuação da unidade de auditoria interna, **109**
 - c. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos, **114**
 - d. Gestão de riscos e controles internos, **118**
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE, **120**
 - a. Canais de acesso do cidadão, **120**
 - b. Carta de serviços ao cidadão, **121**
 - c. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, **122**
 - d. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade, **142**
 - e. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, **143**
 - f. Outras Informações Relevantes da Gestão, **148**

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS, **149**
 - a. Desempenho financeiro no exercício, **149**
 - b. Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior, **153**
 - i. Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão, **153**
 - ii. Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados, **153**
 - c. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, **156**
 - d. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade, **159**
 - e. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas, **161**

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO, **177**
 - a. Gestão de pessoas, **177**
 - i. Estrutura de pessoal da unidade, **177**
 - ii. Demonstrativo das despesas com pessoal, **210**
 - iii. Gestão de riscos relacionados ao pessoal, **211**
 - iv. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários, **224**
 - v. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, **225**
 - b. Gestão de patrimônio e infraestrutura, **227**
 - i. Gestão da frota de veículos, **227**
 - ii. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições, **236**
 - iii. Gestão do patrimônio imobiliário da União, **236**
 - iv. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas, **244**
 - v. Informações sobre imóveis locados de terceiros, **245**
 - vi. Informações sobre a infraestrutura física, **247**
 - c. Gestão de tecnologia da informação, **248**
 - i. Principais sistemas de informação, **250**
 - d. Gestão ambiental e sustentabilidade, **255**

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, **258**
 - a. Tratamento de determinações e recomendações do TCU, **258**
 - b. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno, **261**
 - c. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário, **262**
 - d. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, **264**
 - e. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, **266**
 - f. Informações sobre ações de publicidade e propaganda, **271**

10. ANEXO, **272**
 - a. Indicadores de desempenho da instituição 2012-2105.

2. APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta o desempenho da gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no exercício de 2015. Ressalta as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e os meios que garantem o desempenho com qualidade da Instituição, no âmbito de sua missão definida no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019. Foi organizado observando as orientações contidas na Portaria TCU nº 321/2015, na DN TCU nº 146/2015, e na DN TCU nº 147/2015, normas que orientam a elaboração do Relatório de Gestão referente ao ano de 2015.

Está estruturado em 10 capítulos que abordam desde a Visão Geral da Universidade, com finalidades, competências, normas, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos; o Planejamento Organizacional com destaque para a demonstração da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UFRN; a sua estrutura de Governança; o Relacionamento da Instituição com a sociedade; as Áreas Especiais da Gestão envolvendo a estrutura de pessoal e a gestão de patrimônio e infraestrutura; e a conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle. O capítulo 10 é referente aos anexos e apêndices.

A despeito dos cortes no orçamento das universidades públicas federais e a consequente redução dos recursos orçamentários destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, no exercício de 2015 algumas realizações da UFRN merecem ser destacadas.

Na área de Inovação, Ciência e Tecnologia, ressalta-se o desenvolvimento de 3 projetos: i) Repositório de Pesquisa em Saúde - projeto desenvolvido entre o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da UFRN e o Núcleo Avançado de Inovação Tecnológica (NAVI) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), para armazenar as pesquisas científicas no campo da gestão do trabalho e da educação permanente em saúde; ii) Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde - tem como propósito apresentar indicadores pertinentes a força de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta plataforma trabalha com tecnologias como Bigdata e está sendo desenvolvida pelo LAIS em conjunto com a Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) da UFRN; e, iii) AVA RH SUS - trata-se de uma plataforma virtual de aprendizagem à distância, vinculada a Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde, cuja finalidade é contribuir com a formação dos trabalhadores do SUS. Esse é um projeto desenvolvido na SEDIS com a participação do LAIS.

No âmbito da política de internacionalização institucional, a UFRN intensificou suas ações em 2015, com 28 novos Acordos Internacionais firmados, totalizando 196 acordos de cooperação internacional. Dentre eles, destacam-se o número de Acordos da UFRN com a França, Portugal e Espanha: 36, 27 e 27, respectivamente. Além disso, no exercício de 2015 a Universidade participou pela primeira vez de um Programa da União Européia – o ERASMUS, que engloba nos seus objetivos a mobilidade acadêmica.

O fortalecimento da sua política de inclusão também deve ser ressaltado, especialmente no tocante aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Em 2015 a UFRN ofereceu apoio social, programa de tutoria inclusiva, produziu e adaptou materiais didáticos acessíveis, forneceu treinamento e empréstimo de tecnologia assistida, disponibilizou intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para atendimento aos estudantes com NEE, fortaleceu a atuação do Repositório de Informação Acessível (RIA), que dentre outras ações, disponibiliza textos acessíveis para pessoas com deficiência visual através do endereço público www.ria.ufrn.br.

O processo permanente de autoavaliação desenvolvido na UFRN não pode deixar de ser destacado neste Relatório uma vez que ele é entendido como uma prática indispensável ao processo de planejamento de suas ações e das metas a serem alcançadas, na busca por qualidade e excelência no âmbito acadêmico e da gestão. No exercício de 2015, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRN conduziu o processo de autoavaliação dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Ciências Biológicas, além dos estágios curriculares desenvolvidos nos 3 Hospitais Universitários, cujo Relatório se encontra disponível na página da CPA, no endereço www.avaliacao.ufrn.br. Foi iniciado também em 2015 o processo de autoavaliação da Política de Assistência Estudantil da

Universidade. Ainda no exercício, foi realizada a autoavaliação das metas do PDI 2010-2019, cujo Relatório Técnico (disponível na página da CPA, no endereço www.avaliacao.ufrn.br) subsidiou a elaboração de novas metas (2015-2019) para o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A UFRN é uma instituição universitária de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Como instituição pública, as universidades são compreendidas como instância legal privilegiada para oferta de educação formal, como um bem público, direito social e centro de produção de conhecimentos científicos. A essas organizações, cabe a missão de contribuir na formação profissional, realização de pesquisas, preservação e difusão da arte e da cultura, contribuindo para o desenvolvimento humano, a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e cidadania.

A UFRN está presente em 5 Campi, sendo um em Natal, o Campus Central, e quatro no interior: Campus de Caicó; Campus de Currais Novos; Campus de Macaíba e Campus de Santa Cruz, com ensino presencial. A atuação da UFRN é ampliada com oferta de educação à distância, desenvolvendo atividades em polos de apoio presenciais em todas as regiões do Rio Grande do Norte.

a. Finalidade e Competências

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2019 da UFRN, os objetivos gerais da Universidade estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão (PDI 2010-2019). Consoante o seu Estatuto, as finalidades da Instituição são as seguintes: i) ministrar educação em nível universitário; ii) desenvolver, de forma plural, um processo formativo em diferentes campos do saber; iii) contribuir para o progresso nos diversos ramos do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; iv) desenvolver e difundir o conhecimento; e v) desenvolver e difundir a pesquisa científica. No cumprimento dessas finalidades, a Universidade não permite a superposição de meios para o alcance de fins idênticos ou equivalentes.

Quanto às competências institucionais, destaca-se que as universidades tornaram-se uma das mais importantes instituições sociais, ocupando uma posição estratégica nas condições de um mundo crescentemente globalizado, sendo responsáveis pela formação cultural e profissional de excelência e por parte expressiva da produção científica e tecnológica e pela transferência de conhecimento aos processos produtivos. Em conformidade com a Constituição Federal (Artigo 207), gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A UFRN, atendendo as prerrogativas do Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior – SESu, executa as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, desenvolve de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber, difunde o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribui para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade. Além da preocupação com melhoria da qualidade acadêmica, mantém articulação com a rede básica de ensino e com a sociedade de um modo geral, conforme preconiza sua missão institucional de *“Educar, produzir e disseminar o saber universal, preservar e difundir as artes e a cultura, e contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e a cidadania”*.

O ensino superior contribui para promover o desenvolvimento humano, econômico, ambiental e social, através da formação de cidadãos responsáveis e ativos na construção de sociedades orientadas a defender a paz, os direitos humanos e os valores da democracia. Assim, a UFRN assume, também, dentre as suas competências, a democratização do acesso ao ensino superior, a expansão das matrículas, a reposição do quadro docente, a adequação e ampliação da

infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição, tendo como suporte os seus Planos de Gestão 2011/2015 e 2015-2019, e o seu PDI 2010-2019.

Nesse ponto cabe esclarecer que a referência a dois Planos de Gestão da UFRN se deve ao fato de que o primeiro – 2011-2015 – tinha o prazo de execução até maio de 2015. Ainda nesse ano foi elaborado por equipe da PROPLAN um novo Plano de Gestão 2015-2019, após um processo de entrevistas, discussão em todos os centros acadêmicos, e disponibilização virtual da proposta no portal da UFRN para sugestões. Consolidada a proposta, o novo Plano foi submetido ao Conselho Universitário (CONSUNI) que o aprovou por meio da Resolução nº 023, de 25 de novembro de 2015.

b. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN foi criada pela Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958, e federalizada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com plano de reestruturação aprovado pelo Decreto nº 62.091, de 09 de janeiro de 1968, modificado pelo Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974. A Instituição rege-se pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Regimento Interno da Reitoria;
- IV. Regimentos Internos dos Centros Acadêmicos e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional;
- V. Demais normas emanadas dos Colegiados Superiores.

A UFRN tem sua estrutura funcional estabelecida por normas estatutárias e regimentais conforme resoluções emitidas pelos colegiados competentes. Caracteriza-se, em seus vários níveis hierárquicos, pela estrutura colegiada, própria da gestão pública universitária.

A estrutura organizacional é composta pelos colegiados superiores, Conselho Universitário - CONSUNI Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, Conselho de Administração – CONSAD, Conselho de Curadores – CONCURA e pela Administração Superior, formada pela Reitoria, Pró-Reitorias, Centros Acadêmicos, Unidades Acadêmicas Especializadas, Unidades Suplementares e Hospitais Universitários. Os colegiados superiores serão detalhados no item 5 pertinente à Governança.

Com relação as normas, destaca-se que, no ano de 2015: a) foi aprovada a Resolução n.º 022/2015-CONSUNI¹, de 25 de novembro de 2015, que alterou o Regimento Geral da UFRN; b) o Regimento Interno da Reitoria instituído pela Resolução n.º 014/2011-CONSUNI, de 11 de novembro de 2011, foi revogado pela Resolução de n.º 020/2015-CONSUNI, de 04 de novembro de 2015.

Nessa esteira, no ano de 2015, houve também as seguintes alterações, promovidas no âmbito do Conselho Universitário desta Universidade (CONSUNI):

¹ Aprova a inclusão dos §§ 6º e 13º, no art. 59 e no art. 61, respectivamente, do Regimento Geral da UFRN, que tratam da composição do colegiado e da forma de escolha do coordenador de curso de graduação das unidades acadêmicas especializadas.

Tabela1 - Resoluções 2015

Normativo/Data	Ementa
Resolução n.º 003/2015-CONSUNI, de 13 de março de 2015	Aprova criação do Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas – DCAC, do Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET, da UFRN
Resolução n.º 004/2015-CONSUNI, de 13 de março de 2015	Aprova Regimento Interno da Superintendência de Comunicação – COMUNICA, da UFRN
Resolução n.º 008/2015-CONSUNI, de 22 de maio de 2015	Aprova a criação da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – ESUFRN – Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde, bem como do seu Regimento Interno
Resolução n.º 012/2015-CONSUNI, de 30 de junho de 2015	Aprova criação do Departamento de Computação e Tecnologia – DCT, do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES, por desmembramento do Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas – DCEA/CERES
Resolução n.º 017/2015-CONSUNI, de 18 de setembro de 2015	Aprova criação do Departamento de Direito Processual e Propedêutica - DEPRO, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, por desmembramento do Departamento de Direito Público - DPU/CCSA
Resolução n.º 028/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015	Aprova atualização do Regimento Interno da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Resolução n.º 029/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015	Aprova atualização do Regimento Interno da Escola de Ciências e Tecnologia – EC&T, da UFRN
Resolução n.º 030/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015	Aprova alteração do §2º do art. 4º, bem como a supressão da alínea “e” do artigo 5º, do Regimento Interno do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Riograndenses, aprovado pela Resolução no 005/2005-CONSUNI, de 17 de junho de 2005, da UFRN
Resolução n.º 031/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015	Aprova a criação do Instituto Metrópole Digital – Unidade Acadêmica Especializada, da UFRN
Resolução n.º 032/2015-CONSUNI, de 07 de dezembro de 2015	Aprova Regimento Interno do Instituto Metrópole Digital – Unidade Acadêmica Especializada, da UFRN

Fonte: CONSUNI - UFRN

As atividades da UFRN também são regidas pelas diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano de Gestão. Nesse sentido, em 2015, a Resolução n.º 019/2015-CONSUNI, de 04 de novembro de 2015, aprovou a atualização das metas do PDI, período 2010/2019; e a Resolução n.º 023/2015-CONSUNI, de 25 de novembro de 2015, aprovou Plano de Gestão referente ao período de 2015-2019.

c. Ambiente de atuação

De acordo com dados da última estimativa da população residente na unidade da federação com data de referência em 1º de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 28 de

agosto de 2015, realizada pelo IBGE, o **Rio Grande do Norte** possuía uma população de 3.442.175 habitantes, distribuídos em 167 municípios.

Tomando-se como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 (PNAD 2014), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se uma população de 623.757 habitantes com idade entre 15 e 24 anos, o que corresponde a 18,3% do total da população estimada em 1º de julho de 2014 (3.408.510).

A análise da PNAD 2014 permitiu extrair os seguintes dados sobre os jovens concluintes do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM):

Tabela 2 - Jovens que concluíram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio

	Jovens de 16 anos que concluíram o EF	Jovens de 19 anos que concluíram o EM
Rio Grande do Norte (2014)	58,3 %	48,6 %
Região Nordeste (2014)	62,6 %	48,4 %
Brasil (2014)	73,7 %	56,7 %

Fonte: IBGE/Pnad

Ainda de acordo com dados do IBGE, o Estado possuía, em 2012, 145.943 jovens matriculados no ensino médio, considerando-se as matrículas privadas (20.070 matrículas) e as matrículas públicas federais (6.509 matrículas), estaduais (119.331 matrículas) e municipais (33 matrículas).

Já em 2013, havia no Estado 550 mil alunos no ensino fundamental, 144 mil no ensino médio e 123 mil no ensino superior.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, entre 2001 e 2013, o número de analfabetos no Rio Grande do Norte caiu de 20,17% para 14,62% da população. Considerado importante, o avanço, contudo, não eliminou o fato de o estado continuar atrás da média nacional e regional no quesito. Eram ainda cerca de 494 mil potiguares que não sabiam ler nem escrever, o que correspondia a quase duas vezes o município de Parnamirim, o terceiro maior em território potiguar. No Brasil, esse percentual era de 7,13% e, na região Nordeste, de 13,92%.

No Rio Grande do Norte, a oferta da educação superior é realizada por 29 instituições sendo, três universidades públicas e uma particular; dois centros universitários particulares; um instituto federal de educação, ciência e tecnologia e vinte e duas faculdades particulares.

Dentre as instituições públicas do Rio Grande do Norte, a UFRN ocupa papel estratégico no desenvolvimento regional e nacional, sendo inclusive responsável por mais de 90% da oferta de cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

No cenário das principais mudanças ocorridas no ensino de graduação nos últimos exercícios, cabe destacar a criação de novos cursos e o significativo aumento da matrícula (conforme Quadro de Indicadores de Desempenho da Instituição 2012-2015, apresentado no item 4, letra “e”), em cumprimento à política do MEC de ampliação da oferta no ensino superior; reestruturação acadêmico-curricular; renovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; e compromisso social da instituição.

Para o enfrentamento das ameaças e a redução dos riscos ao cumprimento da sua missão institucional, a UFRN utiliza-se de um sistema de avaliação, conduzido por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com estratégias de acompanhamento e controle dos resultados.

d. Organograma

As universidades dispõem de autonomia para conceber modelos organizacionais próprios devido à ausência de normas legais que disciplinem o tema. A UFRN, então, tem procurado adequar a sua estrutura organizacional de forma a permitir agilidade na prestação de serviços e flexibilidade para se adaptar às mudanças, o que culminou, inclusive, com a construção de um Organograma Funcional, como poderá ser observado a seguir.

Para a construção de um Organograma (desenho da Estrutura), primeiramente tratou-se de se compreender todos os preceitos técnico-científicos necessários à composição de um Organograma. Após, iniciou-se a fase técnica de desenho da Estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que envolveu três etapas: análise documental, entrevista e delineamento do desenho em si.

A análise documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica; o que distingue é que aquela se caracteriza “pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007). Nesse sentido, foram analisados o Estatuto Geral da UFRN, o Regimento Interno da Reitoria e os regimentos de cada unidade organizacional da Universidade.

A técnica de entrevista é definida por Martins (2006, p. 27) como “uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações”. Para execução da etapa em questão foram entrevistados os gestores da instituição: pró-reitores, superintendentes e secretários, diretores de centro, diretores de unidades acadêmicas especializadas, diretores de unidades suplementares, diretores de núcleos interdisciplinares e representantes de coordenação de curso e de chefia de departamentos.

Por fim, ao ter todos os dados coletados e analisados foi realizado o desenho de fato da Estrutura Organizacional, através da ferramenta Microsoft Visio que é um aplicativo para criação de diagramas para o ambiente Windows, o qual possibilita a elaboração de diagramas técnicos e profissionais, com imagens vetoriais, que podem ser ampliados e manipulados com facilidade, a exemplo de organogramas e fluxogramas.

Nessa perspectiva, além do organograma geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foram desenhadas as estruturas de cerca de 50 (cinquenta) unidades organizacionais da UFRN. O quadro abaixo elenca essas unidades para as quais as respectivas estruturas foram desenhadas:

Tabela 3 - Estrutura Geral da UFRN

GRUPO	UNIDADES ORGANIZACIONAIS	QUANTIDADE DE UNIDADES/GRUPO
1) Reitoria	Estrutura Geral da UFRN	17
	Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD	
	Pró-reitoria de Pesquisa – PROPESQ	
	Pró-reitoria de Pós-Graduação – PPG	
	Pró-reitoria de Extensão – PROEX	
	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE	
	Pró-reitoria de Planejamento e Coordenação Geral – PROPLAN	
	Pró-reitoria de Administração – PROAD	
	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP	
	Secretaria de Educação à Distância – SEDIS	
	Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais – SRI	
	Superintendência de Infraestrutura – SIN	
	Superintendência de Informática – SINFO	
Unidades de <i>Staff</i> (4)		
2) Centros Acadêmicos	Centro de Biociências – CB	8
	Centro de Ciências Exatas da Terra – CCET	

	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA	
	Centro de Ciências da Saúde – CCS	
	Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA	
	Centro de Educação – CE	
	Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES (2)	
	Centro de Tecnologia – CT	
3) Unidades Acadêmicas Especializadas	Escola Agrícola de Jundiá – EAJ	7
	Escola de Ciências e Tecnologia – ECT	
	Escola de Saúde da UFRN – ESUFRN	
	Escola de Música – EMUFRN	
	Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí – FACISA	
	Instituto do Cérebro	
	Instituto Metrôpole Digital	
4) Unidades Suplementares	Instituto Internacional de Física – IIF	9
	Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte	
	Núcleo Permanente de Concursos – COMPERVE	
	Biblioteca Central Zila Mamede (19 setoriais)	
	Superintendência de Comunicação – COMUNICA	
	Editoria Universitária	
	Museu Câmara Cascudo	
	Núcleo de Pesquisas em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM	
	Núcleo de Arte e Cultura - NAC	
	Centro Regional Universitário de Treinamento - CRUTAC	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde Coletiva e Nutrição	
5) Núcleos Interdisciplinares de Estudos	Núcleo Avançado de Políticas Públicas	8
	Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-rio-grandense	
	Núcleo de Aquicultura e Pesca	
	Núcleo de Educação para Ciência	
	Núcleo de Estudos do Petróleo e Energias Renováveis	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Meio Ambiente	
	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em diversidade sexual, gênero e direitos humanos – TIRÉSIAS	
50	50	

Fonte: Estatuto da UFRN

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

ÁREAS/SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
<i>UNIDADES DE ASSESSORIA/FISCALIZAÇÃO</i>				
Chefia de Gabinete	Auxiliar direta e pessoalmente o Reitor no desempenho de obrigações funcionais, inerentes ao exercício da Reitoria.	Célia Maria da Rocha Ribeiro	Chefe de Gabinete	2015
Procuradoria Jurídica	A Procuradoria executa a defesa da Universidade perante a Justiça e emite parecer jurídico, quando solicitado pelo Reitor.	Giuseppe da Costa	Procurador Geral	2015
Auditoria Interna	Analisa a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da UFRN.	Halcima de Melo Batista	Auditor Interno	2015
Ouvidoria	Oferece a alunos, professores, funcionários e a comunidade externa o serviço de Ouvidoria, onde coloca a disposição um canal para ouvir, encaminhar sugestões, reclamações, queixas, apresentar denúncias, críticas e elogios.	Joseleno Marques	Ouvidor	2015
<i>PRÓ-REITORIAS E UNIDADES COM NATUREZA DE SECRETARIA</i>				
Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação Geral – PROPLAN	É o órgão responsável pela direção e coordenação do sistema de planejamento da UFRN.	João Emanuel Evangelista de Oliveira	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Administração – PROAD	Compete a Pró-Reitoria de Administração supervisionar e coordenar as áreas de contabilidade, finanças, materiais, patrimônio, segurança, transportes e serviços gerais da UFRN.	Anailson Márcio Gomes	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP	É o órgão de planejamento e de gestão administrativa dirigido à formulação e implementação da política de gestão de pessoas da Universidade, sendo também responsável por supervisionar e coordenar as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão, aprovados pelo Conselho Universitário, na UFRN.	Mirian Dantas dos Santos	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE	Supervisionar e coordenar as atividades de assistência estudantil, articulando as políticas e diretrizes locais com as nacionais.	Edmilson Lopes Júnior	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD	À Pró-Reitoria de Graduação compete: planejar, coordenar, organizar, controlar e avaliar as atividades de ensino de graduação.	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PPG	Coordenar e elaborar projetos que proporcionem melhorias de natureza acadêmica, em nível de Pós-Graduação e desenvolver ações que estimulem a participação dos docentes nesses projetos.	Rubens Maribondo do Nascimento	Pró-Reitor	2015
Pró-Reitoria de Extensão –	A Pró-Reitoria de Extensão tem sua atuação voltada às atividades extra	Maria de Fátima	Pró-Reitor	2015

PROEX	ensino, para desenvolvimento e apoio da sociedade.	Freire de Melo Ximenes		
Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPEAQ	À Pró-Reitoria de Pesquisa compete: propor as políticas de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e ações voltadas para a inovação, além de supervisionar, coordenar e, quando necessário, gerenciar as atividades de pesquisa na Universidade, estabelecer os vínculos necessários com os agentes externos para ampliar as ações de cooperação científica e tecnológica, voltadas para a inovação e financiamento à pesquisa, divulgar as atividades de pesquisa realizadas na Universidade e identificar áreas de investigação científica e de interesse social.	Valter José Fernandes Júnior	Pró-Reitor	2015
Secretaria de Relações Internacionais – SRI	À Secretaria de Relações Internacionais e Interinstitucionais compete: planejar, apoiar, divulgar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a mobilidade acadêmica nacional e internacional.	Márcio Venício Barbosa	Secretário	2015
Secretaria de Educação à Distância – SEDIS	Responsável pela articulação e pelo fomento de programas e políticas, em nível institucional, das ações de educação à distância, bem como por suporte e assessoria a essas ações.	Maria Carmem Freire Diógenes Rego	Secretária	2015
Superintendência de Informática – SINFO	Dirigir o planejamento, a especificação, o desenvolvimento, a documentação, a instalação e a manutenção dos sistemas de informação e de gestão.	Apuena Vieira Gomes	Superintendente	2015
Superintendência de Infraestrutura – SIN	Planejar, coordenar, organizar, executar e avaliar as atividades de infraestrutura, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão.	Marcelo Bezerra de Melo Tinoco	Superintendente	2015
Superintendência de Comunicação – COMUNICA	Integrar, através dos seus veículos, as ações na área de comunicação, visando otimizar e implementar a política de comunicação interna e externa da UFRN.	José Zilmar Alves da Costa	Superintendente	2015
<i>CENTROS ACADÊMICOS</i>				
Centro de Biociências – CB	Oferecer Cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação nas Ciências Biológicas e áreas afins, contemplando a iniciação científica dos estudantes, assim como capacitar os corpos docente, discente e técnico-administrativo.	Graco Aurélio Câmara de Melo Viana	Diretor de Centro	2015
Centro de Ciências Exatas da Terra – CCET	Órgão executivo do Centro Acadêmico e da Unidade Acadêmica Especializada, cabendo-lhe administrar as suas atividades.	Djalma Ribeiro da Silva	Diretor de Centro	2015
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA	Realizar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, promover a integração entre as várias áreas de conhecimento do Centro, divulgação das atividades do Centro.	Maria das Graças Soares Rodrigues	Diretor de Centro	2015
Centro de Ciências da Saúde - CCS	Promover o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, incentivar a capacitação de seu pessoal docente e técnico-administrativo, desenvolver a	Hênio Ferreira de Miranda	Diretor de Centro	2015

	qualificação de seu pessoal discente, desenvolver uma política voltada para os interesses da sociedade e em particular do Estado do Rio Grande do Norte.			
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	O desenvolvimento acadêmico dos Cursos e dos Programas de Graduação e de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, a reflexão filosófico-crítica, a investigação científica e a construção do conhecimento por meio da pesquisa nas mesmas áreas, a promoção da extensão universitária com a aplicação e a transferência do conhecimento produzido nas referidas áreas, a capacitação e a formação de seus quadros docente e técnico-administrativo.	Maria Arlete Duarte de Araújo	Diretor de Centro	2015
Centro de Educação - CE	O desenvolvimento acadêmico dos Cursos e dos Programas de Graduação, de Pós-Graduação e de Formação Continuada, na área das Ciências da Educação, integrando a iniciação científica dos estudantes, a reflexão filosófico-crítica, a investigação científica e a construção do conhecimento por meio da integração da pesquisa, do ensino e da extensão, a promoção da extensão universitária com a aplicação e a transferência do conhecimento produzido, a capacitação e a formação de seus quadros docente e técnico-administrativo.	Márcia Maria Gurgel Ribeiro	Diretor de Centro	2015
Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES	Ministrar o ensino superior nas áreas de conhecimento abrangidas pelos cursos de graduação e os cursos e programas de Pós-Graduação nele existentes, contribuir para a melhoria educacional e socioeconômica da região do Seridó e de áreas adjacentes, observando as peculiaridades de sua cultura, formar e capacitar profissionais, atualizando seus conhecimentos através de projetos, cursos, programas e eventos de extensão, desenvolver e difundir a pesquisa científica estabelecendo uma relação entre teoria e prática com vistas à aplicabilidade dos seus resultados.	Sandra Kelly de Araújo	Diretor de Centro	2015
Centro de Tecnologia - CT	Compete ao CT o desenvolvimento acadêmico dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, iniciação tecnológica e estágio dos estudantes.	Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Oliveira	Diretor de Centro	2015
<i>UNIDADES ACADÊMICAS ESPECIALIZADAS</i>				
Escola Agrícola de Jundiaí – EAJ – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias	Compete a Escola Agrícola de Jundiaí promover o desenvolvimento do ensino voltado para a agropecuária em seus diversos níveis, no âmbito da UFRN, com o objetivo de atender as necessidades profissionais da sociedade local, regional e nacional através da inserção de cursos já existentes na UFRN, ligados às Ciências Agrárias e da implantação de novos cursos de formação tecnológica em níveis médio, de graduação e de pós-graduação na mesma área de conhecimento.	Júlio César de Andrade Neto	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2015

Escola de Ciências e Tecnologia - ECT	Promover o desenvolvimento dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação de suas respectivas áreas, integrando a iniciação científica, a iniciação tecnológica, as atividades de estágio dos estudantes, assim como outras atividades necessárias à formação discente.	José Josemar de Oliveira Júnior	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2015
Escola de Música - EMUFRN	Compete a Escola de Música da UFRN cumprir objetivos especiais de ensino, pesquisa e extensão em música, além de promover o desenvolvimento musical em suas diversas modalidades no âmbito da Universidade e da sociedade como um todo.	Zilmar Rodrigues de Souza	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2015
Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí - FACISA	À FACISA compete: o oferecimento de um ensino de excelência para a formação de profissionais, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde das áreas de formação, além de desenvolver pesquisas voltadas à solução de problemas de saúde relacionados à população e atividades de extensão, promovendo também assistência aos estudantes.	Edvaldo Vasconcelos de Carvalho Filho	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2015
Instituto do Cérebro - IC	Permitir, por meio do ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde e educação, com particular ênfase em Neurociências, desenvolvendo pesquisas voltadas à aplicação clínica das Neurociências, em especial no que diz respeito à neurologia, psiquiatria, neurocirurgia, fisioterapia, fonoaudiologia e neuroprostética, também cabe ao Instituto desenvolver atividades de extensão de forma a contribuir para melhoria da saúde da população, com foco nas cidades de Natal e Macaíba (RN);	Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2015
Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte	Compete à Escola promover a formação de profissionais de saúde no interior do Rio Grande do Norte, tanto em nível da graduação em Medicina quanto da especialização (residências) e da pós-graduação <i>stricto sensu</i> . À Escola também compete desenvolver pesquisas voltadas para a solução de problemas de saúde da população e realizar atividades de extensão, promovendo também assistência aos estudantes.	George Dantas de Azevedo	Diretor de Unidade Acadêmica Especializada	2015
Instituto Metrôpole Digital - IMD	Cabe ao IMD, articular ações internas e externas que visem ampliar os mecanismos de cooperação com outras instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, empresas e demais entidades da sociedade civil e órgãos nacionais e internacionais do setor de Tecnologia da Informação (TI) e prover suporte para desenvolvimento na UFRN de pesquisas científicas e tecnológicas, além de contribuir para a consolidação da infraestrutura de pesquisa, ensino e extensão em TI na UFRN.	José Ivonildo do Rego	Diretor do Instituto	2015
Escola de Saúde da UFRN – Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde	Compete à Escola de Saúde planejar, executar e avaliar programas de formação de profissionais na área da saúde e, simultaneamente, desenvolver, preservar e difundir conhecimentos.	Edilene Rodrigues da Silva	Diretora da Escola	2015

UNIDADES SUPLEMENTARES

Instituto Internacional de Física - IIF	Ao Instituto Internacional de Física, compete desenvolver e realizar pesquisas científicas na sua área de atuação além de exercer papel decisivo em prol do desenvolvimento científico do País, servindo como ligação entre os setores de pesquisa básica e aplicada em áreas estratégicas para a economia brasileira.	Álvaro Ferraz Filho	Diretor do Instituto	2015
Instituto de Medicina Tropical do Rio Grande do Norte – IMT-RN	Articular ações internas e externas visando ampliar os mecanismos de cooperação entre a UFRN e outras instituições, assim como fornecer suporte para desenvolvimento de pesquisas na área de doenças infecciosas, apoiando atividades de ensino, extensão e divulgação na área de doenças infecciosas.	Selma Maria Bezerra Jerônimo	Diretora do Instituto	2015
Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM	Administração, planejamento, coordenação e fiscalização das atividades do Sistema de Bibliotecas-SISBI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Magnólia de Carvalho Andrade	Diretora da Biblioteca	2015
Editora Universitária - EDUFRN	Editar obras de natureza cultural e acadêmica nas diversas áreas do conhecimento, divulgar a produção acadêmica e editar documentos de interesse da Instituição, incentivar a produção e buscar parcerias coeditoriais para a publicação de material didático oriundo de pesquisas e de atividades de extensão desenvolvidas na UFRN, assim como contribuir para a ampliação do acervo da Biblioteca Central Zila Mamede e das bibliotecas setoriais da UFRN.	Maria da Conceição Fraga	Diretora da Editora	2015
Museu Câmara Cascudo - MCC	Cabe ao Museu Câmara Cascudo a preservação, conservação e divulgação das ciências naturais e antropológicas objetivando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.	Maria de Fátima Cavalcante Ferreira dos Santos	Diretora do Museu	2015
Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos - NUPLAM	Compete ao NUPLAM o desenvolvimento de atividades de produção de medicamentos para apoio ao Sistema Único de Saúde, Hospital Universitário e Secretarias Municipais de Saúde, além de contribuir com o campo de estágios supervisionados específicos, abrangendo diferentes cursos de graduação.	Carlos José de Lima	Diretor do Núcleo	2015
Núcleo Permanente de Concursos - COMPERVE	Compete a COMPERVE realizar processos seletivos, concursos públicos, estudos e pesquisas, avaliações e análises de situações educacionais e afins. Além de subsidiar as instâncias acadêmicas da Universidade com informações sobre ingresso, permanência e trajetória de alunos da UFRN.	Magda Maria Pinheiro de Melo	Diretora do Núcleo	2015
Núcleo de Arte e Cultura - NAC	Compete ao NAC a fomentação da formação, difusão e articulação do patrimônio artístico-cultural da UFRN, assessorando a Reitoria na gestão da política cultural da instituição e contribuindo para a memória e a preservação desse patrimônio	Teodora de Araújo Alves	Diretor do Núcleo	2015

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL	Cabe ao Hospital Onofre Lopes promover de forma integrada o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência, no âmbito das ciências da saúde.	Stênio Gomes da Silveira	Superintendente do Hospital	2015
Maternidade Escola Januário Cicco	Cabe a Maternidade Januário Cicco funcionar como um campo de ensino e aplicação prática para as profissões da área da saúde, cumprindo um meritório trabalho de ensino, pesquisa e atenção à população pobre.	Kleber de Melo Moraes	Superintendente da Maternidade	2015
Hospital Universitário Ana Bezerra	Assistência a saúde do município de Santa Cruz e cidades vizinhas, recebendo acadêmicos de vários cursos na nossa universidade oferecendo a esses, um estágio prático e colaborativo, no atendimento prestado	Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim Costa	Superintendente do Hospital	2015

Fonte: PROGESP - UFRN

e. Macroprocessos Finalísticos

Como instituição pública de ensino superior, as atividades finalísticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte são o ensino, a pesquisa e a extensão, que estão definidos no PPI (Projeto Pedagógico Institucional), parte integrante do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2019), bem como nos Planos de Gestão 2011 – 2015 e 2015-2019. Os macroprocessos finalísticos da UFRN são, portanto, os acadêmicos.

Os macroprocessos finalísticos para o **ensino de graduação** se desenvolvem conforme estabelecido no Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação, aprovado pela Resolução nº 171/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, de 05 de novembro de 2013, que normatiza todas as etapas do processo, competências e obrigações, desde a criação de cursos até a diplomação do estudante, definindo normas sobre projeto pedagógico, registro e controle acadêmico, componentes curriculares, oferta de vagas, formas de ingresso e seleção, desenvolvimento de atividades e processo de avaliação da aprendizagem. Este Regulamento tem como base as macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2010-2019 e, para garantir a implementação dos princípios e das macropolíticas relativas ao ensino de graduação, as etapas essenciais do processo, de aprovação do projeto pedagógico e criação de curso, são submetidas, obrigatoriamente, ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

O ensino de graduação é desenvolvido com a integração de duas instâncias administrativas: o departamento acadêmico e o colegiado de curso. Conforme definido no Estatuto e Regimento da UFRN, de dezembro de 2008, o departamento acadêmico é a instância administrativa de lotação dos docentes, enquanto o colegiado de curso é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso. A Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão responsável pelas ações de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades presenciais de ensino de graduação. A Secretaria de Educação a Distância — SEDIS, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação e controle da educação a distância – EaD na oferta do ensino de graduação.

Em 2015, o acesso aos cursos de graduação presencial da UFRN foi efetivado mediante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema Unificado de Seleção Unificada (SiSU), com oferta de 100% das vagas (7038 vagas em 2015). A adoção desse processo seletivo ENEM/SiSU amplia as oportunidades de acesso e está sendo utilizado por todas as universidades federais. A conclusão do curso de graduação se dá após a integralização da estrutura curricular do curso escolhido.

Os macroprocessos finalísticos do **ensino de pós-graduação** são regulados pela Resolução nº 197/2013-CONSEPE, de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da UFRN. A criação e a autorização de programas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são de responsabilidade do CONSEPE, após aprovação da proposta pelo Conselho de Centro ou de Unidade Acadêmica e pela comissão de pós-graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A proposta é encaminhada na forma prevista no aplicativo da Agência de Acreditação da CAPES, complementada com outros documentos, em consonância com o PDI 2010-2019 da Instituição, com justificativa e objetivos do programa ou curso, indicando a relevância, a contribuição ao ensino e a pesquisa na área, bem como, as perspectivas

futuras. O ingresso de profissionais aos cursos de pós-graduação se dá pela submissão em processos seletivos abertos para os cursos de mestrado e doutorado, os quais ocorrem mediante sistema oficial de registro e controle acadêmico, obedecendo a edital disponibilizado no mesmo sistema, após aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

O ensino de pós-graduação também se desenvolve com a integração de duas instâncias administrativas: o departamento acadêmico e o colegiado de curso. Conforme definido no Estatuto e Regimento da UFRN, de dezembro de 2008, o departamento acadêmico é a instância administrativa de lotação dos docentes, enquanto que o colegiado de curso é o órgão deliberativo que acompanha as atividades pedagógicas do respectivo curso. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação — PPG, diretamente subordinada à Reitoria, é o órgão de proposição, gestão, supervisão e avaliação das políticas de pós-graduação e de capacitação docente.

Os macroprocessos finalísticos pertinentes às **atividades de pesquisa** são regulados por um conjunto de documentos normativos internos disponibilizados na página da Pró-Reitoria de Pesquisa — PROPESQ (www.propesq.ufrn.br) em consonância com os órgãos e agências oficiais de fomento à pesquisa, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. O conjunto de normas relativas às atividades de pesquisa tem como base as macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do PDI da UFRN para o período 2010-2019.

O trâmite padrão do processo de pesquisa inicia-se com a elaboração de projeto por um docente pesquisador e cadastro no sistema informatizado Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. O projeto pode ser oriundo de um grupo de pesquisa vinculado à uma linha de pesquisa de um programa de pós-graduação, ou de um pesquisador individualmente. Em seguida, o projeto é submetido a pesquisadores cadastrados e, se for o caso, também submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa. Dependendo do tema, pode ser submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais e de Humanos para emissão de pareceres a serem apreciados na Comissão de Pesquisa, localizada na PROPESQ, que é responsável pela aprovação e registro da pesquisa. Dependendo das diretrizes do edital, durante a execução do projeto são solicitados relatórios parciais. Ao término da realização do projeto, o pesquisador deve apresentar relatório final, incluindo os produtos associados: publicações em periódicos ou livros, apresentações em reuniões científicas, dentre outros.

Os macroprocessos finalísticos da **extensão universitária** são regulados por um conjunto de documentos normativos internos disponibilizados na página da Pró-Reitoria de Extensão — PROEX (www.proex.ufrn.br) em consonância com as políticas do Ministério de Educação. O principal documento é a Resolução 053/2008 do CONSEPE, que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão universitária na UFRN. A referida Resolução e o conjunto de normas estão fundamentados nas macropolíticas definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2019. O trâmite padrão do processo de extensão é semelhante ao da pesquisa. Inicia-se com a elaboração de projeto por um docente ou servidor técnico-administrativo e cadastro no sistema informatizado SIGAA. Em seguida, o projeto é submetido à servidores cadastrados, que emitem pareceres a serem apreciados na Comissão de Extensão, localizada na PROEX, responsável pela aprovação e registro do projeto. Dependendo das diretrizes do edital, durante a execução do projeto são solicitados relatórios parciais. Ao término da realização do projeto, os participantes devem apresentar relatório final.

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino de graduação	<p>Ofertar à população formação profissional de nível superior, tanto em nível de bacharelado como em licenciatura, por meio de seleção pública mediante publicação de editais.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de inscrição no ENEM. - Seleção SISU. - Cadastro na UFRN. - Matrícula no curso. - Frequência e aprovação nas disciplinas. - Diplomação. 	Formação profissional de nível superior.	População em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - PROGRAD. - Centros acadêmicos. - Unidades acadêmicas especializadas. - Departamentos acadêmicos. - Cursos de graduação.
Ensino de pós-graduação	<p>Desenvolvimento das atividades de pós-graduação, bem como a promoção à educação continuada aos portadores de diplomas de curso superior, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento da ciência e com as demandas da sociedade norte-riograndense e brasileira, sendo um importante instrumento de qualificação acadêmica e técnica.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação de edital. - Processo seletivo por meio de provas, defesa de projeto e/ou análise de currículo científico. - Matrícula nas vagas disponíveis. - Frequência dentro do percentual exigido. - Exames de qualificação. - Exames de proficiência. - Defesa de Tese ou Dissertação. - Diplomação. 	Formação de mestres e doutores, bem como a produção de dissertações e teses.	Público de nível superior.	<ul style="list-style-type: none"> - PPG. - Centros acadêmicos. - Departamentos acadêmicos. - Colegiados de cursos de pós-graduação.

Atividades de pesquisa	<p>Inserção da pesquisa qualificada e identificada com os interesses socioeconômicos do estado e do país, atuando, também no desenvolvimento de projetos produtores do conhecimento universal.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de projetos de pesquisa por professor pesquisador. - Aprovação no Comitê de Ética. - Realização da pesquisa. - Publicação dos resultados científicos. 	Publicação dos resultados obtidos na pesquisa.	Sociedade em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - PROPESQ. - Centros acadêmicos. - Departamentos acadêmicos. - Colegiados de cursos de pós-graduação. - Comitê de Ética.
Extensão universitária	<p>Atividade orientada para promover a interação transformadora entre a instituição universitária e as demais instituições, grupos e movimentos sociais, mediante processos científicos, culturais, educativos e artísticos.</p> <p>Atividades principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proposta de projeto de extensão. - Aprovação pela comissão de extensão da pró-reitoria. - Apresentação do relatório final. - Certificação do projeto de extensão. 	Levar e aplicar o conhecimento produzido no ambiente acadêmico para toda a sociedade.	Sociedade em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - PROEX. - Departamentos acadêmicos.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

a. Planejamento organizacional

O processo de planejamento da UFRN toma como referência o papel de uma universidade contemporânea, que precisa encontrar e elaborar respostas a um conjunto de novos desafios, que são incorporadas às funções assumidas e acumuladas historicamente - de preservar a cultura e o conhecimento universal, de propiciar formação profissional e de produzir ciência e tecnologia socialmente relevantes.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO em julho de 2009 em Paris, considerou que o ensino superior é um bem público de responsabilidade de todos os governos. A Universidade constitui um imperativo estratégico para todos os níveis de ensino por desempenhar papel fundamental na pesquisa, inovação e criatividade nas sociedades contemporâneas, cabendo-lhe garantir a democratização do acesso para todos, aprimorar a qualidade acadêmica e engajar-se na luta por justiça social e democracia.

Nesta direção, a Universidade define os seus rumos, a partir de um processo de planejamento constituído de três níveis.

• **No nível estratégico** - O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019 que define os rumos da Instituição universitária, explicita a missão e visão de futuro, os objetivos estratégicos e as metas globais, além do Projeto Pedagógico Institucional, orientador da política acadêmica da UFRN. Ademais, esse Plano norteia os planos gestores da administração central e dos centros acadêmicos, os planos trienais dos departamentos acadêmicos e das unidades acadêmicas especializadas, os projetos Políticos Pedagógicos dos cursos e ações futuras da UFRN no período 2010-2019.

Os objetivos estratégicos da Universidade, conforme o PDI 2010-2019, estão centrados na formação do cidadão, fundamentados na ética, no pluralismo, na democracia, na contemporaneidade e na sua missão. Envolvem a formação de valores, introduzem suas ações na ordem moral, cultural, científica e tecnológica que buscam dar conta das transformações da sociedade. Suas intervenções têm como finalidades:

1. redimensionar as estratégias de operação do conhecimento, para que a interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão sejam realizadas conforme as necessidades contemporâneas da formação técnico-científica e as exigências do novo sentido do conhecimento;

2. incorporar, às práticas docentes, uma visão epistemológica que dê conta da natureza complexa dos saberes formais e informais, científicos e tradicionais, e que promova o deslocamento do foco da atividade de ensino-aprendizagem para a compreensão do ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando;

3. potencializar o princípio da flexibilidade e preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para interações multiculturais, necessárias à mobilidade interna e externa, mediante o aproveitamento de estudos e o trânsito entre cursos, programas e *campi* da UFRN, e de outras instituições de Ensino Superior, nacionais e internacionais;

4. preparar docentes, técnico-administrativos e discentes para serem capazes de selecionar e de se apropriar das novas tecnologias de informação e de comunicação no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades da pesquisa e da extensão;

5. fortalecer a atuação da UFRN em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, da região Nordeste e do País;

6. aperfeiçoar a gestão universitária, consolidando o processo de planejamento e

avaliação e dos sistemas de informação, com tecnologia de última geração, para que atendam as áreas administrativa, acadêmica e de recursos humanos, com eficiência, eficácia e efetividade;

7. incorporar às práticas acadêmicas e às ações administrativas o princípio de sustentabilidade: ambientalmente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

• Em **nível tático** – nesse nível cabe esclarecer que no exercício em referência (2015) a UFRN dispunha de dois Planos de Gestão. Isso porque o primeiro Plano – 2011-2015 – tinha o prazo de execução até maio de 2015. Ainda nesse ano foi elaborado por equipe da PROPLAN um novo Plano de Gestão 2015-2019, após um processo de entrevistas, discussão em todos os centros acadêmicos, e disponibilização da proposta no portal da UFRN para sugestões. Consolidada a proposta, o novo Plano foi submetido ao Conselho Universitário (CONSUNI) que o aprovou por meio da Resolução nº 023, de 25 de novembro de 2015.

O novo Plano de Gestão 2015-2019, coordenado pela Administração Superior, tem o compromisso de manter os avanços conquistados e o desafio de estabelecer novas e duradouras conquistas, através de cinco Eixos Programáticos: Qualidade Acadêmica, Interiorização e Internacionalização; Gestão Eficiente, Participativa e Transparente; Cidadania, Inclusão Social e Sustentabilidade; Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento; Gestão de Pessoas, Desenvolvimento Institucional e Qualidade de Vida.

• Em **nível operativo**, o planejamento efetiva-se por meio de:

- Planos de ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas;
- Planos Trienais dos departamentos acadêmicos;
- Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação e residências médicas e multiprofissionais;
- Projetos de pesquisa e de extensão.

Anualmente são cadastradas pelas unidades as metas, com suas atividades, ações e cronograma, no Sistema Integrado de Planejamento e Projetos – SIGPP, todos articulados à metas globais da Instituição e às suas políticas. Os sistemas de informação que dão suporte a todo o processo de planejamento e avaliação da UFRN são os seguintes:

- Censo do Ensino Superior, realizado anualmente, coordenado pelo INEP/MEC;
- SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas;
- SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos;
- SIGPRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos;
- SIGAdmin – Sistema de Administração;
- SIGED – Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos;
- SIGPP – Sistema Integrado de Planejamento e Projetos.

Esses sistemas são utilizados de maneira abrangente na UFRN e fazem parte do dia a dia dos servidores e alunos. Da mesma forma, a Avaliação Institucional estabelecida pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, é um sistema de avaliação global e está integrada às atividades acadêmicas cotidianas da Universidade. Assim, a estrutura organizacional da UFRN e seus sistemas informacionais constituem-se o alicerce dos processos de planejamento e de avaliação que oferecem informações e subsidiam a tomada de decisão.

i. Descrição sintética dos objetivos do exercício

No tocante aos objetivos para o exercício de 2015, cumpre elucidar que a UFRN, conforme a sua metodologia de planejamento, define no seu plano tático – Plano de Gestão - os objetivos da Instituição para um período de 4 (quatro) anos. Para cada ano suas unidades acadêmicas e

administrativas planejam e registram no SIGPP (Sistema Integrado de Gestão, de Planejamento e de Projetos) as metas a serem cumpridas, que devem estar articuladas e integradas com os objetivos previstos no Plano de Gestão. Nessa perspectiva, a Universidade não define objetivos anuais, mas metas a serem alcançadas, estabelecidas em consonância com os objetivos do Plano de Gestão.

Os objetivos do Plano de Gestão, portanto, se concatenam progressivamente, ano a ano, ciclo a ciclo, numa evolução progressiva do que a UFRN espera alcançar ao final do Plano. Para que os objetivos sejam alcançados, ano a ano são definidas metas no SIGPP, com etapas, cronograma e indicadores.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte dispunha do “Plano de Gestão 2011-2015 – Novas Conquistas”, que priorizava o aprimoramento da sua política de desenvolvimento institucional, a inovação e a expansão com qualidade acadêmica da interiorização, da internacionalização e da inclusão social. A UFRN, conforme exposto em seu Plano de Gestão 2011-2015, estabelecia os seguintes objetivos:

- Aprimorar a política de desenvolvimento institucional da Universidade, inovando e expandindo com qualidade acadêmica a interiorização, a internacionalização, a inclusão social e a valorização das Artes e da Cultura.
- Garantir o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional - PPI, redimensionando as ações acadêmico-administrativas, adotando os princípios de interdisciplinaridade e de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão por meio de novos parâmetros de integração e flexibilização.
- Aprimorar a qualidade das atividades acadêmicas, ofertando ao estudante sólida formação teórica, integrada à realidade social e articulada à prática profissional.
- Desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão qualificadas e identificadas com os interesses socioeconômicos regionais e nacionais, buscando a inovação científica e tecnológica, sem perder de vista a produção do conhecimento universal.
- Modernizar e inovar a gestão universitária, integrando as atividades-fim às atividades-meio com participação e transparência, qualificando pessoas para o alcance da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações realizadas pela Universidade.
- Proporcionar bem-estar à comunidade universitária, com ações de melhoria de meio ambiente, da interação social e da qualidade de vida em todos os campi da UFRN.
- Induzir ações favoráveis à cultura democrática e ética, ao respeito à diversidade e à pluralidade, buscando uma abordagem institucional multi e interdisciplinar, objetivando ampla participação nas decisões, transparência e lisura dos atos administrativos; eliminação de toda e qualquer forma de discriminação a pessoas, grupos sociais e instâncias institucionais; fortalecendo o diálogo, o exercício da crítica e a convivência com os contrários.

Após o encerramento do ciclo de gestão 2011-2015, foi realizada uma avaliação, com a participação do staff da reitora, dos centros acadêmicos e unidades acadêmicas especializadas.

No cenário da expansão de cursos e de matrículas no ensino de graduação e de pós-graduação, a UFRN contabilizou avanços na qualidade acadêmica mensurados pelas avaliações da CAPES e do INEP. Nos últimos 4 anos foram avaliados 66 (sessenta e seis) cursos de graduação, cujos resultados – conforme a escala de avaliação utilizada pelo INEP de 1 a 5 – foram 4 e 5 em 83% dos cursos avaliados, denotando a qualidade acadêmica da Universidade.

A Instituição foi considerada, até 2014 (com resultados de avaliações referentes a 2013), referência na educação superior em nível nacional e classificada como a melhor instituição federal do Norte/Nordeste, conforme o indicador de qualidade de instituições de educação superior, utilizado pelo MEC – o IGC (Índice Geral de Cursos) – que considera em sua composição a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação, mediante os resultados obtidos no ENADE e nas avaliações da CAPES.

No âmbito da política de interiorização, a UFRN criou novos cursos de graduação e pós-graduação no CERES e na FACISA, ampliando oportunidades de acesso ao ensino superior.

Destaca-se a criação do curso de Medicina Multicampi, nos municípios de Caicó, Currais Novos e Santa Cruz, com uma proposta pedagógica inovadora, voltada para uma formação médica comprometida com a realidade social da região.

No contexto da internacionalização, a UFRN contabilizou avanços na expansão da inserção de alunos em programas de mobilidade estudantil. Na perspectiva da flexibilização curricular e de novos itinerários formativos e no âmbito da política de internacionalização, a UFRN conta com a participação de 695 alunos de graduação estudando em instituições internacionais e com 189 acordos em 36 países, dentre os quais os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, o Canadá e Portugal destacam-se com maior número de alunos. Do mesmo modo, na esfera da pós-graduação, a internacionalização apresentou avanços no período, também com a mobilidade acadêmica como principal fator de articulação da internacionalização dos programas de pós-graduação.

Ainda no âmbito da pós-graduação, ressalta-se, no período, o papel da UFRN na construção da Plataforma SUCUPIRA, importante ferramenta para a coleta de informações, análise e avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Essa Plataforma foi disponibilizada para todo o país a partir de abril de 2014 e a coleta CAPES referente ao ano 2013 foi, pela primeira vez, preenchida na Plataforma pelos coordenadores de programas de pós-graduação.

Merece destaque o avanço no desenvolvimento das políticas de inclusão social na UFRN, com ações afirmativas e atendimento às demandas dos estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis, das minorias e diversidades étnicas e de gênero, sustentabilidade ambiental, direitos humanos, cidadania e respeito às diferenças, para cumprimento da missão e da responsabilidade social da instituição.

A adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o cumprimento dos aspectos legais na distribuição de cotas para o acesso ao ensino de graduação na UFRN consolidam as políticas de inclusão social e o compromisso com a democratização da educação superior. No último ano, 50% das vagas foram distribuídas para candidatos de escola pública.

Nessa direção e, especialmente, no campo da assistência aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), a UFRN registra avanços significativos na ampliação da equipe técnica multiprofissional, na melhoria das condições de ensino e nas ações de cunho pedagógico para apoio aos estudantes e preparação dos docentes no atendimento às especificidades e tipos de necessidades educacionais especiais.

Em consonância com as políticas de inclusão social, a UFRN disponibilizou um Laboratório de Acessibilidade (LA) e um acervo digital com textos adaptados e produzidos em diversos formatos e acessíveis aos estudantes com NEE, de acordo com suas demandas. Ofereceu, também, componentes curriculares com vistas à formação em Libras e um portal com os livros produzidos pelo LA, permitindo o acesso dos estudantes com deficiência visual dos cursos de graduação e pós-graduação ao material de estudos e pesquisas, necessários à formação acadêmica. Com o propósito de contribuir para a orientação e dar suporte aos professores, a UFRN publica livros impressos e digitais, que tratam da inclusão no ensino superior e do apoio pedagógico aos estudantes com NEE.

Outra conquista importante no período foi a ampliação das bolsas de auxílio moradia e a construção de espaços destinados ao acolhimento dos estudantes que necessitam de moradia e alimentação, como suporte para a permanência e continuidade dos estudos em Caicó, Currais Novos e Santa Cruz.

Em que pesem os esforços e as conquistas da UFRN no atendimento aos estudantes com NEE, no indicador “acessibilidade”, há desafios e fragilidades a superar, pela falta de acessibilidade em vários setores nos campi da UFRN, especialmente na inadequação de infraestrutura para pessoas com mobilidade reduzida, notadamente, nas instalações mais antigas.

A pesquisa na UFRN, no período 2011-2015, contou com 333 grupos e 1.446 projetos. No âmbito da pesquisa e da propriedade intelectual, a instituição teve 104 pedidos de patentes e uma carta de patente aprovada. Sua produção científica contabilizou 1.911 artigos, em periódicos, jornais e similares, 125 livros, 300 capítulos de livros e 71 maquetes, protótipos e software. Ainda sobre a

propriedade intelectual, foram 35 registros de programas de computador e 12 registros de marcas, com destaque para as áreas de engenharia, química, farmácia, ciência e tecnologia e design.

No contexto da extensão universitária, destaca-se a ação de maior abrangência no Estado – o Programa Trilhas Potiguares que cobriu 45 municípios, 80 professores e técnicos administrativos; 1.300 estudantes do ensino de graduação, no período dos últimos 4 anos; e um público anual médio de 2000 participantes das comunidades dos municípios envolvidos. Todavia, ainda existem fragilidades, sobretudo pela pulverização dos municípios atendidos ao longo dos anos, provocando descontinuidade das ações propostas.

Em relação à valorização das artes e da cultura no período 2011-2015, a UFRN apresenta progressos na ampliação de interfaces com movimentos sociais, segmentos produtivos e institucionais e na consolidação de grupos artísticos e culturais. O maior avanço foi a reestruturação do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e o fortalecimento do Programa “SigaArte na UFRN” que disponibiliza uma agenda cultural permanente, para dar maior visibilidade às ações artístico-culturais, nos âmbitos interno e externo à universidade.

A recomposição dos servidores docentes e técnicos administrativos da UFRN se constitui em um aspecto positivo para o cumprimento de suas atividades fins – ensino, pesquisa e extensão – e da missão institucional, sobretudo porque o patamar de qualificação do pessoal contratado foi elevado significativamente no período, com predominância de doutores e mestres. Em dezembro de 2014, a UFRN contava com 77% de seus professores com a titulação de doutor.

Com a continuidade da gestão para o período 2015-2019, o novo Plano de Gestão contempla objetivos aprofundados e acrescidos de propósitos em relação ao Plano anterior, com a finalidade de permitir o avanço da Instituição sem perder de vista a realidade social em que está inserida. Com efeito, a intenção de expandir com qualidade acadêmica a interiorização, a internacionalização, a inclusão social, e fortalecer a interdisciplinaridade, a integração, e a inovação científica e tecnológica, são desafios considerados no Plano de Gestão 2011-2015 que permanecem no atual Plano de Gestão 2015-2019 (disponíveis no site www.ufrn.br, no link “Documentos”), como se pode observar nos objetivos elencados a seguir.

OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO 2015-2019:

- a) Ampliar as ações de **inclusão social**, de respeito à diversidade e à pluralidade de ideias e visão de mundo, reforçando o conceito de universidade como espaço de convivência pacífica de múltiplas ideias e, ao mesmo tempo, reconhecendo a necessidade propiciar o acesso de todos os estratos da sociedade.
- b) Desenvolver o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) tendo como base o princípio da **interdisciplinaridade** apoiando experiências inovadoras e estimulando novas formas de produção do conhecimento, garantindo a integração da formação teórica com a realidade social.
- c) Intensificar as ações de **interiorização** dentro da política de desenvolvimento institucional, promovendo a expansão acadêmica com qualidade, integrada às necessidades regionais, sem perder de vista o saber universal.
- d) Expandir as ações de **internacionalização** tendo como objetivo promover os processos de integração da dimensão internacional, intercultural e de intercâmbio institucional no ensino e na pesquisa tendo em vista a excelência acadêmica.
- e) Disseminar a cultura da **inovação tecnológica** e suas repercussões enquanto inovação social, inovação educacional e inovação nos processos de gestão.
- f) Fortalecer a modernização da gestão, intensificando a **integração** entre as atividades-fim e as atividades-meio, entre a administração superior e as demais instâncias administrativas, com participação e transparência, objetivando alcançar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações realizadas.

ii. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O PDI da UFRN 2010-2019, plano estratégico da Instituição já consolidado, elaborado com base nas orientações do artigo 16 do Decreto nº 5773/2006, teve sua primeira avaliação, após dois anos de sua vigência, realizada pelo INEP/MEC no final de 2011, com vistas ao recredenciamento da UFRN, cujo relatório se encontra no site: www.avaliacao.ufrn.br. Neste processo de avaliação do PDI, foram incluídas as 10 dimensões (atualmente agrupadas em cinco eixos) constantes no art. 3º da Lei do SINAES: (1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional; (2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; (3) a responsabilidade social da instituição; (4) a comunicação com a sociedade; (5) as políticas de pessoal; (6) a organização e gestão da instituição; (7) a infraestrutura física, biblioteca e recursos de informação; (8) o planejamento e avaliação; (9) as políticas de atendimento aos estudantes; (10) a sustentabilidade financeira.

Embora tenha sido aprovado para um período de 10 anos (2010-2019), o PDI definiu metas que deveriam ser cumpridas no prazo de 5 anos (2010-2014). Sendo assim, no início de 2015 fez-se necessário avaliar o cumprimento das metas previstas para o período 2010-2014.

Em consequência, no âmbito do processo de autoavaliação da UFRN, no exercício de 2015, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conjunto com a PROPLAN, coordenaram o processo de autoavaliação das metas globais do PDI, que consistiu das seguintes etapas:

1ª etapa: Elaboração de relatório técnico de avaliação dos cinco primeiros anos de vigência do PDI, especialmente em relação às metas estabelecidas;

2ª etapa: Conceituação dos parâmetros e definição de indicadores, documentos e fontes para avaliar o alcance das metas e sua intercessão com as políticas institucionais;

3ª etapa: Criação de Comissão para a elaboração de propostas de metas para os próximos cinco anos.

A Comissão para elaborar propostas de atualização das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN, para o período 2015-2019, foi constituída por meio da Portaria nº 341/15-R, de 26 de fevereiro de 2015, publicada no Boletim de Serviço nº 37, de 27 de fevereiro de 2015. Sistematizada a proposta de atualização das metas, foram realizados procedimentos – i) Reunião com Diretores de Centro e de Unidades Acadêmicas Especializadas; ii) Envio de mensagem para todos os professores, servidores e estudantes, convidando para discussão das metas e link para a Página “Atualização de Metas” com PDI e textos (completo e resumido da Comissão; iii) Audiência pública virtual – Página do Facebook e e-mail; iv) Consolidação das metas; e, v) Encaminhamento ao CONSUNI para aprovação; – com vistas à consolidação das novas metas, que foram apreciadas e aprovadas por meio da Resolução nº 019/2015 – CONSUNI, de 04 de novembro de 2015.

iii. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme já informado no item “Planejamento Organizacional”, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2010-2019 da UFRN define os rumos da Instituição, explicita a missão e visão de futuro, os objetivos estratégicos e as metas globais, além do Projeto Pedagógico Institucional, orientador da política acadêmica da UFRN. Assim, o PDI norteia os planos gestores da administração central e dos centros acadêmicos, os planos trienais dos departamentos acadêmicos e das unidades acadêmicas especializadas, os projetos Políticos Pedagógicos dos cursos e as ações futuras da UFRN até o ano de 2019.

Todos os planos da Universidade, inclusive os planos de gestão, são orientados pelo PDI. Ademais, são articulados entre si até o nível operativo do planejamento da Instituição, que consiste dos Planos de ação dos Centros Acadêmicos e das Unidades Acadêmicas Especializadas; Planos Trienais dos departamentos acadêmicos; Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, pós-

graduação e residências médicas e multiprofissionais; Projetos de pesquisa e de extensão; além das metas estabelecidas no Plano de Gestão.

A vinculação dos planos da UFRN com as competências institucionais - executar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão, desenvolver de forma plural um processo formativo nos diferentes campos do saber, difundir o conhecimento preparando os seus alunos para o exercício profissional e contribuir para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade; além disso, democratizar o acesso ao ensino superior, trabalhar para a expansão das matrículas, a reposição do quadro docente, a adequação e ampliação da infraestrutura física e a melhoria das condições de permanência do estudante na Instituição -, resta evidenciada em cada plano da Universidade, notadamente nos seus Planos de Gestão 2011/2015 e 2015-2019, e no seu PDI 2010-2019, disponíveis no site www.ufrn.br, no link “Documentos”.

b. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos estão inseridos no processo de avaliação institucional desenvolvido pela UFRN.

A avaliação interna (ou autoavaliação) na UFRN vem sendo entendida como uma prática indispensável ao processo de planejamento de suas ações e das metas a serem alcançadas, na busca por qualidade e excelência no âmbito acadêmico e da gestão.

A Comissão Própria de Avaliação da UFRN (CPA) é a instância legal responsável pelo desenvolvimento do projeto de autoavaliação da Instituição (aprovado mediante a Resolução nº 79/2004 – CONSEPE, de 21/12/2004) no sentido de mobilizar e organizar os diferentes segmentos acadêmicos (docentes, discentes, técnico- administrativos, dirigentes e representantes da sociedade) para pensar coletivamente a UFRN no que ela faz, construindo uma rede que articule os sujeitos no processo de reflexão/ação para:

- produzir conhecimentos sobre a Instituição;
- definir e assumir compromissos coletivos;
- definir propostas de ação e caminhos alternativos para o acompanhamento e aperfeiçoamento do PDI;
- organizar e coordenar subcomissões para avaliar cada uma das dimensões delineadas pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Lei nº 10.861/2004).

Desde o início dos seus trabalhos em 2004, a CPA segue algumas diretrizes que continuam a orientar a autoavaliação da UFRN. Uma delas é a compreensão da autoavaliação como um processo contínuo, educativo, significando qualificar, promover o autoconhecimento para transformar, melhorar a qualidade do trabalho acadêmico. O diagnóstico dos pontos fortes, que devem ser reforçados e dos pontos fracos que dificultam alcançar as metas estabelecidas, ajuda a orientar a tomada de decisões, o planejamento e replanejamento das ações e o estabelecimento de prioridades. Identificando as fragilidades e as potencialidades da Instituição nas dimensões previstas na Lei do SINAES (nº 10.861/2004), a autoavaliação é, portanto, um importante instrumento para a tomada de decisão; desse processo resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões.

As formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos utilizados pela UFRN englobam principalmente grupos focais, questionários, entrevistas, reuniões e fóruns, e o monitoramento, realizado pela CPA e pela Administração Superior, é feito por meio de relatórios de cumprimento de metas estabelecidas no SIGPP, da análise dos resultados das ações desenvolvidas, e da análise dos relatórios produzidos pelas Unidades acadêmico-administrativas da Instituição.

c. Desempenho orçamentário

i. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica à UFRN

ii. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Em seu orçamento anual, a UFRN executa ações com metas físicas e financeiras dos seguintes Programas de Governo: Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, Educação Básica, Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, Desenvolvimento Produtivo, Educação Profissional e Tecnológica.

O ano de 2015 foi atípico com relação às formas de encaminhamento das políticas de execução orçamentária. O atraso no início da vigência do orçamento, aliada a redução do valor aprovado, 10% (dez por cento) em outras despesas correntes, exceto assistência estudantil, e 50% (cinquenta por cento) dos investimentos, alteraram completamente a programação delineada para o ano, exigindo adoção de medidas de reavaliação de todo processo de execução das despesas, compatibilizando o orçamento reduzido com as metas pré-estabelecidas, de maneira que o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e extensão não fossem prejudicados.

Esforços foram empreendidos com a utilização de novas estratégias, destacando a ordenação das prioridades dos gastos através da seletividade das compras e compromissos a pactuar numa visão sustentável que permitiu uma melhora substancial na aplicação dos recursos públicos. Trabalho esse feito a custo, evidentemente, do adiamento de compromissos de viagens, eventos e tantas outras ações postergadas e com prazos alongados enquanto a situação não se estabiliza.

A Universidade, como se vê, mobilizou-se no sentido de protagonizar uma nova experiência de executar um orçamento abaixo das suas necessidades básicas, superando-se quanto a sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do estado e do país sem perder as linhas prioritárias gestadas especificamente para o fortalecimento da Instituição no próximo período.

Ações /Subtítulo OFSS

Programa 2109 - Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Ações: 4572 - Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação
4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares

Ação 4572 - Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 1 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 4572 - Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	4572					Tipo:	Atividade
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Iniciativa							
Objetivo			Código				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código	2109	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	2.000.000,00	2.000.000,00	1.600.056,35	1.554.280,55	1.538.224,05	16.056,50	45.775,80
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0024-RN	Servidor capacitado		unidade	2.000	2.000	730	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	41.428,00	8.410,00	260,00				

Fonte: Tesouro Gerencial

Para a área de capacitação, registra-se primeiramente que o exercício de 2015 foi atípico em razão das indefinições sobre os recursos para financiamento e principalmente da greve de longa duração dos servidores ocorrida entre maio e setembro de 2015.

Não obstante, o Programa de Capacitação dos Servidores em processo de qualificação e requalificação com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho foi desenvolvido em 2015, e teve como núcleo central as seguintes linhas de atuação: iniciação ao serviço público; constituição de um Programa de Formação Inicial e Continuada de Gestores; e atividades de capacitação em parceria com outras instituições nas áreas de planejamento, orçamento, administração financeira e auditoria.

O quantitativo de servidores aprovados e beneficiados com a Ação 4572, corresponde a 47,75% da previsão estabelecida no SIMEC, de 730 servidores capacitados, uma vez que alguns cursos não haviam sido encerrados na ocasião da informação prestada. Esse quantitativo contempla apenas os servidores capacitados; entretanto, muitos servidores realizaram mais de um curso, totalizando, assim, 1.786 capacitações em 2015. Considere-se, ainda, que 901 servidores estão participando de algum curso da educação formal (tabela nº 12, apresentada neste Relatório).

Com base nos dados relativos ao exercício de 2015 observa-se que os cursos de capacitação obtiveram um bom índice de satisfação. Nesse ano, 576 participantes responderam a avaliação de reação. Desses, 95,7% aprovaram o curso de capacitação, atribuindo Nota Global para atividade maior que 7 (sete), sendo que 33,2% conferiram nota 10 (dez), 34,2% nota 9 (nove), 22,7% nota (oito) e 5,6% nota 7 (sete). Apenas 4,3% dos respondentes atribuíram nota menor que 7 (sete).

Outro ponto que merece destaque é a análise dos participantes quanto à aplicabilidade dos conhecimentos e habilidades apreendidas, constatando-se que 94,3% concordaram que se sentem estimulados a aplicar no trabalho o que foi transmitido na atividade de capacitação. Esse aspecto foi considerado positivo, pois indica a tendência de aplicação dos conhecimentos trabalhados nesses cursos.

A UFRN vem possibilitando o aperfeiçoamento de seus servidores à medida que 92% dos participantes dos cursos de capacitação perceberam a aquisição de conhecimentos para a melhoria do seu desempenho no trabalho.

A avaliação de impacto apresentou excelente resultado, uma vez que em 2015, 100% dos participantes conferiram Nota Global superior a 7 (sete) aos benefícios gerados pela atividade de capacitação realizada.

Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares

Dotação orçamentária decorrente de Emenda Parlamentar alocada no orçamento da Unidade mas não liberada até final do exercício, sendo esse o fator principal que impediu o cumprimento da meta.

Quadro 2 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	4086			Tipo:	Atividade		
Descrição	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residências em Saúde.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência, em especial, da expansão da rede federal de educação superior.	Código					
Programa	Educação Superior-Grad., Pós-Grad., Ens., Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26374						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	2.856.907,00	2.856.907,00	-	-	-	-	-
7020-RN	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Instituição beneficiada	unidade	1	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	12.505,40	5.925,40	6.500,00	Instituição beneficiada	unidade	1	
7020-RN	-	-	-				
7006-RN	193.701,56	101.331,62	950,00				
7004-RN	146.935,00	127.085,00	19.850,00				

Fonte: Tesouro Gerencial

Programa 2030 - Educação Básica

Ações: 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Quadro 3 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RI					Tipo:	Atividade
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica						
Iniciativa	02BY-Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.						
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de regime de colaboração com os entes federados.	Código	0598				
Programa	Educação Básica	Código	2030	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	244.693,00	244.693,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0024-RN	Estudante matriculado	unidade	302	302			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	44.322,70	6.978,50	-	Estudante matriculado	unidade	302	

Fonte: Tesouro Gerencial

A manutenção e o funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica desenvolvem-se por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições. Compreende a assistência ao educando; a aquisição, a elaboração, a produção e a distribuição de material didático-pedagógico e especializado, a aquisição de material de consumo e permanente; a elaboração de processos para contratação de pessoas físicas e jurídicas; o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; as atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação de eventos, os investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observando os limites da legislação vigente.

A ação é desenvolvida pelo Núcleo de Educação da Infância - NEI, Unidade Suplementar do Centro de Educação, que tem como objetivo a formação, o aprendizado e o desenvolvimento da criança no contexto escolar e social, cumprindo o papel político e pedagógico assumido pela Instituição.

Tinha-se como meta atingir 302 alunos, a qual foi atendida integralmente. Comparando-se com 2014, em que foram 313 alunos matriculados, houve uma pequena redução devido a não oferta

de vagas para o berçário 1, que só voltará a ser oferecido após a construção de instalações adequadas para a faixa etária.

Não houve dificuldades na execução da ação.

Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores

Quadro 4 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RJ					Tipo:	Atividade
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica						
Iniciativa	02BQ-Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.	Código	0597				
Programa	Educação Básica	Código	2030	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	3.405.147,00	3.405.147,00	1.409.060,18	1.177.661,04	788.144,53	389.516,51	231.399,14
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0024-RN	Projeto apoiado	unidade	19	19	11		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	568.369,11	349.890,24	-	Projeto apoiado	unidade	8	

Fonte: Tesouro Gerencial

A Ação 20RJ - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica tinha como meta prevista para 2015, atingir o apoio a 19 Projetos mas, apenas 11 foram alcançados.

Fatores que contribuíram para a execução da ação:

a. A permanência do espaço físico do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica – COMFOR, localizado no Centro de Educação da UFRN, que permitiu maior estabilidade ao Comitê Gestor no desenvolvimento da gerência das ações. Além disso, ressalta-se a articulação interna do COMFOR com as Pró-Reitorias acadêmicas (PPG, PROGRAD e PROEX), bem como com a Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral e a Pró-Reitoria de Administração, no que se refere aos aspectos administrativos e orçamentários dos cursos.

b. O Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada - SISFOR aprimorou o acompanhamento das ações, desde o momento de planejamento dos cursos até o seu relatório final, possibilitando à coordenação do Comitê Gestor uma visualização mais aprimorada da organização e do acompanhamento dos cursos.

Fator que dificultou a execução da ação:

a. O corte linear de 50% no orçamento de 2015, no âmbito da Ação 20RJ, fez com que os recursos destinados para a UFRN baixassem. Além disso, as Secretarias do MEC (Secretaria de Educação Básica - SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI) nos informaram que para além do corte de 50%, tais Secretarias iriam priorizar apenas o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (SEB) e o Curso da Escola da Terra (SECADI).

Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação. Ensino, Pesquisa e Extensão

Ações: 20GK - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão
20RK - Funcionamento das Universidades Federais
4002 - Assistência aos Estudantes de Educação Superior
8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Ação 20GK - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro 5 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro – Ações / Subtítulos - 0FSS							
Identificação da Ação							
Código	20GK					Tipo:	Atividade
Descrição	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover a cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.	Código	0803				
Programa	Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	5.062.880,00	5.062.880,00	4.341.276,29	3.030.688,65	2.387.647,77	643.040,88	1.310.587,64
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0024-RN	Iniciativa apoiada	unidade	2000	2000	3555		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	1.789.203,11	1.498.474,19	20.099,27	Iniciativa apoiada	Unidade de medida	3555	

Fonte: Tesouro Gerencial

A finalidade dessa ação é oportunizar ao aluno universitário a participação em ações que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma associada. A meta física prevista era perfazer o total de 2.000 projetos de iniciativa integrada entre essas três áreas fins da Universidade, tendo a Instituição ultrapassada a meta em 1.555, totalizando 3.555 projetos. Considera-se que esse resultado foi decorrente das iniciativas apoiadas pela UFRN no exercício de 2015.

Dentre os produtos/iniciativas cabe destaque a realização da XXI Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura (CIENTEC), com atividades voltadas à coletividade, oportunizando vivência social e integração entre a UFRN e a comunidade norterriograndense. Foram contabilizados 2.576 estudantes na organização do evento e a frequência de um público aproximado de 70.000 pessoas; apresentados 1.229 pôsteres, fixados 215 estandes e realizadas 160 reuniões acadêmicas e científicas.

A redução dos números da CIENTEC em 2015 em relação ao ano de 2014 pode ser explicada por vários fatores como a não participação da Prefeitura de Natal, que acarretou a ausência do pavilhão destinado às escolas do município e da Feira de Livros e Quadrinhos de Natal (FLiQ); bem como a redução de um dia na realização do evento, que passou de 4 para 3 dias.

Apesar da diminuição de 50% do orçamento destinado à realização da CIENTEC em 2015, o evento inovou em vários aspectos, como o novo formato da praça da alimentação e a disponibilização de 11 “food trucks”; a nova configuração para a apresentação dos *banners* que foram inseridos no interior da Feira e contaram com 12 salas de apresentação; a nova estrutura física dos estandes; e os editais lançados para apoio à CIENTEC Cultural (pessoa física, grupos artísticos e projetos cênicos).

Outra iniciativa no exercício foi a realização do Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) (26ª edição), um evento aberto à comunidade no qual aproximadamente 1.400

alunos de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (bolsistas e voluntários) apresentaram os resultados de suas pesquisas desenvolvidas ao longo do ano, como cumprimento de um plano de trabalho elaborado e orientado por um professor/pesquisador do quadro permanente da Universidade. O CICT é uma das muitas ações inseridas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, programa voltado para o estímulo à formação em pesquisa de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, e que busca igualmente contribuir para a formação pós-graduada de recursos humanos para a pesquisa nas mais variadas áreas e linhas, criando assim uma demanda para os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e contribuindo para o processo de retroalimentação da melhoria da graduação e para o aumento dos indicadores de formação acadêmica da UFRN.

Cabe ressaltar que a 26ª edição do CICT foi realizada em novo formato – com o mesmo nome, mas com a sigla eCICT-2015 – abarcando uma etapa inicial digital, baseada na *web*, seguida de uma etapa presencial, no formato de apresentações em *workshops*. Na fase inicial (*web*), as apresentações dos trabalhos pelos discentes se deram na forma de arquivos digitais, submetidos por meio do SIGAA e disponibilizados amplamente para visitantes do *site* e para os avaliadores da UFRN e Comitê externo PIBIC-CNPq. Os melhores trabalhos foram selecionados para a fase seguinte, em que ocorreram apresentações orais desses trabalhos nos *workshops* temáticos durante a fase presencial do evento.

Ações de extensão foram desenvolvidas em 2015 envolvendo 8 áreas temáticas, que estão demonstradas, no quadro abaixo, por modalidade:

Tabela 1

ÁREAS TEMÁTICAS DA EXTENSÃO NA UFRN	PROJETOS	CURSOS	EVENTOS	PRODUTOS	TOTAL
COMUNICAÇÃO	26	7	29	3	65
CULTURA	116	18	67	2	203
DIREITOS HUMANOS	40	1	76	3	120
EDUCAÇÃO	175	99	174	16	464
MEIO AMBIENTE	69	2	19	2	92
SAÚDE	461	88	149	8	706
TECNOLOGIA	106	38	54	1	199
TRABALHO	11	1	17	0	29
TOTAL	1.004	254	585	35	1.878

Uma ação de significativo alcance que envolve a comunidade universitária e a sociedade foi a execução do Programa TRILHAS POTIGUARES, com a promoção de atividades em municípios conveniados com a UFRN, oportunizando novos cenários de ensino-aprendizagem, troca de saberes e desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o papel social da instituição. Com caráter inter e multidisciplinar, este Programa foi realizado em 6 municípios, envolvendo 9 coordenadores servidores e 94 alunos.

Quadro 6 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 20RK - Funcionamento de Instituições de Educação Superior

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RK					Tipo:	Atividade
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	03GD- Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	0841		
Programa	Educação Superior - Grad., Pós-Grad., Ens., Pesq. Extensão			Código	2032	Tipo:	
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	113.874.882,00	113.874.882,00	100.594.582,81	88.563.647,19	85.842.049,68	2.721.597,51	12.030.935,62
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
	Estudante matriculado			Previsão	Reprogramado	Realizado	
0024-RN	Estudante matriculado		unidade	37083	37083	35504	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	20.827.466,32	14.315.053,14	140.477,02	Estudante matriculado	unidade	35504	

Fonte: Tesouro Gerencial

A meta da UFRN prevista para a ação em epígrafe foi de 37.083 alunos matriculados na educação superior – em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, no ano de 2015. Não obstante, a meta executada foi de 33.469 alunos matriculados.

Cabe esclarecer que a meta executada de 35.504 alunos matriculados constante no SIMEC, foi registrada equivocadamente em razão dos alunos da Pós-Graduação que eram 5.604 em 2015, e não 4.438 como registrado nesse Sistema.

Mesmo assim, a meta prevista não foi atingida primeiramente porque a Universidade tinha a expectativa de aprovação de um segundo ciclo de expansão das universidades federais, com a execução de um 2º REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, o que demandaria um aumento de vagas e de cursos superiores. Todavia, o corte no orçamento das instituições federais em 2015 não permitiu a expansão pretendida pela UFRN.

Outro aspecto que tem contribuído para o não atendimento à meta prevista de alunos matriculados é a utilização do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como processo seletivo para oferta integral das vagas dos cursos de graduação da UFRN, exceto para aqueles que necessitam de Teste de Habilidade Específica – Dança, licenciatura; Música – Canto, bacharelado; Música – Instrumento, bacharelado; Teatro, licenciatura; e Letras, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Universidade não preencheu todas as vagas ofertadas no SiSU em 2015.1, o que foi minimizado

com a publicação do Edital de Vagas Residuais para a ocupação das vagas não preenchidas; no entanto, permaneceu o não preenchimento de 100% das vagas ociosas.

Na educação superior, as ações de ensino, pesquisa e extensão são atividades finalísticas da UFRN. Essas ações se articulam com os Programas Temáticos que compõem o orçamento da União e com os Planos de Gestão 2011-2015 e 2015-2019 da UFRN, que conta com metas detalhadas anualmente, integradas às atividades finalísticas no âmbito da competência da Instituição.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN está presente em 5 *Campi*, sendo 1 em Natal – *Campus* Central - e 4 *campi* no interior: *Campus* de Caicó; *Campus* de Currais Novos; *Campus* de Macaíba e *Campus* de Santa Cruz. No âmbito da educação a distância, atua em 17 polos de apoio presenciais, sendo 16 localizados no Rio Grande do Norte e 1 no estado da Paraíba. Está estruturada acadêmica e administrativamente conforme previsto nos seus Estatuto e Regimento Geral.

Desde 2013 a Universidade firmou contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, que passou a administrar os 3 (três) hospitais da Universidade: Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) Maternidade Escola Januário Cicco (MEJEC), e Hospital Maternidade Ana Bezerra (HUAB), em Santa Cruz.

A UFRN conta com 102 cursos de **graduação** na modalidade presencial, com 27.865 alunos matriculados. Foi criado em 2015 um novo curso de graduação: Psicologia, bacharelado, na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), já contabilizado nos 102 cursos.

Em 2015, a Secretaria de Relações Internacionais (SRI) da UFRN informou que em nível de graduação, 39 estudantes chegaram à UFRN em mobilidade nacional, e 80 estudantes da UFRN foram encaminhados para outras instituições de educação superior também em mobilidade nacional. Em nível internacional, 48 estudantes estrangeiros cadastraram-se para mobilidade na UFRN, sendo que 14 deles são oriundos do Timor Leste e ingressaram para integralizar todo o curso de graduação na Instituição; já os estudantes da UFRN no exterior somaram 288 alunos.

A Universidade dispõe de 196 Acordos de Cooperação Internacional ativos, sendo que em 2015 foram firmados 28 novos Acordos. Destacam-se o número de Acordos da UFRN com a França, Portugal e Espanha: 36, 27 e 27, respectivamente. Além disso, no exercício de 2015 a Universidade participou pela primeira vez de um Programa da União Européia – o ERASMUS, que engloba nos seus objetivos a mobilidade acadêmica.

Na **pós-graduação**, a Universidade conta com 109 cursos *stricto sensu*, sendo 55 em nível de mestrado acadêmico, 17 em nível de mestrado profissional (totalizando 3.540 alunos) e 37 em nível de doutorado (com 2.064 alunos), perfazendo 5.604 alunos matriculados. Oferece 93 cursos de pós-graduação *lato sensu*: 56 cursos de especialização e 37 residências em saúde, sendo 32 residências médicas, 1 residência bucomaxilofacial e 4 residências multiprofissionais.

No exercício de 2015 foram realizadas 1.345 defesas: 355 teses de doutorado e 990 dissertações de mestrado. Em relação à 2014 houve um aumento de 7,5% no total de defesas, com destaque para o número de teses defendidas que apresentou incremento de 11,3%.

Neste nível de ensino dois Programas se sobressaem: o de Qualificação Profissional (PQI) em parceria com o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, vigente desde 2008, e o de Assistência à Docência na Graduação (PADG). Em 2015, ações contínuas já consolidadas, de apoio às atividades acadêmicas dos Programas, foram desenvolvidas na sua integralidade. Neste sentido, destaca-se que o esforço institucional para a manutenção dessas ações foi de extrema importância para que os Programas não sofressem maiores dificuldades frente ao corte de recursos sofrido neste ano, de 75% do custeio garantido pelo PROAP/CAPES, fonte principal de apoio ao funcionamento da Pós-Graduação.

Ainda no âmbito da Pós-Graduação, em 2015 foram elaboradas e submetidas à aprovação as propostas de um mestrado profissional, 6 mestrados acadêmicos e 4 doutorados, além da adesão a 5 propostas em rede, totalizando 16 cursos, número que se manteve em relação à 2014, indicando a manutenção do potencial de crescimento do sistema de Pós-Graduação da Instituição. Até o final de 2015, o Conselho Técnico Científico - CTC/CAPES confirmou a aprovação de 5 propostas da

UFRN, com destaque para a aprovação da proposta do Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva, vinculado à Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), em Santa Cruz, que representa um marco importante para a Universidade por se tratar do primeiro Programa *stricto sensu* genuinamente do interior do Estado.

Na modalidade a distância, em nível de graduação, a Instituição oferta 11 cursos (1 bacharelado, 1 tecnólogo e 9 licenciaturas), com 2.934 alunos matriculados. Destaca-se nessa modalidade o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública que foi ofertado com recursos da própria UFRN com o objetivo de qualificar seus servidores e de instituições como a UFERSA e o IFRN; no período letivo 2015.2, 395 alunos concluíram o curso. De outro lado, na área de Inovação, Ciência e Tecnologia, ressaltam-se 3 projetos que foram desenvolvidos em 2015:

- Repositório de Pesquisa em Saúde - projeto desenvolvido entre o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da UFRN e o Núcleo Avançado de Inovação Tecnológica (NAVI) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), para armazenar as pesquisas científicas no campo da gestão do trabalho e da educação permanente em saúde;
- Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde - tem como propósito apresentar indicadores pertinentes a força de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta plataforma trabalha com tecnologias como Bigdata e está sendo desenvolvida pelo LAIS em conjunto com a Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) da UFRN;
- AVA RH SUS - trata-se de uma plataforma virtual de aprendizagem a distância, vinculada a Plataforma Nacional de Recursos Humanos em Saúde, cuja finalidade é contribuir com a formação dos trabalhadores do SUS. Esse é um projeto desenvolvido na SEDIS com a participação do LAIS.

A UFRN oferece ainda 4 cursos de graduação em convênio com a CAPES no Programa PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) e 2 cursos em convênio com o MEC no âmbito do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Também na esfera da educação superior, a Universidade diplomou em 2015, 3.985 alunos na graduação presencial, 561 na graduação a distância, e 1.345 na pós-graduação *stricto sensu*.

O Quadro abaixo apresenta uma síntese das informações sobre o número de alunos na UFRN no exercício 2015:

Tabela 2 – Número de alunos matriculados e concluintes na UFRN em 2015

Nível de ensino	Nº de alunos matriculados 2015	Nº de alunos concluintes 2015
Graduação presencial	27.865	3.985
Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	5.604	1.345
TOTAL	33.469	5.330

No total, somando os alunos matriculados em todos os níveis de ensino da educação superior, nas modalidades presencial e a distância, a Universidade tinha **36.403** alunos matriculados em 2015. Tal desempenho é decorrente, principalmente, do compromisso e responsabilidade social da Instituição em formar profissionais com qualidade para a sociedade, conforme comprovam todas as avaliações externas do MEC/INEP e o indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente (2014) – IGC “4”.

A **pesquisa** na UFRN em 2015 contou com 370 grupos e 1.330 projetos. Dos 370 grupos de pesquisa, 152 estão consolidados e 218, em processo de consolidação. No período, observou-se um

esforço significativo da UFRN no âmbito do registro de patentes e da proteção da propriedade intelectual, dispondo de 13 pedidos de patentes. Sua produção científica no exercício foi de 1.755 artigos em periódicos, jornais e similares, 122 livros, e 298 capítulos de livros.

As atividades de **extensão** no exercício de 2015 compreenderam 1.878 ações que resultaram no desenvolvimento de programas, projetos, cursos, eventos e produtos, com a participação de docentes, técnico-administrativos e estudantes. Essas ações priorizaram a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para uma formação que privilegia a articulação dos conhecimentos com a prática, buscando o cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

A despeito dos cortes no orçamento das universidades públicas federais e a consequente redução dos recursos orçamentários destinados às ações de extensão, a UFRN realizou em 2015, a totalidade dessas ações programadas para o exercício.

Na área da extensão foram executados 1.004 projetos, 254 cursos, 585 eventos e contabilizados 35 produtos, abordando as 8 áreas temáticas conforme demonstrados na Ação 20GK, integrante deste Relatório.

Além disso, no ano de 2015 foram lançados 8 editais para ações de extensão, distribuídos da seguinte forma: 4 editais temáticos; 2 editais de ações acadêmicas integradas (ensino, pesquisa e extensão); 1 edital para grupos de arte e cultura e 1 para projetos de extensão isolados.

Destaca-se, outrossim, a continuidade do Programa “Trilhas Potigüares” que envolveu o desenvolvimento de atividades extensionistas em 6 municípios do Estado; a realização da XXI Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura (CIENTEC), que apesar da redução de 50% do orçamento destinado à sua realização em 2015, o evento inovou em vários aspectos como na nova configuração para apresentação de *banners*, na nova estrutura física dos estandes, e com os editais lançados de apoio à CIENTEC Cultural – pessoa física, grupos artísticos e projetos cênicos; bem como o Edital de Apoio às ações dos *campi* do interior com a aprovação e execução de 36 propostas, entendida como iniciativa de fomento à ampliação da interiorização da extensão universitária.

Para garantir a permanência e o sucesso dos alunos matriculados, a Universidade conta com **infraestrutura física** adequada composta, entre outros, de laboratórios, hospitais, salas de aula e bibliotecas. Dispõe, assim, de potencialidade física e organizacional para cumprir com excelência sua missão e seus objetivos institucionais.

Suas instalações acadêmicas e administrativas estão organizadas em 01 Reitoria, 08 Centros, 03 Unidades Acadêmicas Especializadas, 01 Biblioteca Central e 01 Restaurante Universitário. A cada Centro e Unidade Acadêmica Especializada estão ligados setores de salas de aulas, laboratórios, núcleos de pesquisa e bibliotecas setoriais. As atividades de ensino, pesquisa, extensão e artístico-culturais são desenvolvidas também em auditórios distribuídos nesses espaços acadêmicos.

Para o desenvolvimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFRN dispõe de mais de 300 laboratórios. Entre eles, laboratórios específicos (por área ou disciplina) e laboratórios multidisciplinares, todos com espaço e equipamentos adequados às atividades desenvolvidas. Destacam-se, entre outros, os seguintes: Laboratório de Automação em Petróleo, Laboratório de Geologia e Geofísica do Petróleo, Laboratório de Epidemiologia Clínica e Fisioterapia Geriátrica, Laboratório de Engenharia Ambiental e Controle de Qualidade, Laboratório de Metrologia, Laboratório de Monitoração de Produtos sobre Vigilância Sanitária, e o Laboratório de Realidade conectado à rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

A Universidade dispõe também de 03 Museus (Museu Câmara Cascudo, Museu de Ciências Morfológicas e Museu do Mar), 01 Núcleo de Produção de Alimentos e Medicamentos– NUPLAM, 01 Agência de Comunicação, 01 Emissora de TV educativa em canal aberto e 01 rádio FM em frequência modulada.

Conta, ainda, com um Centro de Convivência no qual estão instalados um restaurante, livrarias, serviços bancários e de correios. Nesse espaço está igualmente alojado o Núcleo de Arte e

Cultura – NAC. As Unidades Acadêmicas (Centros e Setores de Aula) dispõem, em geral, de cantinas, lanchonetes e espaços de convivência para docentes, discentes e técnicos administrativos. A infraestrutura para a prática de esportes é composta por dois ginásios poliesportivos, piscinas e campo de futebol com pista de atletismo.

Para a promoção da arte e da cultura, a Instituição dispõe de um amplo anfiteatro aberto, situado na praça cívica do Campus Central próximo à Capela do Campus, espaço próprio para as manifestações religiosas na Universidade. Conta, também, com um Teatro Multiuso, tipo arena, que pode ser organizado de acordo com o espetáculo ou peça, com capacidade para 300 pessoas.

Na área de Arte e Cultura destacam-se as seguintes ações em 2015: a reestruturação do NAC que permitiu a ampliação e a realização de ações artístico-culturais no âmbito da Universidade, otimizando esforços e aumentando a visibilidade das ações, buscando, inclusive, incluí-las como atividade curricular de cursos de graduação; e a sistematização do acervo artístico-cultural da Instituição.

Atuando como suporte informacional ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para a produção científica da Instituição, a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) é o órgão central executivo do Sistema de Bibliotecas da UFRN (SISBI), responsável pela coordenação, padronização e assistência técnica às 20 (vinte) outras bibliotecas setoriais que compõem o SISBI.

Em dezembro de 2015, o SISBI dispunha de um total de 400.922 volumes; destes, 261.793 são livros e 115.746 são periódicos entre outros títulos.

A BCZM permite, por meio de sua página (www.bczm.ufrn.br), acesso aos acervos digitais de todas as unidades do Sistema de Bibliotecas da UFRN. Entre outros títulos, esses acervos englobam 3.530 livros eletrônicos; 6.736 Teses e Dissertações; e 1.162 Monografias. Além disso, as unidades do SISBI oferecem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, Hemerotecas Digitais e Fotografias.

Na BCZM destacam-se as atividades técnicas de produção de materiais informacionais, desenvolvidas no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca (LA), em formato acessível (Ampliado, Braille e Áudio), para permitir o adequado desenvolvimento acadêmico e social dos alunos da Universidade com baixa visão, cegueira, dislexia, entre outros, garantindo a permanência desses alunos e a conclusão dos respectivos cursos.

Também como forma de assegurar o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, a UFRN dispunha em dezembro de 2015 de um quadro de pessoal composto de 5.474 servidores, sendo 2.271 docentes efetivos e 3.203 técnico-administrativos. Do total de docentes efetivos, 2.060 pertencem ao quadro permanente do Ensino Superior e 211, ao quadro de docentes permanentes da Educação Básica.

No magistério superior, dos 2.060 docentes efetivos, cerca de 79% são doutores, 14% mestres, 6% especialistas e menos de 1% graduados.

Além da força de trabalho descrita acima, a Universidade conta ainda com a colaboração de pessoal terceirizado por meio de empresas prestadoras de serviços para desempenhar funções de cargos extintos desde 1998. Além disso, dispõe de pessoal contratado diretamente pela Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC para apoiar os projetos acadêmicos.

A UFRN tem demonstrado a existência de plenas condições para garantir o seu funcionamento, bem como para cumprir o compromisso de formar profissionais qualificados para os diferentes setores da sociedade. Esse entendimento é corroborado pelos resultados de todas as avaliações externas do MEC/INEP, bem como pelos resultados obtidos no indicador de qualidade IGC (Índice Geral de Cursos) mais recente - 2014, publicado em 2015, cujo conceito obtido foi “4”, numa escala de “1” a “5”. Destaca-se que desde a primeira edição do IGC a UFRN tem mantido o conceito “4” no indicador.

Para o cálculo do IGC são considerados, dentre outros indicadores, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE (de cursos de graduação), bem como os resultados da avaliação (antes trienal e agora quadrienal) realizada pela CAPES, dos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela Instituição.

O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Avalia cada área do conhecimento de acordo com o ciclo avaliativo, que é trienal. Tem a finalidade de aferir o aproveitamento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos curriculares, habilidades e competências.

Os resultados aqui demonstrados foram divulgados pelo INEP/MEC no final do segundo semestre de 2015 e são referentes ao Exame realizado em 2014. O quadro que segue abaixo apresenta os resultados da Universidade obtidos por meio da participação dos alunos dos cursos das áreas de Engenharia e das licenciaturas com os respectivos bacharelados. Para estabelecer um comparativo e auxiliar a compreensão da avaliação, encontram-se registrados os três resultados anteriores dos cursos das áreas referidas. Da mesma forma que no IGC, os conceitos do ENADE variam na escala de “1” a “5”.

Tabela 3 - Conceitos dos cursos da UFRN avaliados no ENADE em 2014

Curso	Ano da Avaliação			
	2005	2008	2011	2014
Arquitetura e Urbanismo	5	4	5	5
Ciências Biológicas - Bacharelado	4	4	4	4
Ciências Biológicas – Licenciatura	-	-	5	4
Ciências Sociais-Bacharelado	4	3	5	3
Ciências Sociais-Licenciatura	-	-	5	3
Ciências da Computação	SC*	-	4	4
Sistemas de Informação	4	2	-	4
Engenharia Civil	4	5	4	4
Engenharia da Computação	3	5	4	4
Engenharia Elétrica	3	3	4	3
Engenharia de Materiais	4	2	3	3
Engenharia de Produção	3	3	4	4
Engenharia Química	4	3	3	3
Engenharia Mecânica	3	3	3	3
Engenharia Têxtil	SC*	1	-	3
Filosofia - Bacharelado	3	2	4	4
Filosofia – Licenciatura	-	-	3	2
Física - Licenciatura	4	3	3	3
Física – Bacharelado	-	-	2	4
Geografia – Natal - Bacharelado	4	4	5	3
Geografia – Natal-Licenciatura	-	-	4	4
Geografia – Caicó-Licenciatura	-	-	5	4
Geografia – Caicó-Bacharelado	4	3	5	2
História – Natal-Bacharelado	5	4	5	3
História – Natal-Licenciatura	-	-	5	4
História – Caicó-Bacharelado	4	4	4	2
História – Caicó-Licenciatura	-	-	4	3
Letras Português – Natal	3	4	4	4
Letras Português e Inglês – Natal	-	-	-	5
Letras Português e Espanhol – Natal	-	-	-	3
Letras Português – Currais Novos	SC*	3	-	3
Letras Português e Espanhol – Currais Novos	-	-	-	2
Pedagogia – Natal	4	5	5	5
Pedagogia – Caicó	4	4	5	4
Química – Licenciatura	3	3	3	3
Química – Bacharelado	-	-	4	2
Matemática – Natal -Licenciatura	3	3	3	3
Matemática – Natal - Bacharelado	-	-	3	2
Matemática – Caicó-Licenciatura	-	-	2	3

Fonte: INEP/ENADE

SC: Sem Conceito

No contexto da avaliação institucional, além da avaliação externa, destaca-se o processo de avaliação interna ou autoavaliação, desenvolvido continuamente pela UFRN, e que desde 2004 está fundamentado na Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004). Esse processo fornece apoio às atividades acadêmicas da Instituição e é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) – caracterizada no capítulo 4, item b deste Relatório, conforme previsto na mencionada Lei. Abrange a avaliação das dez dimensões definidas na Lei nº 10.861, atualmente agrupadas em cinco eixos por meio da Nota Técnica nº 14/2014 do INEP/MEC.

O processo de autoavaliação na UFRN identifica as fragilidades e as potencialidades institucionais nas dimensões previstas na supracitada Lei, se caracterizando num importante instrumento para a tomada de decisão; desse processo resultam relatórios contendo análises, críticas e sugestões. No exercício de 2015 a CPA conduziu o processo de autoavaliação dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Ciências Biológicas, além dos estágios curriculares desenvolvidos nos 3 Hospitais Universitários, cujo Relatório se encontra disponível na página da CPA, no endereço www.avaliacao.ufrn.br. Foi iniciado também em 2015 o processo de autoavaliação da Política de Assistência Estudantil da Universidade. Ainda no exercício, foi realizada a autoavaliação das metas do PDI 2010-2019, cujo Relatório Técnico (disponível na página da CPA, no endereço www.avaliacao.ufrn.br) subsidiou a elaboração de novas metas (2015-2019) para o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN.

Ação 4002 - Assistência aos Estudantes de Educação Superior

Quadro 7 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	4002				Tipo:	Atividade	
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa	03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com pro-moção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, equidade e da inclusão, considerando, in-clusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiências.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em espe-cial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em insti-tuições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Código	0841				
Programa	Educ. Superior - Grad. Pós-Graduação, Ens., Pesq. e Extensão	Código	2032	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim ()Não Caso positivo:()PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	32.164.738,00	32.164.738,00	27.406.683,32	24.978.702,57	24.173.580,02	805.122,55	2.427.980,75
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0024-RN	Benefício concedido		unidade	20.000	20.000	22.850	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	3.462.816,40	2.754.361,10	436,00	Benefício concedido	unidade	22.850	

Fonte: Tesouro Gerencial

As ações de assistência estudantil executadas pela UFRN em 2015 foram custeadas com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e com recursos orçamentários da Instituição. No que diz respeito aos recursos do PNAES, instituído através do Decreto-Lei nº 7234, de 19 de julho de 2010, conforme o seu artigo 5º, serão atendidos com os seus recursos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. Na UFRN, a resolução que trata de auxílio a estudantes considera como alunos em vulnerabilidade socioeconômica aqueles provenientes de famílias cuja renda per capita seja igual ou inferior a um salário mínimo oficial (Resolução 026/2009 – CONSAD, de 20 de agosto de 2009). Ainda, de acordo com o Artigo 3º do Decreto 7.234, o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, e no seu Parágrafo 1º diz que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte;

VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Os recursos oriundos do PNAES foram complementados por recursos do orçamento da Instituição e outros advindos de convênios e projetos. Assim, teve-se uma oferta de bolsas, auxílios e serviços abrangentes. O Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), organizado na Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), operacionaliza boa parte dos programas e das ações da assistência estudantil da UFRN, buscando contemplar as linhas de ação previstas no PNAES conforme especificação exposta a seguir.

Bolsa alimentação: A Bolsa Alimentação objetiva a concessão de refeições (desjejum, almoço e/ou jantar) aos estudantes em situação de vulnerabilidade sócio-econômica que se enquadram nos critérios de estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD e que têm necessidade acadêmica de se manter em turnos consecutivos na Instituição. Em Natal, os estudantes são assistidos no Restaurante Universitário (RU) do Campus Central e no refeitório do Centro de Ciências da Saúde (CCS); nos *campi* do CERES (Caicó e Currais Novos) e da Facisa, onde não existe restaurante universitário funcionando, esse apoio é feito através da concessão de dois tipos de bolsas: a primeira, no valor de R\$ 150,00, destina-se a estudantes que ou já recebem bolsa moradia ou residem em cidades próximas e têm necessidades de permanecer em mais de um turno na Instituição; a segunda, no valor de R\$ 300,00, é concedida aos estudantes moradores das residências universitárias. Além do atendimento com gratuidade, o RU também atende alunos pagantes, no valor de R\$ 3,00, para almoço ou jantar, uma vez que o café da manhã é exclusivo dos moradores das residências universitárias. Em 2015, o Restaurante Universitário serviu 963.953 refeições, o que se traduz em uma média mensal de 80.235 refeições servidas. Desse total, 65% foram fornecidas com gratuidade completa e 35% pagas ao valor de R\$ 3,00, o que implica em um subsídio de quase R\$ 4,00 por refeição, dado o valor médio de custo da refeição de R\$ 7,00, previsto para 2015.

Bolsa Moradia: Através do programa Bolsa Moradia, a UFRN visa assegurar moradia aos estudantes que se encontram dentro dos critérios socioeconômicos estabelecidos pela Resolução 026/2009 – CONSAD, procedentes de cidades diferentes daquelas onde tem os *campi* da UFRN e de outros estados e que necessitam desta modalidade de apoio para permanecer e concluir sua formação superior. Atualmente a UFRN disponibiliza 12 Residências Universitárias, a maioria em imóveis próprios, apenas um alugado, com capacidade para 774 alunos, sendo **07** Residências de Graduação em Natal, **02** no CERES (nos Campi de Currais Novos e Caicó), **01** na FACISA (Campus Santa Cruz), o que totalizam **10** Residências de Graduação e **02** Residências de Pós-Graduação localizadas em Natal. As residências de pós-graduação são mantidas com recursos próprios da UFRN, uma vez que o PNAES só pode ser usado para atender alunos de graduação presencial. Além da Bolsa Residência, a UFRN concede aos estudantes que não são contemplados com vagas nas residências um auxílio-moradia no valor de R\$ 250,00. Em 2015, a instituição concedeu um total de 12.886 auxílio-moradia, beneficiando uma média de 1330 estudantes por mês.

Bolsa de Apoio Técnico e Administrativo: A Concessão de Bolsas de apoio Técnico e Administrativo é disponibilizada ao aluno que atende aos critérios socioeconômicos da Resolução 026/2009 – CONSAD e que estão aptos a inserir-se nos programas da assistência estudantil. É utilizada pela UFRN, como estratégia de subsidiar este aluno na permanência e conclusão de seu curso. Elas são disponibilizadas pelos centros acadêmicos e para ter acesso o aluno necessita, como contrapartida, desenvolver de 12 a 20 horas semanais de atividades de trabalho, estabelecidas de acordo com especificidade e o objetivo de cada setor. Em 2015, a UFRN concedeu um total de 8.777 bolsas distribuídas a uma média mensal de 917 estudantes.

Bolsa Acessibilidade: Essa é uma ação afirmativa que a UFRN desenvolveu com o objetivo de atender a estudantes com deficiência física, sensorial, intelectual, pessoa com transtorno do espectro autista ou múltipla além da situação de vulnerabilidade socioeconômica, para auxiliar ao aluno com deficiência a arcar com despesas referentes a deslocamento, aquisição de instrumentos pessoais

indispensáveis e de apoio aos estudos. No ano de 2015, foi disponibilizado um total de 333 bolsas dessa modalidade que beneficiaram mensalmente 33 estudantes.

Auxílio-Creche: O Auxílio Creche objetiva custear despesas referente à manutenção da creche e/ou serviço similar, para os filhos de alunos da UFRN que fazem a primeira graduação. Para tanto, as crianças necessitam estar com idade entre 0 a 6 anos e também legalmente sob sua responsabilidade. Este atendimento dá-se através da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) durante os meses correspondentes ao período acadêmico de aulas no total de 100 bolsas por semestre. Para as estudantes com dois filhos, a concessão é de uma bolsa mensal de R\$ 200,00. Em 2015, a UFRN concedeu 551 bolsas de R\$ 100,00 a 68 estudantes e 74 bolsas do segundo tipo (R\$ 200,00) a 8 alunas.

Auxílio-Transporte: O Auxílio Transporte objetiva o apoio financeiro, no valor de R\$ 100,00 aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD. Atualmente, os Campi que contam com este auxílio são: Santa Cruz, Caicó, Currais Novos e Macaíba. Em 2015, a UFRN concedeu um total de 4.967 desses auxílios, o que correspondeu a uma média de 521 estudantes beneficiados por mês.

Auxílio-Atleta: O Auxílio Atleta objetiva incentivar a participação de atletas de alto rendimento esportivo e em vulnerabilidade socioeconômica nas seleções da UFRN, através da disponibilização de recurso financeiro mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Bolsas acadêmicas: Na UFRN, bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e ações associadas (ensino, pesquisa e extensão) também são apoiadas com recursos da assistência estudantil. Essas bolsas são repassadas para as pró-reitorias acadêmicas que as distribuem a docentes através de editais de apoio a projetos nas dimensões acima elencadas. O valor mensal de cada uma dessas bolsas é de R\$ 400,00. Aqui indica-se apenas aquelas que foram custeadas com recursos do PNAES. Em 2015, a UFRN concedeu um total de 8287 bolsas de pesquisa a uma média mensal de 733 estudantes durante 12 meses. Já as bolsas de extensão foram um total de 6861 distribuídas para 995 estudantes durante 10 meses. As bolsas de monitoria (auxílio à docência) foram 4924 distribuídas para uma média de 477 durante 12 meses. Ressalve-se que desse total de bolsas de monitoria, cerca de 1.000 foram custeados com recursos orçamentários não oriundos do PNAES. E as bolsas associadas foram 1.376 concedidas a uma média de 363 estudantes durante oito meses.

Além das bolsas e auxílios acima identificados, cuja concessão é condicionada à concorrência em edital, a UFRN, em fluxo contínuo, através do atendimento da Diretoria de Assistência ao Estudante da PROAE com o apoio técnico do Serviço Social da CAPAP, providenciou as seguintes ações de apoio à permanência estudantil:

Auxílio óculos: O auxílio óculos objetiva atender aos estudantes que atendem aos critérios estabelecidos na Resolução 026/2009 – CONSAD, em primeira graduação, e que necessitem de subsídio para aquisição de óculos ou lentes corretivas, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses entre cada solicitação. O atendimento acontece por meio da disponibilização de recurso financeiro no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Auxílio Instrumental Acadêmico: Trata-se de um recurso financeiro disponibilizado para auxiliar os alunos do curso de odontologia na aquisição de seus instrumentais, pois são materiais de alto custo e sem esse apoio pelo menos 10% dos estudantes trancariam o curso. Em 2015, foram fornecidos auxílios a 60 estudantes de Odontologia identificados pelo serviço social como enquadrados nos critérios estabelecidos pelo PNAES para apoio prioritário.

Apoio para a participação estudantil em eventos científicos, acadêmicos e culturais. Essa modalidade de apoio, concedida prioritariamente a estudantes em situação de vulnerabilidade social, objetiva apoiar a participação de alunos da UFRN em eventos regionais, nacionais e, excepcionalmente, internacionais. Em 2015, foram concedidos auxílios a 494 estudantes.

Para além desses apoios, através de auxílios, bolsas ou ofertas de alimentação e/ou moradia, a UFRN também oferta um conjunto de programas e ações e contínuas. Dentre estas, em 2015, destacamos as seguintes:

Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante. Tem como foco atuar no acolhimento em saúde para os estudantes através da escuta clínica, realizar aconselhamento, orientação e/ou intervenção psicológica na resolução de problemas de natureza afetivo-emocional, ajudar os estudantes a superar as dificuldades de relacionamento afetivas e adaptativas que estejam interferindo no desempenho acadêmico. Visa também contribuir para a permanência no curso e melhorar o aproveitamento acadêmico, através da promoção de ações. O Programa atende somente alunos identificados como prioritários de acordo com os critérios do PNAES, dada a grande procura e a existência de poucos profissionais efetivos.

Plantão Psicológico: Oferece ao estudante atendimento breve com fins de acolhimento a demandas pontuais, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito acadêmico. Realiza, quando necessário, o encaminhamento adequado para cada caso. Os atendimentos são de fluxo contínuo e ocorrem nos turnos matutino (8h-12h), vespertino (12h-16h) e alguns dias no turno da noite (16h-20h). Durante o ano, o plantão psicológico esteve em funcionamento 212 dias.

Grupos de Apoio Terapêutico: Trata-se da oferta de grupos de psicoterapia para estudantes com atividades terapêuticas, dinâmicas de grupo, vivências, dentre outras, para minimizar os conflitos vivenciados. Foram realizados 28 encontros grupais.

Reuniões de supervisão com docentes: Discussão e estudo dos casos da PROAE acompanhados em psicoterapia pelas estagiárias com o docente supervisor de estágio.

Programa de Aconselhamento em Saúde. Tem como foco ações de orientação em saúde sexual, sistematizando campanhas, palestras e cursos que possam oferecer informações pertinentes as doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Têm sido distribuídos *folders* de orientação e preservativos.

Projeto de Extensão Hábitos de Estudo (PHE). Tem como foco ajudar os universitários a refletir sobre seu processo de aprendizagem, auxiliando na construção de estratégias e métodos de estudo que facilitem a vida acadêmica promovendo o sucesso profissional e pessoal dos estudantes. O projeto é desenvolvido sob a coordenação de uma Psicóloga e uma equipe de 8 alunos bolsistas e voluntários nas áreas de Psicologia e Pedagogia que atendem graduandos de qualquer Instituição de Ensino Superior em Natal (IES), independente de classe socioeconômica.

Em 2015, a Coordenadoria de Saúde do Estudante (CASE), vinculada à PROAE, realizou a triagem e encaminhou 3823 estudantes para atendimento médico, odontológico ou ambulatorial.

Também em 2015 a Comissão Própria de Avaliação (CPA) iniciou uma autoavaliação da política de assistência estudantil da UFRN junto aos alunos bolsistas dos cursos de graduação regulares, que se enquadram na condição de vulnerabilidade econômica, conforme Portaria 1.810/15-Reitoria de 21 de setembro de 2015. A primeira etapa do processo foi a avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes que ingressaram no ensino de graduação via cotas em comparação aos demais. Para isso foi utilizado o índice de eficiência acadêmica estratificado em 3 faixas a saber: IEA < 5, IEA de 5 a 7 e IEA > 7 para a avaliação do desempenho por curso, por Centro/Unidade Acadêmica Especializada e para a Instituição como um todo. Foi observado que não existe diferença significativa entre os ingressantes cotistas quando comparados àqueles que ingressaram via ampla concorrência. A conclusão de toda a avaliação está prevista para outubro de 2016 conforme prevê a citada Portaria. Em 2015 a UFRN destinou 50% de suas vagas para o ingresso por meio de cotas.

Distribuição percentual do índice de eficiência acadêmica (IEA) por faixa (Média de 2013 a 2015.1)

Figura 1

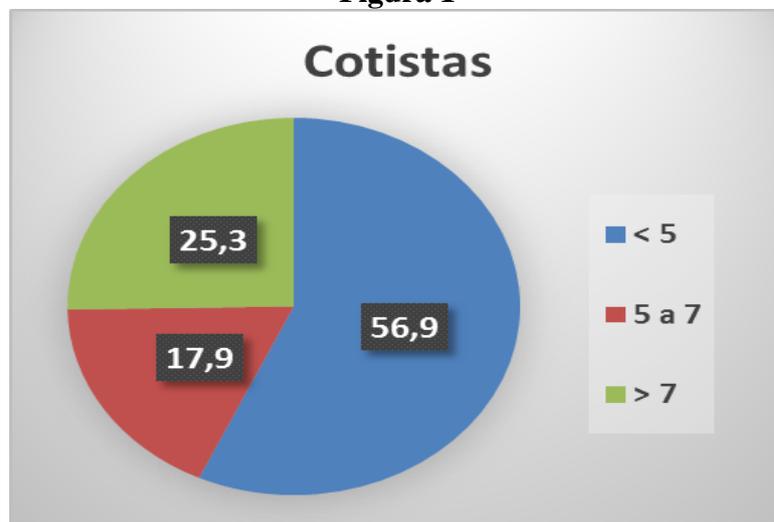
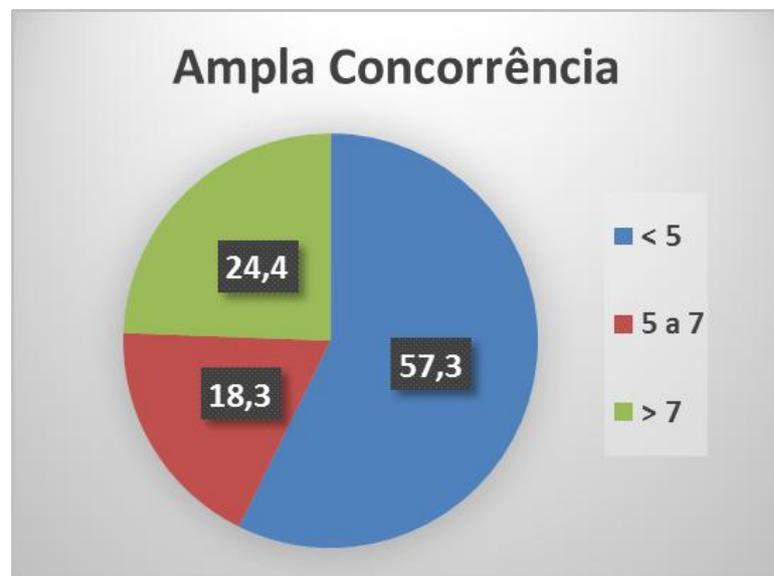


Figura 2



Ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Quadro 8 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	8282					Tipo:	Atividade
Descrição	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	03GD-Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	Código	0841				
Programa	Ed. Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ens. Pesq. e Extensão	Código	2032	Tipo:			
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	143.439.350,00	143.439.350,00	71.774.911,08	51.867.917,85	41.615.954,67	10.251.963,18	19.906.993,23
7118-RN	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-
7120-RN	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Projeto viabilizado	unidade	327	327	37		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	42.122.178,33	27.514.140,56	104.779,98	Projeto viabilizado	unidade	26	
7118-RN	-	-	-				
7120-RN	-	-	-				
0244-RN	11.521,18	6.791,18	-				

Fonte: Tesouro Gerencial

Registra-se inicialmente que a meta física apresentada de 327 projetos não corresponde àquela de 21 projetos apresentada pela UFRN quando da elaboração da LOA 2015.

Tal mudança ocorreu à revelia da Instituição e não pôde ser corrigida face à indisponibilidade de acesso ao SIMEC quando do relatório parcial, que deveria ter sido apresentado ao final do primeiro semestre de 2015.

Quanto à execução da ação, é importante salientar que os recursos inicialmente previstos sofreram o corte de 50% em seus valores, por determinação do MEC. Mesmo assim, a UFRN levou a termo a execução de 37 projetos, sendo 11 destes iniciados em 2015, voltados para construção, reforma e ampliação de sua infraestrutura física, contemplando salas de aulas, laboratórios, espaços

de convivência, obras de melhoria da mobilidade interna, melhoria da infraestrutura de assistência à comunidade acadêmica, bibliotecas, rede de comunicação (*backbone* óptico) e outros.

Programa 2931 - Desenvolvimento Produtivo

Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Quadro 9 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 2522 - Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2522					Tipo:	Atividade
Descrição	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos						
Iniciativa	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos						
Objetivo	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva	Código	0196				
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código	2055	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0024-RN	Unidade farmacêutica produzida		milhar	500	500	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0024-RN	1.007.569,74	951.452,49	224,52				

Fonte: Tesouro Gerencial

Para o ano de 2015 foi estipulada pela direção do NUPLAM a produção de OLANZAPINA para o Ministério da Saúde (MS), fruto de uma transferência de tecnologia do medicamento com o laboratório privado EMS.

Com a publicação da PORTARIA Nº 2.531, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014 o projeto executivo apresentado pelo NUPLAM, em setembro de 2014, ao MS, passou a ser analisado de acordo com o marco regulatório das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), regulamentado pela referida portaria. Apesar das solicitações da equipe do DECIIS/SCTIE/MS e dos avanços na preparação da área de produção de medicamentos sólidos orais do NUPLAM, infelizmente isso não se concretizou, pois, mesmo tendo requerido o Registro Sanitário do medicamento à ANVISA no mês de fevereiro, ainda não se teve a publicação desse Registro.

Ainda em 2015, o NUPLAM junto ao parceiro privado EMS, apresentou ao Ministério da Saúde um novo projeto de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), envolvendo o medicamento DONEPEZILA. Esse projeto executivo protocolado no início de 2015 já teve aprovação inicial por parte do MS e foi objeto de defesa oral para uma comissão de especialistas. Os projetos para a produção de OLANZAPINA e DONEPEZILA, quando aprovados, permitirão ao NUPLAM ampliar o seu portfólio de medicamentos destinados prioritariamente para atender demandas do MS. Portanto, não se tem como apresentar quantitativos de produção. Nesse ano de

2015 a ação do NUPLAM esteve centrada na apresentação de projetos junto ao MS e da utilização da sua capacidade instalada para ensaios, visando à preparação de mão de obra e à realização de ensaios laboratoriais e de produção, tendo em vista a absorção das tecnologias que estarão sendo transferidas.

A despeito disso, os recursos recebidos na ação PRODUÇÃO DE FÁRMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS foram aplicados na planta física do NUPLAM para o estabelecimento ou manutenção de condições requeridas para absorção de tecnologia. Dentre as adequações e/ou melhorias realizadas no NÚCLEO DE PESQUISA EM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS (NUPLAM) em 2015, destacam-se:

1. Adequação da área produtiva para modernização da planta fabril, deixando-a apta para o recebimento da tecnologia, oriunda dos contratos firmados ou almejados nas Parcerias de Desenvolvimento de Produtos (PDPs);

2. Adequação e modernização de Sistema de Tratamento de Água, visando o atendimento à legislação vigente e proporcionando o start-up para o início do processo de validação do referido sistema, item imprescindível para a retomada das atividades produtivas;

3. Adequação das áreas de armazenamento de insumos e de produtos acabados, com o objetivo de atender as futuras demandas oriundas das PDPs;

4. Modernização da área do laboratório de Desenvolvimento de Produtos Farmacêuticos, objetivando a melhoria da estrutura para atendimento dos critérios de execução de etapas das PDPs, voltadas para produção de medicamentos;

5. Modernização do laboratório de controle de qualidade para realização de análises voltadas para os produtos objeto das PDPs.

6. Desenvolvimento e adaptação de metodologias analíticas físico-químicas e microbiológicas;

7. Melhorias no sistema de amostragem e pesagem, proporcionando que as atividades que precedem a produção de medicamentos, em si, sejam realizadas conforme disposto pela legislação sanitária vigente, visando o atendimento as Boas Práticas de Fabricação.

Programa 2931 - Educação Profissional e Tecnológica

Ações: 20R - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

2994 - Assistência ao Estudante de Educação Profissional e Tecnológica

Ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 10 - Ações/Subtítulos - 0FSS - Ação 20RL - Funcionamento de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica

Identificação da Ação							
Código	20RL					Tipo:	Atividade
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes da educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos.						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.			Código			
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código	2031	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	9.234.091,00	9.234.091,00	8.757.250,98	6.718.146,99	5.659.985,51	1.058.161,48	2.039.103,99
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0024-RN	Estudante matriculado		unidade	1700	1700	1619	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	1.353.208,36	1.080.205,49	22.674,50	Estudante matriculado	unidade	1619	

Fonte: Tesouro Gerencial

No âmbito da Educação Profissional, a Universidade atua com a oferta de cursos técnicos de nível médio nas seguintes Unidades Acadêmicas: Escola Agrícola de Jundiá (EAJ), Escola de Saúde (ES/UFRN) e Escola de Música (EMUFRN).

A EAJ tem concentrado suas atividades administrativas e acadêmicas voltadas para o campo das ciências agrárias, concentrando sua área de atuação no ensino, pesquisa e extensão, na formação e profissionalização de jovens e adultos oriundos dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN), promovendo os cursos técnicos em agropecuária, agroindústria, informática e aquicultura.

A ES/UFRN tem desenvolvido ações para promover a profissionalização dos educandos, preparando-os para atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, de forma integral e crítica, considerando os princípios ético, técnico, político e humano, na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população, mediante a oferta dos cursos técnico em enfermagem, técnico em vigilância da saúde, técnico em registro e informações em saúde e técnico em práticas integrativas e complementares em saúde.

A EMUFRN oferece no âmbito da educação profissional cursos técnicos de nível médio em música, cujo objetivo principal é a formação de profissionais na área de instrumento, canto, regência e gravação musical (processos fonográficos), com a finalidade de prepará-los para atuarem no mundo do trabalho. Tal formação tem contribuído para capacitar jovens e adultos advindos da capital, do interior do RN, e de outros Estados do Brasil, para o exercício profissional como músicos instrumentistas, regentes de banda e corais, cantores e técnicos em gravação musical.

O fomento destinado a esta Instituição, para cumprimento da meta prevista, favoreceu ao desenvolvimento das ações, atendendo aos objetivos propostos, contribuindo para a qualidade e

melhoria do ensino, bem como para incrementar a democratização do acesso (inclusive por meio das cotas sociais) a educação profissional.

Nesse sentido, a meta física da ação 20RL foi cumprida num percentual de 95.23%, atendendo ao funcionamento das Escolas aludidas, uma vez que foram beneficiados 1.619 jovens e adultos matriculados no ano de 2015 na Universidade, nesta modalidade de ensino, sendo 790 na EAJ, 575 na ES/UFRN e 254 na EMUFRN.

Ação 2994 - Assistência ao Estudante de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro 11 - Ações/Subtítulos - OFSS - Ação 2994 - Assistência ao Educando de Educação Profissional e Tecnológica

Quadro – Ações / Subtítulos - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2994					Tipo:	Atividade
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e		Código				
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código	2031	Tipo:		
Unidade Orçamentária	26243						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras						
Lei Orçamentária Anual do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0024-RN	1.962.594,00	1.962.594,00	1.962.261,23	1.268.261,50	271.250,49	997.011,01	693.999,73
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo / Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0024-RN	Benefício concedido		unidade	1200	1200	1673	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo / Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0024-RN	-	-	-				

Fonte: Tesouro Gerencial

Com a finalidade de contribuir para a democratização da permanência e para o êxito dos alunos dos cursos técnicos, todas as Unidades ofertantes da Educação Profissional da UFRN possuem programas de assistência ao estudante de baixa renda, prioritariamente oriundo da rede pública, além de atender aos alunos em regime de internato, assistidos pela EAJ, que demandam uma atenção maior quanto à alimentação, moradia, assistência médica e odontológica.

As ações de assistência estudantil foram ofertadas nas seguintes modalidades: bolsa de apoio técnico administrativo, auxílio transporte, auxílio óculos, auxílio residência (para alunos oriundos do interior do RN e outras regiões do país), auxílio instrumento (para alunos dos cursos de música) e auxílio financeiro estudantil para participação em eventos culturais e científicos. No total foram atendidos e beneficiados 1.673 estudantes com a concessão desses benefícios, superando a meta prevista, em 34%, tendo em vista que um dado aluno pode receber mais de um benefício.

iii. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O ano de 2015 foi atípico com relação às formas de encaminhamento das políticas de execução orçamentária. O atraso no início da vigência do orçamento, aliada a redução do valor aprovado, 10% (dez por cento) em outras despesas correntes, exceto assistência estudantil, e 50%

(cinquenta por cento) dos investimentos, alteraram completamente a programação delineada para o ano, exigindo adoção de medidas de reavaliação de todo processo de execução das despesas, compatibilizando o orçamento reduzido com as metas pré-estabelecidas, de maneira que o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e extensão não fossem prejudicados.

Esforços foram empreendidos com a utilização de novas estratégias, destacando a ordenação das prioridades dos gastos através da seletividade das compras e compromissos a pactuar numa visão sustentável que permitiu uma melhora substancial na aplicação dos recursos públicos. Trabalho esse feito a custo, evidentemente, do adiamento de compromissos de viagens, eventos e tantas outras ações postergadas e com prazos alongados enquanto a situação não se estabiliza.

A Universidade, como se vê, mobilizou-se no sentido de protagonizar uma nova experiência de executar um orçamento abaixo das suas necessidades básicas, superando-se quanto a sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do Estado e do País sem perder as linhas prioritárias gestadas especificamente para o fortalecimento da Instituição no próximo período.

iv – Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

iv.i – Reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos

Quadro 12

Quadro 4.c.iv.i – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.1.98.00	Outros Encargos Sociais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
153103	00.394.460/0409-50	853.466,78	-	-	853.466,78
Fonte: Siafi					

iv.ii - Análise Crítica

A inscrição no valor de R\$ 853.466,78 na Conta Contábil 2.1.1.4.1.98.00 – Outros Encargos Sociais, é pertinente aos valores devidos a título de obrigação patronal previdenciária junto ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS, conforme Acórdãos nº 1888/2007 (Prestação de Contas da UFRN, exercício de 2002), e nº 2311/2007 (prestação de Contas da UFRN, exercício de 2004).

Historicamente, o Ministério da Educação inscreveu em orçamento os valores correspondentes aos precatórios, conforme informado pelo Poder Judiciário. No entanto, não havia previsão orçamentária para fazer face às despesas referentes à obrigação previdenciária decorrente do pagamento desses precatórios. Então, ao se promover os pagamentos dos precatórios, a Instituição procedeu às retenções previdenciárias e aos devidos recolhimentos, através de DARF eletrônico.

Em não havendo crédito orçamentário específico, contudo, a outra parcela do custeio da previdência, ou seja, a parcela referente à obrigação do empregador, não foi recolhida, gerando a dívida ora referenciada. De maneira a se corrigir essa falha, para a ocorrência do que esta Universidade em nada contribuiu, em várias ocasiões foi formalizado pleito à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, solicitando a necessária dotação orçamentária. Em 2012, através do Ofício nº 126/2012-GAB/SPO/SE/MEC a SPO se pronunciou informando que ainda em

2011 havia aberto a possibilidade para a liquidação dessa dívida, conforme Ofício-Circular nº 027/2011-GAB/SPO/SE/MEC; porém, a Pró-reitoria de Planejamento desta Universidade, à época, entendeu não se enquadrar no caso vivenciado pela UFRN. Daí a permanência desse saldo.

v.i – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 13

Quadro 4.c.v.i – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	11.875.582,22	11.338.444,71	-	537.137,51
2013	1.751.123,86	1.565.494,45	-	185.629,41
2012	49.563,79	27.148,88	-	22.414,91
2011	773,35	773,34	0,01	-
2010	32.034,07	-	32.034,07	0,00
2009	45.213,32	-	45.213,32	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	99.278.872,39	80.124.845,86	1.407.690,15	17.746.336,38
2013	20.873.791,85	7.236.222,50	1.436.553,67	12.201.015,68
2012	2.283.516,14	375.673,20	189.544,72	1.718.298,22
2011	1.123.553,04	167.496,70	43.257,68	912.798,66
2010	1.939,21	-	1.939,21	-

Fonte: Tesouro Gerencial

v.ii - Análise Crítica

Com relação aos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores destaca-se que, primeiramente, não foi gerado impacto na gestão financeira dessa UPC no exercício de referência decorrente desses pagamentos, uma vez que esses valores são devidamente inscritos em Recursos a Receber / Liberar nessa Unidade e na respectiva Setorial Financeira responsável pela liberação desses recursos.

Destacam-se os esforços dessa Instituição na realização dos pagamentos dos valores inscritos em Restos a Pagar. Nos valores correspondentes aos Restos a Pagar Processados, por exemplo, pode-se ver pela análise da imagem abaixo o grande percentual de pagamento sobre os valores inscritos:

Tabela 4

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	11.875.582,22	95%	0%	5%
2013	1.751.123,86	89%	0%	11%
2012	49.563,79	55%	0%	45%
2011	773,35	100%	0%	0%
2010	32.034,07	0%	100%	0%
2009	45.213,32	0%	100%	0%
Totais		94,02%	0,56%	5,42%

Pode-se observar que 94% de tudo o que foi inscrito foram pagos durante o exercício de 2015. Os valores inscritos nos Anos de 2009 e 2010 foram totalmente cancelados após análise e por conta do seu prazo prescricional. Quanto aos valores a pagar ao final de 2015, referente aos Anos de 2012 e 2013, ambos com o saldo restante de 45% e 11% a pagar, respectivamente, ao longo de 2016 será analisado se ainda haverá a obrigação de pagamento.

Em relação aos Restos a Pagar Não Processados também destaca-se um grande percentual de execução dos valores inscritos, conforme imagem a seguir:

Tabela 5

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	99.278.872,39	81%	1%	18%
2013	20.873.791,85	35%	7%	58%
2012	2.283.516,14	16%	8%	75%
2011	1.123.553,04	15%	4%	81%
2010	1.939,21	0%	100%	0%
Totais		71,14%	2,49%	26,37%

De todo o montante inscrito em RPNP verifica-se que 71,14% foi objeto de pagamento, 2,49% foram cancelados e 26,37% ficou pendente de pagamento ao final de 2015. A diferença no percentual pago, em relação aos Restos a Pagar Processados, se dá pela própria natureza dos RPNP, ou seja, despesas que foram apenas previamente empenhadas e que ainda estão aguardando a entrega do material e/ou serviço por parte dos fornecedores. Além disso, boa parte desse montante inscrito em RPNP é referente a Obras em Andamento e a Aquisição de Equipamentos via Importação.

Os valores inscritos em RPNP com o Ano de Inscrição de 2010 foram totalmente cancelados após análise e por conta do seu prazo prescricional. Os valores inscritos e não pagos, referentes aos anos de 2011 e 2012, serão pontualmente analisados em 2016 e cancelados caso se verifique que não mais serão atendidos.

vi – Execução descentralizada com transferência de recursos

Sobre os instrumentos para acesso às informações orçamentárias detalhadas, cabe informar que ainda não foram disponibilizados em página da UFRN na internet. Isso ocorre devido à necessidade de ajustes no sistema de controle interno - SIPAC, Módulo Projetos, Execução de Convênios, destinados a possibilitar a migração dos dados, de forma automática, para o nosso sítio público contemplando as informações padronizadas necessárias para o conhecimento dos cidadãos usuários.

Ressalta-se que é de total interesse desta instituição tornar público e transparente, todos os dados e demais informações relativas às execuções dos instrumentos de descentralizações firmados.

4.c.vi.i – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Quadro 14. c.vi.i - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios Posição em 31.12.2015 Valor em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/GESTÃO: 153103/15234						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados no exercício(em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	758.261,40	1.450.196,59	8.707.831,16
Termo de Execução Descentralizada	1	4	-	5.541.996,26	1.677.283,99	-
Totais	1	-	-	6.300.257,66	3.127.480,58	8.707.831,16

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

4.c.vi.ii – Resumo da prestação de contas sobre transferência concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de contratos de repasse.

Quadro 15 .c.vi.ii - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de execução descentralizada e de contratos de repasse.

Posição em 31.12.2015
Valor em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE				
UG/GESTÃO: 153103/15234				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativo e Montante Repassado		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Termos de Execução Descentralizada
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	(*) 1	0
		Montante Repassado	4.381.554,91	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	(**) 4
		Montante Repassado	0	7.219.280,25
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

(*) Prestação de Contas Final vencida em 2014, recebida em 2015.

(**) Prestações de Contas Finais vencidas em dez/15, porém com valores inscritos em Restos a Pagar a liberar.

4.c.vi.iii – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro 16 .c.vi.iii - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Posição 31/12/2015
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE			
UG/GESTÃO: 153103/15234			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Termos de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0
	Quantidade reprovada	0	0
	Quantidade de TCE instaurada	0	0
	Montante repassado (R\$)	0	0
Contas não analisadas	Quantidade	1	0
	Montante Repassado (R\$)	(*) 4.381.554,91	0

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

(*) Prestação de contas final vencida em 2014 e recebida em 2015, encontra-se com análise financeira concluída em fase de análise técnica e posterior aprovação.

4.c.vi.iv – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.

Quadro 17 .c.vi.iv - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursosPosição 31/12/2015
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
NOME: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN					
UG/GESTÃO: 153103/15234					
Instrumentos da Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	1
Termos de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional, Tesouro Gerencial e Controles Internos.

4.c.vi.v - Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.

PROAD/SETOR FINANCEIRO

Tendo em vista a quantidade de instrumentos vigentes no exercício deste Relatório de Gestão, os quais envolvem repasses por parte da UFRN, considera-se suficiente a atual estrutura de recursos humanos envolvida no gerenciamento dos recursos e análise das prestações de contas financeiras, desde que os instrumentos firmados não se apresentem ao longo dos exercícios seguintes muito além da média dos últimos dois anos. No exercício de 2015 o setor responsável por analisar financeiramente as contas recebidas contava com uma equipe de 03 (três) servidores, sendo um deles aposentado e ocupante de cargo de confiança como chefe do setor. Tal estrutura atende o apoio das atividades inerentes às contas prestadas dos instrumentos celebrados, tendo em vista que um servidor é capaz de analisar entre 15 a 30 prestações de contas em um exercício, a depender do grau de complexidade de cada uma, considerando o tempo de vigência, o volume de recursos envolvidos, quantidades e tipos de despesas realizadas, conforme previsto em cada instrumento firmado.

Ressalta-se que a UFRN dispõe de normas e sistema de controle e gerenciamento dos procedimentos administrativos de diversas áreas funcionais; contudo o módulo de que se dispõe destinado ao registro de projetos e instrumentos jurídicos firmados em parceria com outras instituições, não se encontra devidamente integrado com os procedimentos de controle relativo às etapas de repasses, prestações de contas e análise financeira, tornando-se objeto de atenção e dedicação das áreas de interesse para que em curto espaço de tempo a questão posta seja sanada.

Quanto à tempestividade na análise das contas enviadas pelos recebedores há que se considerar o trâmite dos processos por diversas instâncias, assim como o volume da documentação em análise e possíveis problemas detectados, os quais geram diligências com prazos determinados para atendimento, ressaltando, ainda, que esses prazos são prorrogáveis quando solicitados e considerados pertinentes pelo repassador até que sejam sanadas todas as pendências, objetivando que fiquem demonstradas a boa e regular aplicação dos recursos. Embora algumas vezes os prazos para análise sejam extrapolados, não há evidências de omissão do dever de analisar as prestações de contas recebidas.

4.c.vi.vi - Análise Crítica

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;

Não foi detectado, até o dia 31/12/2015, nenhum registro de inadimplência em sistemas de controle do Governo Federal motivado pela não prestação de contas das transferências realizadas por esta Universidade.

Em permanente acompanhamento, nos casos de possíveis atrasos na apresentação das prestações de contas pelos recebedores dos recursos, destaca-se como parte da rotina adotada o envio de notificações através de ofícios com limitação de prazo, de até 30 dias, para o saneamento das pendências. Mediante solicitação de dilação de prazo para o atendimento das notificações, após avaliação e reconhecida a sua pertinência, os adiamentos são concedidos.

- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios;

Demonstrativo do volume de transferência de recursos dos instrumentos firmados, bem como daqueles vigentes nos últimos três exercícios:

Tabela 6 – Instrumentos no exercício

Exercício	Quantidade de Instrumentos Firmados	Quantidade de Instrumentos Vigentes	Montante de Recursos Transferidos em cada Exercício Independente do ano de celebração
2015	1	6	6.300.257,66
2014	4	7	3.127.480,58
2013	-	11	8.707.831,16

Fonte: Proad

Dos onze instrumentos vigentes em 2013, oito encerraram no mesmo ano, passando para o exercício seguinte três que, somados aos quatro firmados em 2014, totalizaram sete instrumentos vigentes. Desses sete vigentes em 2014 dois se encerraram, permanecendo cinco com vigência até 2015 que, somado a outro firmado neste mesmo ano, resultou em seis instrumentos ainda vigentes no exercício deste Relatório de Gestão, sendo um na modalidade de convênio e cinco na modalidade de Termo de Execução Descentralizada.

Portanto, os montantes de recursos apresentados nos últimos três exercícios referem-se às transferências decorrentes de Termos de Execução Descentralizada firmados nos últimos dois anos, bem como, aos convênios vigentes nos exercícios dos Relatórios de Gestão. Observa-se que no exercício de 2013 não foi firmado nenhum instrumento, ao passo que em 2014 e 2015 foram firmados quatro e um, respectivamente, relacionados a Termos de Execução Descentralizada, figurando como repassador a UFRN e recebedores outros órgãos da esfera federal, cuja responsabilidade é a execução de ação de interesses recíprocos.

O exercício de 2015 apresenta um remanescente de um instrumento vigente, na modalidade de convênio, por força de Termos Aditivos de prazo e/ou valor e, cinco T.E.D. dos quais quatro se encerraram no final do ano e um permanece em execução com prazo final a expirar em 2016.

Dessa forma, justifica-se o decréscimo no montante de recursos transferidos no exercício de 2014 em relação a 2013 e um acréscimo em 2015 em relação a 2014, devido às datas de celebração dos instrumentos no final do exercício e a ocorrência de repasses com base nas liquidações das despesas ao longo de 2015. Ressalta-se, ainda, que não foram desprezados os rendimentos auferidos

em cada ano, oriundos de aplicação dos recursos pelas convenientes, cuja quantia ao ser registrada no SIAFI impacta o valor total firmado, configurando-se no próprio sistema como valor aditivado.

Verifica-se que a ausência de Convênios firmados nos últimos anos deu-se em decorrência de, a partir de meados de 2009 a UFRN ter passado a celebrar com a fundação de apoio, instituição privada sem fins lucrativos, instrumentos jurídicos na modalidade de Contratos Acadêmicos, visando o apoio na execução dos Projetos Acadêmicos os quais estão demonstrados em quadro anexo.

- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;

Tabela 7

Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas no Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Prestadas no Prazo Regulamentar	Quantidades de Prestações de Contas Prestadas Fora do Prazo	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas e não Prestadas no Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Vencidas em 2014 recebidas em 2015
2015	04	00	00	04	01
2014	06	02	03	01	02
2013	06	01	03	02	-

Fonte: Proad

Observa-se que, para seis instrumentos com prestações de contas vencidas no exercício de 2013, uma foi apresentada no prazo regulamentar, três fora do prazo e duas não foram apresentadas até o encerramento do ano; contudo as mesmas foram encaminhadas nos meses subsequentes já no exercício de 2014, analisadas e aprovadas, não restando caracterizado omissão no dever de prestar contas, bem como, não comprometendo a verificação do bom e regular emprego dos recursos públicos.

Já no exercício de 2014, dos quatro instrumentos de transferência com prestações de contas vencidas neste mesmo exercício, duas teve seu prazo regulamentar cumprido, três foram apresentadas fora do prazo e uma foi apresentada no exercício de 2015, encontrando-se as primeiras na situação de analisadas e aprovadas e a última em fase de parecer técnico e aprovação, tendo em vista o prazo demandado para o saneamento das pendências e a conclusão da boa e regular aplicação dos recursos.

Por fim, a situação no exercício de referência deste Relatório de Gestão se apresenta da seguinte forma: as prestações de contas dos quatro instrumentos de transferência com prazos vencidos no final do exercício não foram concretizadas devido às pendências de liberação de recursos inscritos em restos a pagar pelo repassador (UFRN) estando condicionadas às liquidações dos empenhos inscritos em restos a pagar pelos órgãos executores recebedores.

- Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto;

Tabela 8

Exercício	Quantidade de Prestações de Contas Recebidas no	Quantidade de Prestações de Contas Analisadas e Aprovadas	Quantidade de Prestações de Contas Analisadas e	Quantidade de Prestações de Contas Recebidas com Prazo
-----------	---	---	---	--

	Exercício	no Prazo	Aprovadas Fora do Prazo	de Análise a Vencer no exercício de 2016
2015	01	00	01	-
2014	07	04	03	-
2013	04	01	03	02

Fonte: Proad

Até o dia 31 de dezembro de 2015 foi apurado um quantitativo de 01 prestação de contas recebida fora do prazo, a qual se encontra em processo de análise técnica e posteriormente aprovação do dirigente máximo da Instituição justificando-se o atraso devido às diligências e prazos demandados para o saneamento das pendências detectadas.

Em cumprimento às normas legais e regulamentares, esta Universidade continua se empenhando em realizar de forma satisfatória o controle e acompanhamento das transferências, com atenção ao cumprimento dos prazos impostos para as análises das contas prestadas com vistas à verificação da boa e regular aplicação dos recursos, assim como da constatação do cumprimento da finalidade do objeto pactuado. Apesar de todo esforço empreendido, observa-se intempestividade na conclusão de algumas análises e aprovação das contas, tendo em vista as peculiaridades de cada projeto.

Salienta-se que além do parecer financeiro emitido com base na análise financeira realizada, o processo segue para os setores competentes para verificação e emissão de parecer técnico quanto ao cumprimento dos objetivos/metast e resultados acadêmicos propostos, no caso de obras segue para emissão de parecer relativo aos serviços de engenharia executados.

Quanto ao prazo de noventa dias para análise, previsto na legislação de regência, experiências comprovam que dependendo da especificidade de cada caso, torna-se insuficiente para a adequada finalização.

Ratifica-se que, embora os prazos para apresentação, análise e conclusão das contas sejam extrapolados, não há omissão do dever de prestar contas nem do dever de analisar essas contas.

O setor responsável pelo controle dos prazos e análise financeira das prestações de contas dispõe de número insuficiente de servidores; assim conclui-se pela necessidade de contratação de pelo menos mais três pessoas; já os recursos materiais são considerados satisfatórios.

Na execução e fiscalização das transferências a UFRN está estruturada de forma a viabilizar que técnicos das áreas demandantes possam acompanhar, inclusive *in loco*, a execução dos instrumentos celebrados, elaborando pareceres que subsidiem a análise dos mesmos, a fim de aferir a regular aplicação dos recursos e o alcance dos resultados propostos.

Em 2015, a UFRN firmou diversos termos de execução descentralizados com o Ministério da Educação, em sua maioria; com o Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde; e com Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros. Essas transferências de recursos contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão, pós-graduação, desenvolvimento de tecnologias para a área de saúde, educação básica, educação a distância, todos voltados para atendimento de ações sociais e a implementação das políticas públicas do Governo Federal. Conclui-se que as transferências de recursos realizadas são instrumentos importantes visto que, de forma descentralizada, contribuem na execução e no cumprimento da missão institucional e para o compromisso social da UFRN.

vii – Informação sobre a realização das receitas

vii.i – Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recurso

Quadro 18

Quadro 4.c.vii.i - Previsão x Arrecadação da Receita - Por Natureza + Fonte de Recursos

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Receita	Fonte SOF	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Orçamentária (Bruta)		Deduções da Receita		Receita Orçamentária (Líquida)	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Aluguéis	0250	6.308.442,00	4.429.943,00	6.308.442,00	4.429.943,00	3.797.179,98	4.709.974,11	(1.247,27)	0,00	3.795.932,71	4.709.974,11
Remuneração de Depósitos Bancários	0280	3.747.286,00	2.987.108,00	3.747.286,00	2.987.108,00	4.246.479,66	4.054.242,53	0,00	0,00	4.246.479,66	4.054.242,53
Serviços Administrativos	0250	5.077.067,00	4.072.165,00	5.077.067,00	4.072.165,00	7.377.670,82	7.312.677,79	(12.783,31)	0,00	7.364.887,51	7.312.677,79
Serviços de Estudo e Pesquisa	0250	13.149.645,00	6.692.131,00	13.149.645,00	6.692.131,00	5.134.809,41	6.564.301,04	(102.403,77)	0,00	5.032.405,64	6.564.301,04
Serviços Educacionais	0250	9.782.733,00	10.893.338,00	9.782.733,00	10.893.338,00	5.826.073,94	9.785.705,28	(65.766,28)	0,00	5.760.307,66	9.785.705,28
Tar.Inscr.Concursos e Processos Seletivos	0250	1.284.817,00	2.246.326,00	1.284.817,00	2.246.326,00	3.011.131,75	1.710.182,94	(2.434,36)	0,00	3.008.697,39	1.710.182,94
Outras Receitas	0250	1.594.739,00	4.358.629,00	1.594.739,00	4.358.629,00	1.985.344,85	2.848.212,83	(27.220,12)	0,00	1.958.124,73	2.848.212,83
Outras Receitas	100	0,00	0,00	0,00	0,00	304.387,95	264.811,57	0,00	0,00	304.387,95	264.811,57
Total		40.944.729,00	35.679.640,00	40.944.729,00	35.679.640,00	31.683.078,36	37.250.108,09	(211.855,11)	0,00	31.471.223,25	37.250.108,09

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional

4.c.vii.ii – Receita por Categoria Econômica

Quadro 19

Quadro 4.c.vii.ii - Receita por Categoria Econômica Valores em R\$ 1,00

Categoria Econômica	Previsão Inicial da Receita		Previsão Atualizada da Receita		Receita Realizada	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receitas Correntes	40.725.281,00	35.519.271,00	40.725.281,00	35.519.271,00	31.471.223,25	37.238.173,09
Receita Patrimonial	10.147.148,00	7.515.513,00	10.147.148,00	7.515.513,00	8.110.439,15	8.838.147,72
Receita de Serviços	30.419.586,00	24.839.185,00	30.419.586,00	24.839.185,00	22.526.315,00	26.376.101,63
Outras Receitas	158.547,00	3.164.573,00	158.547,00	3.164.573,00	834.469,10	2.023.923,74
Receitas de Capital	219.488,00	160.369,00	219.488,00	160.369,00	-	11.935,00
Alienação de Bens	219.488,00	160.369,00	219.488,00	160.369,00	-	11.935,00
Total	40.944.769,00	35.679.640,00	40.944.769,00	35.679.640,00	31.471.223,25	37.250.108,09

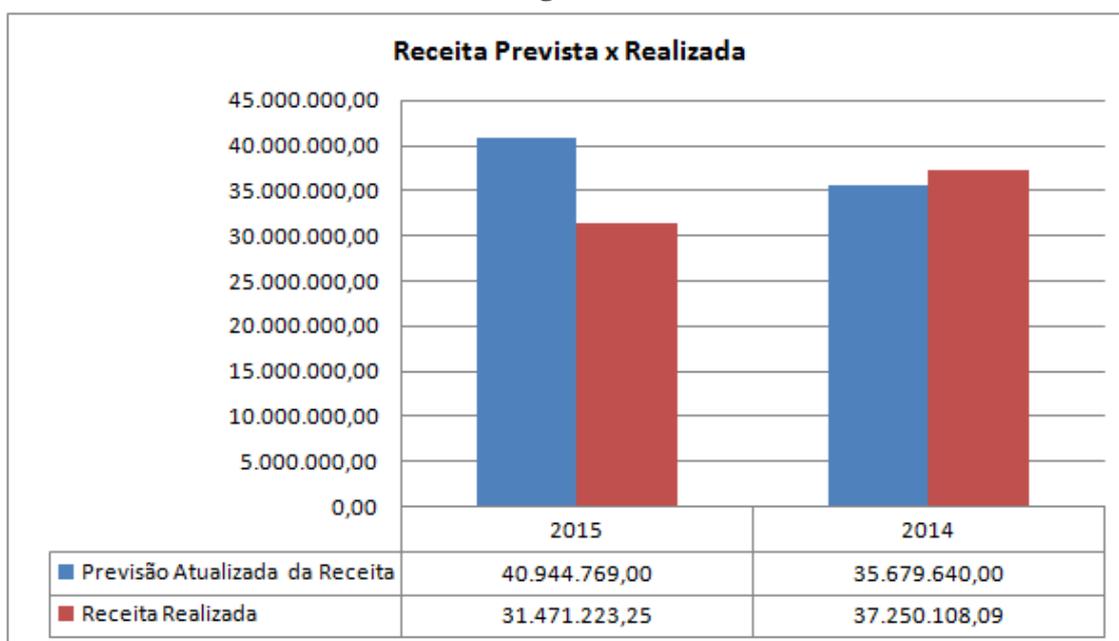
Fonte: Tesouro Gerencial e Balanço Orçamentário

4.c.vii.iii – Análise Crítica sobre a Realização das Receitas

Foi apresentado no item 4.c.vii – Informações sobre a realização das receitas a composição das receitas da unidade no exercício de 2015 e no imediatamente anterior, para fins de comparação, sobre 02 (duas) óticas: Previsão x Arrecadação da Receita – Por Natureza + Fonte de Recursos e Receita por Categoria Econômica.

Analisando os valores Previstos x Realizado no exercício de 2015, notamos que houve uma diferença a menor correspondente a insuficiência de arrecadação em relação ao previsto, ou seja, a Receita Realizada representou 77% da Previsão Atualizada. Importante destacar que a Receita, por ser prevista, pode ser arrecada a maior ou a menor, diferentemente das Despesas, que por ser fixada, só pode ser realizada até o valor autorizado.

Figura 3



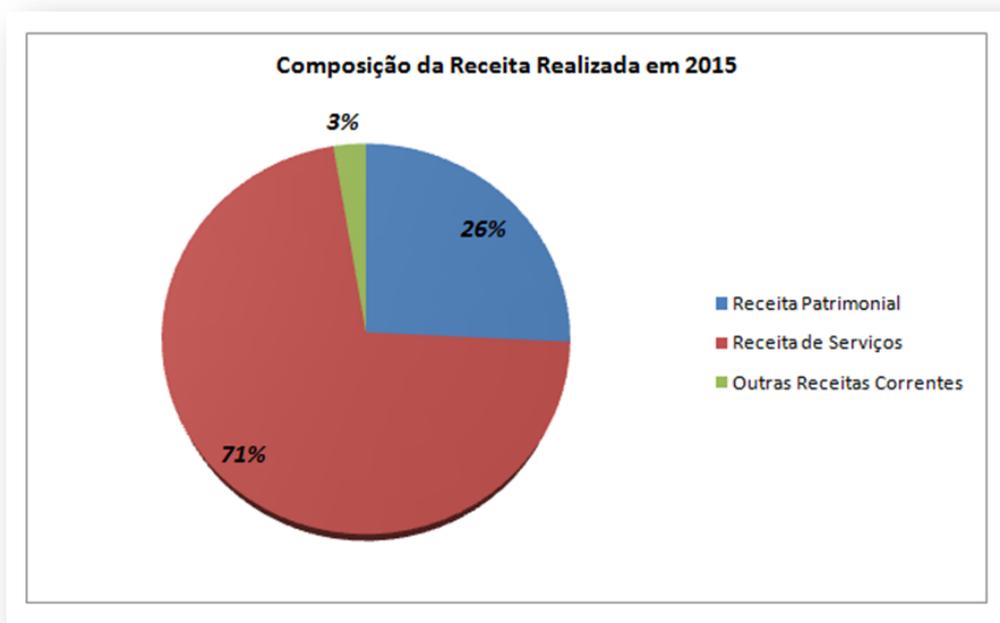
Já no exercício de 2014 houve um excesso de arrecadação de R\$ 1.570.468,09, ou aproximadamente 4,5% a mais do que o previsto para aquele ano. Quando comparamos as Receitas Realizadas em 2015 com os valores de 2014, observa-se uma queda de aproximadamente 16%, ou R\$ 5.778.884,84 a menor. Os principais fatores que impactaram as receitas no exercício de 2015 foram:

- I. Diminuição nos valores dos repasses efetuados pela Fundação de Apoio em favor dessa Universidade, relativo aos valores arrecadados pelos projetos e devoluções pelo término dos contratos acadêmicos na ordem de aproximadamente R\$ 2.631.127,16;
- II. Diminuição nos valores arrecadados a título de Alugueis na ordem de R\$ 914.041,40, decorrente dos distratos de contratos importantes, como o da Secretaria Municipal de Tributação de Natal/RN, além de atrasos nos pagamentos em outros contratos celebrados;
- III. Redução nos valores das Receitas referentes aos Serviços Educacionais decorrente, principalmente, da menor arrecadação nos cursos de Especializações.

Vale destacar como fator positivo, apesar de no total a arrecadação de 2015 ser inferior a de 2014, o aumento nas receitas provenientes da realização de Concursos e Processos Seletivos pela Comissão Permanente de Vestibular da UFRN – COMPERVE, que realizou diversos concursos ao longo de 2015, arrecadando 176% a mais do que o registrado em 2014, gerando uma receita adicional de R\$ 1.298.514,45.

Quanto à composição da Receita Realizada no exercício de 2015, conforme gráfico abaixo, fica evidente que a maior parcela das Receitas Realizadas foi de Serviços, seguido pelas Receitas Patrimoniais e Outras Receitas correntes.

Figura 4



Durante o exercício de 2015, apesar de haver previsão para a arrecadação de Receitas de Capital, nada foi arrecado ao longo do ano. No final do exercício de 2015

foi realizado a Alienação de Diversos Veículos dessa UPC, mas ficando a arrecadação da receita apenas para o exercício de 2016.

viii – Informação sobre a execução das despesas

viii.i – Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 20

Quadro 4.c.viii.i – Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	105.454.366,40	140.902.694,64	91.828.033,34	132.233.969,73
a) Convite	12.046,46	26.492,46	12.046,46	-
b) Tomada de Preços	877.650,34	1.732.131,87	836.280,32	1.534.051,80
c) Concorrência	1.981.863,33	5.941.989,69	1.458.278,11	5.523.978,96
d) Pregão	81.093.141,01	123.575.714,34	72.044.713,50	115.851.487,69
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	21.489.665,26	9.626.366,28	17.476.714,95	9.324.451,28
2. Contratações Diretas (h+i)	55.321.437,51	65.884.189,06	48.297.214,40	62.877.535,48
h) Dispensa	53.777.252,04	62.807.868,25	46.886.777,01	59.865.966,56
i) Inexigibilidade	1.544.185,47	3.076.320,81	1.410.437,39	3.011.568,92
3. Regime de Execução Especial	33.234,06	32.896,10	33.234,06	32.896,10
j) Suprimento de Fundos	33.234,06	32.896,10	33.234,06	32.896,10
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.190.822.143,12	1.146.984.410,81	1.190.803.179,39	1.146.984.014,91
k) Pagamento em Folha	1.187.746.734,69	1.143.258.706,31	1.187.742.410,01	1.143.258.706,31
l) Diárias	3.075.408,43	3.725.704,50	3.060.769,38	3.725.308,60
5. Outros	109.437.036,92	68.829.811,15	105.912.081,93	68.630.003,32
6. Total (1+2+3+4+5)	1.461.068.218,01	1.422.634.001,76	1.436.873.743,12	1.410.758.419,54

Fonte: Tesouro e Siafi Gerencial

viii.ii – Despesas por grupo e elemento de despesa
Quadro 21

Quadro 4.c.viii.ii – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Pessoal	1.187.746.734,69	1.103.271.524,66	1.187.746.734,69	1.101.372.499,13	-	1.899.025,53	1.187.742.410,01	1.101.372.499,13
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	600.300.530,83	550.053.832,65	600.300.530,83	550.053.832,65	-	-	600.300.530,83	550.053.832,65
Aposent.RPPS, Reser.Remuner. e Refor.Militar	364.189.240,96	331.056.800,06	364.189.240,96	331.056.800,06	-	-	364.188.816,81	331.056.800,06
Demais elementos do grupo	223.256.962,90	222.160.891,95	223.256.962,90	220.261.866,42	-	1.899.025,53	223.253.062,37	220.261.866,42
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	289.011.478,75	329.111.220,19	242.999.708,10	284.006.758,42	46.011.770,65	45.104.461,77	226.356.546,67	278.132.775,85
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op Int.Orc	94.058.587,15	116.148.544,03	67.956.613,19	91.520.578,23	26.101.973,96	24.627.965,80	58.990.912,38	88.006.007,91
Locação de Mão de Obra	49.888.184,97	50.391.368,93	48.559.623,20	49.489.200,47	1.328.561,77	902.168,46	47.209.927,76	48.712.283,71
Auxílio Financeiro a	32.349.616,18	34.745.208,35	26.842.684,10	30.338.929,16	5.506.932,08	4.406.279,19	25.809.194,10	30.290.721,11
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	24.874.536,24	25.415.604,02	21.793.155,09	20.525.302,56	3.081.381,15	4.890.301,46	20.044.943,75	20.523.501,90
Auxílio Alimentação	23.316.979,04	23.465.274,43	23.316.979,04	23.465.274,43	-	-	23.316.979,04	23.465.274,43
Material de Consumo	16.158.449,10	32.942.027,09	9.765.561,38	24.895.924,24	6.392.887,72	8.046.102,85	7.359.319,46	23.478.145,71
Demais elementos do grupo	48.365.126,07	46.003.193,34	44.765.092,10	43.771.549,33	3.600.033,97	2.231.644,01	43.625.270,18	43.656.841,08
Grupos de Despesa	DESPESAS DE CAPITAL							
	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	54.352.368,78	89.916.865,19	30.321.775,22	37.254.744,21	24.030.593,56	52.662.120,98	22.774.786,44	31.253.144,56
Obras e Instalações	34.687.360,52	43.937.068,83	20.265.588,87	17.394.599,88	14.421.771,65	26.542.468,95	16.081.902,24	16.674.149,65
Equipamentos e Material Permanente	19.635.446,56	45.690.164,36	10.041.341,25	19.672.512,33	9.594.105,31	26.017.652,03	6.678.039,10	14.391.362,91
Demais elementos do grupo	29.561,70	289.632,00	14.845,10	187.632,00	14.716,60	102.000,00	14.845,10	187.632,00
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

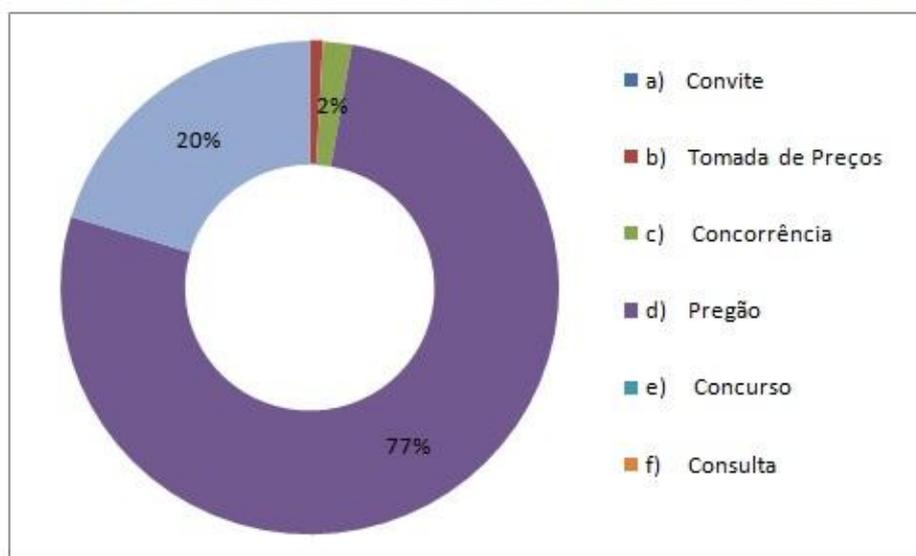
Fonte: Tesouro e Siasi Gerencial

viii.iii – Análise crítica da realização da despesa.

Quanto à gestão da Execução Orçamentária dessa UPC as informações estão demonstradas sob as seguintes perspectivas: por modalidade de licitação ou contratação e por grupo e elemento de despesa. No Quadro denominado Despesa por Modalidade de Contratação, destaca-se a predominância das contratações por meio de Pregão, conforme gráfico a seguir:

Figura 5

Despesa Liquidada no exercício de 2015 por Modalidade de Licitação

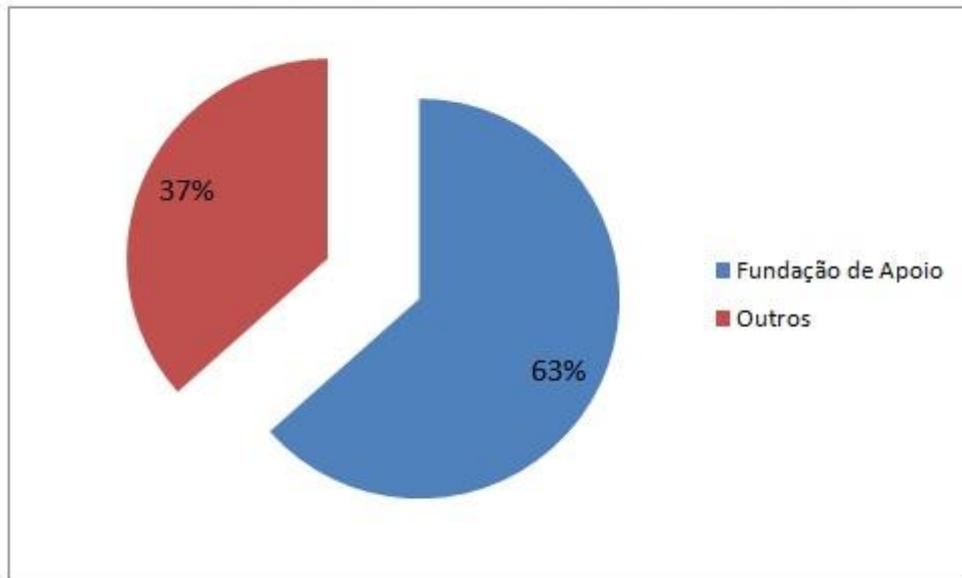


Neste contexto, consideram-se relevantes os resultados apresentados tendo em vista que a modalidade Pregão resulta em maior transparência, agilidade e eficiência das aquisições de bens e serviços adquiridos, assim como, na maximização dos recursos geridos por esta Universidade.

Outro ponto que se faz necessário demonstrar é em relação às despesas liquidadas por Contratações Diretas, mais especificamente em relação às dispensas de licitações. Observa-se que houve um resultado positivo em relação a 2014, tendo em vista que o valor das contratações diretas por dispensa representou 30% em relação ao montante das licitações realizadas em 2014, ao tempo em que no exercício de 2015 essa proporcionalidade representou 25%.

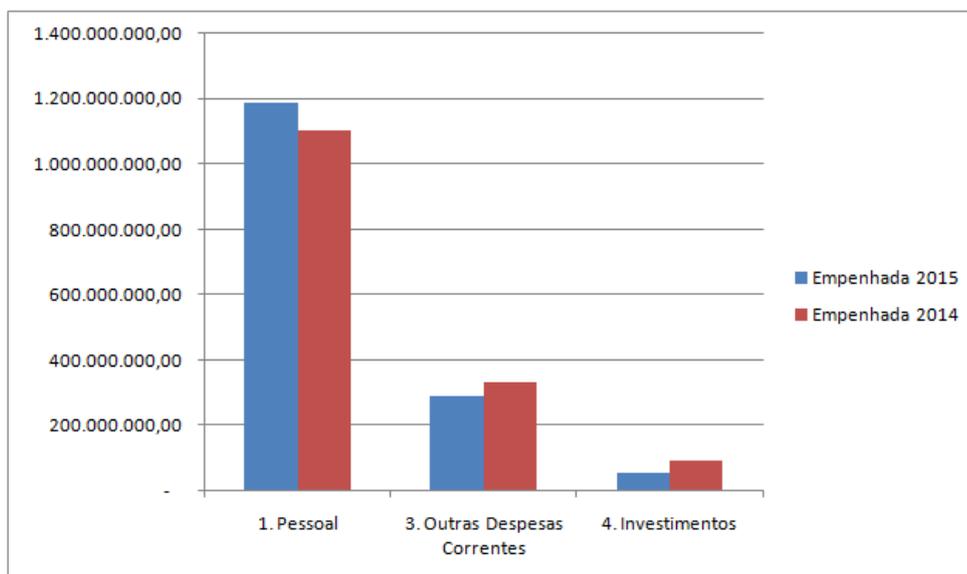
Importante registrar que do montante dispensado em 2015, 63% refere-se a contratos celebrados com a Fundação de Apoio aos projetos acadêmicos desta Universidade, com base na Lei 8.666, artigo 24, inciso XIII, combinado com a Lei 8.958/1994, a qual dispõe sobre as relações de Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio, conforme gráfico abaixo:

Figura 6
Despesas Liquidadas em 2015 por Dispensa de Licitação



No Quadro denominado Despesa por Grupo e Elemento de Despesa, apenas o Grupo de Despesa “1 – Pessoal” apresentou acréscimo em relação ao exercício de 2014, decorrente de reajuste salarial, bem como da continuidade da política de recomposição do quadro permanente de servidores desta Instituição que vem ocorrendo gradativamente, objetivando o preenchimento de vagas oriundas de aposentadorias e outras situações. Para melhor ilustrar tal situação observe-se o gráfico a seguir:

Figura 7
Despesas Empenhadas - 2015 Vs 2014



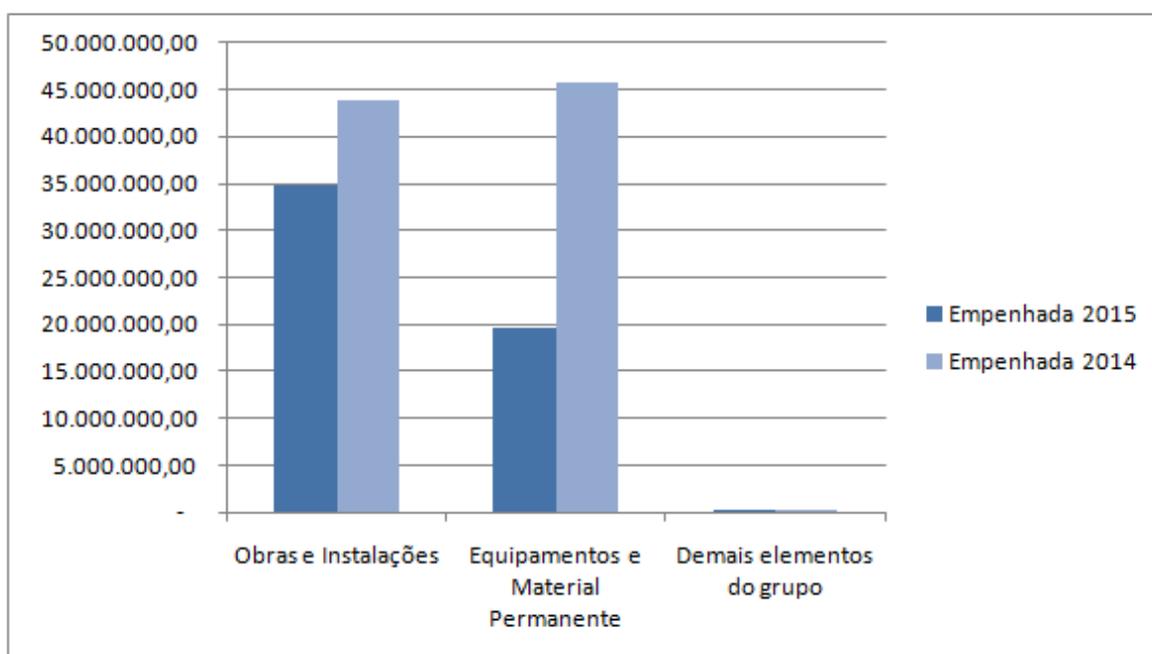
Nos grupos “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos” notam-se quedas de aproximadamente 12% e 39%, respectivamente. Essas quedas nos valores empenhados em 2015 foram em virtude dos contingenciamentos realizados pelo Ministério da Educação – MEC nos

limites de empenho, em virtude da situação econômica do País. Sendo assim, uma parcela considerável da demanda dessa Universidade não foi atendida, gerando impacto significativo na continuidade das ações previstas para o exercício de 2015 na área de Ensino, Pesquisa e Extensão. Também é importante frisar que a base de comparação, ou seja, valores empenhados no exercício de 2014, também tiveram valores contingenciados ao final daquele exercício, o que aumenta ainda mais o déficit na comparação 2015 / 2014. Há de considerar ainda a não liberação das emendas previstas no exercício o que agravou consideravelmente a situação relatada.

Outro grande impacto gerado por esse déficit orçamentário ocorrido no exercício de 2015 foi nas despesas empenhadas em relação aos Investimentos. Pode-se analisar, pelo gráfico abaixo, a grande diferença nos valores quando comparados ao exercício de 2014, principalmente nas aquisições de Equipamentos e Material Permanente, pois diante dos contingenciamentos realizados foi dada prioridade ao término de obras em andamento e contratação de novas obras de fundamental importância para essa Universidade, apesar do valor empenhado também apresentar um déficit em relação a 2014.

Figura 8

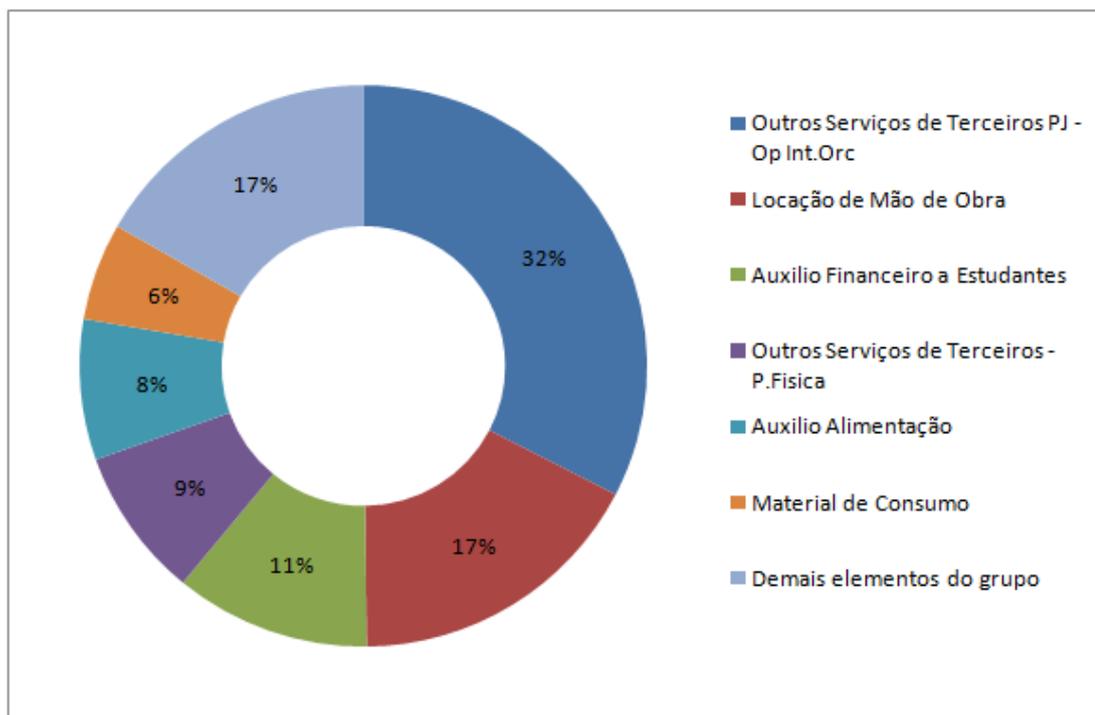
Despesas de Investimentos Empenhadas - 2015 Vs 2014



Já o grupo “3 – Outras Despesas Correntes” apresentou um déficit menor que o grupo dos Investimentos, mas gerando grandes dificuldades na manutenção e custeio dessa UPC. No tocante as divisões desses gastos demonstraram o gráfico a seguir:

Figura 9

Detalhamento das Despesas Correntes Empenhadas em 2015



Nota-se que 83% dos valores empenhados no grupo das Despesas Correntes estão concentrados em 06 (seis) elementos de despesa, com maior destaque para os grupos. Outros Serviços de Terceiros PJ, Locação de Mão de Obra e Auxílio Financeiro a Estudantes, que juntos representam 60% de todo o valor empenhado.

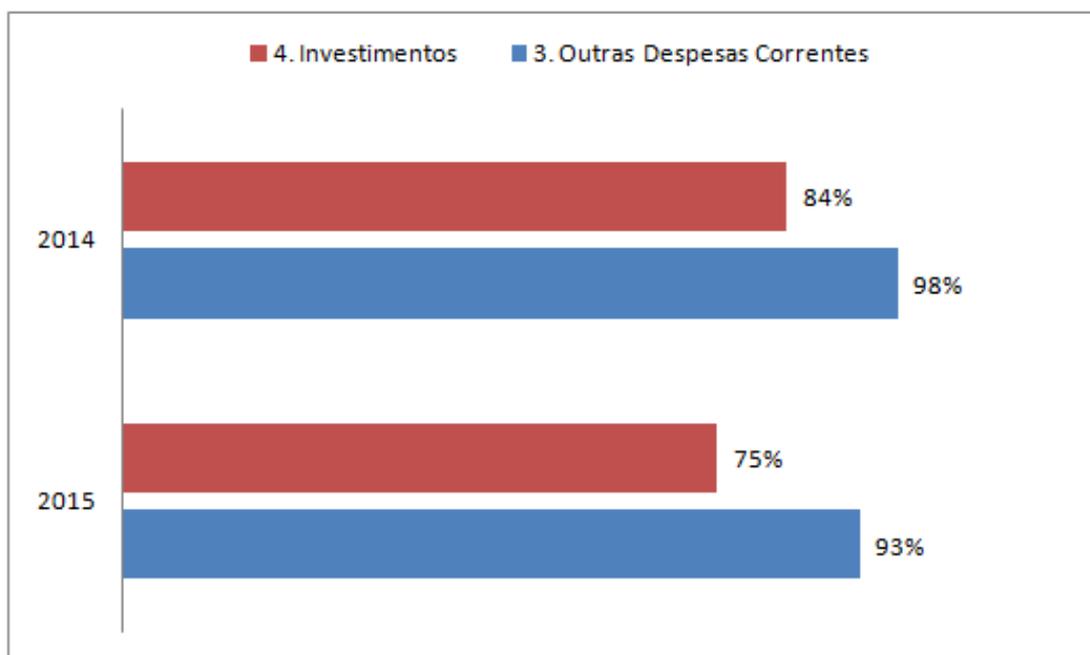
Outro ponto que afetou negativamente o desempenho Orçamentário e Financeiro do exercício diz respeito às liberações dos recursos financeiros para pagamento das Despesas Liquidadas a Pagar. Ao longo de todo exercício só era realizado uma liberação de recursos financeiros, geralmente ao final de cada mês, em torno de 50% a 60% dos valores a pagar, gerando maior tempo de pagamento aos fornecedores em relação a data da liquidação da despesa.

Essa falta do repasse integral gerou grandes transtornos durante o exercício, uma vez que diversos fornecedores suspenderam o fornecimento, de forma parcial ou total, de Material e/ou Serviços por falta de pagamento dos valores integrais, tendo em vista que os repasses recebidos não eram suficientes.

Para ilustrar tal situação apresenta-se o gráfico abaixo que fez uma comparação do percentual que foi pago nos exercícios de 2015 e 2014 em relação aos Valores Liquidados a Pagar.

Figura 10

Percentual de Pagamento em comparação aos Valores Liquidados



O gráfico acima demonstra que em 2015 dos Valores Liquidados a pagar, 75% corresponderam a Investimentos e 93% a Outras Despesas Correntes naquele exercício, contra 84% e 98%, respectivamente, no exercício de 2014.

Pode-se notar também que, em comparação com o exercício de 2014, houve uma queda de 14% no percentual pago nas Despesas de Investimento e de 18% nas Outras Despesas Correntes, que resultou em um montante total a pagar de R\$ 24.190.150,21 ao final do exercício de 2015, contra R\$ 11.875.582,22 ao final de 2014, ou seja, um acréscimo de 103% nos Valores Liquidados a Pagar.

ix – Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal.

ix.i – Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 22

Quadro 4.c.ix.i – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	153103	UFRN	0	0,00	2	5.500,00	3.000,00
	153107	CCS	0	0,00	7	29.500,00	5.000,00
2014	153103	UFRN	0	0,00	2	5.500,00	5.000,00
	153107	CCS	0	0,00	8	33.000,00	8.000,00
	153110	MEJC	0	0,00	2	3.000,00	3.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI operacional e Sistema Auto-Atendimento Setor Público - AASP do Banco do Brasil.

ix.ii – Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 23

Quadro 4.c.ix.ii – Utilização de suprimento de fundos

Valores em R\$ 1,00

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	153103	UFRN	0	0,00	0	0,00	4.271,21	4.271,21
	153107	CCS	0	0,00	0	0,00	28.962,85	28.962,85
2014	153103	UFRN	0	0,00	0	0,00	2.927,97	2.927,97
	153107	CCS	0	0,00	0	0,00	27.614,29	27.614,29
	153110	MEJC	0	0,00	0	0,00	2.353,84	2.353,84

Fonte: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional

ix.iii – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 24**Quadro 4.c.ix.iii – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153103	UFRN	339030	07	4.271,21
153107	CCS	339030	07	7.872,41
			14	1.545,00
			17	675,14
			21	17,70
			22	48,00
			24	1.321,47
			25	377,20
			26	1.453,22
			36	733,54
			96	11.329,17
		339039	05	665,00
	17	335,00		
	96	2.590,00		

Fonte: Tesouro Gerencial

4.c.ix.iv - Análise Crítica

A administração da UFRN, a exemplo do ano de 2014, também optou pelo uso do CPGF ao longo de 2015 para atender demandas da Instituição quanto às despesas imprescindíveis em que seria inviável o atendimento pelas vias normais. Apenas duas Unidades Gestoras - UG tiveram a necessidade de fazer o uso do CPGF, como demonstrado no Quadro 4.3.10.1. A UG 153103 – UFRN apresentou demanda para custear a aquisição de gêneros alimentícios de maneira a viabilizar a realização de aulas práticas dos cursos de Nutrição no município de Santa Cruz/RN. As aulas práticas utilizam um quantitativo de gêneros alimentícios que se caracteriza por ser de pequena quantidade, tendo em vista que a utilização desses ocorre em caráter experimental, para atender diversas disciplinas da estrutura curricular do curso, inviabilizando tanto a entrega pelo fornecedor quanto a emissão de empenho.

A Unidade Gestora 153107 - Centro de Ciências da Saúde também apresentou necessidade do uso do CPGF para o curso de Nutrição, esse no *campus* central em Natal/RN, utilizando-se das mesmas justificativas já apresentadas. Além desse, também foi concedido CPGF para a Administração do CCS devido à necessidade de aquisição de materiais e serviços de pronto pagamento cuja utilização se faz urgente, sob pena de paralisação das atividades docentes e/ou administrativas.

Para tanto, cada unidade destacada mantém controle interno administrativo no sentido de apenas permitir a aquisição via CPGF após verificar que o material / serviço solicitado não está disponível em estoque, nos pregões ou nos contratos da Instituição. Além disso, a unidade demandante ainda é orientada a expedir justificativa detalhada que ampare a aquisição.

Registre-se, por fim, que no exercício de 2015, a concessão de suprimento de fundos teve representação insignificante em relação ao total das despesas correntes executadas durante o exercício.

Quanto à análise crítica dos gastos com suprimento de fundos da situação geral das prestações de contas, não é possível apresentá-la pelo fato de que até o encerramento do exercício todas as prestações de contas de suprimento de fundos devem ser apresentadas para análise e posterior baixa.

Conforme legislação que rege a matéria, o suprido tem 90 dias para aplicação do suprimento de fundos e 30 dias, contados do término do prazo de aplicação, para prestar contas, mas o prazo de 90 dias para aplicação não pode ultrapassar o término do exercício financeiro.

Tal fato se justifica pelos prazos estabelecidos pelas normas de encerramento de exercício para o fechamento contábil. Assim, somente será possível reclassificar despesas no sistema do exercício em que foi feita a concessão do suprimento, observados os prazos de fechamento para UG ou, se for o caso, para setoriais contábeis, constantes na Norma de Encerramento (02.03.18), no próprio exercício. Não é possível reclassificar Suprimentos no sistema do exercício seguinte e, nesses casos, a despesa permanecerá executada no subitem 96.

Sendo assim, todos os supridos no âmbito da UFRN a cada ano devem apresentar suas respectivas prestações de contas até o término do exercício. Em 2015 todas as prestações de contas foram devidamente apresentadas e aprovadas pelo ordenador de despesa.

d. Desempenho operacional

A abordagem do desempenho operacional foi tratada neste capítulo no item c.ii - execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade, como resultados abaixo dos quadros Ações Subtítulos OFSS.

e. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

Na UFRN, além dos indicadores deliberados pelo Tribunal de Contas da União, são utilizados indicadores de outras fontes, como o Censo da Educação Superior, o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos (SIGPP) e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH).

Os quatro objetivos estratégicos, **qualidade acadêmica, interiorização, internacionalização e inclusão social** estão definidos no Plano de Gestão da UFRN para o ano de 2015, cujos resultados foram apresentados no item 4 deste Relatório. Para o acompanhamento e monitoramento desses objetivos foram utilizados os seguintes indicadores:

INDICADORES DE QUALIDADE ACADÊMICA:

- **Índice de crescimento das Vagas Oferecidas para o Ensino de Graduação (IVG)** – Indicador que expressa a evolução do número de vagas oferecidas no ano corrente em relação ao ano anterior, conforme fórmula a seguir:

$$IVG = 100 - \frac{\text{Número de vagas no ano 2014} \times 100}{\text{Número de vagas em 2015}}$$

- **Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação (IMG)** – Indicador que expressa a evolução do número de matrículas nos cursos de graduação no ano corrente, em relação ao ano anterior, conforme fórmula a seguir:

$$IMG = 100 - \frac{\text{Número de matrículas no ano 2014} \times 100}{\text{Número de matrículas em 2015}}$$

- **Conceito Enade:** é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). É divulgado anualmente para os cursos que tiveram estudantes concluintes participantes do Enade. O seu cálculo, no entanto, não é necessariamente realizado por curso, mas por Unidade de Observação que consiste no conjunto de cursos que compõe uma área de enquadramento específica do Enade de uma Instituição de Educação Superior em um determinado município. O Conceito Enade é calculado desde 2004 e os resultados estão disponíveis para download no site do INEP.
- **Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):** Indicador definido pela Decisão nº 408/202-TCU. Para a UFRN, a Taxa de Sucesso na Graduação indica o número de alunos de concluem os cursos no tempo médio previsto no Projeto Pedagógico. A partir da TSG, o curso pode identificar eventuais problemas tais como, retenção, evasão, transferência, mudança de curso e reprovação. A TSG pode ser calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$(TSG) = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Nº total de alunos ingressantes}}$$

- **Índice de Qualificação do Corpo Docente:** Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Este indicador mede o nível de qualificação do corpo docente com vistas à mensuração da eficiência do corpo docente e qualidade das atividades acadêmicas da UFRN.
- **Relação professor aluno (RPA):** Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. É um indicador que mede a proporção do número de alunos de cursos de graduação em relação ao número de professores da Instituição, conforme a fórmula abaixo:

$$TMFS = \frac{\text{Número de alunos de graduação da UFRN}}{\text{Número professores da UFRN}}$$

- **Número de Grupos de Pesquisa:** Indicador que mede a quantidade de grupos de pesquisa em atuação na instituição conforme definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior. Expressa o nível de integração e trabalho em equipe no âmbito da pesquisa científica.
- **Grau de Participação Estudantil (GPE):** Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Este indicador avalia a participação dos alunos na vida acadêmica através da proporção do nº de alunos em tempo integral em relação aos demais alunos. O GPE é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$GPE = \frac{\text{Nº de alunos da graduação em tempo integral}}{\text{Nº de alunos matriculados na graduação}}$$

- **Grau de envolvimento com Pós-Graduação (GEPG):** Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. Indicador que mede o nível de qualificação do corpo docente da instituição. O GEPG é calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$IQCD = (5D + 3M + 2E + G) / D + M + E + G$$

Onde D = nº de doutores, M = Nº de mestres e G= número de graduados

- **Proporção de Professores envolvidos em Projetos de Pesquisa:** Este indicador mede a proporção de professores da Instituição que estão envolvidos em projetos de pesquisa.
- **Número de Publicações:** Indicador que expressa a quantidade de publicações anuais em relação ao número de professores da Instituição e avalia a produção científica da instituição.
- **Conceito CAPES:** Este indicador faz parte dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU. O Conceito CAPES é definido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior para mensurar a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado das IES. Este conceito é obtido a partir da média dos conceitos individuais de cada curso de mestrado e doutorado da instituição, conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Conceito CAPES} = \frac{\text{somatório dos conceitos dos cursos de pós-graduação}}{\text{Número de cursos de pós-graduação}}$$

● INDICADORES DE INTERIORIZAÇÃO

- **Taxa de matrícula fora de sede (TMFS):** Indicador de medida de ampliação e Interiorização da oferta do ensino de graduação na UFRN. Indica a proporção de alunos matriculados fora de sede em relação ao número total de alunos matriculados na UFRN, conforme fórmula a seguir:

$$TMFS = \frac{\text{Número de matrículas fora de sede}}{\text{Número total de matrículas na UFRN}}$$

● INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

- **Número de programas e acordos de cooperação:** Indicador que corresponde ao número de programas de mobilidade internacional dos quais a UFRN participa e o número de acordos de cooperação internacional para a realização de atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão).
- **Número de mobilidade OUT:** Indicador que corresponde ao número de estudantes da UFRN participantes de programa de mobilidade internacional que realizaram atividades acadêmicas em outras instituições de ensino superior fora do país.
- **Número de mobilidade IN:** Indicador que corresponde ao número de estudantes estrangeiros participantes de programa de mobilidade internacional oriundo de outras universidades de fora do País.

● INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

- **Taxa de matrícula noturna (TMN)** Indicador representativo do compromisso social da UFRN para com o estudante trabalhador e compõe um dos itens da matriz orçamentária do MEC para a educação superior. Indica a proporção de alunos matriculados nos cursos noturnos em relação ao total de alunos matriculados na UFRN conforme fórmula a seguir.

$$\text{TMN} = \frac{\text{Número total de matrículas em cursos noturnos}}{\text{Número total de matrículas na UFRN}}$$

- **Percentual de vagas para cotistas:** Indicador que expressa o esforço da Instituição no sentido de ofertar vagas para cotistas com o intuito de ampliar o ingresso de alunos oriundo de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e índios.
- **Número de Bolsas e auxílios de apoio à permanência:** Indicador que expressa o esforço institucional em apoiar a permanência do estudante no ensino de graduação através da concessão de auxílios e bolsas.

Análise dos Resultados dos Indicadores

Em 2015 a UFRN ofereceu 7.038 vagas para o ensino de graduação, correspondendo a 146 vagas a mais que em 2014. Esse número representa 2,1% a mais de vagas em relação ao ano anterior. Este percentual corresponde ao **Índice de crescimento das Vagas oferecidas para o Ensino de Graduação (IVG)** para o ano de 2015.

Nos últimos 5 exercícios (2011 a 2015) observa-se um crescimento de aproximadamente 10% do número de vagas ofertadas pela UFRN para o ensino de graduação. A impossibilidade da execução de um segundo REUNI (Programa de Reestruturação e expansão de Instituições Federais de Ensino Superior) juntamente com o corte no orçamento das IFES em 2015, não permitiram uma expansão mais significativa da Universidade no âmbito do ensino de graduação.

Figura 11

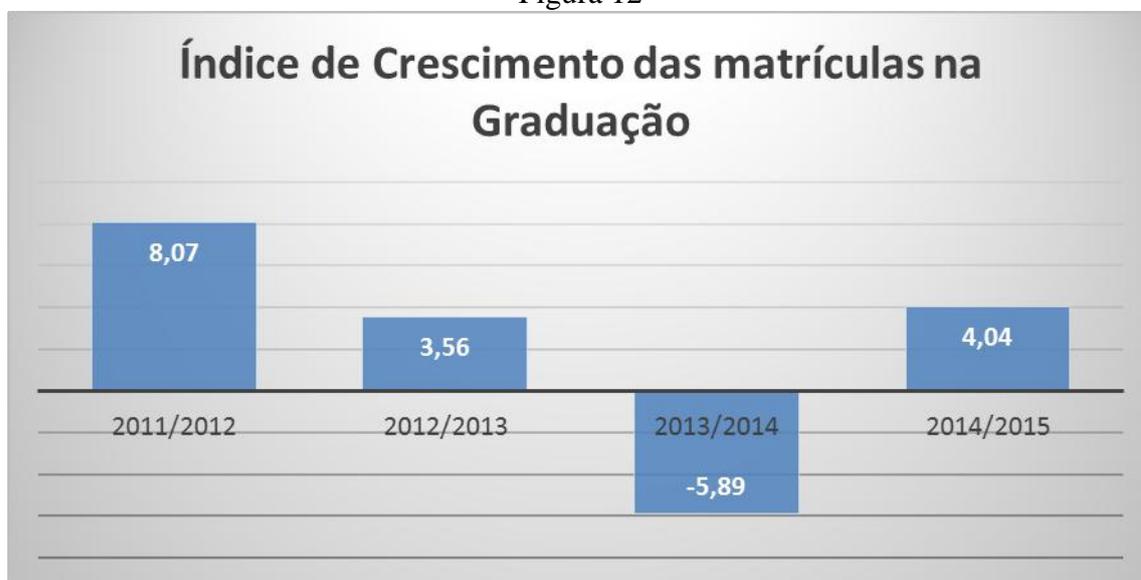


Também em 2015 registrou-se 27.865 alunos matriculados no ensino de graduação, correspondendo a 1081 matrículas a mais em relação a 2014; isso equivale a um **Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação (IMG)** de 3,9% tendo como referência o ano de 2014 quando foram registradas 26.784 matrículas. O aumento do número de vagas ocorreu devido a criação de dois novos cursos, Meteorologia com a oferta de 50 vagas, Psicologia com a oferta de 40 vagas e a ampliação de 56 vagas nos cursos de Zootecnia, Música, Nutrição, Ciências Contábeis e Pedagogia.

A Universidade observa que um dos aspectos que tem contribuído para a queda do número de matrículas ao longo do exercício 2011-2015 é a utilização do SISU (Sistema de Seleção Unificada)

desde 2013, como processo seletivo para a ocupação integral das vagas dos cursos de graduação. Esse procedimento contribuiu para o não preenchimento de todas as vagas ofertadas; não obstante a publicação de edital de vagas residuais minimizou o problema em 2014 e 2015; entretanto, não foi o preenchimento da totalidade das vagas ofertadas.

Figura 12



Conceito ENADE - O Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) é realizado anualmente pelo INEP/MEC, desde 2004. Não obstante face ao ciclo avaliativo de 3 anos definido pelo MEC com base na lei do SINAES (Lei nº 10.861/2004), aplicado a todas as instituições de educação superior, a cada ano uma área do conhecimento é avaliada. Assim no exercício compreendido entre os anos 2011 a 2015 só é possível apresentar uma série histórica referente a apenas uma área do conhecimento, qual seja Engenharias e cursos de licenciaturas com os respectivos bacharelados (avaliados em 2011 e 2014. Para os cursos da área de Ciências Sociais e Aplicadas, avaliados em 2012 e 2015, não será possível apresentar a evolução dos resultados porque a divulgação dos conceitos ENADE 2015 só será realizada no final do corrente ano (2016). Além disso, em 2013 foram avaliados os cursos da área de saúde, que serão avaliados novamente no corrente ano (2016).

Curso	2011	2014
Arquitetura e Urbanismo	5	5
Ciências Biológicas - Bacharelado	4	4
Ciências Biológicas – Licenciatura	5	4
Ciências Sociais-Bacharelado	5	3
Ciências Sociais-Licenciatura	5	3
Ciências da Computação	4	4
Sistemas de Informação	SC	4
Engenharia Civil	4	4
Engenharia da Computação	4	4
Engenharia Elétrica	4	3
Engenharia de Materiais	3	3
Engenharia de Produção	4	4

Engenharia Química	3	3
Engenharia Mecânica	3	3
Engenharia Têxtil	SC	3
Filosofia – Bacharelado	4	4
Filosofia – Licenciatura	3	2
Física – Licenciatura	3	3
Física – Bacharelado	2	4
Geografia – Natal - Bacharelado	5	3
Geografia – Natal-Licenciatura	4	4
Geografia – Caicó-Licenciatura	5	4
Geografia – Caicó-Bacharelado	5	2
História – Natal-Bacharelado	5	3
História – Natal-Licenciatura	5	4
História – Caicó-Bacharelado	4	2
História – Caicó-Licenciatura	4	3
Letras Português – Natal	4	4
Letras Português e Inglês – Natal	SC	5
Letras Português e Espanhol – Natal	SC	3
Letras Português – Currais Novos	SC	3
Letras Português e Espanhol– Currais Novos	SC	2
Pedagogia – Natal	5	5
Pedagogia – Caicó	5	4
Química – Licenciatura	3	3
Química – Bacharelado	4	2
Matemática – Natal -Licenciatura	3	3
Matemática – Natal - Bacharelado	3	2
Matemática – Caicó-Bacharelado	2	SC
Matemática – Caicó-Licenciatura	2	3

SC: Sem conceito. (Curso não avaliado ou sem aluno concluinte no ano)

Como se observa, 40% dos cursos avaliados mantiveram, em 2014, o conceito obtido em 2011, e 5% aumentaram o conceito no mesmo período. No entanto, 37,5% dos cursos avaliados diminuiram os conceitos no ENADE 2014 em relação a 2011.

Número de Grupos de Pesquisa - Grupo de Pesquisa é a denominação atribuída ao grupo de pesquisadores e estudantes que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área do conhecimento, com o objetivo de desenvolver pesquisa científica. Na UFRN, há o envolvimento permanente com atividades de pesquisa no qual o trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos. Grupos de Pesquisa são as unidades básicas para o planejamento e o acompanhamento das atividades de pesquisa na UFRN. As atividades de pesquisa na instituição, individuais ou integradas, estão inseridas em grupos de pesquisa previamente cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP/CNPq) e certificados pela UFRN. O Diretório mantém uma base corrente, em que informações são atualizadas, continuamente, pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e

dirigentes de pesquisa das instituições participantes. Na UFRN no período de 2011 a 2015 houve um crescimento de 51% no número de grupos de pesquisa, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Figura 13



Proporção de Professores Envolvidos em Projetos de Pesquisa e Número de Publicações -
Na UFRN, quase a totalidade dos docentes possui titulação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), sendo que 80% dos professores possuem título de doutor. Essa elevada titulação do quadro docente possibilita expressivo envolvimento em projetos de pesquisa. No período de 2011 a 2013 a participação de docentes em projetos de pesquisa teve um acréscimo de aproximadamente 5%, passando de 90,72% para 95,03% propiciada por uma maior disponibilidade de recursos para financiamento de pesquisas nas IFES. A partir de 2014 e notadamente em 2015 observa-se uma aparente redução dessa participação. De fato o que aconteceu nesse período foi uma melhoria do sistema de registro, que eliminou dados duplicados referentes, por exemplo, a docentes atuando em mais de um projeto.

As publicações, produtos decorrente das atividades projetos de pesquisa, também sofreram redução em 2014 e 2015 devido a esse contingenciamento. Todavia, há outra variável importante que deve ser considerada na apuração desse indicador. As informações disponíveis nos sistemas de gestão da UFRN (SIGAA) e na Plataforma Lattes (CNPq) dependem da inserção dos dados pelos pesquisadores. De acordo com a Pró-Reitoria de Pesquisa, observa-se um subregistro da produção científica mais recente em torno de 50% das publicações, que tende a aumentar no decorrer dos anos imediatamente seguintes.

Figura 14



Figura 15



INDICADORES DE INTERIORIZAÇÃO

Taxa de Matrícula fora de Sede - Apesar da UFRN ter criado dois novos cursos fora de sede como Psicologia e Medicina, observa-se que a taxa de matrícula não sofre alterações significativas devido a ociosidade de vagas em alguns cursos do interior, como por exemplo o de Turismo oferecido em Currais Novos.

Figura 16

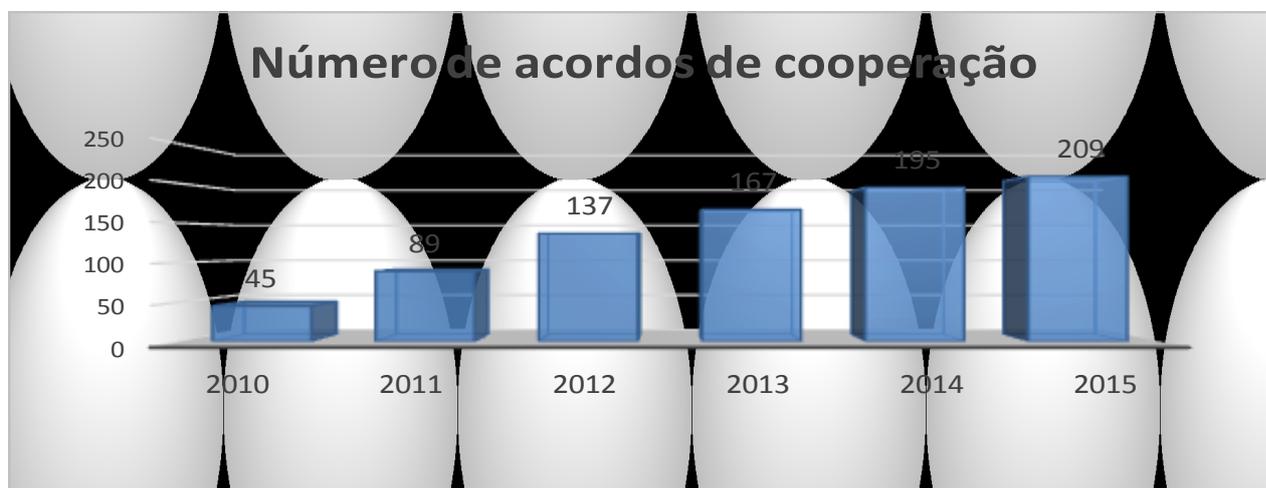


INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Número de Acordos de Cooperação - Como pode ser verificado no gráfico a seguir, houve um aumento significativo no número de acordos de cooperação firmados pela UFRN com

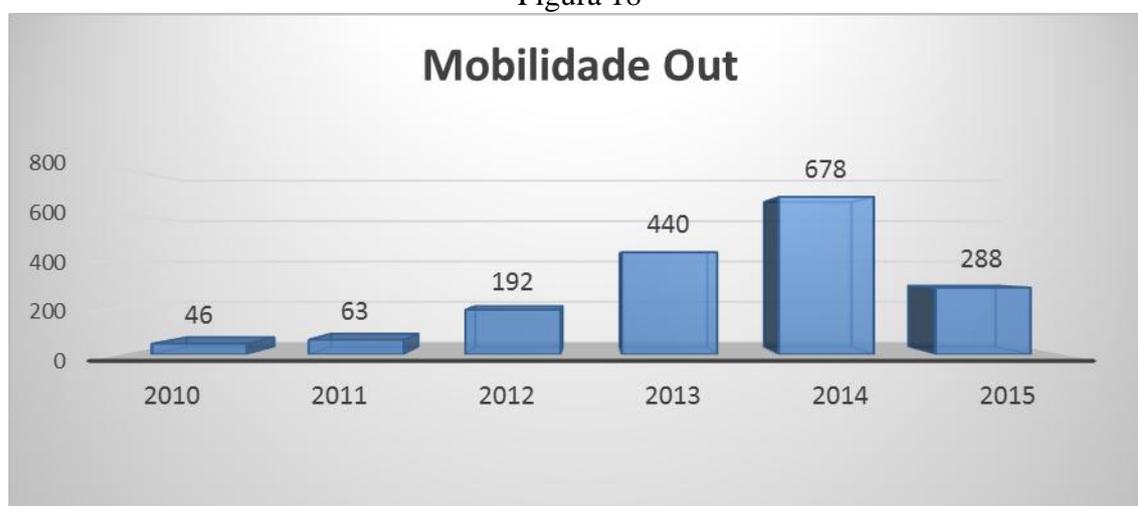
instituições de outros países ao longo do período 2011 – 2015. No final de 2015 a UFRN contava com 209 acordos de cooperação estabelecidos com 39 países. Dentre estes, destacam-se a França, a Espanha e Portugal com 44, 30 e 28 acordos respectivamente.

Figura 17



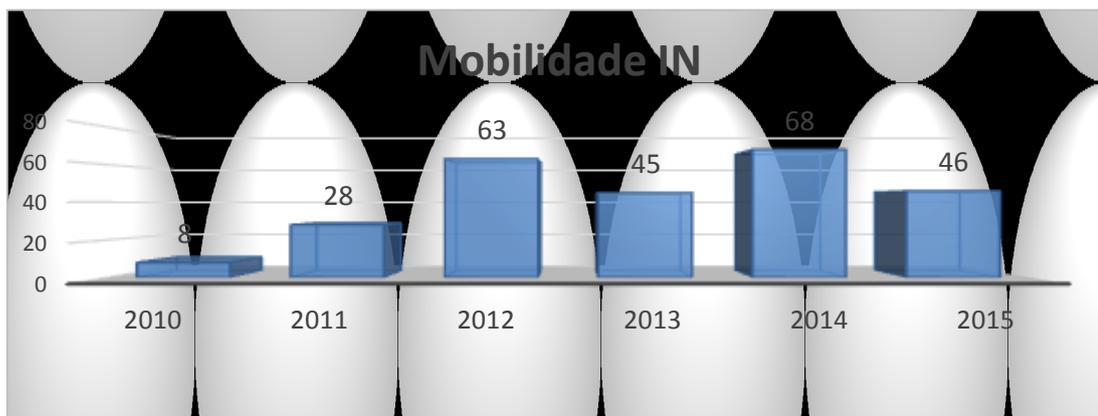
Mobilidade OUT - A mobilidade OUT corresponde ao número de estudantes da UFRN participantes de programas de mobilidade internacional oriundos de outras universidades fora do país. O gráfico abaixo demonstra um crescimento no citado número de mais de 1000% entre 2011 e 2014. Em 2015 a diminuição desse número de estudantes, deu-se em razão do contingenciamento de recursos destinados à mobilidade, especialmente para o “Programa Ciência sem fronteiras”.

Figura 18



Mobilidade IN - Indicador que corresponde ao número de estudantes estrangeiros participantes de programa de mobilidade internacional oriundos de outras universidades de fora do país. No gráfico abaixo, apesar das oscilações no número desses estudantes ano a ano, observa-se que no período compreendido entre 2011 e 2015 houve uma duplicação do número de estudantes estrangeiros na UFRN.

Figura 19



INDICADORES DE INCLUSÃO SOCIAL

Taxa de Matrícula Noturna - Considerando que a Universidade não criou novos cursos noturnos no período considerado nessa S.A. não se observa alterações significativas na taxa de matrícula noturna.

Figura 20



Percentual de Vagas para Cotistas - Em 2010 e 2011, a UFRN concedia uma pontuação adicional de 10% no argumento final para estudantes de baixa renda que concorriam no concurso vestibular. A partir de 2013 em diante, a UFRN adotou a política de cotas do MEC com destinação de 12,5%; 37,5% e 50% das vagas para os anos 2013, 2014 e 2015, respectivamente.

Figura 21



3. Sobre “as metas estabelecidas para cada indicador de desempenho instituído pela UFRN nos últimos 5 exercícios” cumpre esclarecer o que se segue, por indicador:

Índice de Crescimento de Vagas Oferecidas para o Ensino de Graduação (IVG) - O quantitativo de vagas oferecidas pela UFRN para o ensino de graduação é definido anualmente pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. Portanto, as metas anuais relativas a este indicador são estabelecidas pelo CONSEPE considerando a manutenção de cursos pré-existentes, a ampliação de vagas em cursos pré-existentes e a criação de novos cursos.

Índice de Crescimento das Matrículas na Graduação - Na UFRN, não são estabelecidas metas específicas para o crescimento das matrículas na graduação, uma vez que ele é resultante das políticas governamentais de expansão do ensino superior no Brasil. A última grande ação governamental nessa direção ocorreu em 2008 com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). De outro lado, o crescimento das matrículas está diretamente relacionado à oferta anual de vagas referida no indicador anterior.

Conceito ENADE - O Exame Nacional do Desempenho do Estudante é um indicador integrante de uma política nacional de qualidade acadêmica instituída pelo MEC, por meio do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-Lei Nº 10.861/2004). Os resultados do ENADE subsidiam as instituições de educação superior para a adoção de medidas visando a melhoria da qualidade acadêmica. Portanto, para esse indicador a UFRN não define metas.

Número de Grupos de Pesquisa, Proporção de Professores Envolvidos em Projetos de Pesquisa e Número de Publicações - Para esses indicadores, a UFRN possui metas estabelecidas no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que são acompanhadas anualmente. A meta prevista para o número de publicações foi definida na revisão do PDI realizada em 2015.

Taxa de Matrícula fora de Sede - A UFRN não dispõe de metas para esse indicador. Não obstante, dispõe de uma política de interiorização contemplada no PDI e nos objetivos e eixos estruturantes do seu Plano de Gestão.

Número Acordos de Cooperação, Mobilidade OUT e Mobilidade IN - A UFRN não dispunha de metas para os 3 indicadores de internacionalização.

No entanto, a política de internacionalização está inserida nos projetos estratégicos que estão contemplados no PDI e vem sendo fortalecida ao longo dos anos, com vistas a realização de acordos de cooperação, ao intercâmbio, que permitem o aprofundamento de estudos e pesquisas científicas, culturais e tecnológicas, bem como a troca de experiências acadêmicas entre as instituições envolvidas.

A partir de 2015, com a revisão do PDI, a UFRN estabeleceu metas específicas para a internacionalização, aprovadas por meio Resolução no 019/2015-CONSUNI.

Taxa de Matrícula Noturna - A UFRN tem como meta ocupar todas as vagas para o ensino de graduação ofertadas. No entanto, desde que aderiu ao SiSU tem se deparado com redução na taxa de matrícula, em especial nos cursos do turno noturno. Em 2014 e 2015, a publicação dos editais para preenchimento de vagas residuais contribuiu para aumentar a taxa de matrícula, apesar de ainda não serem preenchidas 100% das vagas.

Percentual de Vagas para Cotistas - As metas estabelecidas para a destinação de percentuais de vagas para os cotistas que ingressaram via ENEM /SiSU (Exame Nacional de Avaliação do Ensino médio / Sistema de Seleção Unificada) foram de 12,7% do total de vagas ofertadas em 2013, de 27,5% em 2014 e de 50% em 2015, conforme previsto na legislação vigente.

4. A UFRN dispõe de instrumentos de gestão e de planejamento (PDI e Plano de Gestão) para atingir as metas e os objetivos institucionais. Com a revisão das metas do PDI em 2015, a UFRN passou, inclusive, a contar com estratégias para o alcance dessas metas.
5. Procedimentos adotados para os indicadores que apresentam desvios em relação às metas definidas (ações corretivas):

a) PARA O ÍNDICE DE CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS NA GRADUAÇÃO, EM CURSOS NOTURNOS E FORA DE SEDE

- Realização anual da Mostra de Profissões, que é um evento destinado aos estudantes de ensino médio e demais pessoas interessadas em conhecer a oferta de cursos da UFRN e as possibilidades de profissionalização.
- Publicação de editais para preenchimento de vagas residuais dos cursos de Graduação, que tem como objetivo evitar a ociosidade das vagas nos cursos de graduação.
- Definição de meta para aumento das matrículas na graduação na revisão do PDI em 2015.

b) PARA O CONCEITO ENADE

- A Comissão Própria de Avaliação da UFRN (CPA), com a participação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), coordena processos de autoavaliação e apresenta dados para os cursos com fragilidades para que os mesmos planejem as ações corretivas necessárias.
- Análise do relatório da Prova do ENADE do cursos de graduação avaliados. Os Núcleos Docentes Estruturantes de cada curso realizam estudos sobre o desempenho dos estudantes na prova do ENADE com a finalidade de identificar as áreas e os componentes curriculares em que houve baixo desempenho para a adoção das medidas cabíveis.

c) PARA O NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA, PROPORÇÃO DE PROFESSORES ENVOLVIDOS EM PROJETOS DE PESQUISA E NÚMERO DE PUBLICAÇÕES

- Publicação anual de editais internos de chamada de projetos de pesquisa.
- Apoio aos docentes para concorrerem a editais externos como fonte alternativa de financiamento das atividades de pesquisa.
- Realização anual do congresso de iniciação científica.
- Disponibilização de bolsas de iniciação científica em editais internos.
- Orientação aos pesquisadores no preenchimento de formulários de submissão de projetos de pesquisa em editais externos.
- Apoio, inclusive com recursos financeiros, à publicação de artigos em revistas científicas de alto impacto.

d) PARA O NÚMERO ACORDOS DE COOPERAÇÃO, MOBILIDADE OUT E MOBILIDADE IN

A redução observada na mobilidade out decorreu da diminuição dos recursos orçamentários disponibilizados para o Programa Ciência Sem Fronteira pelo governo federal. Não cabe às IFES a adoção de medidas corretivas.

6. O atual PDI 2010-2019 estabeleceu metas inicialmente para o período 2010-2014 que foram definidas com base nos objetivos e políticas do Plano. A definição dessas metas observou, como já registrado, os objetivos e as políticas contempladas no PDI, e foram objeto de discussão nos fóruns competentes (centros acadêmicos, departamentos etc), de audiência pública, disponibilizadas no site da Universidade, e após sistematizadas por comissão designada para esse fim, encaminhadas para aprovação no Conselho Universitário (CONSUNI) – Resolução 015/2010.

As atuais metas institucionais, estabelecidas para o período 2015-2019, foram construídas utilizando a mesma metodologia e considerou duas etapas:

- A primeira etapa consistiu de uma análise retrospectiva observando-se os dados e informações dos últimos quatro anos. A partir daí foi elaborada uma Matriz Swot com as fragilidades e potencialidades institucionais. Nessa etapa foi produzido também um Relatório Técnico de Avaliação do PDI;
- Numa segunda etapa, foi criada uma comissão de notáveis na UFRN que, com base no Relatório Técnico de Avaliação e após discussões nos fóruns competentes, audiência pública, sugestões obtidas através do site da Universidade e sistematização, elaborou metas que foram aprovadas no CONSUNI por meio da Resolução 019/2015.

As metas referidas acima são aquelas pertinentes aos indicadores de qualidade acadêmica da UFRN. Para os indicadores de interiorização, internacionalização e de inclusão social, não há metas definidas pela UFRN porque todos fazem parte de uma política nacional para o ensino superior oferecido pelas IFES.

Quadro com os Indicadores de desempenho da Instituição 2012 - 2015, encontra-se no Capítulo 10 - ANEXO - Quadro 4.e. INDICADORES DE DESEMPENHO DA INSTITUIÇÃO 2012 - 2015

i. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 25 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n° 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente incluindo 35% das despesas dos Hospitais Universitários	937.228.450,63	890.143.557,32	830.238.515,65	685.608.159,24	611.671.243,66
Custo corrente excluindo as despesas dos Hospitais Universitários - HU(s)	767.823.260,56	820.086.928,41	752.927.369,63	453.883.648,81	548.569.258,25
Número de professores equivalentes	2.407,50	2.331,00	2.212,00	2.163,50	1.878,50
Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos Hospitais Universitários	2.959,00	4.901,50	3.090,25	3.106,25	4.567,50
Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos Hospitais Universitários	3.719,50	3.480,50	2.184,00	2.203,00	3.151,00
Total de alunos efetivamente matriculados na graduação (AG)	27.865,00	26.784,00	28.460,00	27.482,00	25.430,00
Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , (mestrado e de doutorado) (APG)	5.604,00	4.384	4.062,00	3.817,00	4.123,00
Total de alunos efetivamente matriculados na residência médica (AR)	321,00	257	232	156	147
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	22.143,32	19.909,60	20.655,15	19.881,46	19.021,00
Alunos equivalentes da Graduação (AGE)	36.922,97	33.266,09	33.926,64	32.500,86	31.018,00
Número de alunos Tempo Integral da pós-graduação (APGTI)	11.208,00	8.768,00	8.124,00	7.634,00	8.246,00
Número de alunos de residência médica (ARTI)	642,00	514	464	312	294

Fonte: SIGAA, PROGESP E SIAFI

Quadro 26 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente / Aluno equivalente tempo integral (incluindo os 35% das despesas dos HU(s))	19.216,14	20.920,88	19.511,77	16.950,84	15.462,53
Custo Corrente / Aluno Equivalente em tempo Integral (excluindo as despesas dos HU(s))	15.742,80	19.274,36	17.694,85	11.221,73	13.867,37
Aluno Tempo Integral / Número de Professores Equivalente	14,12	12,52	13,22	12,86	14,67
Aluno Tempo Integral / Número de Funcionário Equivalente (incluindo funcionários a serviço)	11,49	5,96	9,46	8,96	6,03

nos HU(s)					
Aluno Tempo Integral / número de funcionário equivalente (excluindo funcionários a serviço nos HU(s))	9,14	8,39	13,39	12,63	8,75
Funcionário equivalente / número de professores Equivalentes (incluindo funcionários a serviço nos HU(s))	1,23	2,1	1,40	1,44	2,43
Funcionário equivalente / número de professores equivalente (excluindo funcionários a serviço nos HU(s))	1,54	1,49	0,99	1,02	1,68
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,79	0,74	0,73	0,72	0,75
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,17	0,14	0,12	0,12	0,14
Conceito CAPES	4,08	4,06	4,05	3,94	3,95
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,09	4,04	4,04	4,04	4,09
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	53,15	60,0	46,0	52,00	69,00

Fonte: SIGAA, PROGESP E SIAFI

Análise Crítica

Quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos pelo TCU, registra-se primeiramente a manutenção da qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFRN conforme os conceitos **CAPES** obtidos, em especial, pelos cursos aprovados em 2015. Já a **Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)**, reduziu de 60% em 2014 para 53,15% em 2015; no entanto, analisando essa Taxa nos últimos 4 anos observa-se uma pequena oscilação que provavelmente ocorre porque alguns alunos ficam retidos em um ano e no ano seguinte são diplomados; com efeito, a média nesses 4 anos da TSG é em torno de 54%, evidenciando a sua manutenção nesse período. Por fim, a relação **Aluno Tempo Integral pelo Número de Professores Equivalente** aumentou de 12,52 em 2014 para 14,12 em 2015, denotando o esforço da Instituição para alcançar a meta estabelecida no seu PDI, que prevê até 2019 o valor de 18 para essa relação.

5. GOVERNANÇA

a. Descrição das estruturas de governança

A administração universitária é feita por órgãos colegiados deliberativos e por órgãos executivos, nos níveis da administração central, acadêmica e suplementar, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

No nível deliberativo, são quatro os Conselhos Superiores da UFRN:

- Conselho Universitário – CONSUNI: órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão superior com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, cultural e artística.
- Conselho de Administração – CONSAD: órgão superior com funções deliberativas, normativas e consultivas sobre matéria administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de política de recursos humanos, ressalvada a competência do Conselho de Curadores.
- Conselho de Curadores – CONCURA: órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade.

No nível superior, a administração da UFRN é composta pela Reitoria, 8 pró-reitorias (Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão; Assuntos Estudantis; Planejamento e Coordenação Geral; Administração e Gestão de Pessoas); 2 secretarias (Educação a Distância; Relações Internacionais e Interinstitucionais); e 3 Superintendências (Infraestrutura; Informática; Comunicação).

Estruturada em 5 *campi*, distribuídos no Campus Central em Natal, Campus de Macaíba, Campus de Santa Cruz, Campus de Caicó e o Campus de Currais Novos, a área acadêmica da UFRN é composta por 8 centros: Biociências (CB); Ciências Exatas e da Terra (CCET); Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Ciências da Saúde (CCS); Educação (CE); Tecnologia (CT) e Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), com 77 departamentos acadêmicos. A UFRN em 2015 contou com 7 unidades acadêmicas especializadas, assim nominadas: Escola de Música, Escola Agrícola de Jundiá – Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias; Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi; Escola de Ciências e Tecnologia, Instituto do Cérebro e Instituto Metrópole Digital, e Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde.

A Universidade dispõe de um Núcleo para oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental e, para dar suporte ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conta com várias unidades suplementares diretamente vinculadas à Reitoria, conforme citadas a seguir. A Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), que coordena o sistema de bibliotecas da Instituição, composta por 20 bibliotecas setoriais que funcionam nos Centros Acadêmicos, Institutos, Unidades Suplementares e Unidades Acadêmicas Especializadas, localizadas no *Campus* Central em Natal, e, nos *campi* no interior do Estado. Para apoio e divulgação às suas atividades, a UFRN dispõe, também, de uma Editora Universitária (EDUFRN), com a incumbência de coordenar a edição e publicação de livros e periódicos de natureza técnico-científica, artística e cultural.

Na área da saúde, a UFRN conta com 3 hospitais universitários: a Maternidade Escola Januário Cicco, o Hospital Universitário Ana Bezerra e o Hospital Universitário Onofre Lopes, que incorporou o Hospital de Pediatria Prof. Eriberto Bezerra como uma linha de cuidados. Esses 3 hospitais se constituem ambientes de formação acadêmica dos alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação, sobretudo, na área da saúde, de treinamento em serviço para os programas de residência médica (pós-graduação em nível de especialização) e de espaço para realização de projetos de pesquisa de docentes e de pós-graduandos de programas de mestrado e doutorado. Essas instituições hospitalares desempenham papel estratégico para o Sistema Único de Saúde, por se tratarem de unidades de referência estadual na prestação de assistência especializada de média e alta complexidade.

Alem desses 3 hospitais como unidades suplementares, a UFRN conta, também, com o Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (NUPLAM), com a missão de produzir medicamentos, desenvolver e transferir conhecimento na área farmacêutica, contribuindo para o fortalecimento da formação acadêmica e a promoção da saúde pública.

No campo da extensão universitária, artes, comunicação e cultura, possui o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Museu Câmara Cascudo – MCC e o Núcleo de Arte e Cultura – NAC. Dispõe também de um sistema de Ouvidoria, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento institucional em defesa dos direitos dos usuários e no cumprimento da responsabilidade social da Instituição.

Em relação ao monitoramento interno, a UFRN dispõe de Auditoria Interna, com responsabilidades de assessoria, orientação e análise da regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição.

Em cumprimento à Lei Nº 10.861/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UFRN criou a Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua como instância autônoma na avaliação institucional interna e externa. Formada por professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade, a CPA coordena os processos de avaliação da Instituição, contribuindo para a construção de um projeto – acadêmico sustentado por princípios de uma gestão democrática e autônoma, consolidando a responsabilidade social e o compromisso científico-cultural da Universidade.

Em termos de pessoal, a UFRN conta com uma Comissão para coordenar o processo de locação de vagas docentes. Esta é a Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional (CDPI), que analisa, em demanda resultante de editais públicos, as atividades desenvolvidas por todas as unidades acadêmicas para dimensionar as necessidades de reposição e ampliação de pessoal docente, para executar as políticas institucionais de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão universitária. Essa Comissão é também responsável pela análise das solicitações de progressão dos docentes na carreira do magistério superior.

Outra comissão existente na UFRN é a Comissão de Ética e Pesquisa a quem compete representar a UFRN na Rede de Ética do Poder Executivo Federal e supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

b. Atuação da unidade de auditoria interna

- **Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.**

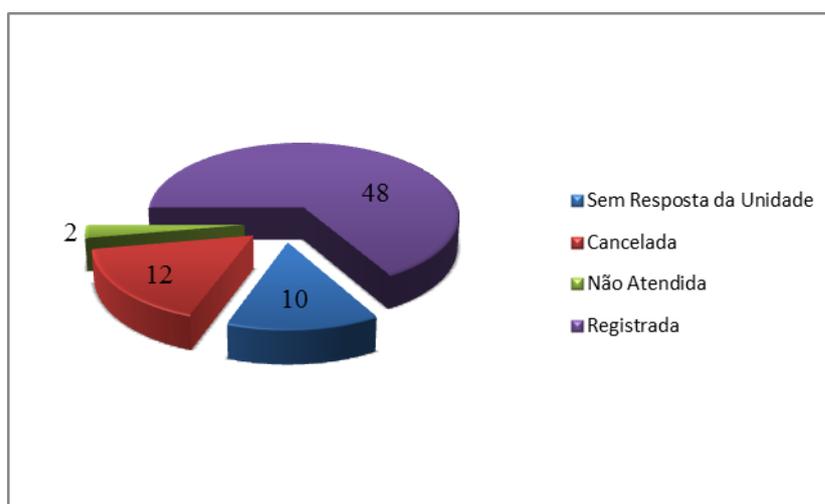
A Unidade de Auditoria Interna está estruturada de modo que todo o seu corpo técnico (06 servidores) está lotado no Campus Central. Além disso, as ações de auditoria são selecionadas com base em uma matriz de risco, levando em consideração aspectos como materialidade, criticidade e relevância.

Assim, a definição do escopo, com o local de realização dos trabalhos, ocorre no momento do planejamento de cada ação, de acordo com a temática a ser trabalhada, bem como o histórico (seja de ações ou de problemas pretéritos) daquela unidade, além da disponibilidade de tempo e de diárias, quando se trata das unidades localizadas em outros municípios, ou ainda, por solicitação da reitoria.

- **Informações quantitativas e qualitativas das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.**

Durante o exercício de 2015 a Auditoria Interna da UFRN emitiu 72 recomendações, as quais apresentam, no momento, os estágios de atendimento destacados no Gráfico 1

Gráfico 1 - Recomendações Auditoria Interna/UFRN - 2015



Fonte: Controles - Auditoria Interna/UFRN

Conforme observado, das 72 recomendações emitidas, duas não foram atendidas, dez recomendações ainda não foram respondidas pelas unidades e doze foram canceladas (baixadas) pela Auditoria Interna.

As outras 48 recomendações foram entregues ao final de 2015, e, por esse motivo e devido à falta de tempo hábil para as unidades respondê-las, permaneceram com status de “Registrada”.

Vale salientar que os prazos de implementação das recomendações, bem como as justificativas cadastradas pelos gestores, são devidamente acompanhadas pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC.

- **Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.**

- **Descrição das atividades realizadas de acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT**

As ações de auditoria interna foram realizadas de acordo com o previsto no PAINT 2015. As áreas previstas para realização dos trabalhos foram: Controles da Gestão, Gestão Orçamentária e Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, Gestão Operacional e Reserva Técnica. Dessas áreas, apenas a Gestão de RH e a Gestão Operacional não foram contempladas.

Os trabalhos realizados foram os seguintes:

1 Controles da Gestão

- ✓ Atuação do TCU/SECEX: realizou-se o monitoramento do atendimento aos Acórdãos e Diligências, foi monitorada uma auditoria especial realizada por eles e realizadas reuniões com os responsáveis pelo atendimento das deliberações pelo menos uma vez por mês, a fim de levantar as dificuldades no seu cumprimento.
- ✓ Atuação das Unidades da SFC: realizou-se o monitoramento do atendimento das solicitações de auditoria, das orientações e recomendações com o acompanhamento da elaboração e manutenção do Plano de Providências Permanente.
- ✓ Atuação da Auditoria Interna: realizou-se o monitoramento e a verificação do atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e notas de auditoria; foram elaborados o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna realizadas em 2014 – RAIN 2014 e o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício 2016 – PAINT 2016.
- ✓ Formalização da Prestação de Contas: foi realizado o monitoramento da elaboração do relatório de gestão e foi verificado o cumprimento das formalidades exigidas, evitando incompatibilidade com a legislação. Emitiu-se parecer sobre o relatório de gestão 2014 e foram analisadas as pendências em sua formatação.
- ✓ Atuação fiscalizadora do CONCURA: foi verificado o cumprimento das resoluções do CONCURA, evitando a inobservância às suas deliberações; emitiu-se parecer sobre o relatório de gestão 2014 da UFRN e das unidades gestoras descentralizadas e participamos de todas as reuniões ocorridas no exercício 2015 a fim de assessorar os conselheiros (subsidiar as suas decisões).

2 Gestão Orçamentária e Financeira

- ✓ Análise de Execução: analisou-se a execução das despesas nas Unidades Gestoras descentralizadas, foram verificadas as classificações das despesas de acordo com o orçamento anual e foram detectados os empenhos e pagamento de despesas consideradas ilegítimas ou que não possuam respaldo legal.

3 Gestão Patrimonial

- ✓ Meios de Transporte: verificaram-se os controles de utilização dos veículos (percursos, motoristas, horários etc.) e o controle do consumo de combustível pelos veículos.

4 Gestão de RH

- ✓ Os trabalhos previstos não foram realizados.

5 Gestão de Suprimento de Bens e Serviços

- ✓ Contratos de Obras, Compras e Serviços: foram verificadas a formalização legal, a fiscalização interna, as alterações e pagamentos contratuais e foi realizada a inspeção física da execução.
- ✓ Gerenciamento de Estoques: foram verificados a administração e controle de materiais no Almoxarifado do Restaurante Universitário.

6 Gestão Operacional

- ✓ Os trabalhos previstos não foram realizados.

7 Reserva Técnica

- ✓ Foram realizados os assessoramentos previstos, os procedimentos administrativos e duas auditorias especiais.

De todas as ações planejadas, seis não foram cumpridas totalmente. Em relação às horas previstas, isso representa 1.723 horas, ou seja, 16,26% do total. Elas estão relacionadas a seguir, com destaque para a sua classificação por grupo.

No grupo 3, Gestão Patrimonial, das duas ações previstas não foram realizadas: a ação 3.2 Cessão de uso dos bens pertencentes à UFRN (210 horas – 41,18% do grupo), incluída na reserva técnica de 2016, bem como o subitem Auditorias não concluídas, com prazo de conclusão até 31 de março de 2016.

No grupo 4 Gestão de Recursos Humanos, das duas ações previstas, não foi possível realizar nenhuma das duas (850 horas – 100% do grupo), ou seja, ação 4.1 Remuneração, Benefícios e Vantagens e ação 4.2 Regime Disciplinar. Ficou decidida a inclusão da ação 4.1 no subitem Reserva Técnica do PAINT 2016 - Auditorias não concluídas, com prazo de conclusão até 31 de março de 2016 e a ação 4.2 foi excluída totalmente, considerando que a Corregedoria Geral da União fez um trabalho nessa área em anos anteriores; porém o seu relatório só chegou à UFRN no fim de 2015, sendo incluído no PAINT 2016 como monitoramento do atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

No grupo 5 Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, das três ações previstas, duas foram realizadas, sendo transferida para o PAINT 2016 apenas a ação 5.3 Processos Licitatórios (330 horas – 35,48% do grupo) e a possibilidade de complementação da ação 5.1 Gerenciamento de Estoques, no que diz respeito aos controles adotados pela Superintendência de Infraestrutura quanto aos estoques destinados à manutenção predial, tendo em vista a impossibilidade de realização desse trabalho principalmente devido à duas mudanças ocorridas na gestão dessa superintendência.

No grupo 6 Gestão Operacional, das duas ações previstas, não foi possível realizar nenhuma delas (333 horas – 100% do grupo) e, pelo contexto em que se encontram as demais ações e pela própria mudança da Instrução Normativa da CGU acerca da definição das ações a serem trabalhadas, optou-se por não incluir no PAINT 2016.

Durante o exercício de 2015 ocorreram fatos de natureza administrativa e organizacional que impactaram diretamente a auditoria interna, tais como: a greve dos servidores técnico-administrativos, licenças para tratamento de saúde, a explosão do caixa eletrônico, causando avarias na sala e impossibilidade de trabalho para a equipe por sete dias úteis.

- **Trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade**

A análise e a avaliação dos controles internos administrativos de cada unidade, para identificar o seu nível de maturação, são feitas à medida que a auditoria vai sendo realizada. Serão detalhadas a seguir as áreas que apresentaram falhas relevantes e quais as ações foram promovidas para sua regularização:

- **ÁREA: MEIOS DE TRANSPORTE**

Os exames foram realizados tendo como objeto a ação 3.1 do PAINT/2015 – Meios de Transporte, com a finalidade de emitir opinião sobre a adequação dos controles internos administrativos empregados na SAT/PROAD no gerenciamento da frota de veículos oficiais, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados por meio de recomendações que visam a aprimorar os procedimentos e melhorar os controles gerenciais.

O objetivo geral dos exames, de acordo com a Ordem de Serviço nº 012/2015, foi verificar “os controles de utilização dos veículos (percursos, motoristas, horários etc.) e o controle do consumo de combustível pelos veículos”.

O Relatório de Auditoria gerado por este trabalho fez as seguintes considerações:

Não há normativos internos e nem manual de procedimentos na área auditada; o controle de multas, de sinistros e de consumo de combustível é deficiente e há falhas na fiscalização dos contratos 10, 15 e 20/2014. Além disso, alguns princípios de controle interno não estão sendo devidamente observados, tais como:

- Delegação de poderes e definição de responsabilidades:
 - ✓ Existência de regimento/estatuto e organograma adequados, onde a definição de autoridade e consequentes responsabilidades sejam claras e satisfaçam plenamente as necessidades da organização;
 - ✓ Manuais de rotinas/procedimentos, claramente determinados, que considerem as funções de todos os setores do órgão/entidade.
- Segregação de funções: No caso, nas funções de gestor e fiscal do contrato.
- Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários.

- **ÁREA: CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS**

Os exames foram realizados tendo como objeto a ação 5.2 – Contratos de Obras, Compras e Serviços, com o objetivo de verificar a formalização legal dos contratos de serviços de natureza contínua e as alterações contratuais, bem como os pagamentos realizados e a fiscalização interna, observando se os procedimentos adotados pela UFRN estão de acordo com a legislação vigente e com as recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

A referida ação foi realizada essencialmente no âmbito da PROAD (Diretoria de Gestão e Fiscalização de Contratos) com a participação de outras unidades: Diretoria de Segurança Patrimonial – DSP, também da PROAD; Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas – DDP, da PROGESP; Diretoria do Restaurante Universitário, da PROAE; Gabinete da Reitoria; e dois Departamentos Acadêmicos (um do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA e outro do Centro de Tecnologia – CT).

O Relatório de Auditoria gerado por este trabalho fez as seguintes considerações:

Quanto à Formalização e Alteração dos Contratos, verificou-se, em suma, o atendimento aos preceitos legais. No entanto, ficou evidente a necessidade de aprimorar a fase do planejamento das contratações, com a elaboração de estudos técnicos, em especial das contratações que envolvam serviços de natureza continuada.

Em relação à análise dos processos de pagamento, excetuadas duas impropriedades pontuais detectadas, observou-se a conformidade dos valores pagos com os termos aditivos.

Constatou-se ainda, fragilidades na execução da fiscalização dos contratos de serviços de natureza continuada, demandando ações que promovam o seu aperfeiçoamento.

- **ÁREA: GERENCIAMENTO DE ESTOQUES**

Os exames foram realizados tendo como objeto a ação 5.1 – Gerenciamento de Estoques, com a finalidade de emitir opinião sobre a adequação dos controles internos empregados na administração e no controle da movimentação dos gêneros alimentícios no almoxarifado do RU, especialmente quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados por meio de recomendações que visam a aprimorar os procedimentos e melhorar os controles gerenciais. Esse item foi incluído no Paint/2015 em razão de uma denúncia de supostas irregularidades no recebimento de mercadorias no almoxarifado do RU apresentada pela própria gestão do restaurante que culminou com a abertura do processo de sindicância nº 23077.032067/2013-48.

O Relatório de Auditoria gerado por este trabalho considerou que os controles internos administrativos empregados no gerenciamento dos estoques, em poder do Restaurante Universitário, não estão adequados e necessitam ser aprimorados para garantir transparência e

segurança aos gêneros alimentícios sob sua guarda. Neste sentido foram elaboradas recomendações relacionadas a cada uma das impropriedades constatadas.

- **AUDITORIAS ESPECIAIS**

Ao longo do exercício de 2015, foram realizados os seguintes trabalhos não previstos no PAINTE, porém considerados como auditorias especiais, com a existência de 519 horas na reserva técnica para esse fim:

- 1) Exames realizados no Gabinete da Reitora, na Pró-Reitoria de Administração – PROAD, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE e no Restaurante Universitário – RU desta Universidade, relacionados ao cumprimento das determinações contidas na decisão proferida no processo nº 23077.032067/2013-48, instaurado para apurar irregularidades no controle do recebimento de mercadorias no RU. A base destes exames foi a Ordem de Serviço nº 010/2015, cuja conclusão destaca que “...o citado processo administrativo foi alvo de mandado de segurança e as pessoas físicas e jurídicas citadas estão dentro do prazo de apresentação de defesa. Já as determinações que dependiam de atos meramente burocráticos como o envio de cópia dos autos à Superintendência Regional da Polícia Federal no RN e cópia do relatório da comissão de sindicância e de sua decisão ao Ministério Público Federal e às unidades da UFRN, que de alguma forma tem relação com o processo, foram prontamente atendidas.”
- 2) Exames realizados no intuito de verificar o teor da denúncia recebida por intermédio do Ofício nº 17.352/2015/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR, datado de 27/07/2015. A base destes exames foi a Ordem de Serviço nº 011/2015 cuja conclusão destaca que “...os resultados alcançados demonstraram a necessidade de um conjunto de ações que propicie uma melhor gestão sobre o relacionamento entre a UFRN e a FUNPEC, principalmente no que diz respeito à observância prévia dos normativos existentes que servirão de base para o bom andamento do projeto.”. Foram propostas recomendações com o objetivo de reduzir os riscos inerentes à área auditada, bem como de aperfeiçoar os controles internos e administrativos.

- **Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.**

De acordo com o novo Regimento Interno da Reitoria, revisado e publicado em 04 de novembro de 2015, a unidade de auditoria interna teve alterações em sua estrutura, com criação de coordenadorias e redistribuição de suas competências.

Entretanto, apesar da publicação do novo Regimento, ainda não foi possível a sua plena implantação, motivo pelo qual não há como demonstrar os ganhos operacionais dele decorrente.

c. Atividades de correição e apuração de ilícitos

O Sistema de Correição desta Universidade abrange a apuração de possíveis condutas irregulares praticadas por servidores e/ou discentes da Instituição e pelo controle administrativo de dados e de atos referentes à área disciplinar.

A apuração dessas condutas é realizada por Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, contando a Instituição com servidores que exercem exclusivamente essa função processante e com outros que acumulam essa função com atividades acadêmicas ou administrativas.

Quanto ao controle referente à área disciplinar, importa mencionar que várias atividades referentes a essa área são realizadas no âmbito da Secretaria Administrativa do Gabinete do Reitor, dentre as quais se destacam três demandas: a) emissão de atos de (re)designação, prorrogação, sobrestamento, suspensão de sobrestamento relativos às Comissões Processantes; b) inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) dos procedimentos disciplinares que envolvam servidores; c) coleta de dados sobre os processos existentes. Importante salientar que, por orientação da CGU, processos envolvendo apenas discentes não devem ser inseridos no referido sistema.

Em relação à questão normativa, a apuração e o julgamento dos processos disciplinares pautam-se, primordialmente, na Lei n.º 8.112/90, quando os investigados são servidores, e no Regimento Geral da UFRN. Nesse contexto, ressalta-se que a elaboração de normativo interno relativo aos processos disciplinares está em andamento e que essa elaboração foi deflagrada por meio da Portaria n.º 2.542/14-R, de 29 de dezembro de 2014, publicada no Boletim de Serviço n.º 241, de 30/12/2014, conforme Processo n.º 23077.006241/2015-69.

A partir de levantamento realizado foram elaboradas tabelas. A Tabela 1 indica o quantitativo de procedimentos julgados no ano de 2015, discriminados conforme a instância instauradora (Gabinete do Reitor ou Centros/Unidades Acadêmicas) e o mês de julgamento.

Tabela 1 - Processos Julgados em 2015

Processos Julgados em 2015			
Mês	Quantidade	Gabinete do Reitor	Centros/Unidades Acadêmicas
Janeiro	2	2	0
Fevereiro	2	2	0
Março	6	2	4
Abril	8	4	4
Mai	3	2	1
Junho	7	5	2
Julho	7	4	3
Agosto	3	3	0
Setembro	4	1	3
Outubro	5	2	3
Novembro	2	1	1
Dezembro	11	8	3
Total	60	36	24

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias concluídos em 2015.

A tabela 2 representa o quantitativo de processos movimentados em 2015, independentemente do ano de criação, mas que não foram concluídos no ano em referência, discriminados por instância instauradora e por categoria (processos administrativos disciplinares ou sindicâncias).

Tabela 2 - Processos movimentados em 2015, mas não concluídos no ano de referência

Processos movimentados em 2015, mas não concluídos no ano de referência			
Unidades	Quantidade	Processos Administrativos Disciplinares	Sindicâncias
CB	1	1	0
CCET	0	0	0
CCHLA	2	0	2
CCS	0	0	0
CCSA	0	0	0
CERES	2	1	1
CT	0	0	0
FACISA	1	0	1
GABINETE DO REITOR	22	20	2
Total	28	22	6

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias concluídos em 2015.

As próximas tabelas detalham os processos movimentados em 2015, respectivamente, por ano de instauração, por tipo e por órgão instaurador:

Tabela 3 - Processos movimentados em 2015

Processos movimentados em 2015			
Ano de instauração	Quantidade	Gabinete do Reitor	Centros/Unidades Acadêmicas
2012	1	1	0
2013	4	4	0
2014	24	17	7
2015	59	36	23
Total	88	58	30

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias concluídos em 2015.

Tabela 4 - Processos disciplinares movimentados em 2015

Processos disciplinares movimentados em 2015	
Tipo de processo	Quantidade
Sindicâncias	34
Administrativos Disciplinares	54
Total	88

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias concluídos em 2015.

Tabela 5 - Processos movimentados em 2015 por órgão instaurador

Processos movimentados em 2015 por órgão instaurador			
Órgão instaurador	Quantidade	Processos Administrativos Disciplinares	Sindicâncias
CB	1	1	0
CCET	1	0	1
CCHLA	8	2	6
CCS	4	1	3
CCSA	6	0	6
CERES	5	2	3
CT	4	2	2
FACISA	1	0	1
GAB	58	46	12
Total	88	54	34

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias e concluídos em 2015.

Em relação aos resultados das apurações administrativas, são apresentadas as tabelas abaixo. A primeira representa a discriminação das punições por espécie e por instância instauradora; a segunda se refere a outros desmembramentos provenientes da apuração subdivididos por instância instauradora. Para esse levantamento, foram contabilizados tanto os processos cujos efeitos do julgamento já se iniciaram quanto aqueles em que ainda há possibilidade de recurso.

Tabela 6 - Punições/Penalidades - resultantes dos processos disciplinares concluídos em 2015

Punições/Penalidades - resultantes dos processos disciplinares concluídos em 2015			
Tipo de processo	Quantidade	Gabinete do Reitor	Centros/Unidades Acadêmicas
Advertência	4	2	2
Cassação de diploma	1	0	1
Exclusão de discente	1	0	1
Repreensão	2	1	1
Suspensão	9	6	3
Ressarcimento ao Erário	6	6	0
Cancelamento de dedicação exclusiva	1	1	0
Total	24	16	8

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias concluídos em 2015.

Tabela 7 - Outros desmembramentos resultantes dos Processos Disciplinares Concluídos em 2015

Outros desmembramentos resultantes dos Processos Disciplinares Concluídos em 2015			
Situação	Quantidade	Gabinete do Reitor	Centros/Unidades Acadêmicas
Arquivamento	33	21	12
Instauração de outro Processo	4	1	3
Remessa à Comissão de Ética	1	1	0
Termo de Ajustamento de Conduta	1	0	1
Envio de cópia ao Ministério Público	1	1	0
Envio de cópia à Polícia Federal	6	3	3
Investigação de fatos novos	2	2	0
Total	48	29	19

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, concluídos em 2015.

Quanto ao cumprimento da Portaria n.º 1.043/07-CGU, destaca-se que esta Instituição vem cumprindo integralmente o disposto no art. 5º da citada Portaria e ressaltando que o cadastramento dos processos no Sistema CGU-PAD é uma atividade permanente.

d. Gestão de riscos e controles internos

Nos últimos Relatórios de Gestão, a UFRN demonstrou um entendimento sobre os processos de avaliação e gestão de riscos que estava, fundamentalmente, dirigido aos aperfeiçoamentos práticos e normativos dos mecanismos de controle dos riscos no plano da gestão institucional. Ao longo do exercício de 2015, com a posse da Reitora para uma nova gestão à frente da UFRN, no período 2015-2019, identificou-se a necessidade de uma mudança qualitativa nos procedimentos institucionais com a adoção de uma sistemática da gestão de risco no plano da governança.

Tendo em vista as preocupações da administração da UFRN com a necessidade de controles internos bem definidos e implantados para mitigação dos riscos, que potencialmente possam comprometer suas metas estratégicas, foi criada a Secretaria de Gestão de Projetos, unidade diretamente vinculada à reitoria e responsável, dentre outros aspectos, pela promoção e disseminação de melhores práticas na gestão de projetos e de melhoria dos processos organizacionais na Instituição.

O Regimento Interno da Reitoria foi aprovado pelo Conselho Universitário, em 04 de novembro de 2015, com a Resolução nº 020/2015-CONSUNI. O Art. 251, que trata das competências da Secretaria de Gestão de Projetos, prevê: “III. promover e compartilhar melhores práticas e conhecimentos em gestão de projetos e gestão de processos;” e “V. apoiar a adoção de ferramentas, métodos e técnicas de gestão de projetos e gestão de processos”.

Assim, a Secretaria de Gestão de Projetos terá como uma de suas responsabilidades, alinhar atividades relacionadas à melhoria dos processos organizacionais com a gestão de riscos, de maneira que os controles internos para mitigá-los sejam resultantes desta abordagem. Mais especificamente, tal abordagem será realizada através das seguintes etapas:

- Mapeamento do fluxo de um processo crítico mediante priorização prévia quanto a sua relevância estratégica;
- Identificação dos riscos (eventos internos ou externos) relacionados às atividades componentes do fluxo do processo;
- Classificação de cada risco quanto ao seu nível de severidade, baseado em critérios como impacto e probabilidade;
- Definição quanto a resposta apropriada para cada risco (aceitar, mitigar, transferir ou evitar);
- Estabelecimento de um plano de ação para implantação de controles internos ou contingências quando oportuno;
- Monitoramento e controle dos riscos relacionados ao processo organizacional.

Cabe, ainda, ressaltar que essas etapas componentes de uma sistemática de gestão de riscos proposta estarão incorporadas ao ciclo de gestão de processos na Instituição, envolvendo inicialmente as pró-reitorias, as superintendências e as secretarias que compõem a alta administração da UFRN.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal do Rio Grande materializa suas ações de “Relacionamento com a Sociedade” por meio de mecanismos ou procedimentos que garantem a coletividade, a disponibilidade dos serviços de acessibilidade para o cidadão, a identificação da natureza dos serviços ofertados e a transparência das informações consideradas relevantes.

A seguir, são desenvolvidos os itens que compõem o conjunto das informações referentes ao “Relacionamento da UFRN com a Sociedade”.

a. Canais de Acesso ao Cidadão

Ouvidoria

Dentre os canais de acesso ao cidadão destaca-se a Ouvidoria, via pela qual são feitas solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, em favor da comunidade universitária e da sociedade. As manifestações podem ser feitas por telefone, site www.ouvidoria.ufrn, SIGAA, e-mail: ouvidoria@ufrn.br ou pessoalmente na sede do órgão, situado no Centro de Convivência Djalma Marinho – Campus Universitário da UFRN – Natal-RN, telefone (84) 3215-3883.

Os dados gerenciais e estatísticos referentes a 2015 demonstram que o serviço de Ouvidoria da UFRN obteve avanços no aumento das respostas por parte dos dirigentes, na migração das solicitações dos usuários presenciais para o SIGAA, na elaboração do projeto para implantação do E-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal) e na consolidação dos mecanismos necessários ao cumprimento à Lei de Acesso à Informação.

No exercício de 2015, a Ouvidoria da UFRN registrou 1.456 manifestações, das quais cerca de 65% foram respondidas de forma satisfatória. A seguir as tabelas expressam o detalhamento das manifestações registradas tanto em 2015 quanto no período de 2011 a 2015:

Tabela 1 - Manifestações registradas na Ouvidoria-UFRN em 2015

Presenciais:	91	Respondidas:	60
On-line:	356	Respondidas:	284
SIGAA:	1.009	Respondidas:	599
Total:	1.456	Total:	943

Fonte: Ouvidoria da UFRN

Tabela 2 - Manifestações registradas – 2011 a 2015

Ano	Presencial / On-line	Sistema SIGAA
2011	617	153
2012	633	1.114
2013	707	1.383
2014	634	989
2015	446	1010

Fonte: Ouvidoria da UFRN

Para atender à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) a Ouvidoria da UFRN criou o Serviço de Informação ao Cidadão/SIC-UFRN com o objetivo de avançar na publicização do acesso às informações institucionais.

Em 2015, o SIC-UFRN contabilizou 143 pedidos de informações, sendo 120 respondidas e 23 referentes a recursos impetrados. Segue abaixo a evolução mensal dos pedidos de acesso à informação:

Tabela 3

Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
Janeiro/2015	16	-
Fevereiro/2015	10	-37.5%
Março/2015	8	-20%
Abril/2015	9	11.11%
Maió/2015	16	43.75%
Junho/2015	12	-25%
Julho/2015	10	-16.67%
Agosto/2015	11	9.09%
Setembro/2015	11	0%
Outubro/2015	15	26.67%
Novembro/2015	17	11.76%
Dezembro/2015	8	-52.94%
TOTAL:	143	
MÉDIA:	11,92	

Fonte: E-SIC Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão. Disponível em: www.acessoainformacao.gov.br. Acesso em: 25/02/2016.

Sites da Instituição

A UFRN mantém um portal institucional (www.ufrn.br) e *sites* específicos de pró-reitorias, superintendências, setores, programas e projetos da Instituição, dentre outros. Nesses *sites* são disponibilizados informações sobre a estrutura, funcionamento, serviços e demais dados úteis para os usuários.

Redes Sociais

A UFRN também está presente nas redes sociais digitais, promovendo a divulgação de ações da Instituição através do *YouTube*, *Twitter* e *Facebook*.

Canal do *YouTube*: [youtube.com/tvuniversitariarn](https://www.youtube.com/tvuniversitariarn)

Perfil do *Twitter*: twitter.com/UFRN_AGECOM

Página do *Facebook*: [facebook.com/ufrnoficial](https://www.facebook.com/ufrnoficial)

b. Carta de Serviços ao Cidadão

A primeira versão da Carta de Serviços ao Cidadão da UFRN foi elaborada em 2013. Na ocasião, foi solicitado que cada setor prestador de serviços encaminhasse à PROPLAN as atualizações e correções necessárias. A partir das informações recebidas foi elaborada a versão final, que foi disponibilizada na Internet em sua versão final em agosto de 2014.

A Carta de Serviços ao Cidadão da UFRN está disponível no site www.cartadeservicos.ufrn.br ou através do *banner* localizado na parte inferior do portal da UFRN.

Carta de Serviços do Departamento de Administração Pessoal

Com a adesão do Departamento de Administração de Pessoal - DAP ao Programa GesPública, foi elaborada, a partir de um trabalho conjunto entre o DAP e a Superintendência de Informática, a Carta de Serviços do DAP.

A versão impressa e simplificada da Carta de Serviços pode ser adquirida gratuitamente na Seção de Atendimento - SAT do DAP, bem como nos respectivos Centros e Departamentos Acadêmicos. Já a versão completa encontra-se disponível *on line*, no menu principal “Carta de Serviços” ou através do *link* direto www.portaldap.ufrn.br/carta_servicos.php.

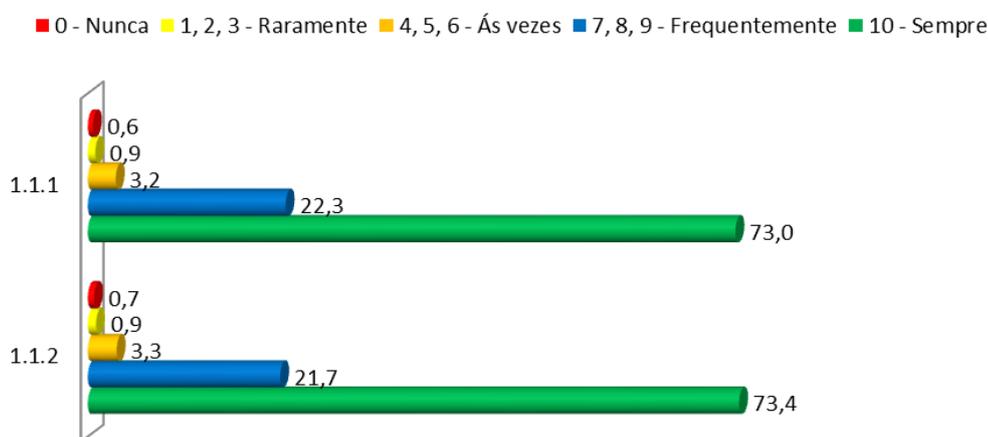
c. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A UFRN não possui uma ferramenta específica de Pesquisa de Satisfação, mas apresenta mecanismos de avaliação institucional, da gestão e da prestação de serviço que subsidiam a revisão do planejamento da gestão e a formulação de políticas institucionais. Dentre eles destacam-se o processo de Avaliação da Docência, a Pesquisa de Egressos da UFRN e a Pesquisa sobre Qualidade de Vida no Trabalho.

A Avaliação da Docência é um processo sistemático desenvolvido periodicamente, a cada semestre letivo, que analisa a docência no ensino de graduação com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. Este processo é realizado por meio do SIGAA, propiciando o levantamento de informações junto ao aluno e professor, sobre a atuação didática e postura profissional do professor; a turma e a infraestrutura da Instituição.

Todos os resultados e relatórios referentes à Avaliação da Docência estão disponíveis no site www.avaliacao.ufrn.br. Segue abaixo os principais resultados obtidos da avaliação da docência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, referente a 2015.1.

Gráfico 1 - Postura profissional dos professores da UFRN, em 2015.1, segundo os alunos (%)



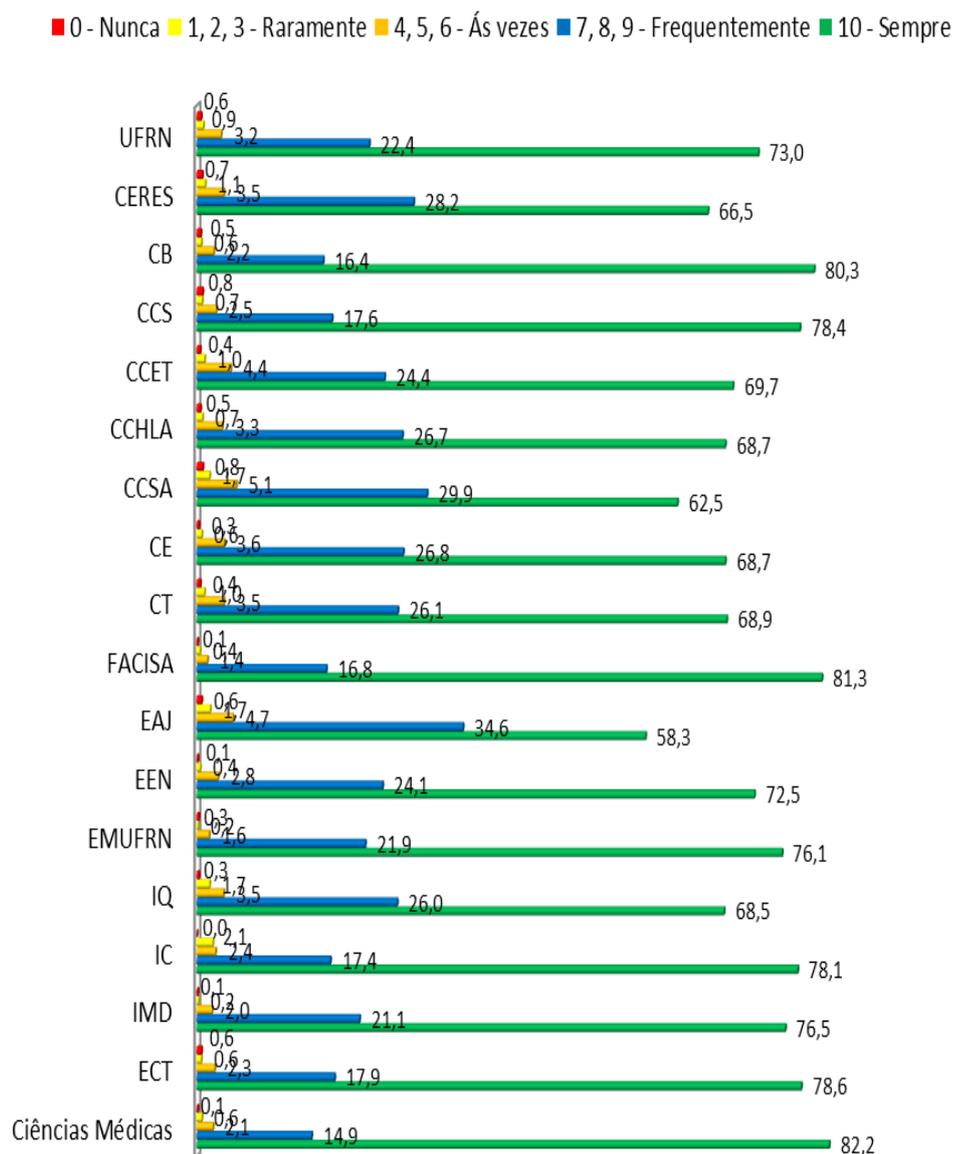
Legenda:

1.1.1 - O professor comparece às aulas?

1.1.2 - O professor cumpre integralmente o horário de aula?

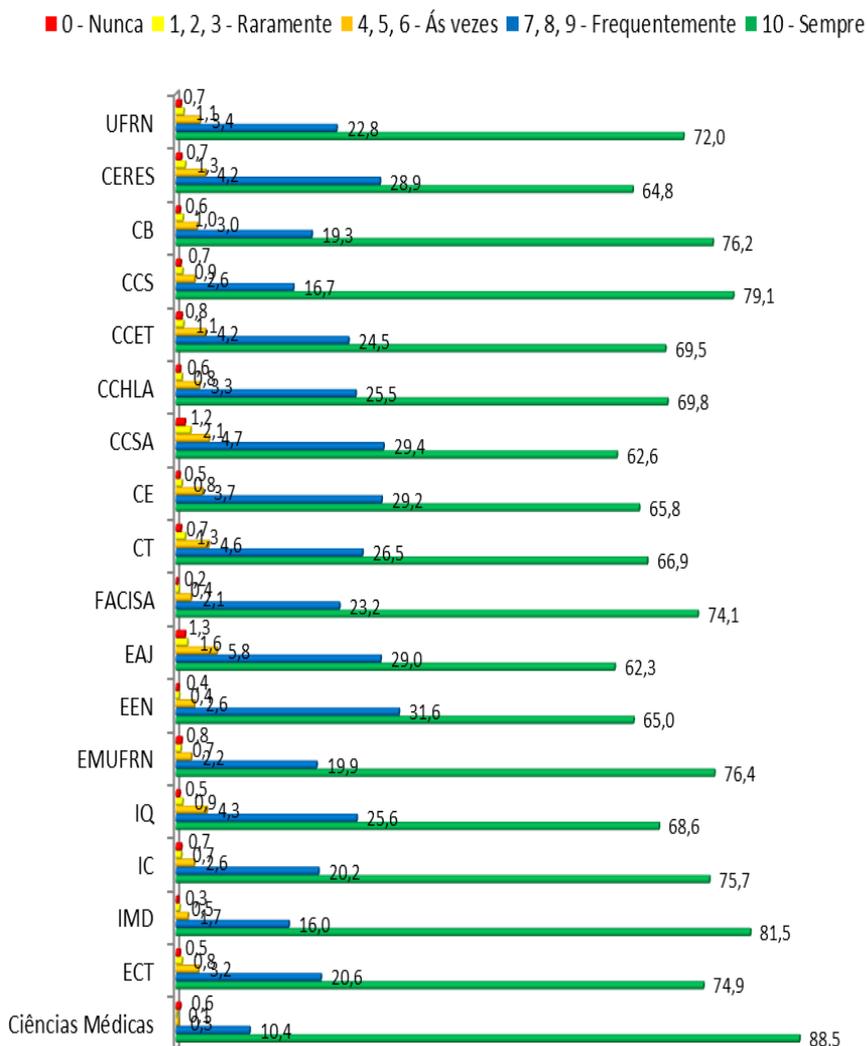
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 2 - Frequência com que o professor comparece às aulas, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



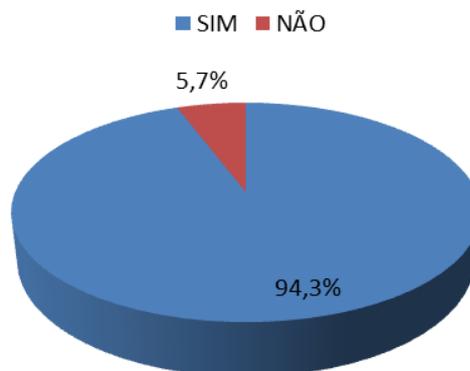
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 3 - Frequência com que o professor cumpre integralmente o horário de aula, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



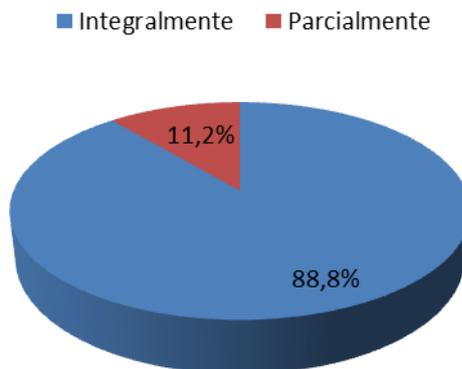
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 4 - Disponibilização do programa do componente curricular até a segunda semana de aula pelo professor da UFRN, em 2015.1, segundo os alunos (%)



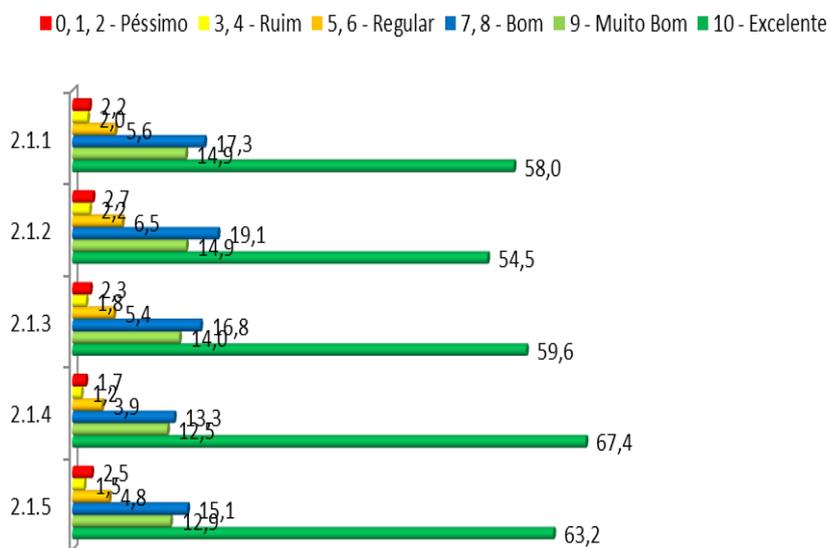
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 5 - Cumprimento do horário de aula pelo professor da UFRN, em 2015.1, segundo os alunos (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 6 - Atuação didática do professor da UFRN em sala de aula, em 2015.1, segundo os alunos (%)



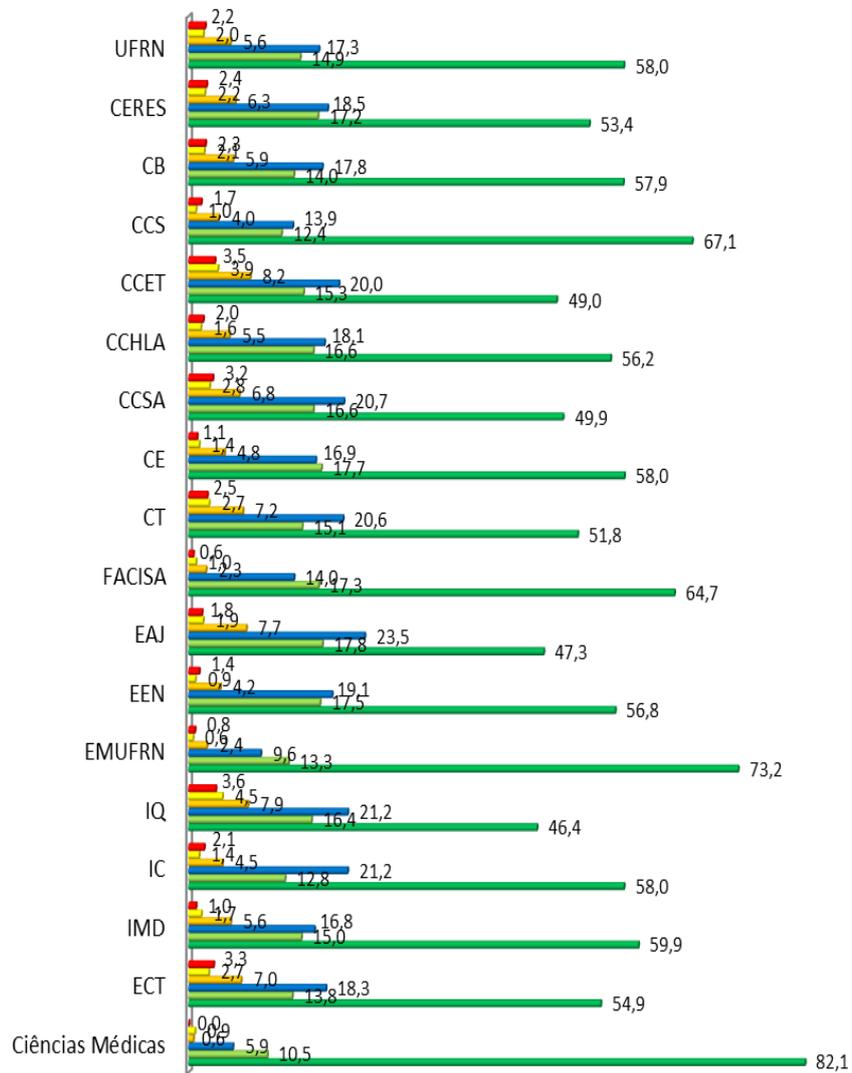
Legenda:

- 2.1.1. Clareza na apresentação do conteúdo
- 2.1.2. Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 2.1.3. Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 2.1.4. Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 2.1.5. Relacionamento professor-aluno

Fonte: CPA / Avaliação da docência

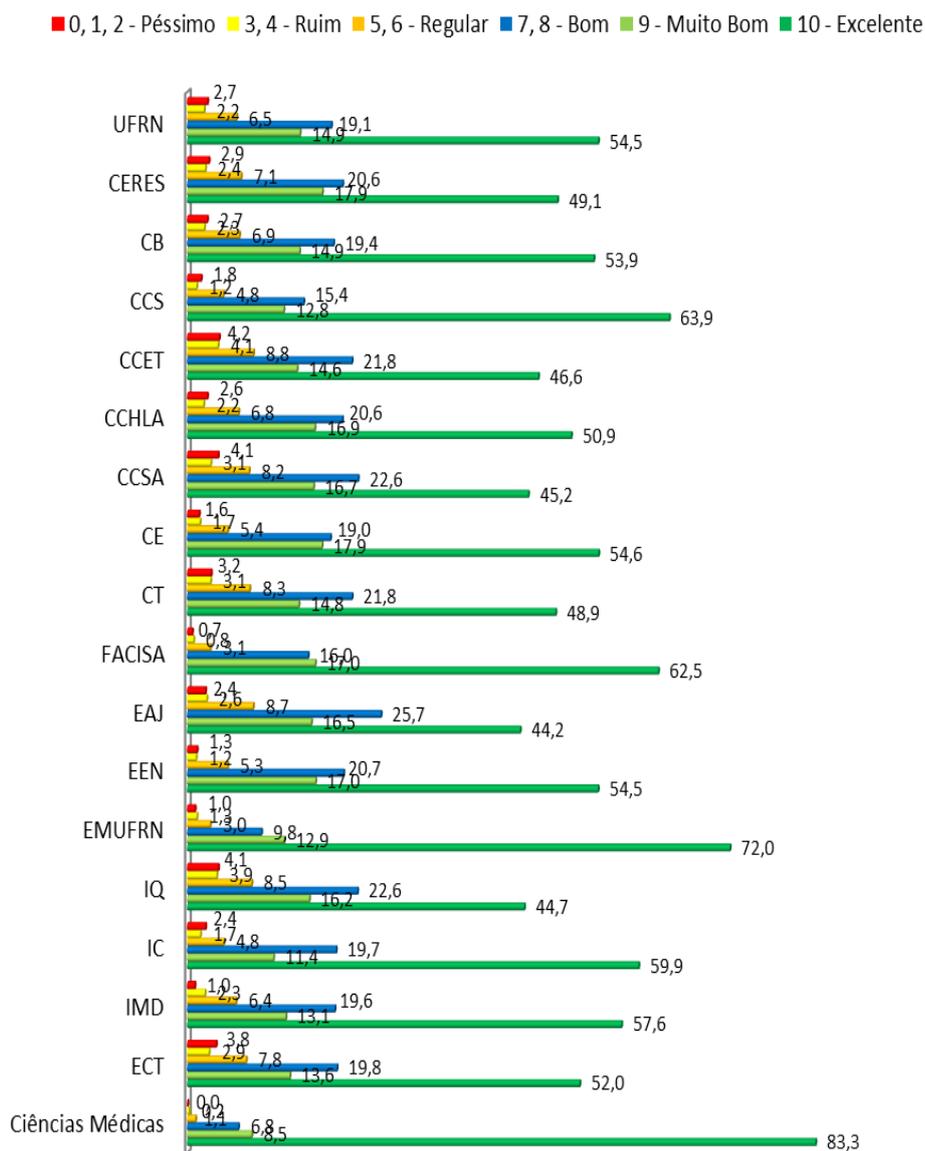
Gráfico 7 - Clareza na apresentação do conteúdo, segundo os alunos, em 2015.1 (%)

■ 0, 1, 2 - Pésimo ■ 3, 4 - Ruim ■ 5, 6 - Regular ■ 7, 8 - Bom ■ 9 - Muito Bom ■ 10 - Excelente



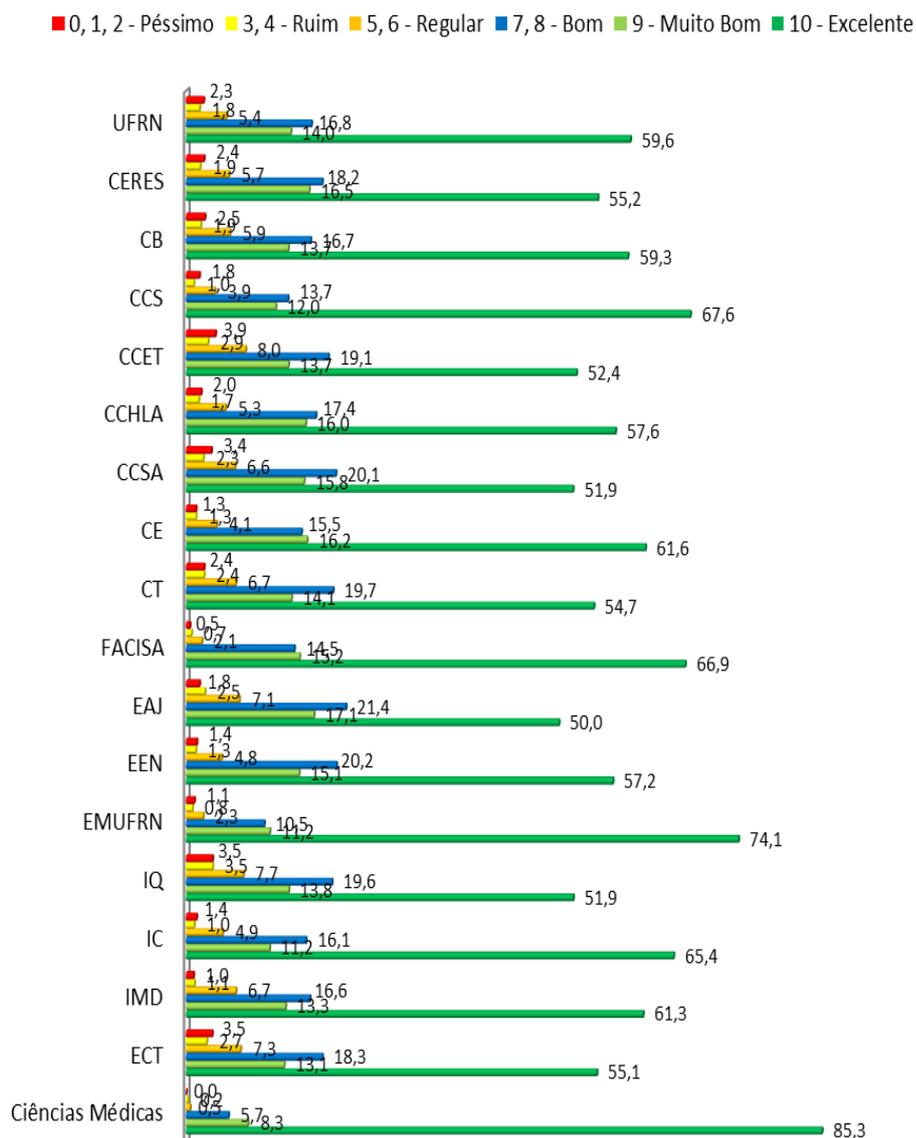
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 8 - Metodologias que favoreçam o aprendizado, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



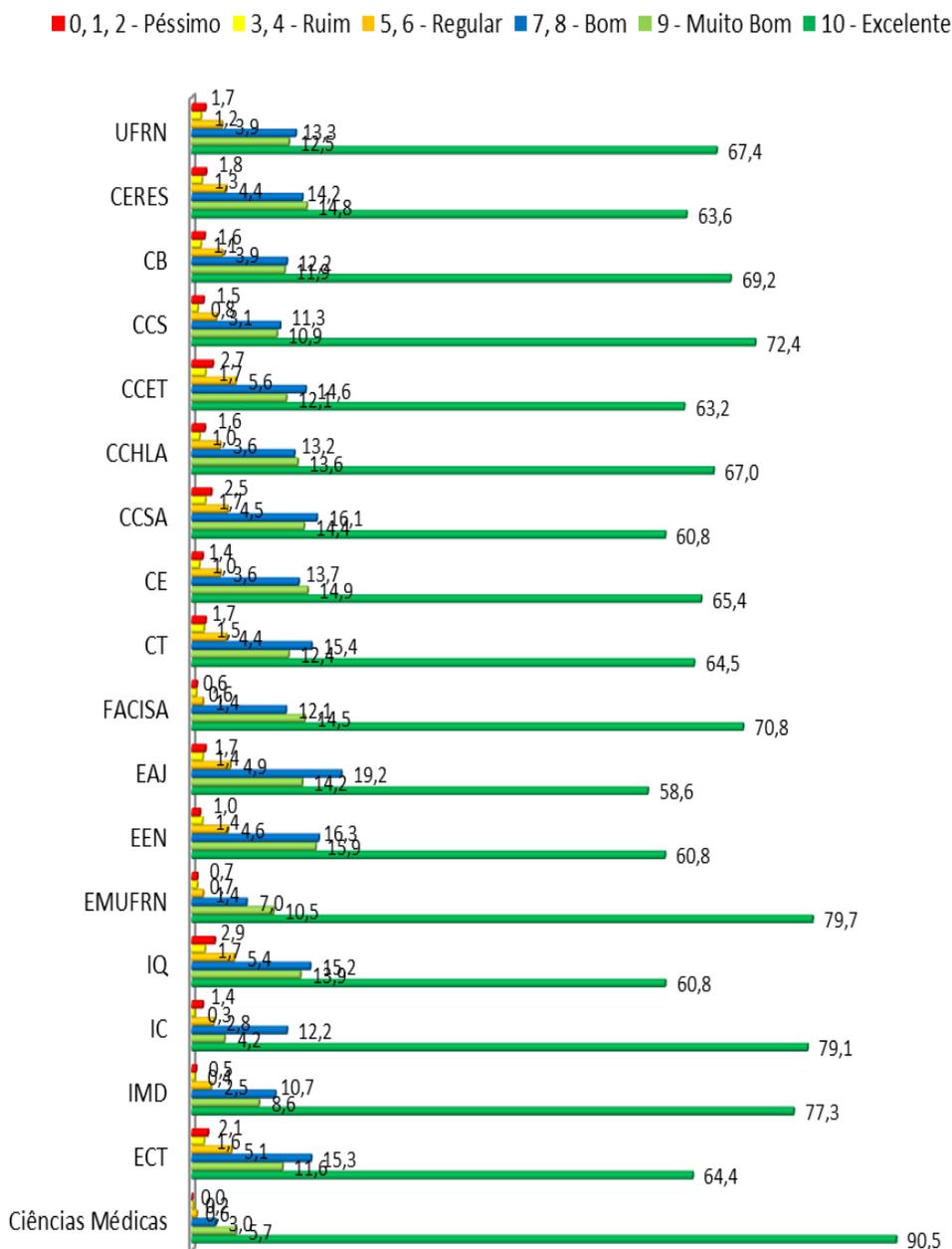
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 9 - Estímulo do professor à participação dos alunos nas aulas, segundo eles mesmos, em 2015.1 (%)



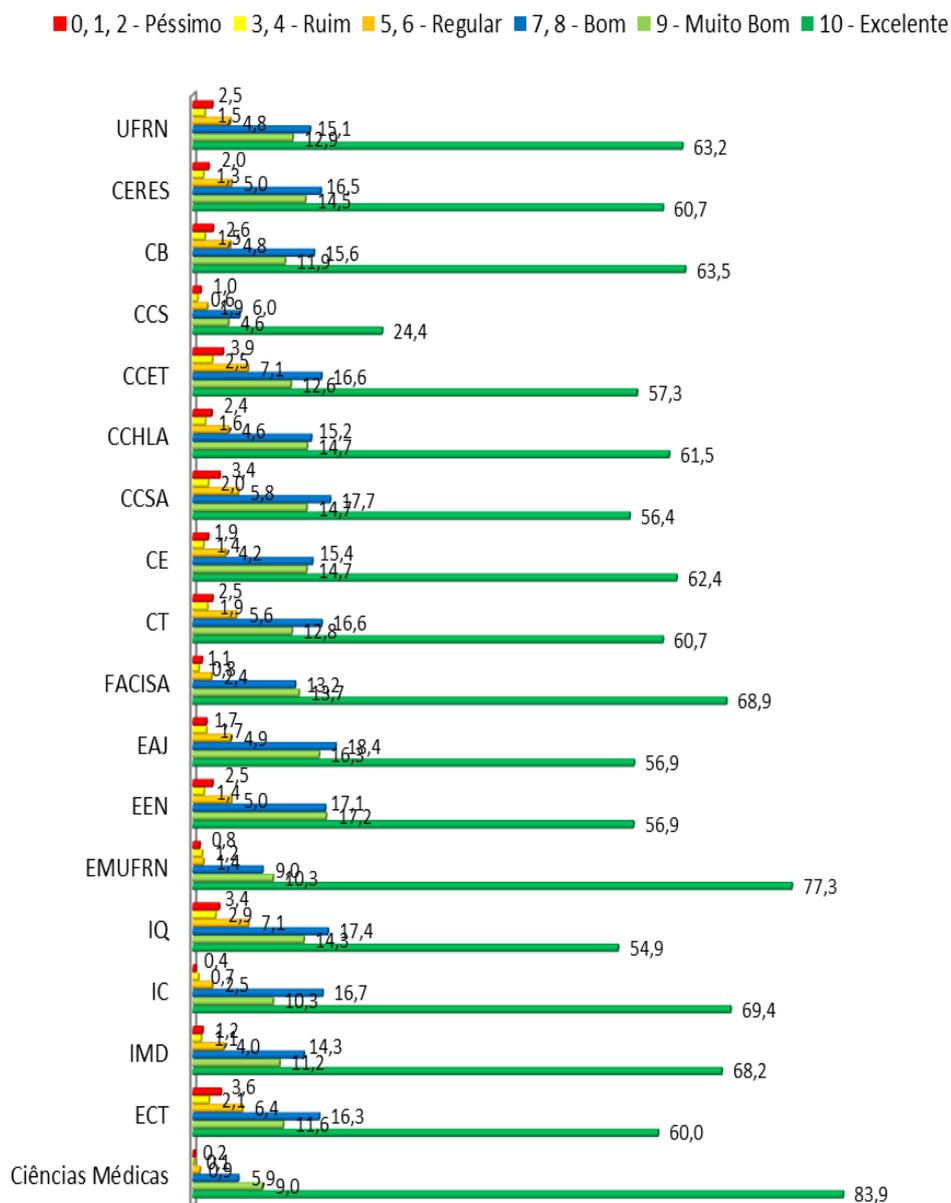
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 10 - Disponibilidade do professor para tirar dúvidas em sala de aula, segundo alunos, em 2015.1 (%)



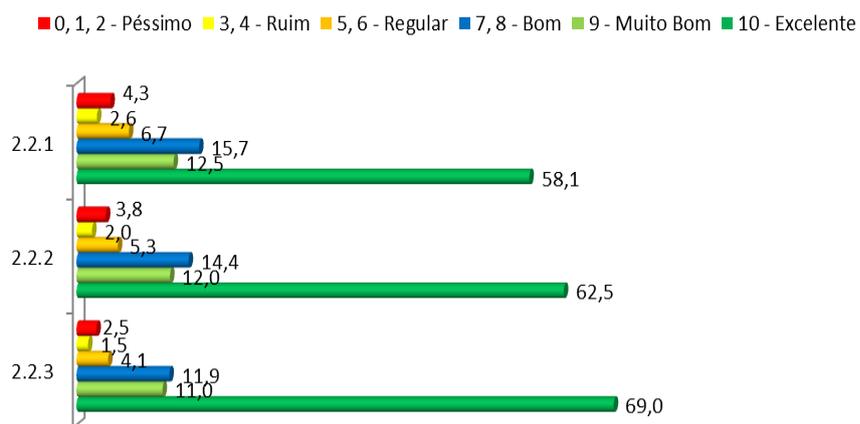
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 11 - Relacionamento professor-aluno, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 12 - Cumprimento das suas atribuições de professor da UFRN, em 2015.1, segundo os alunos (%)



Legenda:

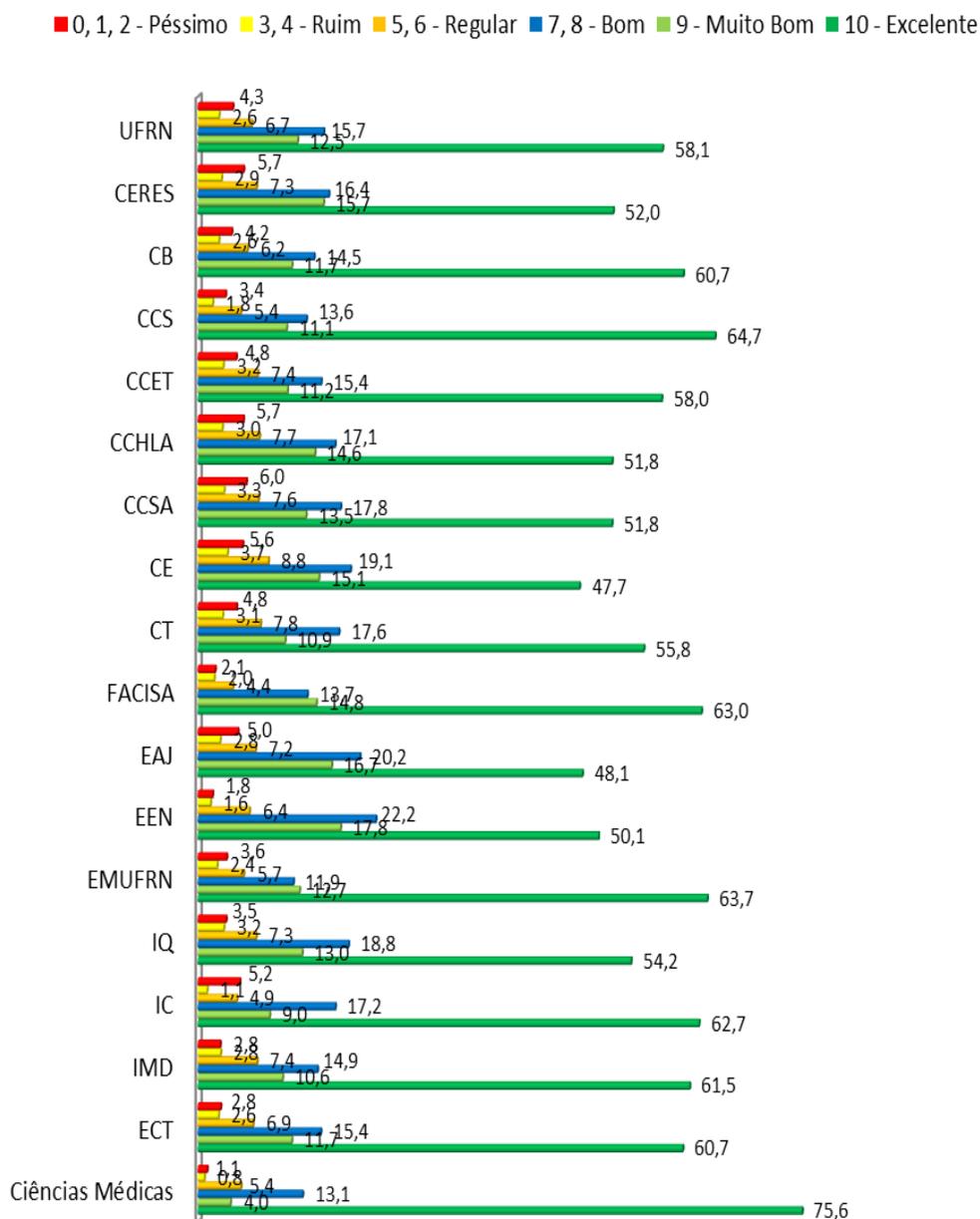
2.2.1. O professor divulga as notas no prazo máximo de 10 dias úteis após a realização da avaliação?

2.2.2. O professor discute os resultados das avaliações esclarecendo suas dúvidas?

2.2.3. O professor utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com o aluno?

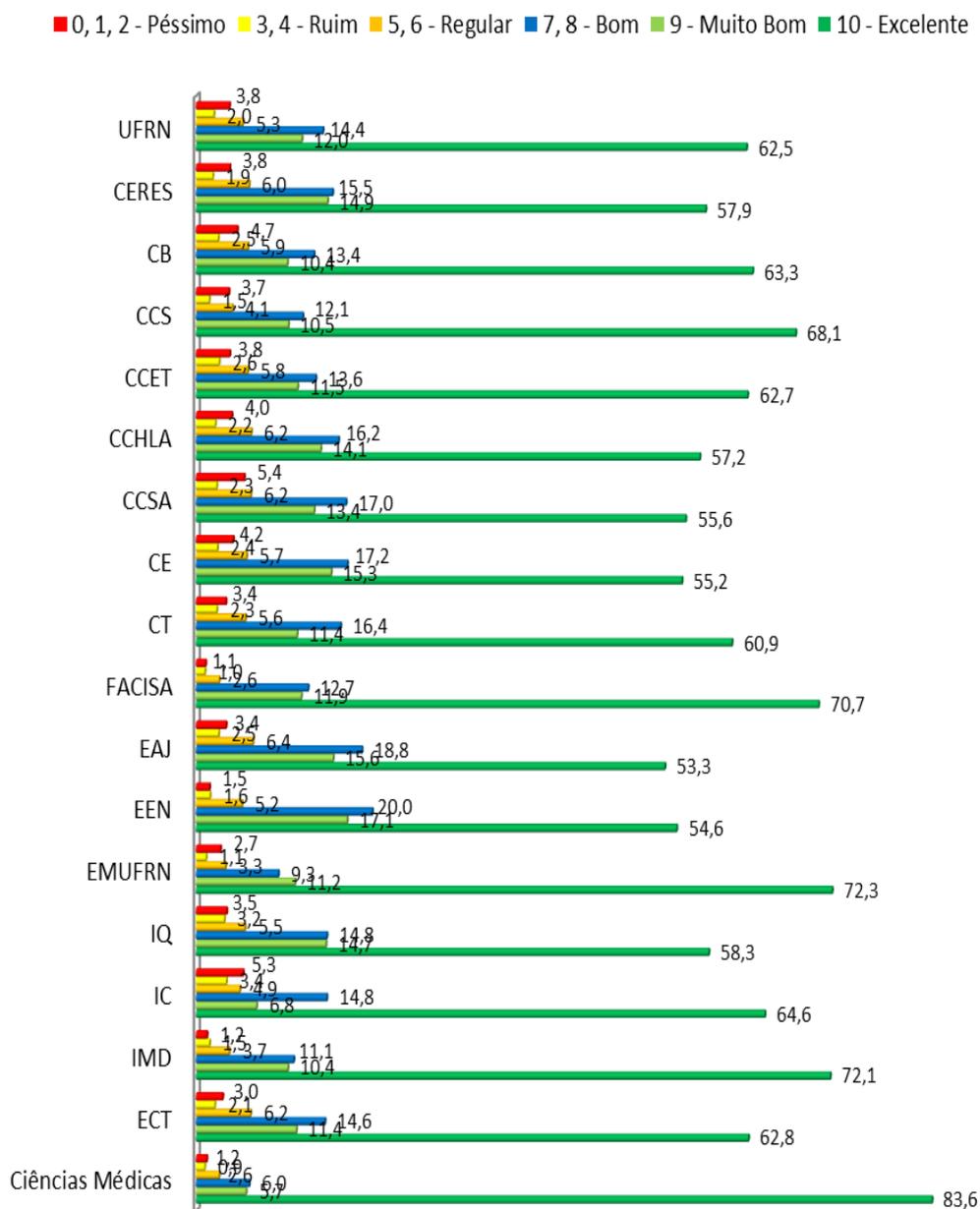
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 13 - Divulgação das notas no prazo determinado pelo Regimento da Graduação, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



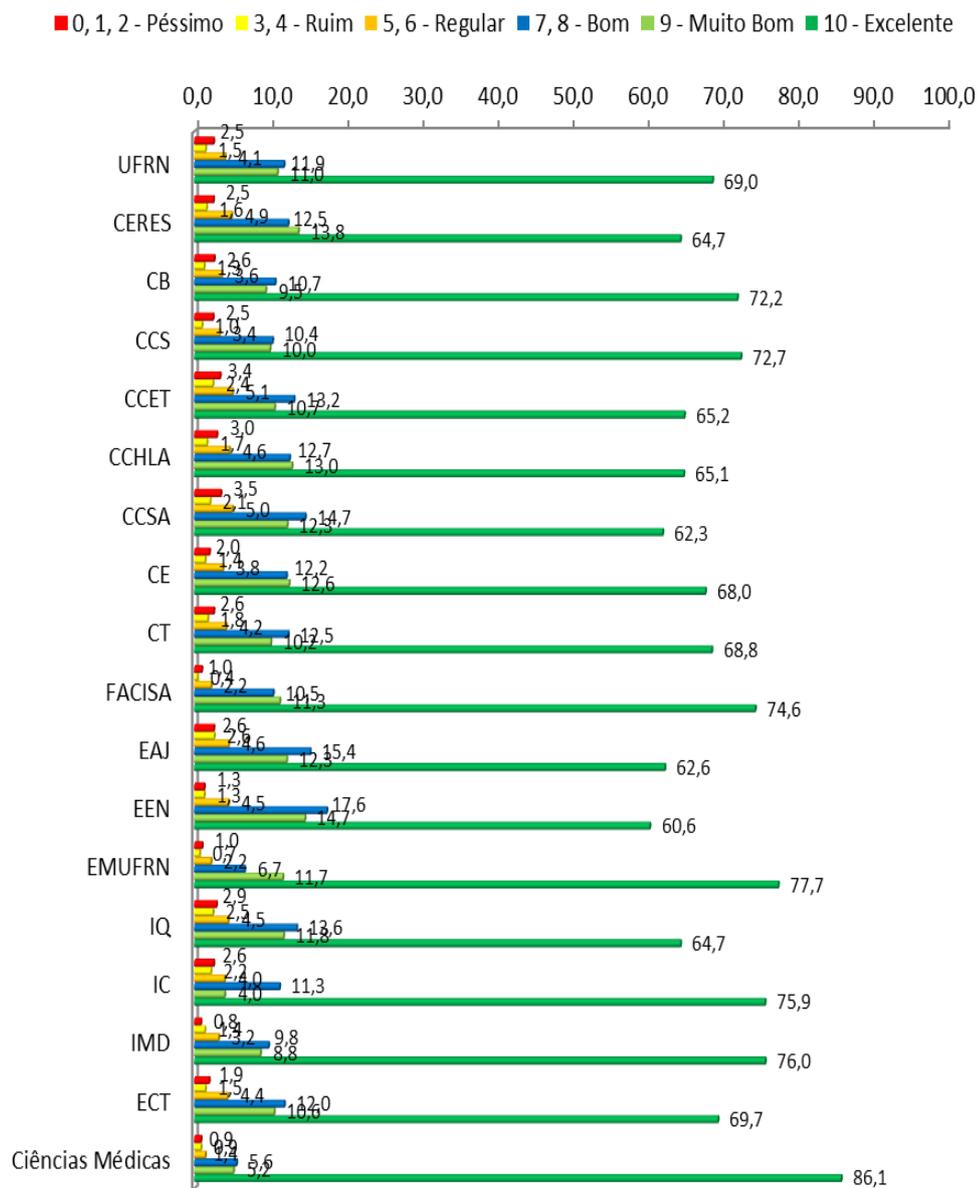
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 14 - Discussão dos resultados das avaliações esclarecendo as dúvidas , segundo os alunos, em 2015.1 (%)



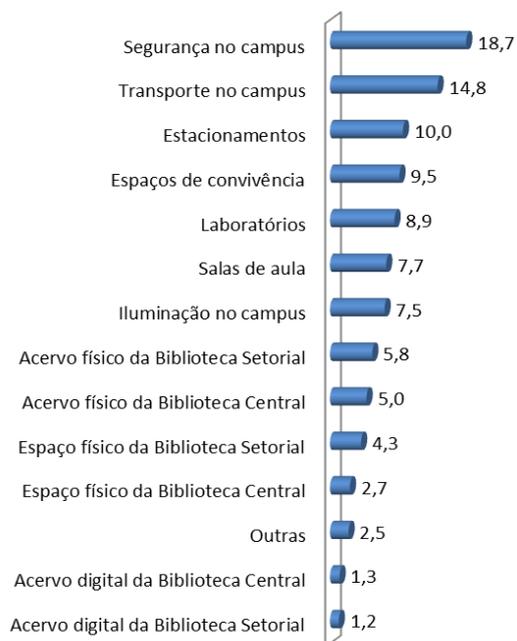
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 15 - Utilização do SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com os alunos, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



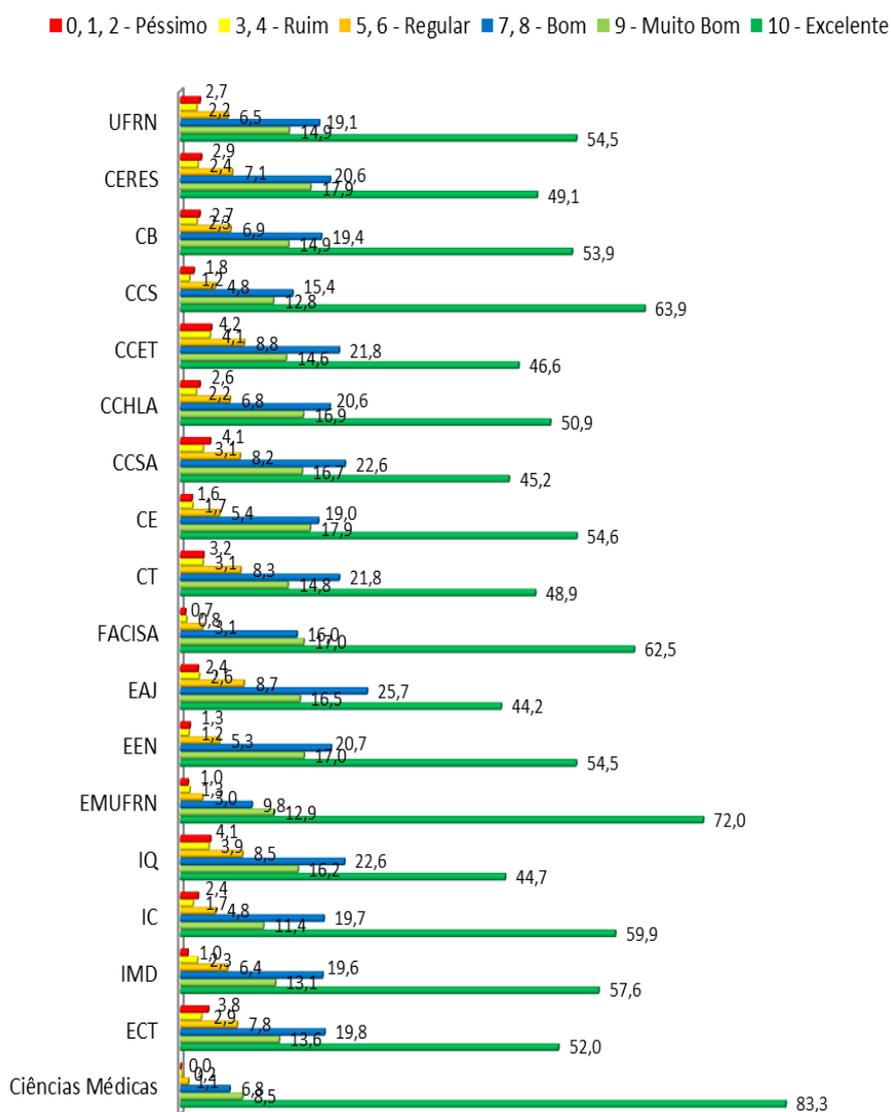
Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 16 - Demandas por melhorias na infraestrutura, segundo os alunos, em 2015.1 (%)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

Gráfico 17 - Metodologias que favoreçam o aprendizado, segundo os alunos, em 2015.1 (%)

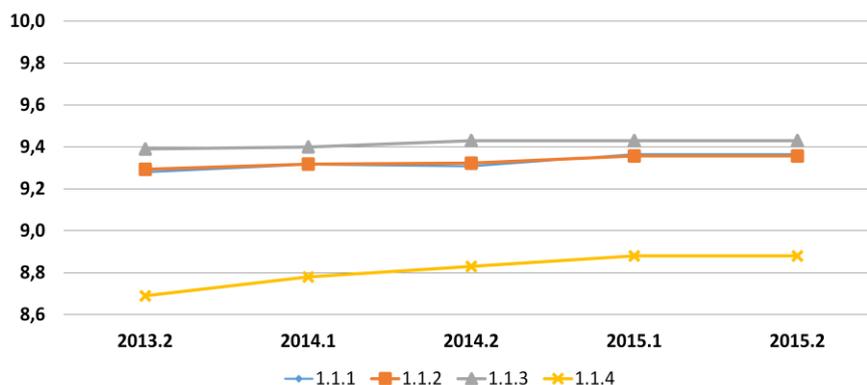


Fonte: CPA / Avaliação da docência

Baseado nos resultados obtidos na avaliação da docência em 2015, são feitas as seguintes comparações com os exercícios anteriores.

Gráfico 18

POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR, SEGUNDO O ALUNO (média das notas)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

1.1.1 - O professor comparece às aulas?

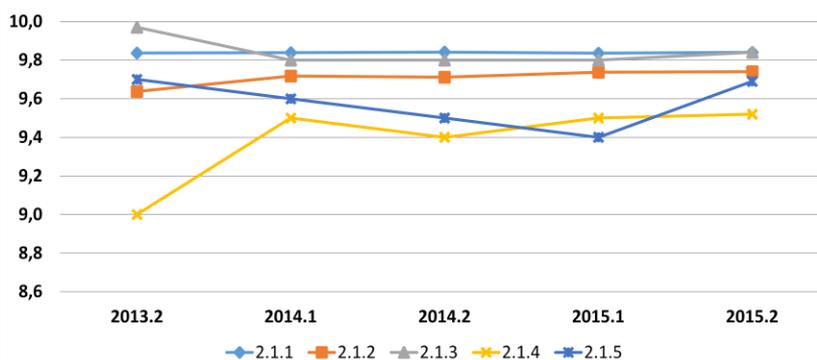
1.1.2 - O professor cumpre integralmente o horário de aula?

1.1.3 - O professor disponibiliza o programa do componente curricular até a segunda semana de aula, conforme o Regulamento dos Cursos de Graduação? (Média de respostas "Sim").

1.1.4 - O professor cumpre o programa do componente curricular? (Média de respostas "Integralmente").

Gráfico 19

AUTOAVALIAÇÃO DA POSTURA PROFISSIONAL DO PROFESSOR (média das notas)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

2.1.1 – Você comparece às aulas?

2.1.2 – Você cumpre integralmente o horário de aula?

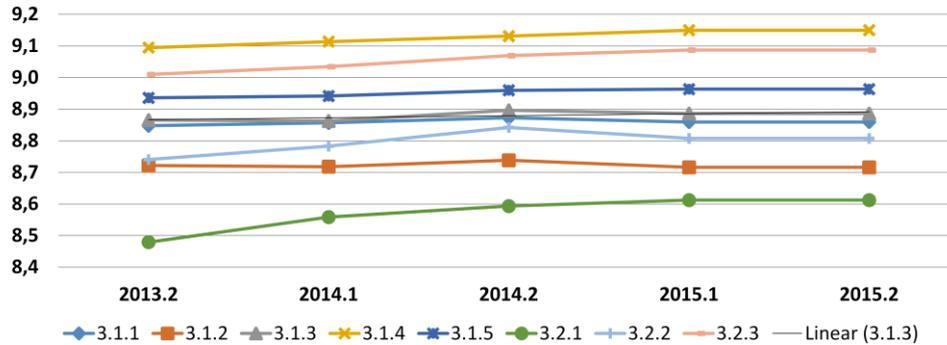
2.1.3 – Você apresenta o programa do componente curricular até a segunda semana de aula, conforme o Regulamento dos Cursos de Graduação?

2.1.4 – Você cumpre o programa do componente curricular?

2.1.5 – Você informa aos alunos seus horários de atendimento fora do horário de aulas?

Gráfico 20

ATUAÇÃO DIDÁTICA DO PROFESSOR, SEGUNDO O ALUNO (média das notas)

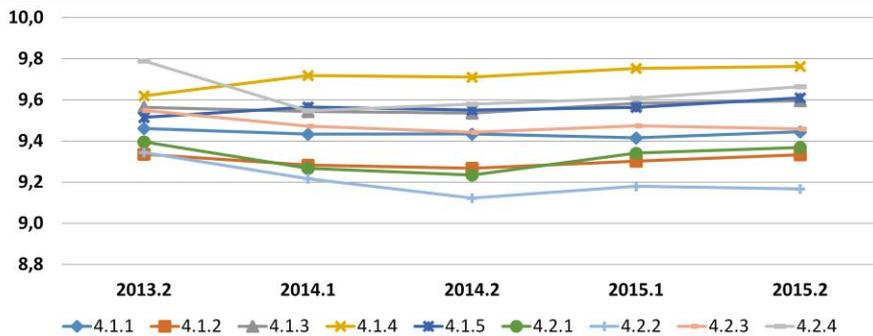


Fonte: CPA / Avaliação da docência

- 3.1.1 - Clareza na apresentação do conteúdo
- 3.1.2 - Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 3.1.3 - Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 3.1.4 - Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 3.1.5 - Relacionamento professor-aluno
- 3.2.1 - O professor divulga as notas no prazo máximo de 10 dias úteis após a realização da avaliação?
- 3.2.2 - O professor discute os resultados das avaliações esclarecendo suas dúvidas?
- 3.2.3 - O professor utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com o aluno?

Gráfico 21

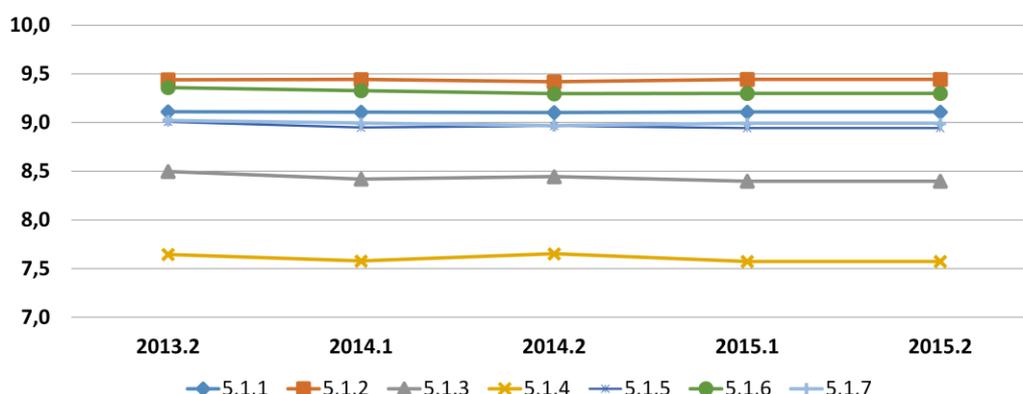
AUTOAVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DIDÁTICA DO PROFESSOR (média das notas)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

- 4.1.1 - Clareza na apresentação do conteúdo
- 4.1.2 - Metodologias que favoreçam o aprendizado
- 4.1.3 - Incentivo à participação do aluno nas aulas
- 4.1.4 - Disponibilidade para tirar dúvidas em sala de aula
- 4.1.5 - Relacionamento professor-aluno
- 4.2.1 - Tem disponibilidade para atender aos alunos fora do horário de aula?
- 4.2.2 - Divulga as notas no prazo máximo de 10 dias úteis após a realização da avaliação?
- 4.2.3 - Discute os resultados das avaliações esclarecendo suas dúvidas?
- 4.2.4 - Utiliza o SIGAA ou outro meio eletrônico para manter contato com o aluno?

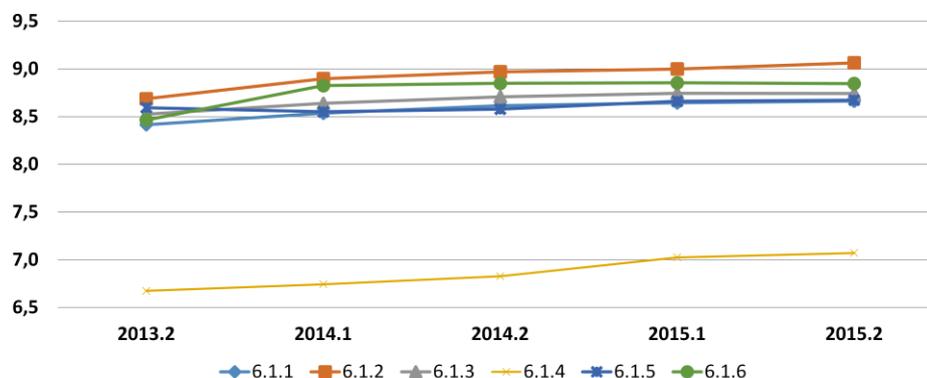
Gráfico 22
AUTOAVALIAÇÃO DO ALUNO (média das notas)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

- 5.1.1 - Você comparece às aulas?
- 5.1.2 - Você permanece nas aulas do início ao fim?
- 5.1.3 - Você tira dúvidas com o professor durante as aulas?
- 5.1.4 - Você procura tirar dúvidas fora do horário de aula?
- 5.1.5 - Você utiliza a bibliografia sugerida pelo professor?
- 5.1.6 - Você cumpre as atividades solicitadas pelo professor?
- 5.1.7 - Você estuda os conteúdos fora do horário de aula?

Gráfico 23
A TURMA, SOB A ÓTICA DO PROFESSOR (média das notas)



Fonte: CPA / Avaliação da docência

- 6.1.1 - Os alunos comparecem às aulas?
- 6.1.2 - Os alunos permanecem nas aulas do início ao fim?
- 6.1.3 - Os alunos tiram dúvidas com o professor durante as aulas?
- 6.1.4 - Os alunos procuram tirar dúvidas fora do horário de aula?
- 6.1.5 - Os alunos utilizam a bibliografia sugerida pelo professor?
- 6.1.6 - Os alunos cumprem as atividades solicitadas pelo professor?

A Pesquisa de Egressos é realizada com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento profissional dos egressos dos cursos de graduação. A cada dois anos, a UFRN realiza consulta por meio do SIGAA com os ex-alunos que concluíram a graduação nos últimos cinco anos. Mesmo não se caracterizando como uma ferramenta de aferição de satisfação, a referida pesquisa é utilizada como base para avaliar a qualidade da formação universitária e os impactos da formação na vida profissional dos egressos da instituição.

O instrumento utilizado inclui questões sobre dados pessoais (idade, sexo, moradia, trabalho, estudo); conteúdos que considera mais importante na formação; sugestões de conteúdos

para melhorar a formação; atividades que gostaria de realizar na UFRN (cursos, pesquisa, extensão, cultura, lazer, esporte etc.); avaliação da formação profissional na UFRN e avaliação da imagem da UFRN. O instrumento contém ainda, espaço destinado a livre manifestação dos egressos sobre o grau de satisfação com a Instituição.

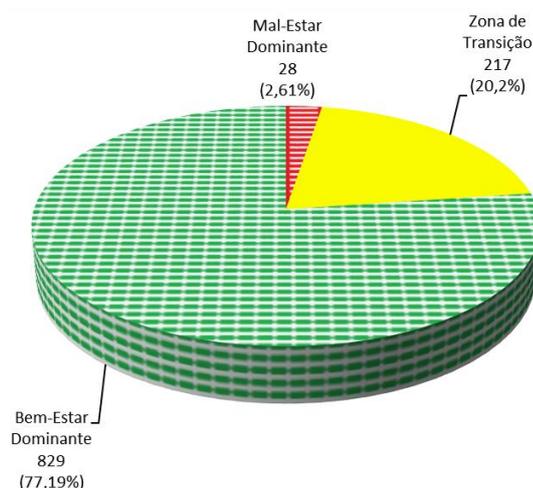
A Pesquisa é realizada com todos os egressos dos cursos de graduação de todos os centros, mas o agrupamento e análise são feitas por unidade acadêmica, feita de forma separada, não havendo, por ora, a união dessas informações. Portanto, a complexidade, volume e heterogeneidade dos dados obtidos impede a demonstração dos resultados de forma resumida.

Os resultados e outras informações sobre a Pesquisa encontram-se disponíveis no site Portal do Egresso (www.portaldoegresso.ufrn.br).

A Pesquisa sobre Qualidade de Vida no Trabalho na UFRN é um projeto que investiga a temática da qualidade de vida no trabalho (QVT) e defende uma abordagem baseada na relação entre a Ergonomia da atividade e o campo da QVT; foi realizada pela primeira vez em 2015 e a insituição ainda não definiu a peridicidade desta pesquisa. O principal objetivo desta pesquisa foi a de conhecer a percepção global dos servidores e colaboradores sobre a Qualidade de Vida no Trabalho com base nas representações que estes manifestam sobre o contexto de trabalho, as práticas de gestão e as vivências de desgaste e bem-estar na conjuntura organizacional da UFRN.

Dos resultados alcançados, destacam-se a avaliação global da QVT, as condições de trabalho e as práticas de gestão na UFRN, conforme dados apresentados nos gráficos a seguir.

Gráfico 24 - Como os Respondentes Avaliam Globalmente a QVT na UFRN



Fonte: Progesp/UFRN

Gráfico 25 - Avaliação Global da QVT na UFRN

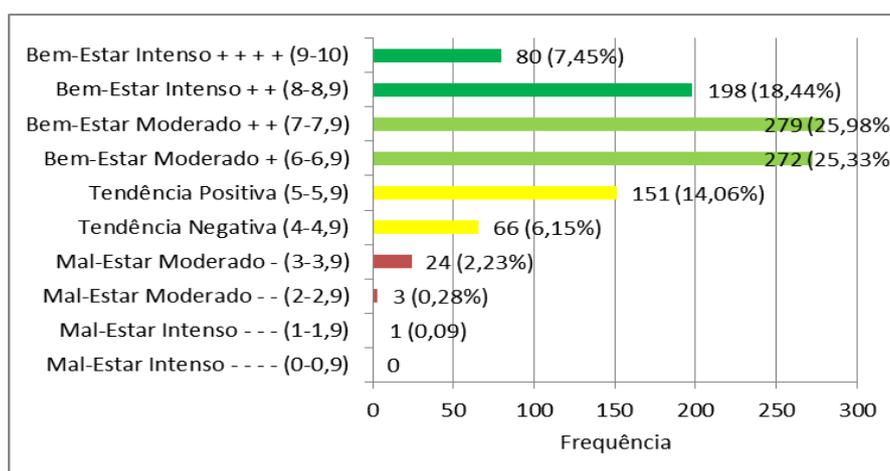


Gráfico 26 - Avaliação das Condições de Trabalho na UFRN

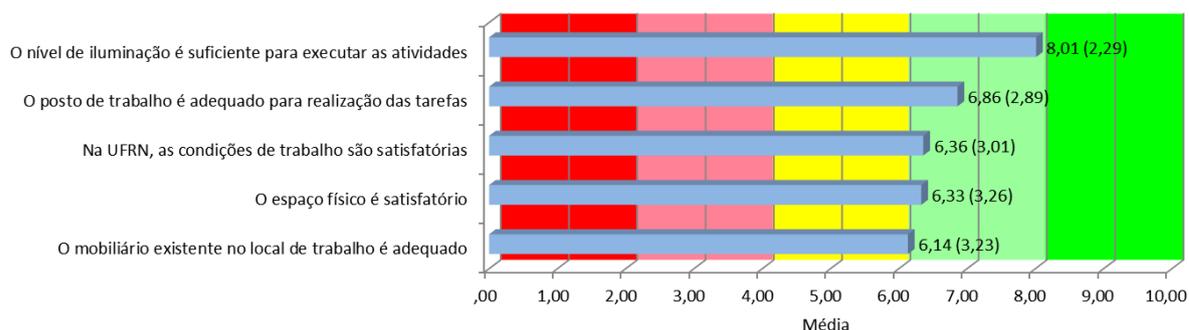
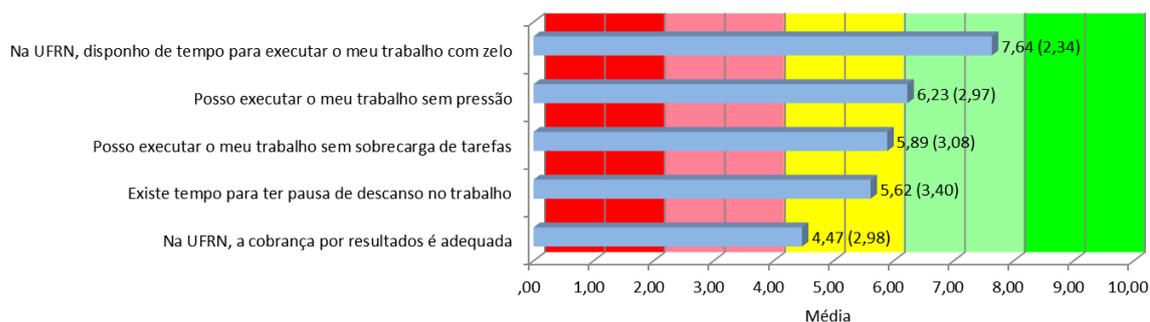


Gráfico 27 - Como os Respondentes Avaliam a Organização do Trabalho na UFRN



Fonte: Progesp/UFRN

Gráfico 28 - Avaliação das Práticas de Gestão na UFRN

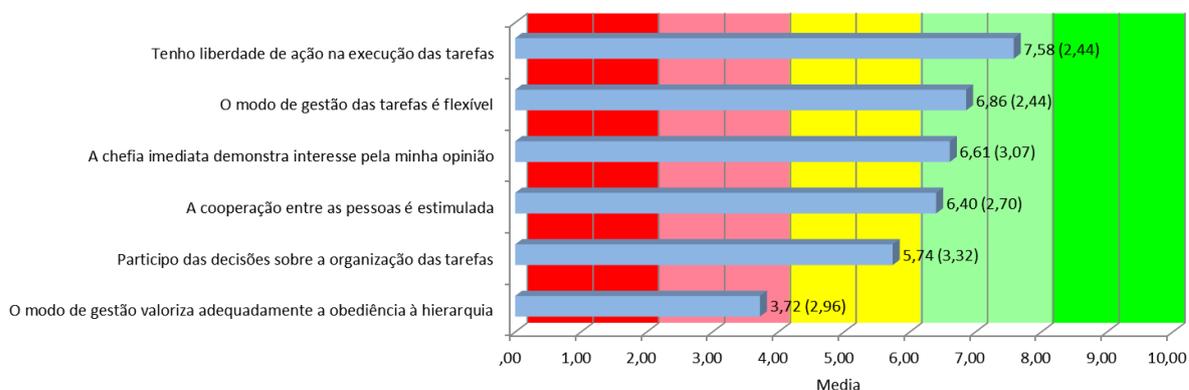
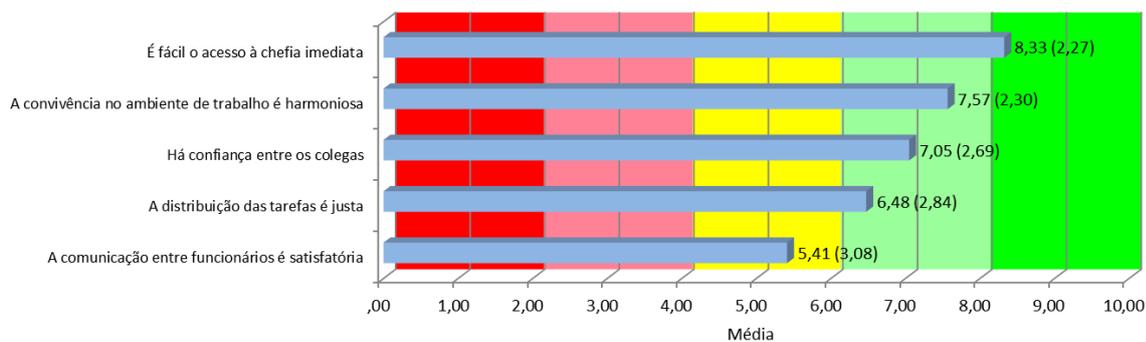
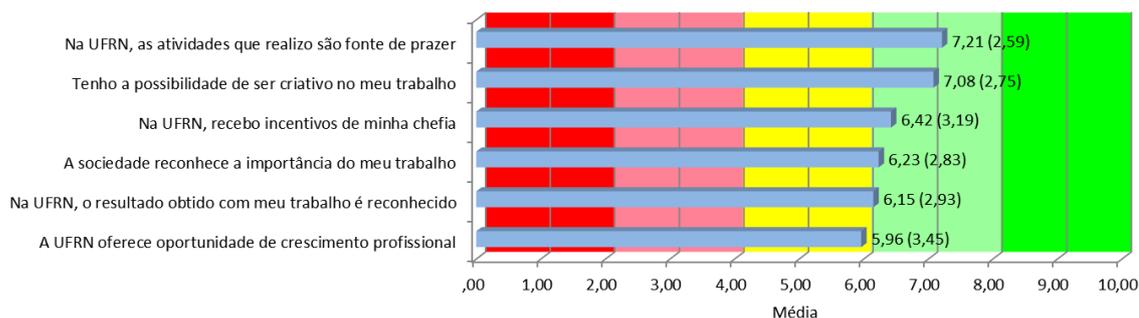


Gráfico 29 - Como os Respondentes Avaliam as Relações Socioprofissionais de Trabalho na UFRN



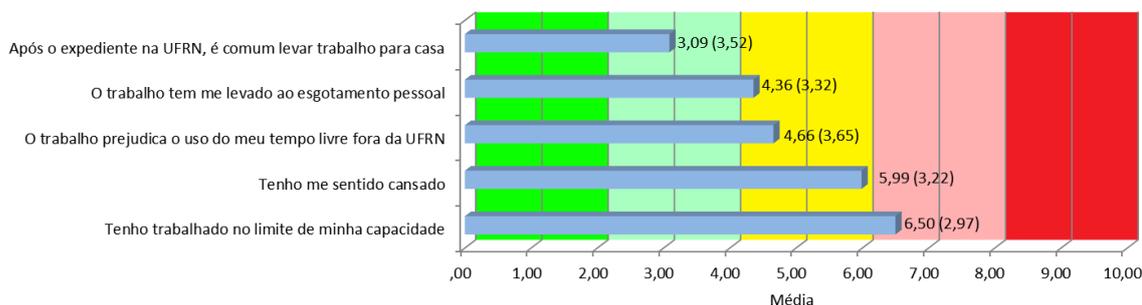
Fonte: Progesp/UFRN

Gráfico 30 - Como os Respondentes Avaliam o Reconhecimento e Crescimento Profissional na UFRN



Fonte: Progesp/UFRN

Gráfico 31 - Como os Respondentes Avaliam o Desgaste Proveniente do Trabalho na UFRN



Fonte: Progesp/UFRN

Cabe ressaltar, também, que a UFRN obtém mensagens de críticas, elogios e sugestões que são recebidas através dos diversos canais de acesso da instituição (e-mails, telefones, mídias sociais e rádio). Os comentários são utilizados para identificar o nível de satisfação dos usuários e subsidiam a análise crítica da gestão, possibilitando a identificação de deficiências e, conseqüentemente, a implantação de melhorias na instituição.

d. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Portal da UFRN (www.ufrn.br) oferece acesso a diversos conteúdos e documentos que fortalecem o compromisso com a publicização e a maior *accountability* da Instituição. Segue abaixo, o detalhamento dos caminhos de acesso às informações pertinentes à atuação da Universidade:

Notícias

- Caminho: www.ufrn.br / Sala de Imprensa / Notícias da UFRN.
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/noticia

Boletim diário

- Caminho: www.ufrn.br / Sala de Imprensa / Boletim Diário.
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/imprensa/boletim_diario

Portal da Transparência Pública

- Caminho: www.ufrn.br / banner “Transparência Pública”.
- Link direto: www.ufrn.br/transparencia

Portal de Acesso à Informação

- Caminho: www.ufrn.br / banner “Acesso à Informação”.
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/acessoainformacao

Relatórios de Gestão

- Caminho: [www.ufrn.br / Documentos / Relatórios de Gestão](http://www.ufrn.br/Documentos/Relatórios%20de%20Gestão).
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056332

Plano de Gestão

- Caminho: [www.ufrn.br / Documentos / Plano de Gestão](http://www.ufrn.br/Documentos/Plano%20de%20Gestão).
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/70494870

Plano de Desenvolvimento Institucional

- Caminho: [www.ufrn.br / Documentos / PDI](http://www.ufrn.br/Documentos/PDI).
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056334

Relatórios de Auditoria da Gestão

- Caminho: [www.ufrn.br / banner “Acesso à Informação” / Auditorias / Relatórios da CGU](http://www.ufrn.br/banner%20Acesso%20à%20Informação)
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/148712690

Editais

- Caminho: [www.ufrn.br / Documentos / Editais](http://www.ufrn.br/Documentos/Editais).
- Link direto: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/editais/

Concursos

- Caminho: [www.ufrn.br / Documentos / Concursos](http://www.ufrn.br/Documentos/Concursos).
- Link direto: www.progesp.ufrn.br/concursos.php

Compras e licitações

- Caminho: [www.ufrn.br / Serviços / Compras/Licitações](http://www.ufrn.br/Serviços/Compras/Licitações).
- Link direto: www.sipac.ufrn.br/public/jsp/portal.jsf

Acórdãos do TCU

No momento, a UFRN não disponibiliza os Acórdãos do TCU por meio dos seus sites. Ciente deste problema, a instituição espera atender a essa exigência o mais breve possível.

e. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A UFRN dispõe de uma política de acessibilidade definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2010-2019), com dois eixos: um que diz respeito ao apoio pedagógico aos estudantes; e o outro eixo referente à infraestrutura.

A inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na UFRN insere-se mencionada política em resposta aos dispositivos legais do país, atendendo particularmente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96), à Lei Nº 10.098/2000, o Decreto Nº 5.296/2004, a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) ratificada no Brasil pelos Decretos Nº 186/2008 e Nº 6.949/2009, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto Nº 7.611/2011 e a Lei 13.146/2015.

Entre os tipos de NEE apresentados pelos alunos matriculados na UFRN estão incluídos: 3 alunos com altas habilidades/superdotação, 14 com surdez, 10 com deficiência auditiva, 29 com deficiência física, 11 com deficiência intelectual, 26 com deficiência visual – baixa visão, 5 com deficiência visual – cegueira, 2 com transtorno do espectro autista, 16 com transtorno específico de aprendizagem e 63 com outras necessidades, decorrentes de doenças crônicas ou de transtornos de saúde mental, 1 com deficiência múltipla, perfazendo um total de 180 alunos.

Em relação ao atendimento dos alunos com NEE, a UFRN oferece apoio social, programa de tutoria inclusiva, produção e adaptação de materiais didáticos acessíveis, repositório de

informação acessível (RIA), treinamento e empréstimo de tecnologia assistiva, disponibilização de intérpretes de libras e capacitação de recursos humanos para atendimento aos estudantes com NEE.

A Escola de Música da UFRN (EMUFRN), por meio de ações de extensão, promove a oferta de cursos para comunidade externa, atendendo a pessoas com síndrome de Down, autismo e deficiência visual, além de cursos de capacitação para educadores musicais nas áreas de Libras e de Musicografia Braille.

Visando possibilitar o acesso de deficientes visuais e pessoas de visão reduzida ao material musical escrito (textos, transcrição de partitura para o formato Braille), a EMUFRN dispõe do Laboratório de Musicografia Braille. Dispondo de equipamentos para alunos com deficiência visual, o Laboratório é o setor responsável pela adaptação de material didático para os alunos com deficiência visual. Atualmente a UFRN tem 01 (um) aluno em um curso de licenciatura e 17 (dezesete) em cursos e projetos de extensão.

A EMUFRN, mediante projetos de extensão, atende a 5 pessoas com Síndrome de Down e 11 alunos com Autismo; para isso, conta com o trabalho conjunto entre alunos e professores do curso de licenciatura em Música.

Além disso, a EMUFRN, pelo segundo ano consecutivo (2014 e 2015), tem promovido o Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual, em parceria com a Comissão Permanente de Apoio ao Estudante com Necessidade Educacional Especial (CAENE) da UFRN, com o objetivo de criar um espaço de discussão e reflexão sobre o ensino de Música para pessoas com deficiência visual, por considerar importante a música para a inclusão social.

No processo de acompanhamento aos estudantes com NEE, até dezembro de 2015, a equipe da CAENE realizou um total de 398 (trezentos e noventa e oito) procedimentos conforme demonstrados no Quadro a seguir.

Tabela 4 – Distribuição dos procedimentos realizados pela equipe da CAENE no acompanhamento junto aos alunos com NEE, no exercício de 2015

Procedimentos	2015
Atendimentos Sociais	10
Atendimentos Psicológicos	61
Atendimentos Pedagógicos	285
Atendimentos a professores, coordenadores de curso ou orientadores acadêmicos.	42
TOTAL	398

Fonte: CAENE.

Dentre os mecanismos promovidos pela Universidade por meio da CAENE, em parceria com outras instâncias da UFRN, tem-se o Apoio Social, cujas ações desenvolvidas têm sido no sentido de encaminhar os discentes com NEE, e que possuem vulnerabilidade socioeconômica, para os programas de assistência estudantil, para que os mesmos possam ser contemplados com bolsas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROAE. No ano de 2015 foram concedidas aos alunos com NEE diferentes tipos de bolsas, visando garantir a permanência desses estudantes nos cursos em que estão matriculados.

TABELA 5 – Distribuição por tipo de bolsa para alunos com NEE no ano de 2015

TIPO DE BOLSA CONCEDIDA	2015
Alimentação	15
Residência	12
Auxílio Transporte	2
Bolsa Trabalho	4
Bolsa Acessibilidade	17

Bolsa Extensão	18
Introdução à docência PIBID	4
Apoio Técnico	20
Bolsa Tutoria Inclusiva	13
Iniciação Científica	2
TOTAL	107

Fonte: CAENE, abril de 2015.

Outra ação iniciada em 2014, o Programa de Tutoria Inclusiva, desenvolvido também pela CAENE, é um projeto piloto (Edital N° 002/2014 de 16 de outubro de 2014), desenvolvido em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que disponibiliza 15 (quinze) bolsas para que estudantes de graduação acompanhem alunos com NEE na UFRN.

O Projeto teve início em no final de 2014, período em que os tutores foram capacitados e houve um primeiro contato com os alunos tutorados. Os tutores desenvolveram atividades de apoio acadêmico e mediação social junto aos alunos com NEE, obtendo-se, pelos próprios participantes, avaliação positiva e satisfatória do Projeto.

Ao longo de 2015, no âmbito do Programa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Um encontro com tutores, tutorados e seus pais, e equipe CAENE, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o Projeto e de dar orientação acadêmica sobre datas e programas de ensino, o que foi muito útil para os envolvidos. Os pais que participaram fizeram comentários sobre as dificuldades enfrentadas e a importância do Projeto para o desenvolvimento de seus filhos;
- Aulas de formação intercaladas com encontros de orientação à escrita de artigos/relatórios;
- Participação na CIENTEC (XXI Semana de Ciências, Tecnologia e Cultura da UFRN), onde os tutores organizaram atividades de sensibilização do público para a temática da inclusão. A atuação dos tutores no estande integrado CAENE/SEMBRAIN/Curso Letras Libras/Laboratório de Acessibilidade, se caracterizou como um dos destaques do estande. Os resultados dessa experiência juntamente com a produção dos alunos serão compilados em uma brochura para publicação posterior.

Também em 2015, o Laboratório de Acessibilidade – LA criado em 2011 na Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM, disponibilizou um acervo digital com 842 textos adaptados de livros, capítulos de livros, artigos de revistas e apostilas. Produzidos em diversos formatos acessíveis (doc. pdf. e áudio), podem ser disponibilizados aos usuários com NEE de acordo com suas demandas. Os usuários atendidos pelo LA são, em sua maioria, pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) e com dificuldades de aprendizagem (TDHA e Dislexia).

O LA oferece à comunidade acadêmica os seguintes serviços: produção de materiais em diferentes formatos acessíveis; digitalização de textos (conforme Lei N°. 9.610 de Direitos Autorais); orientação bibliográfica e normalização de trabalhos; orientação e mobilidade; visita guiada; revisão de textos em Braille; consultoria em questões de acessibilidade institucional e extra institucional; capacitação de servidores e bolsistas na área voltada para bibliotecas acessíveis.

Com relação à produção e à adaptação de materiais pelo LA, até dezembro de 2015, apresenta-se no QUADRO 4 o quantitativo do número de alunos atendidos, de solicitações e de materiais acessíveis produzidos.

Tabela 6– Quantitativo de alunos atendidos e de solicitações ao Laboratório de Acessibilidade, até dezembro de 2015

Alunos atendidos / solicitações	2015.1	2015.2	TOTAL
Alunos atendidos	18	18	36
Cursos atendidos	14	15	29
Disciplinas solicitantes	84	75	159

Professores solicitantes	29	75	104
Solicitações de materiais informacionais adaptados	397	445	842

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, dezembro de 2015

O serviço de produção e adaptação de textos acadêmicos acessíveis pelo LA tem garantido aos alunos com NEE, particularmente aos alunos com deficiência visual, acesso às informações acadêmicas, garantindo autonomia e participação ativa desses alunos em seu processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, acesso ao currículo. Inclusive, em relação à revisão de Braille, até dezembro do exercício de 2015, o LA realizou 842 revisões.

Ocorreram 9 visitas guiadas ao LA, realizadas por docentes dos cursos de Fisioterapia, Biblioteconomia, Pedagogia e de instituições - Fundação Dorina Nowill e Universidade Federal Rural do Rio Grande do Norte -, auxiliando a promover a articulação entre o ensino e as práticas da Universidade para os diversos estudantes participantes das visitas.

Merece destaque também a ação do Repositório de Informação Acessível – RIA, institucionalizado em 2014 pela Resolução N°. 054/2014-CONSEPE, de 11 de março de 2014. Ele tem a finalidade de reunir, integrar e disponibilizar, em um portal, os textos produzidos pelo Laboratório de Acessibilidade, bem como permitir acesso ao estudante com deficiência visual dos cursos de Graduação e Pós-Graduação ao material de estudo e pesquisa, necessários à sua formação acadêmica. O conteúdo do RIA está organizado em torno das Comunidades (área de conhecimento e disciplinas) e Coleções (tipo de documento: livros, capítulos de livros, partituras, artigos de revistas e apostilas). No Quadro abaixo apresenta-se o quantitativo de material depositado no RIA no ano de 2015.

Tabela 7 – Demonstrativo de depósitos

Repositório de Informação Acessível - 2015				
	Capítulos de livros	Artigos de revistas	Livros	TOTAL
Arquivos	55	8	4	67

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2015.

Reitera-se que desde 2014, a UFRN, através do RIA, disponibiliza textos acessíveis para pessoas com deficiência visual através do endereço público www.ria.ufrn.br, desde que comprovada a condição de deficiência, em consonância com a Lei de Direitos Autorais.

A UFRN oferece ainda como suporte aos estudantes com NEE o serviço de treinamento de tecnologias assistivas no que se refere à utilização de *softwares*, tais como: leitores, ampliadores de tela, lupas, atalhos, entre outros. Além do treinamento, os alunos com NEE, principalmente aqueles com deficiência visual, pode solicitar à CAENE, o empréstimo de notebooks ou de outros recursos (lupas manuais, eletrônicas, bengalas, gravador etc.) para fazer uso durante a sua formação acadêmica. O deferimento da solicitação leva em conta o tipo de NEE e a condição social e econômica do estudante, uma vez que a demanda é maior que os recursos disponíveis. Tem-se constatado a grande contribuição desse serviço como diferencial para autonomia de estudo desses alunos, bem como para a sua inclusão digital e social na vida acadêmica.

Quanto à formação continuada para que docentes e servidores técnicos possam lidar com o aluno com NEE, destacam-se suas ações que são prioritárias na política de inclusão da Universidade. Nesse sentido, a capacitação dos docentes consiste num dos eixos fundamentais para a garantia de um ensino de qualidade, uma vez que a maioria dos docentes não teve em sua formação acadêmica conteúdos suficientes que abordassem questões relacionadas ao atendimento de alunos com NEE, que os preparassem para lidar em sala de aula com esse alunado, fator este fundamental para o sucesso da inclusão educacional desses alunos, principalmente no ensino superior. O mesmo entendimento se aplica à capacitação dos servidores técnicos para lidar diretamente com o atendimento de pessoas com NEE.

No que diz respeito à participação de alunos com NEE em projetos de ações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão na UFRN, no ano de 2015, a CAENE em parceria com outras pró-reitorias conseguiu por meio do Edital N° 01/2014 UFRN / ROGRAD / PROPESQ / PROEX / PROAE / CAENE motivar docentes a desenvolver projetos que oportunizassem a participação de estudantes com NEE em atividades de pesquisa ou extensão. Dos projetos que concorreram ao edital, 6 foram aprovados; são eles:

- Museu de Ciências: um espaço inclusivo;
- Diagnóstico e aporte para estudantes com dificuldades de aprendizagem no Curso de Pedagogia presencial Campus Central;
- Jogo e Linguagem para crianças em fase de alfabetização: elaboração de material informatizado;
- Adaptação de materiais didáticos acessíveis no Setor de Musicografia Braille e Apoio a Inclusão;
- Experiências artísticas sinestésicas: referências e proposições e Arte contemporânea: integrações e transformações.

Cada um dos projetos aprovados foi contemplado com 3 bolsas, totalizando 18 concedidas, facilitando a participação ativa desses estudantes em ações de pesquisa e extensão.

Em 2015, estiveram em andamento desde o ano anterior, sob a coordenação da CAENE, as seguintes pesquisas:

- Avaliação das condições de acessibilidade e inclusão oferecidas aos estudantes com deficiência pelo Sistema de Bibliotecas da UFRN;
- Inclusão de pessoas com deficiência na UFRN: educação, trabalho e produção de conhecimento.

Além das pesquisas acima citadas, cabe destacar, outros estudos que estão sendo desenvolvidos em formato de dissertação ou tese, nos Programas de Pós-graduação em Educação, Serviço Social, Ciências Sociais e Gestão de Processos Institucionais, todos da UFRN, também na área de inclusão do ensino superior.

Em relação às medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações aos cidadãos, a UFRN realizou as seguintes ações em 2015:

- Criação de comissão para elaboração do Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Campus Central da UFRN que dará continuidade ao Plano de Reestruturação Viária atualmente em curso.
- Conclusão da elevação do piso dos corredores de acesso do setor de aulas IV e ligação com os acessos adjacentes.
- Conclusão da pracinha entre o Centro de Tecnologia, os laboratórios de Arquitetura e o setor de aulas IV, com cerca de 200 m² de área pavimentada incluindo áreas de convivência e acessos às edificações.
- Conclusão de duas rotas acessíveis incluindo as travessias elevadas que interligam as duas paradas do anel viário ao Centro de Convivência passando pelos setores de aulas II, I e V, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas e pela Biblioteca Central Zila Mamede, alcançando os auditórios do CCET, perfazendo um total de aproximadamente 1.400,00 metros lineares de calçadas.
- Conclusão das rampas que complementam as travessias elevadas no anel viário do Campus Central, instalação de pisos direcionais e de alerta nos pontos de ônibus, além da melhoria das baias existentes e construção de novas baias que permitirão um acesso seguro aos usuários do transporte público.
- Relançamento do Pregão para instalação de equipamentos de transporte vertical. O pregão N° 028/2013 contemplava a instalação de 28 equipamentos. Foram instalados cinco equipamentos: quatro no Campus Central, sendo três no edifício das novas

engenharias e um no NEPSA. O quinto elevador foi instalado na FACISA, Campus avançado da UFRN na cidade de Santa Cruz-RN. Os demais equipamentos, 23 no total, ainda não foram instalados.

- Continuam em andamento as obras: Rota acessível entre o restaurante Universitário - Residência Universitária. e a Rota acessível Restaurante Universitário – Ginásio Poliesportivo.

f. Outras Informações Relevantes da Gestão

Iniciativa: Comissão da Verdade - UFRN

Em 2015, cabe destacar como iniciativa relevante no relacionamento da UFRN com a sociedade e, em total acordo com sua política de transparência, a publicação de um relatório em formato de livro impresso intitulado “Comissão da Verdade da UFRN, Relatório Final”, com o registro de violações de direitos humanos praticadas com membros da comunidade universitária durante os anos de 1964 a 1988. Os objetivos dessa comissão foram assim especificados: examinar e esclarecer os impactos do Regime Militar na UFRN; identificar e esclarecer violações aos direitos humanos ocorridos no interior da UFRN; elaborar um perfil dos atingidos pela Ditadura Militar na UFRN; recomendar propostas de reparação aos atingidos pela repressão em âmbito da UFRN; mapear e analisar a documentação existente nos arquivos da UFRN e em outras entidades; organizar entrevistas e testemunhos com atingidos pela repressão em âmbito da UFRN; auxiliar na recuperação da memória dos movimentos de resistência ao Regime Militar na UFRN; produzir material impresso, audiovisual e digital sobre o período; promover cooperação com órgãos e entidades, públicos ou privado, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; buscar articulação de atividades com a Comissão Nacional da Verdade; encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliá-los nas ações acerca do período.

O Plano de Trabalho traçado pela Comissão da Verdade adotou metodologia que privilegiou a coleta em fontes primárias e complementares sobre os fatos em apuração, ouvindo 51 pessoas, que prestaram os seus testemunhos e apresentaram documentos. Também foram obtidos subsídios documentais junto a vários cursos da UFRN e do Arquivo Nacional, sediado em Brasília. Utilizou documentos do arquivo pessoal dos membros da Comissão e da consulta às mídias do Programa Memória Viva, disponibilizado pela TV Universitária.

Este Relatório é fruto do trabalho iniciado em 2012, com a criação da Comissão da Verdade da UFRN, formada por representantes das categorias docente, discente e funcional, representante do Diretório Central dos Estudantes - DCE, representante do Sindicato dos Docentes da UFRN - ADURN-Sindicato - e do Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior - SINTEST). A iniciativa de criação da Comissão da Verdade da UFRN atendeu à solicitação do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti (CAAC), entidade representativa dos alunos do Curso de Direito, campus Natal. O Relatório Final está disponibilizado *on line* (no sítio www.comissaodaverdade.ufrn.br/documentos.php)

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a. Desempenho Financeiro no Exercício

Esse item do referido Relatório tem como finalidade demonstrar os resultados obtidos por essa UPC na condução da sua Gestão Financeira. Entendemos que boa parte dos pontos relacionados sobre o tema já foram abordados em itens anteriores, a exemplo dos itens relacionados com as informações sobre as realizações das receitas e execução das despesas.

Primeiramente é importante destacar que durante todo o exercício financeiro de 2015 foram muitas as dificuldades enfrentadas para a execução das metas estabelecidas, decorrente dos contingenciamentos realizados e da tempestividade dos ingressos financeiros.

Do nosso orçamento aprovado para o ano de 2015 pela Lei Orçamentária Anual – LOA, foram contingenciados em média 10% no orçamento de Custeio e 50% em Capital, o que gerou grande impacto nas ações voltadas aos Investimentos em Obras e Aquisição de Materiais Permanentes, além de comprometer as despesas fundamentais ao custeio dessa UPC, sendo necessário reajustar contratos para se adequar a nova realidade.

Outro fator negativo determinante no desempenho financeiro de 2015 diz respeito às liberações de financeiro pelo Órgão Superior. As liberações, que em exercícios anteriores eram realizadas com periodicidade semanal na totalidade das obrigações a pagar, passaram a ser realizadas em períodos mensais e sempre em montantes insuficientes para o pagamento da totalidade das nossas exigibilidades.

Tal situação acabou gerando maior atraso no pagamento aos fornecedores, em muitos casos com suspenso no fornecimento dos Materiais e/ou Serviços, e resultando em um maior percentual de despesas inscritas em Restos a Pagar, conforme já demonstrado no item 4.3.9.3 – Análise Crítica da Realização da Despesa.

Uma das principais ferramentas utilizadas para demonstrar o desempenho financeiro de uma instituição, seja pública ou privada, é a Demonstração do Fluxo de Caixa. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

“A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.”

Ainda Para Quintana (2009, p.11), “o usuário dessa demonstração tem uma visão do planejamento, da tomada de decisão e da capacidade do gestor em lidar com muitas das ações concernentes ao caixa.”

Em análise a tal demonstrativo, referente ao exercício de 2015, podemos destacar alguns pontos fundamentais na avaliação do desempenho financeiro do exercício dessa UPC. Segundo o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto, no caso dessa UPC é utilizado o método direto, e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: das operações; dos investimentos; e dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

No exercício de 2015 foi registrado a título de Ingressos das Atividades das Operações o montante de R\$ 1.716.072.206,74 sendo, R\$ 31.471.223,25 de Receitas Derivadas e Originárias e R\$ 1.684.600.983,49 de Outros Ingressos das Operações, que corresponde às transferências intragovernamentais e intergovernamentais recebidas. Para melhor entendimento, segue detalhamento a seguir:

Tabela 1

INGRESSOS	1.716.072.206,74
Receitas Derivadas e Originárias	31.471.223,25
Receita Patrimonial	3.863.959,49
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	22.526.315,00
Remuneração das Disponibilidades	4.246.479,66
Outras Receitas Derivadas e Originárias	834.469,10
Transferências Correntes Recebidas	-
Intergovernamentais	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-
Dos Municípios	-
Intragovernamentais	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-
Outros Ingressos das Operações	1.684.600.983,49
Ingressos Extraorçamentários	898.470,81
Restituições a Pagar	
Passivos Transferidos	
Cancelamento de Obrigações do Exercício	
Transferências Financeiras Recebidas	1.683.594.521,15
Arrecadação de Outra Unidade	
Variação Cambial	
Valores para Compensação	
Valores em Trânsito	
DARF - SISCOMEX	
Ajuste Acumulado de Conversão	
Demais Recebimentos	107.991,53

É importante destacar que do total dos ingressos do exercício de 2015, as transferências recebidas de outros Órgãos e Entidades da Administração, em especial do Ministério da Educação para cumprimento à execução do orçamento, correspondeu a 98% de todos os ingressos. Não foi registrado no exercício de 2015 nenhum ingresso decorrente das Atividades de Investimento, corresponde à receita orçamentária arrecadada referente à alienação de ativo não circulante ou de amortização de empréstimos concedidos, e nem decorrente das Atividades de Financiamento, corresponde à receita orçamentária arrecadada de operações de crédito, refinanciamento da dívida e outras.

Até houve previsão na arrecadação das receitas de uma parcela referente à alienação de ativos, referente às Atividades de Investimentos, mas que devido aos trâmites do processo de alienação, serão arrecadados apenas no exercício financeiro de 2016.

Do lado dos desembolsos houve registro tanto nas Atividades das Operações como nas de Investimento. No desembolso das Atividades das Operações foi registrado o valor de R\$ 1.645.690.021,27 e nas Atividades de Investimentos R\$ 73.749.520,37, gerando um desembolso financeiro total de R\$ 1.719.439.541,64 no exercício de 2015, como demonstrado no detalhamento abaixo:

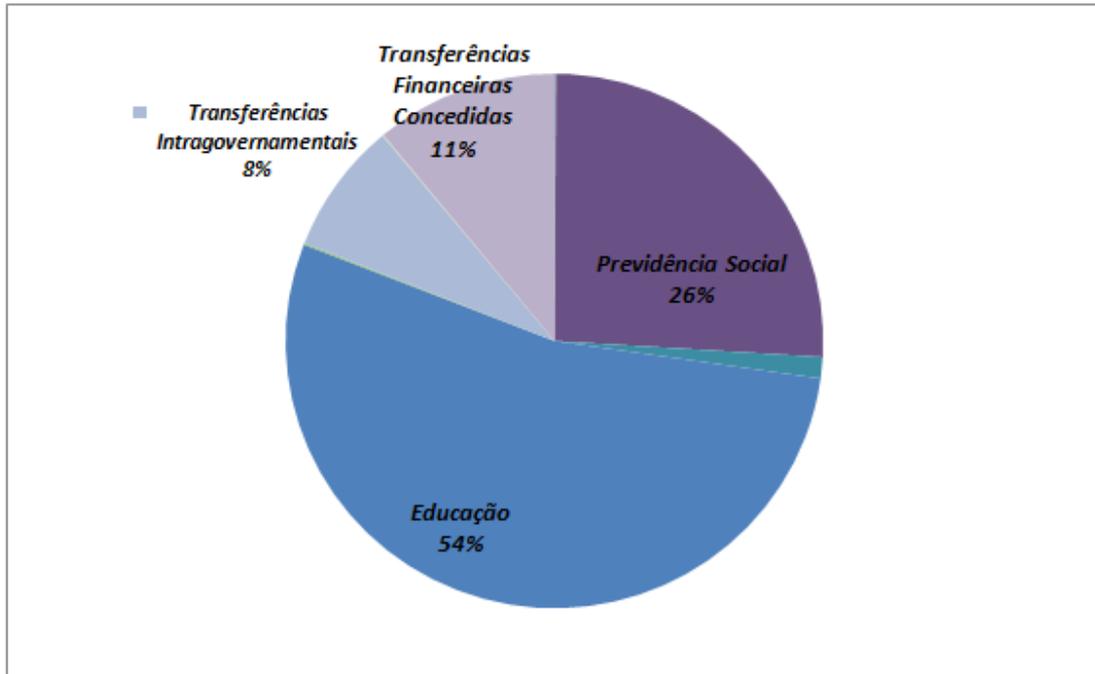
Tabela 2

DESEMBOLSOS DAS OPERAÇÕES	-1.645.690.021,27
Pessoal e Demais Despesas	-1.332.917.977,12
Administração	-856.685,01
Defesa Nacional	-20.428,64
Segurança Pública	-629.090,36
Previdência Social	-425.744.153,97
Saúde	-21.174.996,37
Trabalho	-24.056,16
Educação	-882.410.397,20
Direitos da Cidadania	-97.066,24
Ciência e Tecnologia	-1.369.466,58
Agricultura	-37.266,84
Organização Agrária	-549.233,05
Desporto e Lazer	-5.136,70
Transferências Concedidas	-131.042.345,27
Intragovernamentais	-130.927.621,18
Outras Transferências Concedidas	-114.724,09
Outros Desembolsos das Operações	-181.729.698,88
Dispêndios Extraorçamentários	-1.006.462,34
Transferências Financeiras Concedidas	-180.723.236,54
DESEMBOLSOS DOS INVESTIMENTOS	-73.749.520,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-73.629.281,27
Outros Desembolsos de Investimentos	-120.239,10

Dentro dos Desembolsos das Operações podemos ver que o item relacionado com as despesas de Pessoal e Demais Despesas respondeu por 81% dos dispêndios de caixa das operações e por 78% do total dos desembolsos do exercício de 2015. Lembrando que na Demonstração do Fluxo de Caixa as despesas são apresentadas por Função. Assim, apresentamos abaixo a distribuição, em termos percentuais, dos desembolsos das Atividades das Operações por Função:

Gráfico 1

Distribuição dos Desembolsos das Operações



Levando em consideração todos os desembolsos do exercício de 2015, concluímos que 96% corresponderam as Atividades das Operações e apenas 4% as Atividades de Investimentos.

Sendo assim, no exercício de 2015 foi gerado um fluxo de caixa positivo com relação às Atividades das Operações no montante de R\$ 70.382.185,47, mas em compensação o fluxo gerado pelas Atividades de Investimentos apresentou saldo negativo de R\$ 73.749.520,37, pois não houve ingressos para essas atividades, resultando em uma Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa negativa de R\$ 3.367.334,90 para o exercício de 2015, encerrando o exercício com um saldo total de R\$ 51.620.368,32 em Caixa e Equivalente de Caixa, conforme abaixo:

Resumo do Fluxo de Caixa	
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	70.382.185,47
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	-73.749.520,37
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-3.367.334,90
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	54.987.703,22
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	51.620.368,32

b. Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

b.i – Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.

Com relação ao detalhamento dos valores arrecadados a título de recursos próprios, discriminando, por exemplo, receitas imobiliárias, taxas recebidas, receita de concursos e demais, foi apresentado por essa UPC no item “4.c.vii – Informação sobre a realização das receitas” desse relatório.

b.ii – Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.

Quadro 1

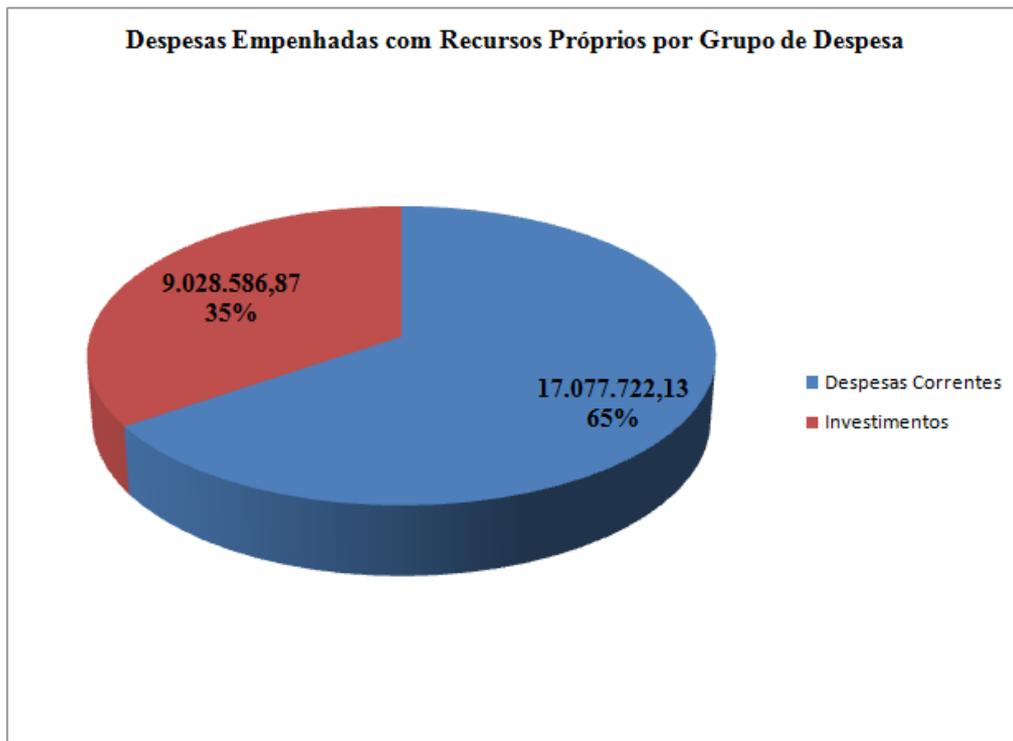
Quadro 7.b.ii - Alocações dos recursos próprios por Natureza de Despesa

Fonte SOF	Grupo Despesa	Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
0250	4	INVESTIMENTOS	449051	OBRAS E INSTALACOES	3.045.875,79	1.454.079,24	1.244.779,22
			449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.582.601,31	2.030.989,45	2.022.713,17
			Subtotal		6.628.477,10	3.485.068,69	3.267.492,39
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	609.124,44	609.124,44	607.992,79
			339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	558.715,26	500.148,51	500.148,51
			339020	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	169.752,00	165.752,00	165.752,00
			339030	MATERIAL DE CONSUMO	504.558,92	91.065,84	88.775,84
			339031	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS,	2.000,00	2.000,00	2.000,00
			339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	356.706,19	291.752,71	291.752,71
			339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.801.764,78	3.684.396,37	3.682.792,37
			339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	191.480,27	191.480,27	191.480,27
			339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ -	8.885.017,93	5.730.010,44	5.707.646,34
			339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E	7.580,94	7.580,94	7.580,94
			339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	39.819,92	39.819,92	39.819,92
			339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	40.923,34	40.173,34	40.173,34
			339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ -	577,03	577,03	577,03
			339147	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E	809.701,11	739.260,45	739.260,45
			Subtotal		15.977.722,13	12.093.142,26	12.065.752,51
			0280	4	INVESTIMENTOS	449051	OBRAS E INSTALACOES
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.007.044,03				847.068,23	847.068,23
449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.844,97					
Subtotal		2.400.109,77				1.903.307,79	1.903.307,79
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339018		AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	37.050,00	37.050,00	37.050,00
		339030		MATERIAL DE CONSUMO	277.495,22	265.735,06	265.735,06
		339033		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	11.965,00	7.237,81	7.237,81
		339036		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	431.147,89	431.147,89	431.147,89
		339039		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ -	295.076,87	132.353,02	126.930,27
		339047		OBRIGACOES TRIBUTARIAS E	455,55	455,55	455,55
		339092		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	29.125,00	29.125,00	29.125,00
		339093		INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.956,83	10.956,83	10.956,83
		339147		OBRIGACOES TRIBUTARIAS E	6.727,64	6.727,64	6.727,64
		Subtotal		1.100.000,00	920.788,80	915.366,05	
Total				26.106.309,00	18.402.307,54	18.151.918,74	

Conforme demonstrado pelo quadro 7.b.ii – Alocação dos recursos próprios por Natureza de Despesa foi empenhado com recursos próprios dessa UPC o valor total de R\$ 26.106.309,00 no exercício de 2015, decorrente do valor total arrecadado de R\$ 31.471.223,25 ao longo do exercício, conforme apresentado no item 4.c.vii – Informações sobre a realização das receitas.

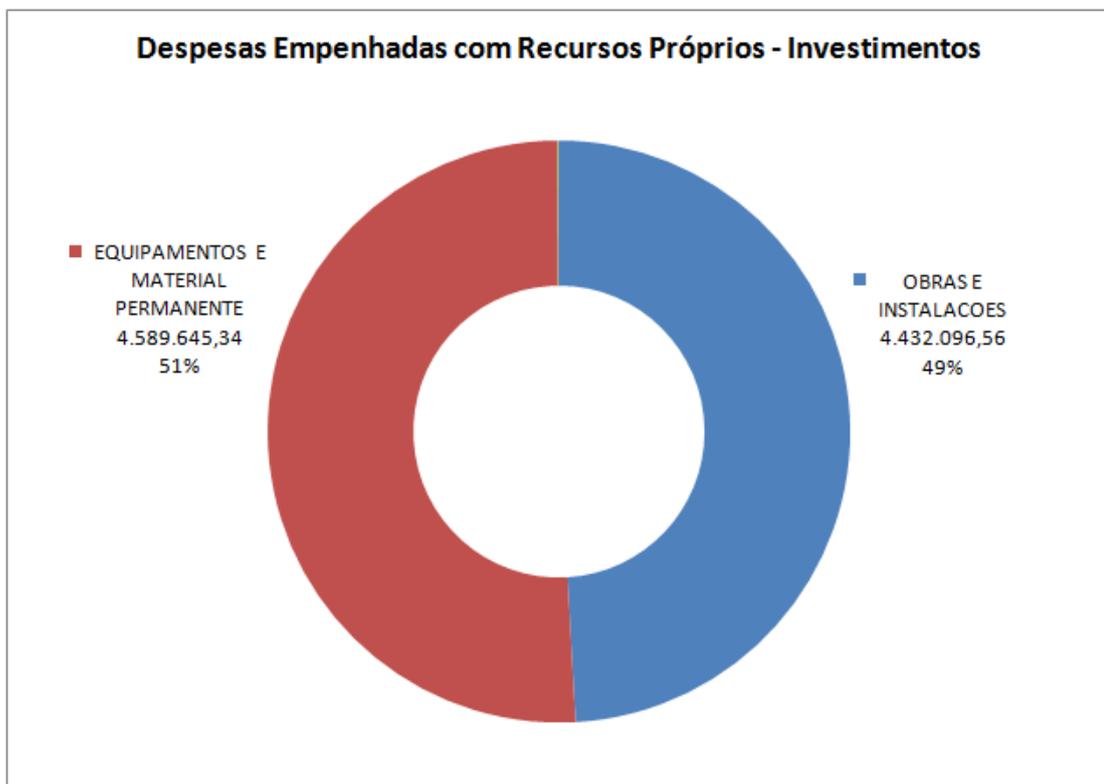
Do montante empenhado com recursos próprios no exercício 65% foram destinados para as ações de Custeio dessa UPC (despesas correntes) e 35% com Investimentos realizados, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2



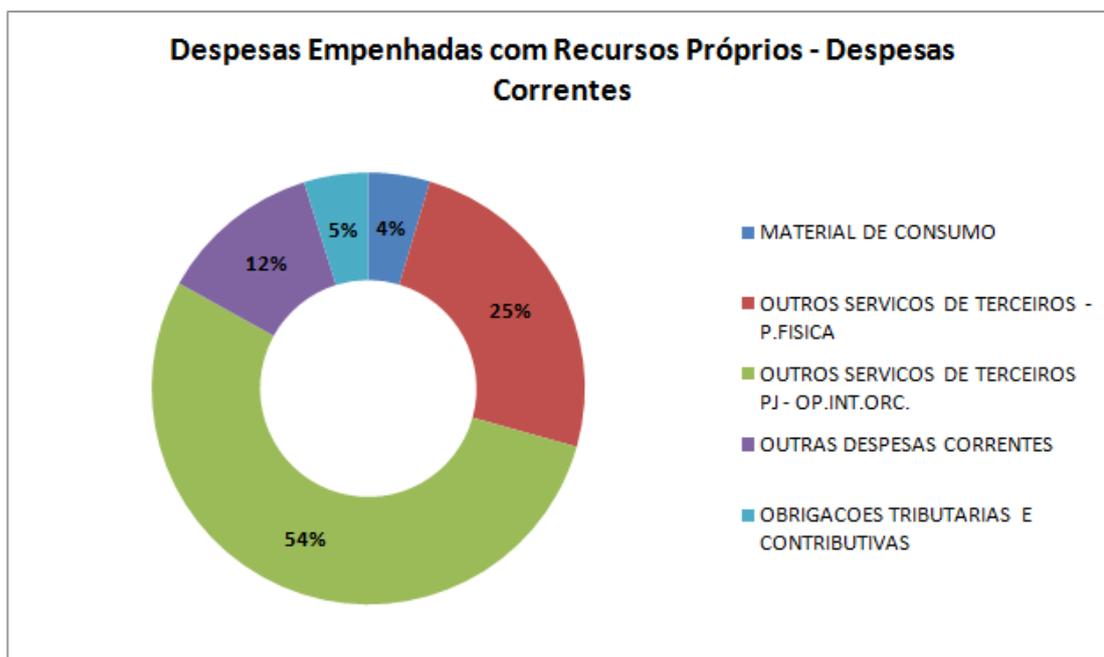
No âmbito do valor total de R\$ 9.028.586,87 empenhado como Investimentos tivemos um equilíbrio em sua utilização, pois 51% foi destinado para aquisição de Equipamentos e Material Permanente e os 49% restantes foi destinado para Obras e Instalações, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 3



Já em relação às Despesas Correntes, 54% do total empenhado foi destinado para aquisição de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, seguido pela aquisição de Serviços de Terceiros Pessoa Física com 25% do total:

Gráfico 4



Do montante total empenhado foi liquidado nesse exercício o valor de R\$ 18.402.307,54 que correspondente a 70% de todo o valor empenhado. Com relação aos valores pagos podemos perceber que de todos os valores liquidados por essa UPC nas fontes de recursos próprios 99% foram devidamente pagas no próprio exercício, gerando um saldo insignificante de Restos a Pagar.

Importante destacar que durante todo o exercício de 2015 foram diversas as dificuldades enfrentadas com relação à limitação de empenho e movimentação financeira. Do lado orçamentário, levando em consideração a totalidade do orçamento aprovado em LOA, houve cortes na ordem de 10% nas despesas de custeio e 50% nas de investimentos.

Levando em consideração apenas os valores orçamentários relativos aos recursos próprios dessa UPC os cortes foram na ordem de 9% para as despesas de custeio e 15% nas despesas de capital, ou seja, uma média de 12% levando em consideração a totalidade do orçamento de recursos próprios.

Na prática observamos um corte ainda maior, pois recebemos de limite orçamentário ao longo do exercício para as demandas orçamentárias de recursos próprios o montante de R\$ 26.939.376,00 contra uma arrecadação registrada de R\$ 31.471.223,25 em 2015, ou seja, recebemos apenas 85% do valor arrecado a título de limite orçamentário, ficando retida uma parcela de 15%.

No tocante as movimentações financeiras não houve limitações quanto aos recursos próprios, pois esses são arrecadados diretamente a essa UPC, ficando essa restrição limitada aos recursos financeiros enviados pelo MEC que, como já relatado no item da execução das despesas, gerou bastante transtorno uma vez que as liberações eram realizadas apenas uma vez ao mês sempre em percentuais próximos a 50% das obrigações a pagar.

c. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN aplica em seus procedimentos contábeis os dispositivos das NBC T 16.9 e 16.10, além das Macrofunções Siafi 02.03.30 e 02.03.35 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

O registro da Depreciação teve seu início no ano de 2010 para os bens colocados em condições de uso a partir daquele ano, já que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção Siafi 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado é o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

A adoção dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, em conjunto com a Macrofunção SIAFI 02.03.30 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, além de manter atualizados os valores dos ativos desta Instituição, gerou um impacto de R\$ 29.928.746,11 a título de Depreciação, Amortização e Exaustão na apuração de resultado do exercício de 2015, conforme apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Os valores relativos à Depreciação, Amortização e/ou Exaustão de exercícios anteriores, assim como as Reavaliações e/ou Reduções a Valor Recuperável, são registrados diretamente no Patrimônio deste Órgão, não impactando o resultado do exercício.

Os procedimentos quanto a Amortização dos Bens Intangíveis ainda não foram realizados ao longo de 2015. O sistema interna da UFRN está sendo adaptado para que em 2016 todos esses Bens possam ser lançados nele para posterior cálculo da Amortização.

Já em relação às metodologias adotadas com relação à avaliação e mensuração no âmbito dessa UPC, informamos que é observado o disposto na NBC T 16.10, ou seja, para os itens do ativo imobilizado a mensuração e/ou avaliação é feita com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como despesa do período em que foi incorrido.

Os estoques também são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção, salvo quando esse valor é superior ao valor de mercado, sendo assim adotado o valor de mercado. As saídas do almoxarifado são realizadas pelo custo médio ponderado.

Cronograma limite, por conta contábil, para implantação obrigatória da depreciação relativa aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, conforme Macrofunção Siafi 02.03.30.

Conta	Título	Prazo Máximo
14212.02.00	Aeronaves	2011
14212.20.00	Embarcações	2011
14212.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	2011
14212.52.00	Veículos de Tração Mecânica	2011
14212.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2012
14212.28.00	Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	2012
14212.08.00	Hosp.	2013
14212.42.00	Mobiliário em Geral	2013

Obs.: como a STN só estabeleceu o cronograma até o ano de 2013 e, tendo em vista a necessidade e importância de proceder com os procedimentos de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável dos bens adquiridos anteriormente a 2010, a UFRN realizou em 2014 a Reavaliação dos grupos, não havendo nenhum procedimento em 2015:

Conta	Título	Ano
14212.30.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	2014
14212.32.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	2014
14212.33.00	Equip. para Áudio, Vídeo e Foto	2014
14212.34.00	Maq., Utens. E Equipamentos Diversos	2014
14212.38.00	Maq., Ferramentas e Utens. De Oficina	2014
14212.39.00	Equip. Hidráulicos e Elétricos	2014

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil:

Conta Contábil	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03 - EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP.	15	20%
12311.01.04 - APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09 - MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.10 - EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11 - EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14 -EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15 -EQUIPAM. PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16 - EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17 - EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA	-	-
12311.01.18 - EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19 - EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%
12311.01.20 - MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99 - OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04 - UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.03 - DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
12311.04.07 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99 - OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUM	10	10%
12311.05.01 - VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02 - VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
12311.05.04 - CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05 - AERONAVES	-	-
12311.05.06 - EMBARCACOES	-	-
12311.09.00 - ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00 - SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04 - ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

d. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Informações básicas

Como foi registrado no Relatório de Gestão 2014, o sistema de apuração de custos no âmbito da UFRN avançou significativamente na elaboração do projeto piloto, cujo teor está sendo reapresentado devido a sua importância, bem como esclarecer os motivos pelos quais não foram concretizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Na época foi argumentado que a gestão de custos no âmbito das IFES é tema novo e que foi apresentado para a UFRN em junho de 2014 a partir de convite formulado à Reitora da UFRN pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC). A proposta contida no convite foi para a UFRN fazer parte de um projeto piloto na área de custos do qual faziam parte a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Brasília e um dos Institutos de Minas Gerais. O projeto piloto no âmbito do MEC conta com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional e tem como principal objetivo implantar no âmbito da administração federal a integração da execução orçamentária e financeira ao Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, desenvolvido pela STN.

Os critérios adotados pela SPO/MEC para a participação no projeto piloto foi o conhecimento prévio de experiências de cada instituição convidada na área de custos. No caso da UFRN a motivação esteve focada na informação de que o SIPAC era modelado com base em centros de custos e que teria o potencial para se integrar ao SIC via SIAFI.

Evolução do projeto no âmbito da UFRN

A primeira etapa do projeto piloto consistiu na apresentação das experiências de cada IFES e, na perspectiva da UFRN, teve como principal resultado a percepção de que o SIPAC estava concebido na concepção de centros de custos, mas que não atendiam aos conceitos técnico-contábeis de *custo*, que somente é apropriado no momento da liquidação da despesa e após tratamentos adequados, enquanto o SIPAC está organizado em função da execução orçamentária (empenho da despesa).

O resultado das diversas discussões foi no sentido de que a UFRN era a única instituição com condições de, no médio prazo (alguns meses), se integrar ao sistema SIC do Governo Federal através da integração em tempo real do SIPAC ao SIAFI através do Webservice DETACUSTO desenvolvido e disponibilizado pela STN.

Essa integração SIPAC-SIAFI já foi implementada pela Superintendência de Informática que está trabalhando na implantação do modelo apresentado na Fig.1.

MODELO DE IMPLANTAÇÃO DO DETACUSTO NA UFRN



Assegurada a integração com o SIAFI, a SINFO/UFRN está na fase 2 do projeto que é a adequação do SIPAC (centros de custos) ao conceito contábil de custo e que pressupõe a existência dos objetos de custo que serão vinculados no momento da liquidação da despesa.

Os princípios básicos do projeto piloto é que os objetos de custos a serem criados tenham utilidade prática para a instituição, não impliquem em criação de despesa e que cabe a cada IFES a escolhas de seus objetos de custo.

Consideradas essas premissas, a proposta da gestão superior da UFRN é que os objetos de custo a serem mapeados no vetor DETACUSTO tenham a estrutura apresentada na Fig.2. O princípio orientador para a modelagem dos objetos de custo é preservar os centros de custo SIPAC e ao mesmo tempo viabilizar a aferição dos custos das metas e políticas estabelecidas no PDI e no Plano de Gestão, consideradas e distribuídas entre as atividades meio e as atividades finalistas (ensino, pesquisa e extensão).

O PLANEJAMENTO DOS OBJETOS DE CUSTO: MODELAGEM DO VETOR DETACUSTO UFRN (Base 32)

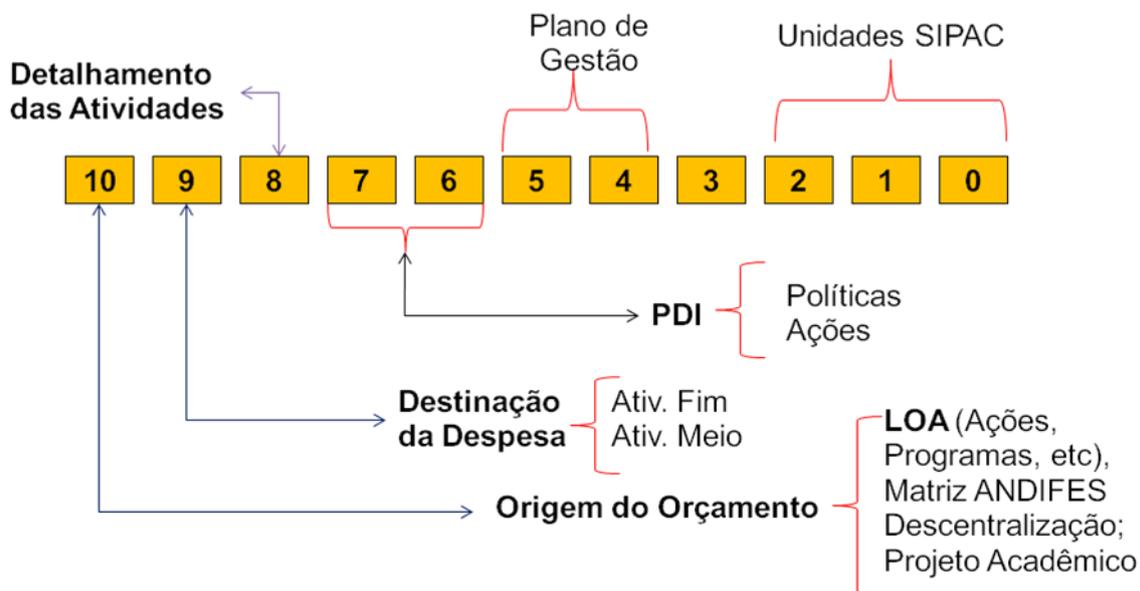


Fig.2: Modelo proposto para o mapeamento DETACUSTO dos objetos de custo a serem trabalhados no âmbito da UFRN.

A codificação dos objetos de custos, considerada a estrutura apresentada na Fig.2, é a próxima etapa dos trabalhos a serem desenvolvidos pela UFRN visando a integração do SIPAC ao sistema SIC. Dentro dessa perspectiva a Reitora da UFRN instituiu Grupo de Trabalho através da Portaria N° 2480/2014-R. A expectativa era que ao final de 2015 os trabalhos estivessem concluídos, e a partir de 2016, seriam implementados no SIPAC onde o fluxo da execução do orçamento estaria vinculado com os objetos de custos considerando o grau de relevância para a gestão da UFRN.

Como a integração dos sistemas SIAFI (sistema de custos – SIC) e SIPAC ainda não foi concretizada, a meta planejada para o exercício de 2015 foi adiada para os próximos exercícios (2016 e 2017), haja vista a existência dessa dificuldade de integração. Contudo, deixamos claro que a interface desses sistemas é de fundamental importância, uma vez, que não há como esta Instituição implementar uma ação dessa magnitude, que venha a depender de retrabalho.

e. Demonstrações contábeis exigidos pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

i. Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	1.020.349.873,91	-			
Bens Móveis	286.365.156,48	-			
Bens Móveis	404.981.542,35	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-118.616.385,87	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	733.984.717,43	-			
Bens Imóveis	744.659.912,14	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.675.194,71	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	903.628,31	-			
Softwares	903.628,31	-			
Softwares	903.628,31	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.187.417.580,19	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.187.417.580,19	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	57.599.474,71	-	PASSIVO FINANCEIRO	145.948.541,02	-
ATIVO PERMANENTE	1.129.818.105,48	-	PASSIVO PERMANENTE	1.940.855,05	-
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	1.039.528.184,12	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	182.125.074,51	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.701.406,05	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 11/02/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		-	ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2015	2014			2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	182.125.074,51		-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.701.406,05	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	12.000.112,08		-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	168.785.957,82		-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	1.701.406,05	-
Direitos Contratuais a Executar	1.339.004,61		-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-		-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	182.125.074,51		-	TOTAL	1.701.406,05	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.466.152,56
Recursos Vinculados	-77.882.913,75
Educação	-82.300.344,25
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-19.451.855,06
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	25.256.241,52
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.386.955,96
TOTAL	-88.349.066,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 11/02/2016 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	31.471.223,25		- Despesas Orçamentárias	1.531.110.582,22	
Ordinárias	306.551,26		Ordinárias	532.535.020,31	
Vinculadas	31.376.527,10		Vinculadas	998.575.561,91	
Educação			Educação	753.589.656,33	
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	20.222.569,83	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	194.509.909,70	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	31.376.527,10		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	27.858.684,02	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.394.742,03	
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-21.855,11				
Transferências Financeiras Recebidas	1.683.594.521,15		- Transferências Financeiras Concedidas	180.723.236,54	
Resultantes da Execução Orçamentária	1.577.412.677,39		Resultantes da Execução Orçamentária	150.199.787,09	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasso Recebido	1.427.516.229,79		Repasso Concedido	303.339,49	
Sub-repasso Recebido	149.896.447,60		Sub-repasso Concedido	149.896.447,60	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasso Devolvido			Repasso Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	106.181.843,76		Independentes da Execução Orçamentária	30.523.449,45	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	101.210.768,46		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	30.042.952,22	
Demais Transferências Recebidas	1.601.706,32		Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.369.368,98		Movimento de Saldos Patrimoniais	480.497,23	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	95.243.301,44		- Despesas Extraorçamentárias	101.842.561,98	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.194.474,89		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12.931.861,38	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	70.042.364,21		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	87.904.238,26	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	898.470,81		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.006.462,34	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	107.991,53		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
11/02/2016

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	107.991,53				
Saldo do Exercício Anterior	54.987.703,22		- Saldo para o Exercício Seguinte	51.620.368,32	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	54.987.703,22		- Caixa e Equivalentes de Caixa	51.620.368,32	-
TOTAL	1.865.296.749,06		- TOTAL	1.865.296.749,06	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	40.725.281,00	40.725.281,00	31.471.223,25	-9.254.057,75
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	10.147.148,00	10.147.148,00	8.110.439,15	-2.036.708,85
Receitas Imobiliárias	6.399.862,00	6.399.862,00	3.863.959,49	-2.535.902,51
Receitas de Valores Mobiliários	3.747.286,00	3.747.286,00	4.246.479,66	499.193,66
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	30.419.586,00	30.419.586,00	22.526.315,00	-7.893.271,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	158.547,00	158.547,00	834.469,10	675.922,10
Multas e Juros de Mora	2.163,00	2.163,00	28.303,12	26.140,12
Indenizações e Restituições	-	-	537.657,98	537.657,98
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	156.384,00	156.384,00	268.508,00	112.124,00
RECEITAS DE CAPITAL	219.448,00	219.448,00	-	-219.448,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

EMISSÃO 11/02/2016 PAGINA 2

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	219.448,00	219.448,00	-	-219.448,00
Alienação de Bens Móveis	219.448,00	219.448,00	-	-219.448,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	40.944.729,00	40.944.729,00	31.471.223,25	-9.473.505,75
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	40.944.729,00	40.944.729,00	31.471.223,25	-9.473.505,75
DÉFICIT	-	-	1.499.639.358,97	1.499.639.358,97
TOTAL	40.944.729,00	40.944.729,00	1.531.110.582,22	1.490.165.853,22
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/02/2016

PAGINA 3

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.350.876.191,00	1.444.757.645,00	1.476.758.213,44	1.430.746.442,79	1.414.098.956,68	-32.000.568,44
Pessoal e Encargos Sociais	1.112.270.468,00	1.207.426.827,00	1.187.746.734,69	1.187.746.734,69	1.187.742.410,01	19.680.092,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	238.605.723,00	237.330.818,00	289.011.478,75	242.999.708,10	226.356.546,67	-51.680.660,75
DESPESAS DE CAPITAL	125.219.416,00	125.219.416,00	54.352.368,78	30.321.775,22	22.774.786,44	70.867.047,22
Investimentos	125.219.416,00	125.219.416,00	54.352.368,78	30.321.775,22	22.774.786,44	70.867.047,22
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.476.095.607,00	1.569.977.061,00	1.531.110.582,22	1.461.068.218,01	1.436.873.743,12	38.866.478,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.476.095.607,00	1.569.977.061,00	1.531.110.582,22	1.461.068.218,01	1.436.873.743,12	38.866.478,78
TOTAL	1.476.095.607,00	1.569.977.061,00	1.531.110.582,22	1.461.068.218,01	1.436.873.743,12	38.866.478,78

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.177.246,27	46.616.751,41	44.128.709,81	43.031.491,52	2.889.048,91	13.873.457,25
Pessoal e Encargos Sociais	998.082,51	1.523.552,46	396.227,05	396.227,05	2.125.407,92	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.179.163,76	45.093.198,95	43.732.482,76	42.635.264,47	763.640,99	13.873.457,25
DESPESAS DE CAPITAL	11.105.553,97	52.662.120,98	48.101.969,97	44.872.746,74	189.936,52	18.704.991,69
Investimentos	11.105.553,97	52.662.120,98	48.101.969,97	44.872.746,74	189.936,52	18.704.991,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	24.282.800,24	99.278.872,39	92.230.679,78	87.904.238,26	3.078.985,43	32.578.448,94

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	45.009,61	7.438.786,79	6.829.874,19	0,01	653.922,20
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
11/02/2016

PÁGINA
4

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	45.009,61	7.438.786,79	6.829.874,19	0,01	653.922,20
DESPESAS DE CAPITAL	126.671,93	6.143.822,28	6.101.987,19	77.247,39	91.259,63
Investimentos	126.671,93	6.143.822,28	6.101.987,19	77.247,39	91.259,63
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	171.681,54	13.582.609,07	12.931.861,38	77.247,40	745.181,83



EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ (Aberto)

EMISSÃO
11/02/2016

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.832.569.263,5	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	26.395.972,32	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	26.395.972,32	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.246.741,19	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	261,53	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.246.479,66	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.690.861.292,1	-
Transferências Intragovernamentais	1.683.594.521,1	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.266.770,96	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	110.179.143,13	-
Reavaliação de Ativos	70.496.183,01	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.812.132,44	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	32.870.827,68	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	886.114,83	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ (Aberto)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
11/02/2016

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	886.114,83	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.762.361.777,9	-
Pessoal e Encargos	792.661.011,06	-
Remuneração a Pessoal	624.054.388,68	-
Encargos Patronais	128.022.658,33	-
Benefícios a Pessoal	40.483.922,38	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	100.041,67	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	433.325.982,50	-
Aposentadorias e Reformas	378.067.098,47	-
Pensões	54.889.048,08	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	369.835,95	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	223.694.266,17	-
Uso de Material de Consumo	19.919.859,61	-
Serviços	173.845.660,45	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	29.928.746,11	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.267,13	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.569,30	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	5.697,83	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	182.385.382,79	-
Transferências Intragovernamentais	180.723.236,54	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	104.196,79	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	10.527,30	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.547.422,16	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	78.110.640,83	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	51.489,69	-
Incorporação de Passivos	17.445.457,14	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ (Aberto)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
11/02/2016

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	60.613.694,00	-
Tributárias	3.296.945,40	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	314.743,63	-
Contribuições	2.982.201,77	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	48.879.282,02	-
Premiações	11.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	48.603.801,98	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	264.480,04	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	70.207.485,68	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
17/03/2016

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	70.382.185,47	-
INGRESSOS	1.716.072.206,74	-
Receitas Derivadas e Originárias	31.471.223,25	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	3.863.959,49	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	22.526.315,00	-
Remuneração das Disponibilidades	4.246.479,66	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	834.469,10	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.684.600.983,49	-
Ingressos Extraorçamentários	898.470,81	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.683.594.521,15	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	107.991,53	-
DESEMBOLSOS	-1.645.690.021,27	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.332.917.977,12	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-856.685,01	-
Defesa Nacional	-20.428,64	-
Segurança Pública	-629.090,36	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-425.744.153,97	-
Saúde	-21.174.996,37	-
Trabalho	-24.056,16	-
Educação	-882.410.397,20	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSÃO
17/03/2016

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-97.066,24	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-1.369.466,58	-
Agricultura	-37.266,84	-
Organização Agrária	-549.233,05	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-5.136,70	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-131.042.345,27	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-130.927.621,18	-
Outras Transferências Concedidas	-114.724,09	-
Outros Desembolsos das Operações	-181.729.698,88	-
Dispêndios Extraorçamentários	-1.006.462,34	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-180.723.236,54	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-73.749.520,37	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 17/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-73.749.520,37	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-73.629.281,27	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-120.239,10	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.367.334,90	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	54.987.703,22	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	51.620.368,32	-

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

a. Gestão de Pessoas

i. Estrutura de Pessoal da Unidade

- Composição da força de trabalho

Quadro 1 - Força de Trabalho da UFRN

Quadro - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5792	5496	233	255
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5792	5496	233	255
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5792	5474	231	247
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	19	1	8
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	3	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	686	483	366	356
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	8	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	6478	5987	601	611

Fonte: Siape/Dez 2015 e SIGRH/Dez 2015

Quadro 2 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFRN

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	103	100	48	44
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	103	100	48	44
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	91	45	44
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	1	1	0
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	8	2	0
2. Funções Gratificadas	627	554	249	245
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	552	249	245
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	730	654	297	289

Fonte: Siape/Dez 2015 e SIGRH/Dez 2015

Os dados utilizados para elaboração dos quadros quantitativos da força de trabalho foram referentes à Fita Espelho do SIAPE de Dezembro/15, ao Extrator de Dados do SIAPE de Dezembro/15 e ao relatório do SIGRH Dezembro/15, incluindo algumas movimentações de ingressos e egressos com data posterior ao fechamento da folha de dezembro/15, podendo haver divergência no quantitativo efetivo demonstrado de acordo com os dados lançados na folha de janeiro/16.

Foram considerados no quadro “Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ” as movimentações de ingresso e egresso relacionadas a mudança de cargos, recondução, pró-tempore, mudança do nome da função e mudança do cargo efetivo. Em 2015 houve muitas movimentações de funções devido ao processo de mudança de gestão.

- *Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas.*

Do total de servidores efetivos, 41% servidores são docentes e 59% são técnico-administrativos. Do quadro de servidores técnico-administrativos, 2.253 estão localizados na UFRN e 950 nos Hospitais Universitários, que atualmente é administrado pela EBSEH.

Os 3.203 servidores Técnicos Administrativos são distribuídos de acordo com a Carga Horária da seguinte forma:

Tabela 1. Regime de Trabalho - TAE.

Carga Horária	Complexo Hospitalar	UFRN	TOTAL
20 horas por semana	125	13	138
24 horas por semana	21	1	22
25 horas por semana	0	23	23
30 horas por semana	14	44	58
40 horas por semana	790	2.172	2.962
TOTAL	950	2.253	3.203

Fonte: Siape/Dez 2015

O quadro de servidores docentes efetivos é composto por a) Docentes da Carreira do Magistério Superior, 2060 (91%) e b) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, 211 (9%).

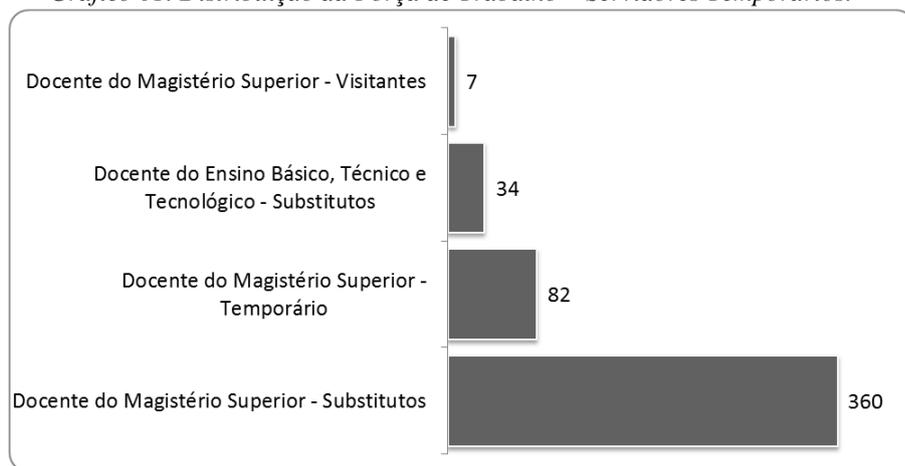
A UFRN está presente em oito cidades do Estado do Rio Grande do Norte com a seguinte distribuição dos Servidores Ativos: Natal com 4.933; Macaíba 169; Santa Cruz 169; Caicó 122; Currais Novos 59; Santo Antonio 10; Nova Cruz 8 e Macau 4.

- *Relação entre servidores efetivos e temporários.*

O quadro de pessoal da UFRN (em dezembro de 2015) era de 5.957 servidores, distribuídos entre efetivos (92%) e temporários (8%).

O quadro de servidores temporários é composto: 82% são docentes substitutos, 17% são temporários e 1% é visitante, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 01. Distribuição da Força de Trabalho – Servidores Temporários.



Fonte: Siape/Dez 2015

- **Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade fim.**

De acordo com a área finalística, estabeleceu-se como critério de classificação em área meio ou área fim da força de trabalho da UFRN da seguinte forma: Todos os docentes desenvolvem seus trabalhos na área fim; Os técnico-administrativos que estão lotados nas Unidades Administrativas (Pró-Reitorias e respectivas diretorias, Superintendências e outras unidades administrativas) são considerados na Área Meio, já os técnico-administrativos que estão lotados nas áreas acadêmicas são considerados na área fim, com exceção daqueles envolvidos com trabalhos administrativos ou de suporte.

Considerando esses critérios, a UFRN conta com 49% da força de trabalho lotado na Área Fim e 51% na Área Meio, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.829	2.667
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.819	2.655
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	7	12
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	0
2. Servidores com Contratos Temporários	-	483
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	8	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.837	3.150

Fonte: Siape/Dez 2015.

- **Análise Crítica - A análise dos dados apresentados de outros aspectos que interferem diretamente na força de trabalho deve dispor sobre as seguintes questões, entre outras que a UPC entender relevantes.**

- A quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da unidade

A UFRN vem crescendo significativamente nos últimos anos quanto ao número de vagas ofertadas nos cursos de graduação. Da mesma forma o Banco de Equivalentes evoluiu

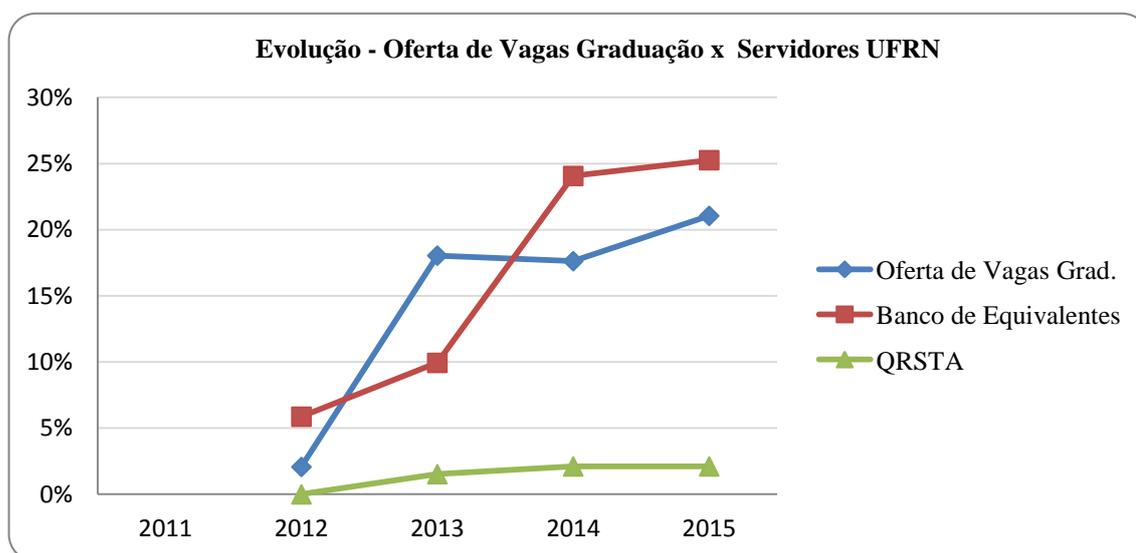
proporcionalmente frente às necessidades que o aumento de alunos gera. No entanto, a demanda de servidores técnico-administrativos, principalmente na área Fim, cujo quantitativo já é reduzido, não vem sendo atendida satisfatoriamente, exigindo um esforço muito maior dos servidores comprometidos com os objetivos da Instituição.

Tabela 2. Histórico de Oferta de Vagas Graduação x Bancos de Equivalentes x QRSTA.

	Oferta de Vagas Graduação	Banco de Equivalentes	QRSTA
2011	6455	3299,81	3077
2012	6589	3493,61	3077
2013	7620	3627,91	3124
2014	7593	4093,98	3142
2015	7814	4133,46	3142

Fonte: PROPLAN/UFRN

Gráfico 02. Evolução da Oferta de Vagas de Graduação x Servidores Técnico-Administrativos – Servidores Temporários.



Fonte: PROPLAN/UFRN Dez 2015

Os dados do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos – QRSTA de 2013 a 2015 demonstram que o crescimento da oferta de vagas nos cursos de graduação é muito superior quando comparado ao do número de servidores. O referido Quadro aponta para uma quantidade de 3.142 servidores, sendo 950 lotados nos Hospitais Universitários. Estes servidores estão à disposição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, prestando assistência às atividades de saúde.

Outro fator preocupante são as aposentadorias de cargos tornados extintos (Níveis A e B), que totalizam 218 servidores e que não podem ser repostos ou permutados por outros, gerando apenas a redução do quadro de pessoal lotado, aumentando ainda mais a defasagem do número atual para o número ideal de servidores técnico-administrativos e impactando diretamente no número de terceirizados.

Outra dificuldade é a reposição dos cargos extintos da Classe C visto que necessita de aprovação de Projeto de Lei para transformação de novos cargos. Conforme o QRSTA da UFRN, atualizado em 12 de janeiro de 2016, a universidade possui 87 cargos nesta situação.

Tabela 3. Número de Servidores TAE por Nível e Área.

	Número Servidores Ativos		
	Área Meio	Área Fim	Hospitais
Nível A	86	0	24
Nível B	132	0	48
Nível C	572	12	271
Nível D	1201	183	188
Nível E	828	189	419
Total	2819	384	950

Fonte: Siape e Matriz de Dimensionamento

De acordo com os resultados do Dimensionamento de servidores técnico- administrativos há uma necessidade de pessoal evidenciada tanto na Matriz de Alocação de Cargos quanto na Análise Qualitativa realizada junto aos gestores. Neste sentido, dentre as unidades estudadas em 2014, a UFRN precisa de mais 323 servidores, segundo o modelo estatístico, e de 446, segundo a avaliação qualitativa, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4. Resultado do Dimensionamento de Servidores TAE.

Unidade (Unidades estudadas Dimensionamento 2014)	Força de Trabalho	Análise Quantitativa	Análise Qualitativa
Área Meio	464	591	581
Área Fim	955	1.151	1.284
TOTAL	1.419	1.742	1.865

Fonte: Siape e Matriz de Dimensionamento

No segundo semestre de 2015 o Dimensionamento começou a ser atualizado, sendo possível realizar a Matriz de Alocação de Cargos dos Centros Acadêmicos. Planeja-se que até Junho/16 todas as unidades da UFRN tenham sua Matriz e sua Análise Qualitativa definidas, podendo-se assim refletir sobre esta situação.

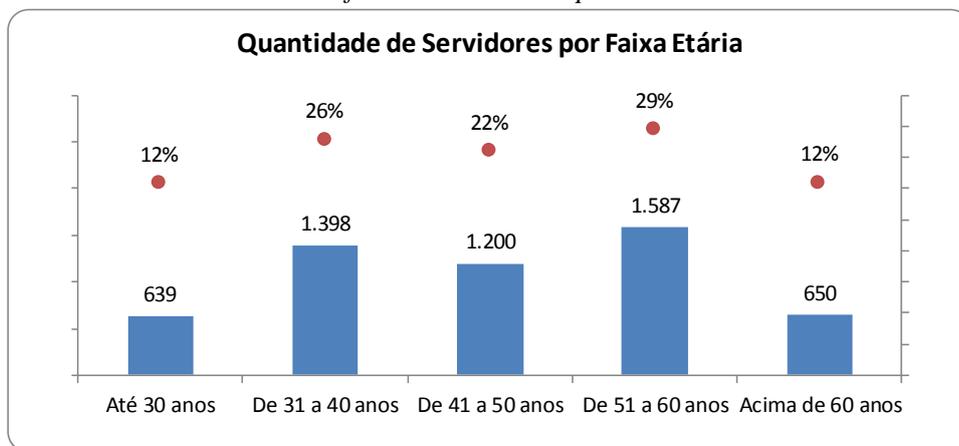
- Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente aos não comissionados.

De acordo com o quadro de funções da Universidade, 654 servidores ocupam Cargo de Função (Direção, Assessoramento ou Função Gratificada), representando apenas 12% do quadro total de servidores.

- Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria.

Abaixo, segue o quantitativo de Servidores Ativos da UFRN (Docentes e Técnico-Administrativos) por faixa etária:

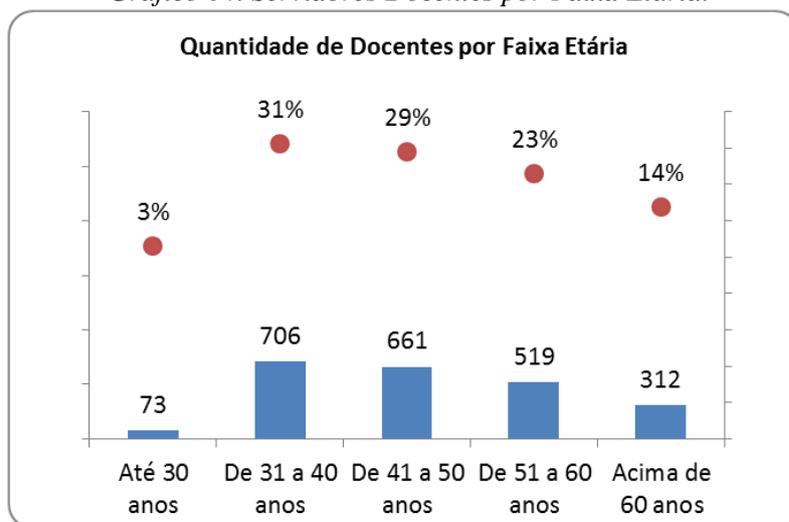
Gráfico 03. Servidores por Faixa Etária.



Fonte: Siape/Dez 2015

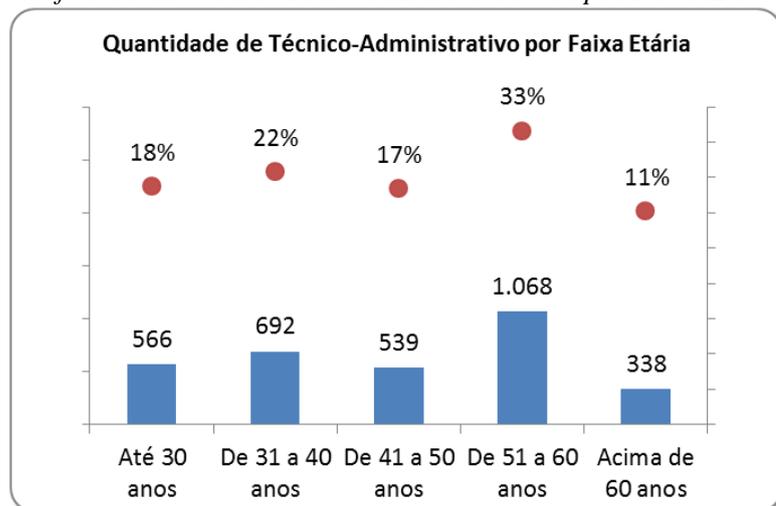
Abaixo segue o quantitativo separando a categoria de servidores Técnico-Administrativos e Docentes.

Gráfico 04. Servidores Docentes por Faixa Etária.



Fonte: Siape/ Dez 2015

Gráfico 05. Servidores Técnico-Administrativos por Faixa Etária.

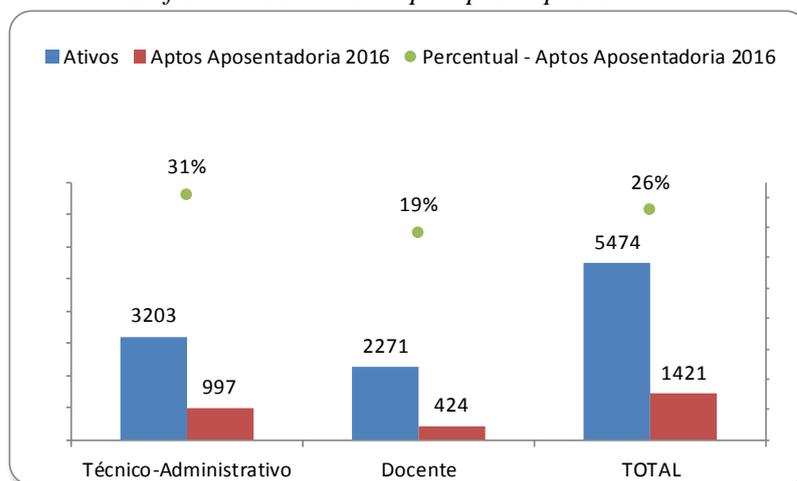


Fonte: Siape/ Dez 2015

Assim como no exercício anterior, considerando que não houve alteração significativa, percebe-se claramente que a força de trabalho desta Universidade, quanto à faixa etária, no geral está equilibrada, não havendo predominância expressiva de uma faixa etária sobre outra. Tal fato, pode-se reiterar, especialmente em decorrência da quantidade de novos servidores, a partir da possibilidade de reposição da vaga com o Banco de Equivalência dos Docentes e do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Todavia, dos 5.474 servidores em atividade na UFRN, 1.421 (26%) estarão aptos a se aposentar até 31/12/2016 (já completaram ou completarão alguma regra de aposentadoria voluntária/compulsória no período), conforme gráfico abaixo:

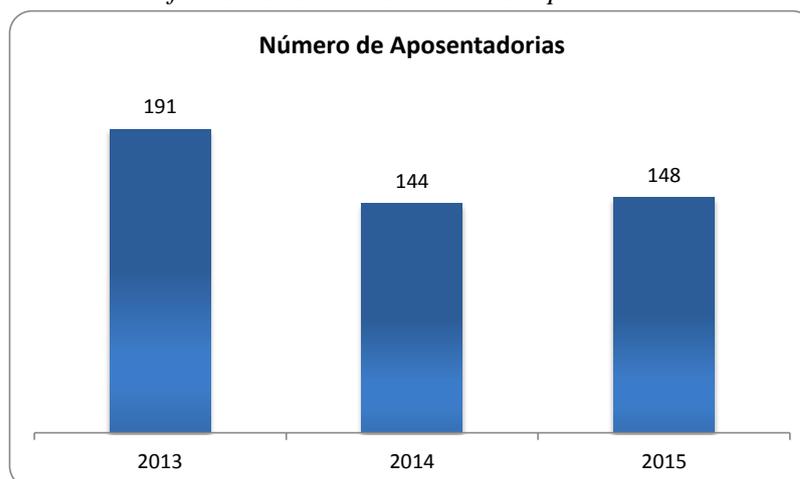
Gráfico 06. Servidores aptos para aposentadoria.



Fonte: Siape/Dez 15

Não obstante 26% da força de trabalho está apta a se aposentar em 2016, constata-se, a partir dos dados relativos aos últimos três anos, que na UFRN as aposentadorias ocorreram em um patamar bem inferior ao previsto, observando-se assim:

Gráfico 07. Número de servidores aposentados.



Fonte: Siape/Dez 2015

No ano de 2015, das 148 aposentadorias ocorridas, 100 foram de Técnico-administrativos e 48 de Docentes (Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico).

Com base nos dados apresentados, é possível fazer algumas inferências, considerando as peculiaridades de cada carreira e de cada cargo. É sabido que a força de trabalho relativa aos cargos efetivos das Universidades Federais é composta por duas carreiras distintas, a saber: Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº. 12.072/2012) e Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei nº. 11.091/2005). Tais carreiras têm seus cargos específicos e possuem características que lhes são próprias, devido à natureza das respectivas funções desempenhadas na Instituição. Nessa perspectiva, eventual análise de possíveis aposentadorias na força de trabalho devem levar em consideração essas peculiaridades.

É sabido que a força de trabalho relativa aos cargos efetivos das Universidades Federais é composta por duas carreiras distintas, a saber: Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei nº. 12.772/2012) e Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei nº. 11.091/2005). Tais carreiras têm seus cargos específicos e possuem características que lhes são próprias, devido à natureza das respectivas funções desempenhadas na Instituição. Nessa perspectiva, eventual análise de possíveis aposentadorias na força de trabalho devem levar em consideração essas peculiaridades.

Com efeito, nos cargos do Magistério, em decorrência da sua própria atividade fim, há maior possibilidade de que ocupantes desses cargos tornarem-se, ao longo dos anos, referência na respectiva área de pesquisa, retardando uma possível aposentadoria, e até mesmo gerando profundas perdas científicas em caso de saída prematura. Por seu turno, a carreira dos técnico-administrativos em educação tem sofrido profundas alterações nos últimos anos, com a possibilidade de maior valorização por meio da capacitação profissional e incentivos à qualificação, o que acaba também por gerar impactos nas solicitações de aposentadoria, haja vista que, parte dos servidores passa a optar pela aposentaria somente depois de ter adquirido as referências ou concluir determinado curso.

De modo geral, verifica-se que o maior impacto da força de trabalho composta por servidores mais velhos concentra-se na problemática da atualização e capacitação profissional. Com o advento das novas tecnologias, muitos dos servidores mais antigos não procuraram se atualizar ao longo dos anos, sobretudo porque a ênfase no incentivo funcional para cursos de capacitação começou a ocorrer apenas recentemente, a partir da reformulação dos planos de carreira. Assim, a falta de incentivo funcional por várias décadas acabou tornando parte dos servidores mais acomodados, sem fazerem a atualização necessária para acompanhar as novas técnicas de trabalho, o que também impacta na relação entre as gerações de servidores ativos e nas possibilidades de aposentadoria.

Outras razões psicossociais também se mostram influentes no que diz respeito ao adiamento da aposentadoria. Macêdo (2014)¹ realizou uma pesquisa com 283 servidores (103 docentes e 183 técnicos administrativos) desta instituição que se encontravam próximos à aposentadoria (até cinco anos antes), dentre os quais 62,5% já recebiam abono de permanência. A análise dos dados quantitativos revelou que a maioria dos participantes tem a intenção de continuar trabalhando além do tempo de contribuição obrigatória, mostrando que quatro fatores relacionados ao significado do trabalho são preditores dessa intenção. Especificamente quanto à decisão de adiar a aposentadoria, são preditivos o incentivo financeiro (abono de permanência), além da autonomia pessoal e condições flexíveis de trabalho.

Paralelamente, a análise de dados qualitativos revelou a existência de cinco padrões de significados e expectativas da aposentadoria entre os respondentes, apontando que o significado da aposentadoria como um período de “ficar em casa ocioso”, a falta de atividades substitutivas ao trabalho e o retorno a um ambiente doméstico pouco atrativo, estão significativamente vinculados à intenção de adiar a aposentadoria e permanecer no emprego atual, e à percepção de baixa eficácia quanto a um fácil ajustamento à aposentadoria (Macedo, 2014).

Segundo Macedo (2014), esses resultados corroboram a importância do fortalecimento de programas de orientação à aposentadoria, como também de ações que estimulem a qualidade de vida no trabalho e fora do trabalho. Ações específicas voltadas para a saúde do trabalhador mais velho, principalmente pela opção de adiamento da aposentadoria e prolongamento da vida laboral, algumas vezes em situações desgastantes ou insalubres, também precisam ser consideradas como uma política de gestão de pessoas.

É fato inconteste que os servidores mais antigos trazem consigo as vivências e experiências dos anos e a memória da instituição, mormente em face da inexistência de sistemas ou políticas que viabilizassem, à época, a formação e gerenciamento de um banco de dados com todas essas informações institucionais. Assim, esses servidores mais velhos podem desempenhar um importante papel na transmissão do conhecimento organizacional para as novas gerações de servidores.

Por outro lado, um número significativo de possíveis aposentadorias revela a necessidade de preocupação com o planejamento da instituição, sobretudo por que, a depender do cargo não é possível efetuar a nomeação de novo servidor (Classes A e B, do PCCTAE estão extintas) ou há enorme dificuldade de efetuar a troca de vagas (Classe C do PCCTAE que apresentam alguns cargos em extinção), que, em diversas situações, demora mais de 01 (um) ano de providências junto ao Ministério da Educação. Quanto aos cargos do Magistério Federal e dos demais cargos do PCCTAE, a possibilidade de reposição da vaga com o Banco de Equivalência e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação permite efetuar melhor esse planejamento e organizar o dimensionamento da força de trabalho.

Em que pese as presentes considerações delineadas, temos que ressaltar que a análise e discussão dessa temática no âmbito desta UFRN são ainda iniciais. Os dados apresentados podem revelar uma série de características que somente as peculiaridades de uma Universidade Federal podem conter.

- Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC.

¹ Macêdo, L. S. S. (2014). Adiamento da aposentadoria e o significado do trabalho para servidores de uma universidade federal (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).

Tabela 5. Número de Afastamentos

Tipo de Afastamento	Nº de Afastamentos	Nº Médio de Dias de Afastamento
AFAST P/ PRESTAR COLABORACAO A OUTRA ICT-LEI 10973	1	335
AFASTADO PARA ACOMPANHAR CONJUGE	1	365
AFASTAMENTO MANDATO ELETIVO PREFEITO COM REMUN	1	365
AFASTAMENTO MANDATO ELETIVO PREFEITO SEM REMUN	1	365
AFASTAMENTO ORGANISMO INTERNACIONAL	1	365
AFASTAMENTO PARA CURSO DE FORMACAO COM OPCAO	2	140
AFASTAMENTO PARA DOUTORADO- FORA DO PAIS	21	241
AFASTAMENTO PARA DOUTORADO-NO PAIS	114	263
AFASTAMENTO PARA MESTRADO-FORA DO PAIS	3	265
AFASTAMENTO PARA MESTRADO-NO PAIS	29	187
AFASTAMENTO PARA POS-DOUTORADO-FORA DO PAIS	88	216
AFASTAMENTO PARA POS-DOUTORADO-NO PAIS	47	209
AFASTAMENTO PARA PRESTAR COLABORACAO	10	243
AFASTAMENTO PARCIAL	32	167
AFASTAMENTO ESTUDO OU MISSAO NO EXTERIOR-SEM ONUS	7	112
CESSAO COM ONUS	29	226
CESSAO EBSERH	107	349
CESSAO SEM ONUS	3	319
EXERCICIO PROVISORIO	13	297
LICENCA ADOTANTE - CRIANCA ATE 1 ANO	2	96
LICENCA ADOTANTE - CRIANCA MAIOR 1 ANO	3	63
LICENCA GESTANTE	103	93
LICENCA GESTANTE PRORROGACAO	86	56
LICENCA PARA ACOMPANHAR CONJUGE	1	228
LICENCA PARA CAPACITACAO	90	83
LICENCA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES	28	210
LICENCA POR ACIDENTE EM SERVICO	18	37
LICENCA POR MOTIVO DE DOENCA EM PESSOA DA FAMILIA (-60 dias)	180	14
LICENCA PREMIO POR ASSIDUIDADE	21	96
LICENCA TRATAMENTO DA PROPRIA SAUDE	1168	32
FALTA	237	5
FALTA JUSTIFICADA	163	2
MEIA FALTA	44	0,5

Fonte: SIGRH/2015

A legislação de pessoal prevê uma série de licenças e afastamentos que são concedidos aos servidores públicos federais.

Considerando os dados do ano 2015, verifica-se que a concessão de licenças e afastamentos para os quais não é possível a contratação de substituto gera um impacto no andamento das atividades da instituição.

A partir da análise dos dados apresentados, verifica-se também que a maior ocorrência de afastamentos concentra-se, em termos numéricos, nas licenças para tratamento da própria saúde.

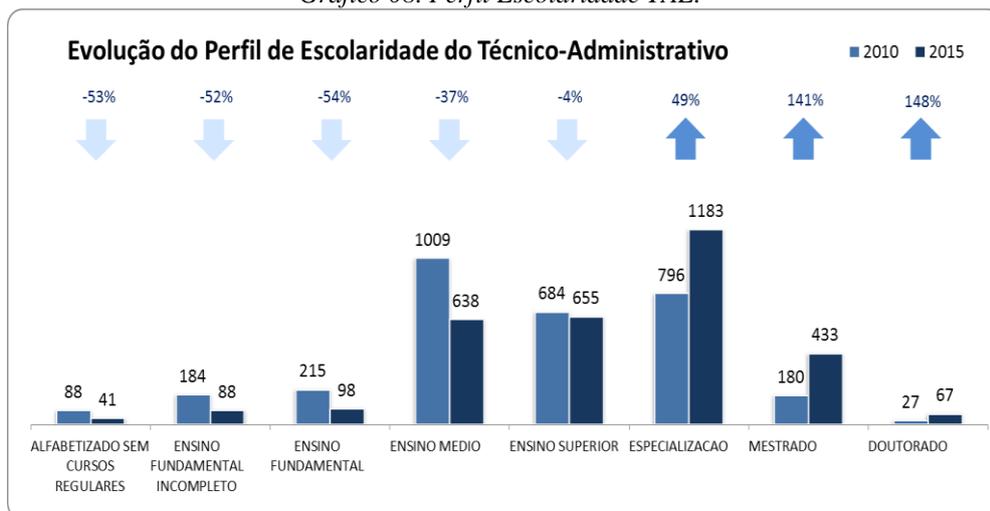
No âmbito das Universidades, considerando as peculiaridades das carreiras públicas que as compõem, pode-se afirmar que os impactos gerados nas atividades variam de acordo com cada espécie de afastamento. De fato, para a carreira do Magistério Superior, há a previsão legal de contratação de Professor Substituto, com base na Lei nº. 8.745/1993 e no Decreto nº. 7.845/2011, em algumas espécies de afastamento, de modo que os impactos com eventuais afastamentos na área do ensino são minimizados. Por outro lado, na Carreira dos Técnico-administrativos o impacto nas atividades com eventuais afastamentos é maior, mormente em face da inexistência de previsão de contratação de substituto para suprir a ausência. No entanto, é imperioso observar que, em se tratando de afastamento para qualificação profissional (Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado) ou capacitação profissional, mesmo ante a impossibilidade de contratação de servidor substituto, não

se pode olvidar a importância da concessão do afastamento, haja vista o benefício institucional adquirido com a capacitação e qualificação de servidores.

- Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade.

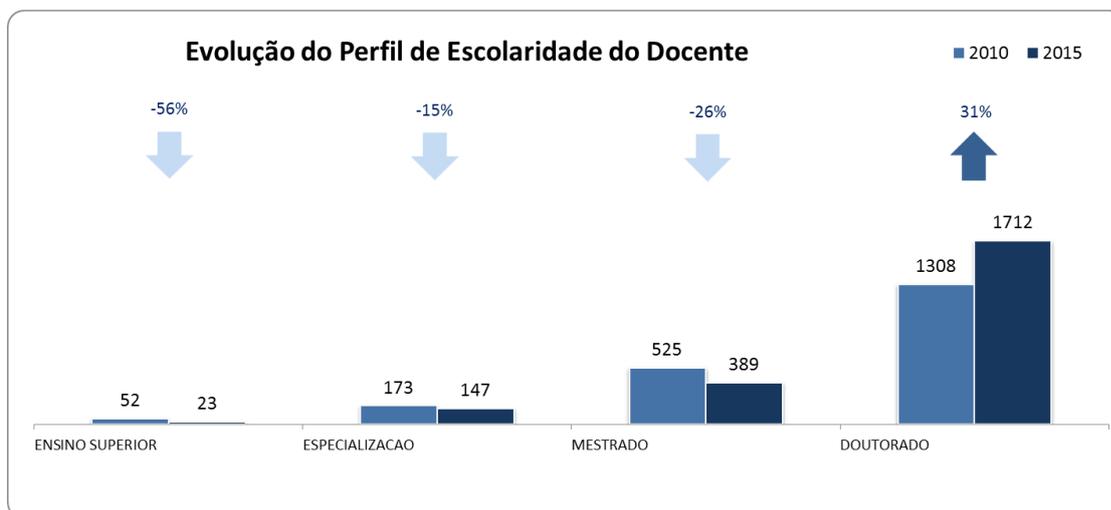
Quanto ao perfil de escolaridade, segue demonstrativo do quadro de técnico-administrativos e docentes efetivos:

Gráfico 08. Perfil Escolaridade TAE.



Fonte: Siape/Dez 2015

Gráfico 09. Perfil Escolaridade Docente.



Fonte: Siape/Dez 2015

A partir dos dados apresentados nos gráficos acima, verificou-se que em um período de cinco anos houve um aumento significativo no perfil de qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes. Destaca-se a evolução de servidores técnicos concluindo especializações, mestrados e doutorados e também do número de docentes com doutorado.

Abaixo, segue uma tabela com o demonstrativo da evolução do perfil de qualificação dos servidores Técnicos por faixa etária.

Tabela 6. Perfil de Escolaridade por Idade – Técnico-Administrativo.

TITULACAO	ANO	1 - Até 30 anos	2 - De 31 e 40 anos	3 - De 41 e 50 anos	4 - De 51 e 60 anos	5 - Acima de 60 anos	Total Geral
1 - ALFABETIZADO SEM CURSOS REGULARES	2010				45	43	88
	2015				21	20	41
2 - ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2010			4	95	85	184
	2015			1	52	35	88
3 - ENSINO FUNDAMENTAL	2010		1	5	123	86	215
	2015	1			66	31	98
4 - ENSINO MEDIO	2010	82	66	118	566	177	1009
	2015	147	48	58	284	101	638
5 - ENSINO SUPERIOR	2010	93	152	165	208	66	684
	2015	196	136	104	177	42	655
6 - ESPECIALIZACAO	2010	15	153	213	326	89	796
	2015	125	333	259	375	91	1183
7 - MESTRADO	2010	6	52	55	55	12	180
	2015	95	152	91	81	14	433
8 - DOUTORADO	2010		2	9	15	1	27
	2015	2	23	26	12	4	67

Fonte: Siape/Dez 2015

Tabela 7. Perfil de Escolaridade por Idade – Docente.

TITULACAO	ANO	1 - Até 30 anos	2 - De 31 e 40 anos	3 - De 41 e 50 anos	4 - De 51 e 60 anos	5 - Acima de 60 anos	Total Geral
5 - ENSINO SUPERIOR	2010	2	5	10	8	27	52
	2015	1	5	5	4	8	23
6 - ESPECIALIZACAO	2010	2	27	28	46	70	173
	2015	11	49	21	30	36	147
7 - MESTRADO	2010	15	142	146	117	105	525
	2015	32	128	102	64	63	389
8 - DOUTORADO	2010		285	453	353	217	1308
	2015	29	524	533	421	205	1712

Fonte: Siape/Dez 2015

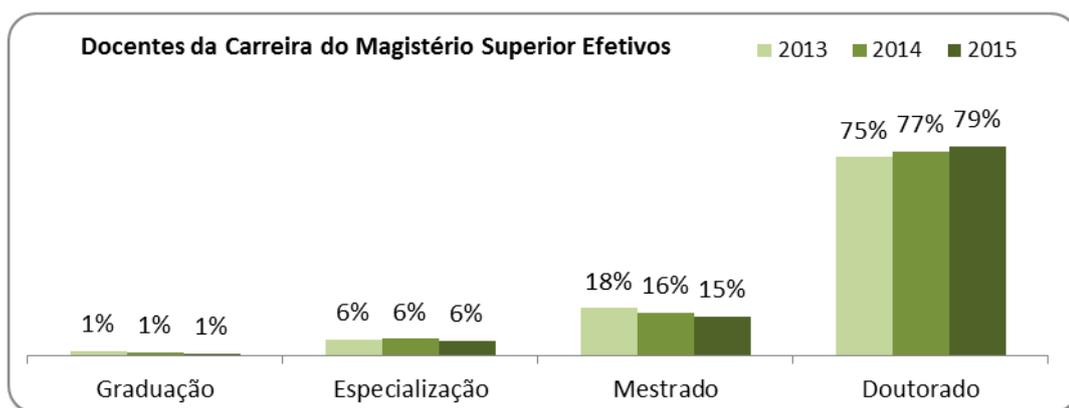
Segue análise da escolaridade dos docentes com relação ao tipo de titulação e a carga horária.

Tabela 8. Regime de Trabalho – Docentes Efetivos – Magistério Superior.

	2015		
	20h	40h	D.E.
Docentes da Carreira do Magistério Superior Efetivos			
Graduação	7	4	2
Especialização	61	12	42
Mestrado	88	21	193
Doutorado	49	66	1.515
TOTAL	205	103	1.752

Fonte: Siape/Dez 2015

Gráfico 10. Comparativo por Titulação – Magistério Superior Efetivo.



Fonte: Siape/Dez 2015

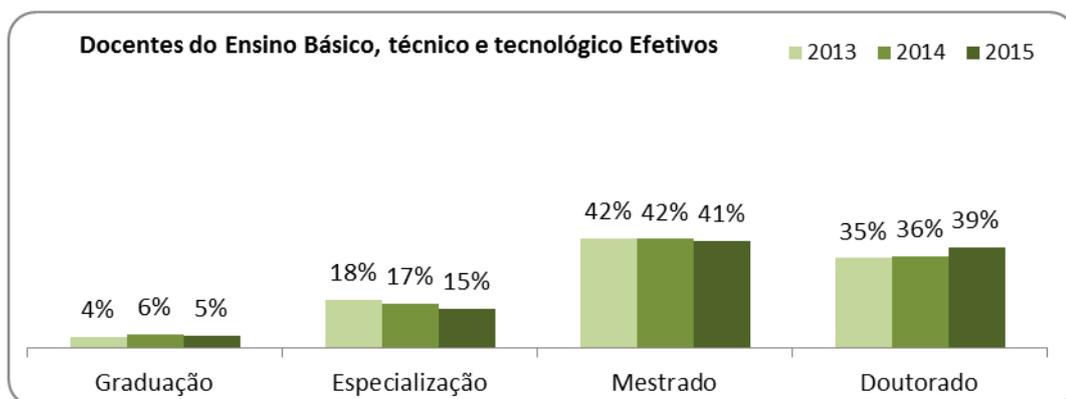
Em 2015, quando comparado com 2014, percebeu-se uma evolução qualitativa no quadro de docente do Magistério Superior, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com doutorado em 2%. No total, o quadro conta com 94% dos docentes da carreira do magistério superior com titulação de mestre ou doutor.

Tabela 9. Regime de Trabalho – Docentes Efetivos - EBTT.

Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Efetivos	2015		
	20h	40h	D.E.
Graduação	2	0	8
Especialização	0	1	31
Mestrado	0	1	86
Doutorado	0	5	77
TOTAL	2	7	202

Fonte: Siape/Dez 2015

Gráfico 11. Comparativo por Titulação – EBTT Efetivo.



Fonte: Siape/Dez 2015

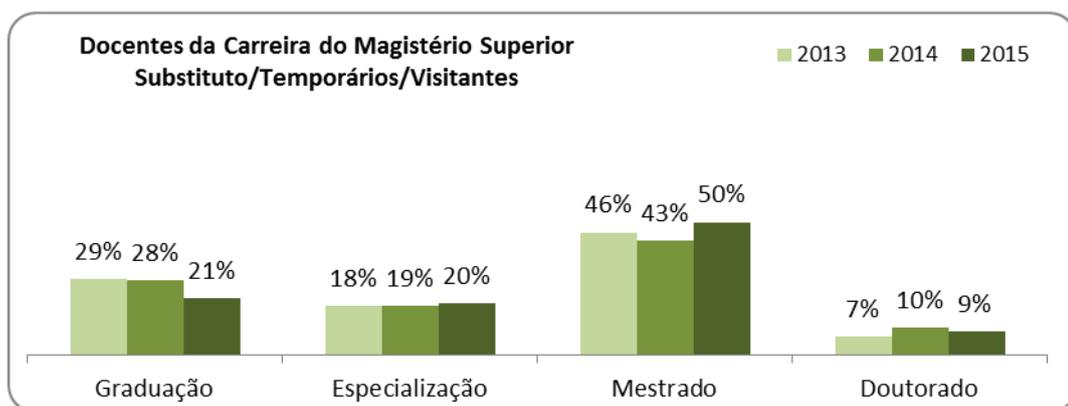
Em 2015, quando comparado com 2014, ocorreu uma evolução qualitativa no quadro de docente do Ensino Básico e Tecnológico, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com doutorado em 3%. No total de Docentes EBTT, 80% possuem título de mestre ou doutor.

Tabela 10. Regime de Trabalho – Docentes Temporários – Magistério Superior.

Docentes da Carreira do Magistério Superior Substituto/Temporários/Visitantes	2015		
	20h	40h	D.E.
Graduação	24	71	1
Especialização	39	49	0
Mestrado	43	182	0
Doutorado	6	28	6
TOTAL	112	330	7

Fonte: Siape/Dez 2015

Gráfico 12. Comparativo por Titulação – Magistério Superior Temporário.



Fonte: Siape/Dez 2015

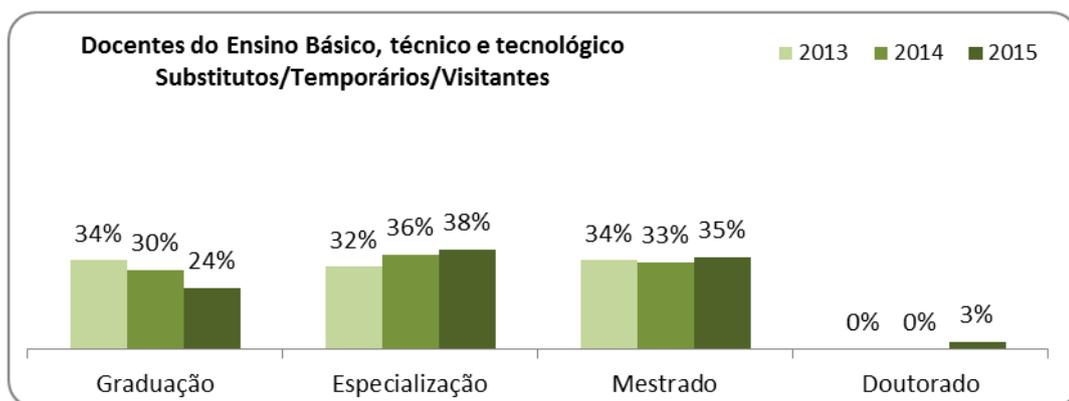
Em relação aos Docentes do Magistério Superior Temporário, quando compara-se 2014 com 2015, percebe-se uma evolução qualitativa no quadro, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com mestrado ou doutorado, passando de 53% para 59% nesse período.

Tabela 11. Regime de Trabalho – Docentes Temporários - EBTT.

Docentes do Ensino Básico, técnico e tecnológico Substitutos/Temporários/Visitantes	2015		
	20h	40h	D.E
Graduação	3	5	0
Especialização	2	11	0
Mestrado	1	11	0
Doutorado	1	0	0
TOTAL	7	27	0

Fonte: Siape/Dez 2015

Gráfico 13. Comparativo por Titulação – EBTT Temporário.



Fonte: Siape/Dez 2015

Em relação aos Docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Temporário, quando compara-se 2014 com 2015, percebe-se uma evolução qualitativa no quadro, evidenciada pelo aumento do percentual do quadro com mestrado ou doutorado, passando de 33% para 38% nesse período.

Política de capacitação e treinamento do pessoal.

A UFRN, por meio da Coordenadoria Capacitação e Educação Profissional (CCEP), busca desenvolver, capacitar e qualificar a sua força de trabalho, tanto em nível gerencial quanto em nível técnico, proporcionando o desenvolvimento profissional dos servidores e o alcance dos objetivos institucionais.

A fim de apreender as diversas demandas de capacitação da instituição, a UFRN busca identificar essas necessidades através de várias fontes: Instrumento do Levantamento de Necessidades de Captação (LNC); demandas específicas apresentadas pelos gestores; atendimento da Política de Desenvolvimento de Pessoas e cumprimento das legislações. É importante ressaltar que existem ações de capacitação que são demandas por mais de uma fonte, ou seja, por exemplo: surgem do instrumento do LNC e da Política de Desenvolvimento de Pessoas.

Projeto de Gamificação do Instrumento de Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC- Gamificado)

Em 2015, o instrumento do LNC passou por significativas reformulações. Embasado na gestão por competência, o instrumento visa mapear os conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores que precisam ser desenvolvidas através de atividades de capacitação. A partir da identificação das lacunas de competências, será possível conhecer as competências individuais que precisam ser desenvolvidas com o intuito de aprimorar as competências institucionais da UFRN. O novo instrumento, passou a analisar os gaps de competências em três categorias: Gestor, Docente e Técnico-Administrativo. Além disso, através do instrumento é possível captar os cursos de educação formal que os servidores pretendem participar no ano seguinte.

Além das mudanças técnicas supracitadas, um diferencial desse levantamento em 2015 foi o projeto de Gamificação. Esse projeto permitiu que o instrumento se tornasse mais acessível, claro, dinâmico e facilitou a resposta e participação dos servidores. À medida que houve um crescimento no número de participantes, será possível planejar e executar ações de capacitação que de fato retratem as necessidades dos servidores da instituição, e conseqüentemente promoverá impactos positivos na organização.

Demandas Específicas

As ações específicas visam à capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

As demandas específicas são aquelas que não foram contempladas no Instrumento do LNC e que o gestor de um determinado setor identificou como uma capacitação necessária a ser desenvolvida. A UFRN analisa a pertinência/viabilidade institucional, operacional, pedagógica e orçamentária para execução de tal ação.

Política de Desenvolvimento de Pessoas

No mesmo sentido, utilizamos como fonte para subsidiar a oferta de ações de capacitação a Política de Desenvolvimento de Pessoas contida em diversos instrumentos institucionais da UFRN, como o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2010-2019, o Plano de Gestão 2011-2015 e o Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento 2011-2015.

Obrigações Legais

Existem algumas ações capacitação que são demandadas por obrigações legais existentes em normas de segurança (brigadas de incêndio, segurança no trabalho, etc.) ou legislações específicas como o Decreto Federal nº 5.626/2005 que determina que os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras. As auditorias internas e externas também representam uma profícua fonte de capacitação.

Resultados quantitativos

Contabilizou-se um quantitativo 1786 servidores capacitados com mais de uma participação, atendendo as principais ações de capacitação demandadas pelas diversas fontes que subsidiaram o programa de capacitação da UFRN.

Em seguida, pode-se observar os cursos e atividades de capacitação oferecidas em 2015.

Tabela 12 - Capacitação em 2015

Atividade	Demanda	Período	Concluintes	Público Alvo
Capacitação de Professores Programa de Tutoria-Mentoring no curso de Medicina	Demanda Específica e Política de Desenvolvimento de Pessoas	29/01/2015	20	Docentes do curso de medicina
CISSP NUPLAM	Cumprimento da Legislação	09/02/2015 a 13/02/2015	6	Servidores Ativos do NUPLAM
Gestão de Riscos	Demanda Específica	27/02/2015	18	Gestores da Progesp
Seminário de Formação da Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação - CPPTAE	Política de Desenvolvimento de Pessoas	06/02/2015	15	Servidores que compõem A CPPTAE
CAP - 7º Seminário de Integração ao Serviço Público	Política de Desenvolvimento de Pessoas	24/03/2015 a 16/03/2015	41	Técnicos Administrativos ingressantes na intuição
CAP - Administração Pública: Conhecendo os tramites Processuais	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	30/03/2015 a 29/04/2015	8	Servidores Ativos
CAP - Prezi: Conhecendo a ferramenta on line de apresentações	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	17/03/2015 a 26/03/2015	21	Servidores Ativos
CAP - SIPAC - Requisição de Materiais e Serviços	Política de Desenvolvimento de Pessoas	03/03/2015 a 01/04/2015	16	Servidores Ativos do CCS
CAP - SIPAC: Requisições de Materiais e Serviços	Política de Desenvolvimento de Pessoas	25/03/2015 a 27/03/2015	20	Servidores Ativos
EAD - Legislação aplicada à gestão de pessoas	Política de Desenvolvimento de Pessoas	23/03/2015 a 23/04/2015	51	Servidores Ativos
EAD - Técnicas de Redação Oficial	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	23/03/2015 a 23/04/2015	59	Servidores Ativos
CAP - Libras Básico	Cumprimento da Legislação	28/04/2015 a 09/06/2015	17	Servidores Ativos
CAP - Recriando com Maturidade	Política de Desenvolvimento de Pessoas	08/04/2015 a 27/05/2015	13	Servidores Ativos com tempo de aposentadoria
CAP - SIPAC – Requisições de Diárias e Passagens: mudanças no processo	Política de Desenvolvimento de Pessoas	27/04/2015 a 30/04/2015	32	Servidores Ativos
EAD - Elaboração de Edital no Serviço Público	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	27/04/2015 a 27/05/2015	45	Servidores Ativos
EAD - Ética no Serviço Público	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	27/04/2015 a 27/05/2015	51	Servidores Ativos
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C 2015.1 - Atendimento ao Público	Política de Desenvolvimento de Pessoas	06/05/2015 a 18/05/2015	36	Classes A, B e C
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Ética no Serviço Público	Política de Desenvolvimento de Pessoas	20/05/2015 a 25/05/2015	29	Classes A, B e C

Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Leitura e Interpretação de Texto	Política de Desenvolvimento de Pessoas	27/05/2015 a 10/06/2015	31	Classes A, B e C
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Programa de Capacitação	Política de Desenvolvimento de Pessoas	04/05/2015	32	Classes A, B e C
CAP - Conhecendo e aprendendo a lidar com a pessoa com deficiência	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	11/05/2015 a 15/07/2015	8	Servidores Ativos
CAP - Elaboração de Projetos Acadêmicos (semi-presencial)	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	25/05/2015 a 19/06/2015	11	Servidores Ativos
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Inclusão Digital	Política de Desenvolvimento de Pessoas	15/06/2015 a 01/07/2015	28	Classes A, B e C
CAP - Ciência de Animais de Laboratório	Demanda Específica	08/06/2015 a 10/06/2015	9	Técnicos de Laboratórios que trabalham com animais
CAP - Gestão de Projetos na Administração Pública	Política de Desenvolvimento de Pessoas	01/06/2015 a 24/06/2015	14	Servidores Ativos
Curso SIPAC - Módulo Protocolo (Processos, Documentos e Memorando Eletrônicos - Consultas e Relatórios)	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	16/06/2015 a 18/06/2015	10	Servidores Ativos
EAD - Desenvolvimento Pessoal: Entendendo Alguns Tipos de Ansiedade	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	01/06/2015 a 30/06/2015	35	Servidores Ativos
EAD - Redação WEB: Uma realidade na comunicação da UFRN.	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	01/06/2015 a 30/06/2015	23	Servidores Ativos
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Educação Financeira	Política de Desenvolvimento de Pessoas	22/07/2015 a 03/08/2015	27	Classes A, B e C
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Recriando com Maturidade	Política de Desenvolvimento de Pessoas	06/07/2015 a 20/07/2015	27	Classes A, B e C
CAP - Autocad 2012 - Básico	Instrumento do LNC	01/07/2015 a 31/07/2015	9	Servidores Ativos
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Curso de Relacionamento Interpessoal	Política de Desenvolvimento de Pessoas	10/08/2015 a 12/08/2015	23	Classes A, B e C
Aperfeiçoamento no Serviço Público/Classes A, B e C - Gerenciando emoções e reduzindo o estresse no ambiente de trabalho	Política de Desenvolvimento de Pessoas	17/08/2015 a 19/08/2015	22	Classes A, B e C
CAP - Palestra: Prevenção de Incêndio	Cumprimento da Legislação	31/08/2015	10	Servidores Ativos
CAP - Palestra: Primeiros Socorros	Cumprimento da Legislação	24/08/2015	9	Servidores Ativos
CAP - 8º Seminário de Integração ao Serviço Público	Política de Desenvolvimento de Pessoas	01/09/2015 a 03/09/2015	45	Técnicos Administrativos ingressantes na intuição
CAP - Palestra: Determinantes da Saúde e Atenção	Política de Desenvolvimento de	09/09/2015	8	Servidores Ativos

Psicossocial	Pessoas			
CAP - Palestra: Ergonomia	Política de Desenvolvimento de Pessoas	02/09/2015	8	Servidores Ativos
CAP - Palestra: Segurança no Trabalho	Política de Desenvolvimento de Pessoas	11/09/2015	8	Servidores Ativos
CAP - TURMA 1: Media Training para Gestores da UFRN	Demanda Específica	14/09/2015	8	Gestores
CAP - TURMA 3: Media Training para Gestores da UFRN	Demanda Específica	28/09/2015	10	Gestores
CAP - Mês do Servidor (Palestra Campus Caicó) - Prevenção de Incêndio	Cumprimento da Legislação	13/10/2015	7	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra - Campus CERES Currais Novos) - Felicidade no trabalho: desafios e possibilidades	Política de Desenvolvimento de Pessoas	27/10/2015	6	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra Campus CERES Currais Novos) - Prevenção de Incêndio	Cumprimento da Legislação	27/10/2015	2	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra Campus FACISA) - Prevenção de Incêndio	Cumprimento da Legislação	15/10/2015	13	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra Campus Jundiá/EAJ) - Prevenção de Incêndio	Cumprimento da Legislação	06/10/2015	20	Servidores Ativos
CAP - Mês do servidor (Palestra - Campus Natal) - Felicidade no trabalho: desafios e possibilidades	Política de Desenvolvimento de Pessoas	15/10/2015	10	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra - Campus Natal) - On line nas redes sociais, off line no trabalho: como conectar os dois ambientes.	Política de Desenvolvimento de Pessoas	14/10/2015	7	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra) - Memórias, sonhos e empatia	Política de Desenvolvimento de Pessoas	19/10/2015	29	Servidores Ativos
CAP - Mês do servidor (Palestra) - Organização Financeira: Como enfrentar a crise	Política de Desenvolvimento de Pessoas	14/10/2015	10	Servidores Ativos
CAP - Mês do Servidor (Palestra) - Quem canta seus males espanta e encanta	Política de Desenvolvimento de Pessoas	09/10/2015	11	Servidores Ativos
CAP - Técnica de Conservação e Restauração aplicada aos documentos em papel	Demanda Específica	13/10/2015 a 09/11/2015	6	Servidores Ativos que trabalham com arquivo
CAP - Funcionalidades do Google como ferramenta de trabalho	Política de Desenvolvimento de Pessoas	17/11/2015 a 01/12/2015	14	Servidores Ativos
CAP - Gramática na Prática: Noções básicas e ortografia	Instrumento do LNC e Política de	16/11/2015 a 11/12/2015	19	Servidores Ativos

atualizada	Desenvolvimento de Pessoas			
CAP - Oficina/Media Training: Como se comportar em entrevistas	Demanda Específica	19/11/2015	1	Gestores
CAP - Prezi: Conhecendo a ferramenta on line de apresentações	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	10/11/2015 a 26/11/2015	16	Servidores Ativos
CAP - Procedimentos para Coordenações dos Cursos de Graduação	Demanda Específica e Política de Desenvolvimento de Pessoas	24/11/2015	12	Coordenadores de curso de graduação
EAD - Excelência no Atendimento ao Público	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	12/11/2015 a 12/11/2015	63	Servidores Ativos
EAD - Segurança do Trabalho: Caminhos da prevenção de acidentes, ergonomia e combate à incêndios	Política de Desenvolvimento de Pessoas	16/11/2015 a 16/12/2015	68	Servidores Ativos
CAP - Oficina - Relações e Violência no Trabalho	Política de Desenvolvimento de Pessoas	11/12/2015	18	Servidores Ativos
Cursos de Idiomas – Parceria com o Instituto Ágora (Inglês, Francês e Espanhol)	Instrumento do LNC e Política de Desenvolvimento de Pessoas	01/02/2015 a 31/12/2015	277	Servidores Ativos
CAP - Saúde e Segurança do Trabalho - SST (DACT/CCS)	Demanda Específica	22/06/2015 a 18/11/2015	10	Servidores Ativos do CCS
Curso de Atualização Pedagógica 2015.1 - Exatas	Política de Desenvolvimento de Pessoas	26/01/2015 a 30/01/2015	11	Docentes em estágio probatório
Curso de Atualização Pedagógica 2015.1 - Humanas	Política de Desenvolvimento de Pessoas	26/01/2015 a 30/01/2015	14	Docentes em estágio probatório
Curso de Atualização Pedagógica 2015.1 - Saúde	Política de Desenvolvimento de Pessoas	26/01/2015 a 30/01/2015	24	Docentes em estágio probatório
OFICINA PAP - Metodologias Ativas em cursos de Exatas e Tecnológicas	Política de Desenvolvimento de Pessoas	19/05/2015 a 19/05/2015	12	Servidores Ativos
OFICINA PAP - Saúde Mental e Dificuldades de Aprendizagem na Universidade: Realidade em Sala de Aula	Política de Desenvolvimento de Pessoas	25/05/2015	5	Servidores Ativos
PAP - Curso de Atualização Pedagógica 2015.2	Política de Desenvolvimento de Pessoas	20/07/2015 a 24/07/2015	49	Docentes em estágio probatório
CAP - Curso Brigada de Incêndio – CIENTEC	Demanda Específica - CIENTEC	28/09/2015 a 02/10/2015	14	Servidores Ativos que trabalharam na Cientec
CAP - Reciclagem em NR-10 - Curso de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade	Demanda Específica – Segurança elétrica	18/11/2015 a 02/12/2015	7	Servidores Ativos que trabalharam com eletricidade
12ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas – Etapa Natal	Política de Desenvolvimento de Pessoas	14/09/2015 a 18/09/2015	65	Servidores Ativos que trabalham nos setores de

				compras, fiscalização, orçamento e auditoria.
43° FONAITec	Política de Desenvolvimento de Pessoas	23/09/2015 a 27/09/2015	6	Servidores da Auditoria Interna
Encontro Norte-Rio-Grandense de Contabilidade	Política de Desenvolvimento de Pessoas	22/10/2015 a 24/10/2015	21	Contadores, Auditores e Docentes da área de Contabilidade.
III SEMREG-CQ - CONTABILIDADE, CUSTOS E QUALIDADE DO GASTO NO SETOR PÚBLICO.	Política de Desenvolvimento de Pessoas	07/12/2015 a 09/12/2015	36	Servidores Ativos que trabalham nos setores de compras, fiscalização, orçamento e auditoria.
TOTAL			1786	

Fonte: Relatório de Capacitação CCEP /Dez 2015

Análise crítica dos resultados

Em 2015 foram desenvolvidas ações de capacitação com o intuito de aperfeiçoar a força de trabalho da UFRN. Estrategicamente destacam-se as seguintes linhas de atuação difundidas em 2015: Iniciação ao serviço público; constituição de um Programa de Formação Inicial e Continuada de Gestores e atividades de capacitação em parceria com outras instituições nas áreas de planejamento, orçamento, administração financeira, compras e auditoria.

Iniciação ao serviço público

As ações de iniciação ao serviço público visam fornecer informações sobre as especificidades do serviço público, a missão da Universidade, a conduta do servidor público e a sua integração no ambiente institucional, além de propiciar o início do desenvolvimento na carreira do servidor na UFRN. Em 2015 foram realizadas duas modalidades de ações a fim de facilitar essa iniciação: O Seminário de Integração ao Serviço Público para técnicos-administrativos e o Programa de Atualização Pedagógica para docentes.

No Seminário de Integração ao Serviço Público são apresentadas aos servidores técnicos-administrativos palestras sobre as seguintes temáticas: Estrutura Organizacional, Plano de desenvolvimento Institucional, Plano de Gestão; Estágio probatório; Avaliação de Desempenho; Programa de capacitação e Qualificação; Ética no Serviço Público; Saúde e Segurança no trabalho; Qualidade de Vida no trabalho; PCCTAE; Sistemas Integrados da UFRN; O papel da Ouvidoria, dentre outros.

O Programa de Atualização Pedagógica (PAP) destina-se a formação continuada com vistas ao desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino na UFRN. Para isso, o PAP consiste na oferta de (mini) cursos, seminários, palestras e oficinas para professores e também para servidores de ensino superior que desenvolvem assessoria pedagógica nos cursos de graduação. Apresenta aos docentes informações relevantes para o desenvolvimento das suas atividades administrativas e pedagógicas, permite o envolvimento de todos em questões como ética, alunos com necessidades educacionais especiais, plano de carreira docente entre outros. O curso ainda aborda questões pedagógicas como metodologia ativa, avaliação e a utilização interativa da turma virtual do SIGAA.

Programa de Formação Inicial e Continuada de Gestores

Com o intuito de aprimorar a preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão foi realizado em 2015 um levantamento de necessidades de capacitação específico com gestores a fim de coletar temáticas necessárias a serem desenvolvidas na formação do gestor.

Os objetivos específicos consistiram em: entender as necessidades dos gestores e coletar dados para a construção de um curso básico na modalidade à distância; coletar informações para orientar a construção e planejamento de outras atividades de capacitação direcionadas aos gestores; e promover uma ação que aproximasse os gestores com a PROGESP, fortalecendo a parceria.

Diante das várias possibilidades existentes para realizar tal levantamento, a estratégia utilizada para esse diagnóstico com os gestores foi o grupo focal. A proposta deste trabalho, então, era justamente ter uma aproximação com os gestores, ouvir as demandas deles, saber do que eles estavam precisando, para que assim o curso e demais ações de capacitação fossem construídos de acordo com as reais necessidades que eles encontravam na prática profissional como gestor da UFRN.

Ao todo, foram organizados 8 grupos focais, sendo cada um deles formado por uma classe de gestores da UFRN, quais foram: coordenadores do administrativo, coordenadores de curso de graduação, coordenadores de pós-graduação, chefes de departamento, diretores de centro, diretores do administrativo, pró-reitores/staffs e secretários. Cada grupo teve duração média de 2h30min, e foram convocados 10 representantes por grupo. Somando os participantes de todos os grupos, foram ouvidos em torno de 60 gestores. Os dados dos grupos focais coletados já foram analisados e sistematizados. Em 2016 está previsto o início das atividades de capacitação do programa.

Capacitação em parceria com outras instituições nas áreas de planejamento, orçamento, administração financeira, compras e auditoria.

Com fulcro em aperfeiçoar nossa força de trabalho em áreas estratégicas fundamentais para a eficácia e eficiência da administração da UFRN, especialmente para o fortalecimento do controle das contas públicas, estabelecemos em 2015 algumas parcerias para oferta de atividades de capacitação nas áreas de compras, fiscalização, orçamento e auditoria.

12º Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas – Etapa Natal

Em parceria com o Ministério da Fazenda e por meio da Escola de Administração Fazendária (ESAF) realizamos o evento em tela que teve como objetivo atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes aos temas expostos.

O evento teve o apoio da: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP; Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP; Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF; Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO/MF; Controladoria Geral da União – CGU/PR e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Participaram 300 Servidores e/ou Gestores Públicos Federais usuários dos principais sistemas corporativos do Governo Federal (SIGPlan, SIOP, SIAFI e SIASG) que atuam em rotinas de planejamento, administração orçamentária e financeira, bem como em processos de compras de mercadorias e contratação de serviços, controle interno, controle externo e auditoria de diversos órgãos federais do Brasil.

No evento foram realizadas as seguintes oficinas:

- Planejamento, Desenvolvimento e Políticas Públicas
- Plano Plurianual 2012-2015 – Formulação, Monitoramento e Avaliação
- Planejamento Estratégico Institucional – Parte I, II, III e IV
- Introdução ao Orçamento
- Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA – Parte I e II
- Classificação da Despesa - Parte I e II
- Alterações Orçamentárias – Parte I e II
- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP – Parte I e II
- Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
- Compras Governamentais com Aplicação dos Benefícios para as MPE – Aspectos Práticos e Operacionais
- Elaboração de Editais

- Licitações – Noções de Licitações – Parte I e II
- Licitações e Contratos – Temas Avançados
- Contrato Administrativo (recebimento do objeto, fiscalização e sanção)
- Contratações de Soluções em TI – Parte I e II
- Pregão Eletrônico (legislação)
- Termo de Referência e Projeto Básico
- Elaboração e Análise da Planilha de Custo e Formação de Preços – Parte I e II
- Terceirização na Administração Pública – Parte I e II
- SISRP Sistema de Registro de Preço (legislação)
- Pregão Eletrônico (sistema) – Parte I e II
- SICAF (sistema)
- SICONV – Plano de Trabalho e Formalização – Parte I e II
- SICONV – (execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas) – Parte I, II e III
- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP – Parte I e II
- Tesouro Gerencial – Parte I e II
- Folha de Pagamento – Parte I e II
- Consultas às Demonstrações Contábeis
- Análise e Regularizações Contábeis no SIAFI
- Guia de Recolhimento da União GRU – (SISGRU – Sistema de Gestão do Recolhimento da União)
- Descentralização de Crédito Orçamentário e Empenho no SIAFI
- Descentralização de Recursos Financeiros - PF
- CPR – Contas a Pagar e a Receber – Parte I e II
- Modalidades de Pagamento no SIAFI – Ordens Bancárias
- Guia de Recolhimento da União - GRU – (Restituição, Retificação e Anulação de despesas e outras Regularizações no SIAFI)
- Regularizações no SIAFI
- Execução da Receita Orçamentária no SIAFI e Guia de Recolhimento da União - GRU
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
- Suprimento de Fundos – Legislação
- Suprimento de Fundos – Prática no SIAFI
- Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – Parte I e II
- Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF
- Controle na Administração Pública
- Auditorias Internas
- Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
- Controle Externo
- Prestação de Contas Anual (ordinária)
- Tomadas de Contas Especiais (TCE)
- Principais Fraudes na Administração Pública
- Detectando Fraudes no Serviço Público

43º FONAITec (Capacitação Técnica dos Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação)

O título do evento foi - “Multidisciplinariedade: Futuro e desafio das Auditorias Internas” – retratando a importância da integração entre os diversos saberes e realidades encontradas nas unidades de auditoria interna. Foi uma oportunidade de atualização, compartilhamento de ideias e aprimoramento dos conhecimentos técnicos de seus associados. Para esta edição, o espaço de apresentação de boas práticas teve como destaque temas relacionados às áreas-fins das IFES, focando em experiências profissionais cada vez melhores e de qualidade.

XII ENCC - Encontro Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis

Promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRC/RN), UFRN e Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis (ACADERNCIC), o XII ENCC aliou debates a momentos de aprendizado relevantes tanto para profissionais, estudantes e educadores da área contábil e de áreas afins. O objetivo central deste evento foi promover o desenvolvimento profissional da classe contábil e incentivar a produção científica acerca de temas que promovam avanços na ciência e na profissão contábil. Neste contexto, ocorreram debates acerca das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor Privado, Público, Terceiro Setor, Auditoria, Perícia e Responsabilidade Socioambiental.

Além das palestras com grandes nomes da Contabilidade em nosso país, o evento reservou espaço para os fóruns de empresários da contabilidade, empresários mercantil, industrial e serviço, mulher profissional da contabilidade, professores dos Cursos de Ciências Contábeis, alunos de cursos de ciências contábeis, peritos e auditores, momento em que serão realizadas reflexões sobre o Exame de Suficiência, qualidade do Ensino, Pesquisa e Extensão. Os participantes também tiveram acesso a palestras, aprimoramento com a Receita Federal, Secretaria Estadual de Tributação, Secretaria Municipal de Tributação de Natal e práticas contábeis.

III SEMREG-CQ - Contabilidade, custos e qualidade do gasto no setor público

O Conselho Federal de Contabilidade, a Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunais de Contas e outras entidades ligadas ao tema têm desenvolvido ações para a divulgação dos novos procedimentos patrimoniais a serem adotados na contabilidade aplicada ao setor público. A Portaria STN nº 548 de 24, de setembro de 2015, aprovou o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP e estabeleceu os prazos limites obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios. Os assuntos necessitam ser debatidos no atual contexto das mudanças (possíveis dificuldades e respectivas estratégias de superação). Nesse sentido, em parceria com Instituto Social IRIS e Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRC-RN) viabilizamos o “III SEMREG-CQ - Contabilidade, custos e qualidade do gasto no setor público”.

As discussões giraram em torno de alguns eixos, como: Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Procedimentos Patrimoniais; Custos no Setor Público para Avaliar Resultado e Desempenho. Experiências de Implantação (casos Práticos); Qualidade do Gasto no Setor Público. Os assuntos foram debatidos no atual contexto das mudanças (possíveis dificuldades e respectivas estratégias de superação), pois é importante discutir esta temática, visto que os entes que não estiverem cumprindo os cronogramas ficarão impedidos, por exemplo, de receberem transferências voluntárias e de contratarem operações de crédito.

No evento foram realizadas as seguintes atividades:

Painéis

- Apresentação Projeto Governança Inovadora
- Controle Social, Transparência, Prevenção e Combate à Corrupção
- O Portal da Transparência no âmbito das Administrações Públicas do RN
- Contabilidade Gerencial no Setor Público e Informação de Custos: Concepção, desenvolvimento e implantação
- Apresentação de estudos de caso: Implantação e uso de informação de custos no Setor Público no Estado do RN
- Educação Fiscal e o Controle Social do Gasto Público
- A Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Dimensão patrimonial e ambiente da convergência
- Rede de Contabilidade, Custo e Qualidade do Gasto no Setor Público (Rede CQ) no Estado do Rio Grande do Norte RN
- Controladoria Geral do Município do Natal: o estágio atual e os desafios para o futuro
- Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público
- Palestra:
- Contribuição da Contabilidade de competência na eficiência e qualidade do Gasto Público

Oficinas

- Contabilidade Regulatória no Setor de Saneamento Básico
- Ferramentas de Controle Social – Portal da Transparência e LAI
- Auditoria e Governança

Outras

- Fórum de Políticas Públicas Inclusivas
- Evento de comemoração do Dia Internacional Contra a Corrupção (Controladoria-Geral da União - CGU)

Educação Formal

A UFRN possui um programa de qualificação que visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal. Para subsidiar essa política existe a Resolução 197/2013 do CONSEP de 10 de dezembro de 2013, que reserva 10% das vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação da UFRN para servidores da instituição. Além disso, houve investimento em Mestrados Profissionais, proporcionando uma formação mais específica para os servidores técnico-administrativos, alavancando a participação na educação formal.

Na tabela abaixo apresenta-se o quantitativo de servidores que estão cursando algum nível da Educação Formal:

Tabela 13 – Educação Formal.

Nível	Quantitativo
Graduação - Tecnólogo em Gestão Pública (EaD)	352
Mestrado	273
Doutorado	276
TOTAL	901

Fonte: Relatório de Capacitação CCEP/ Dez 2015

Análise Crítica

Dentre as ações realizadas e demonstradas no quadro acima destacamos o curso de Graduação em curso superior de Tecnólogo em Gestão Pública (EaD) voltado especificamente para os servidores Técnicos Administrativos em Educação, com estrutura física e logística, proposta pedagógica, corpo docente, material didático e polos presenciais disponíveis para possibilitar uma formação de qualidade para os servidores. O curso que iniciou no primeiro semestre de 2013 e teve o término das aulas em dezembro de 2015, propiciou uma formação objetiva aos alunos, buscando atender de forma direta as demandas institucionais formativas dos servidores da UFRN referentes às habilidades humanas (liderança e comunicação), profissionais (capacitação técnica e visão estratégica) e públicas (responsabilidade social, compromisso e cidadania), como também o desenvolvimento dos processos de gestão pública e suas aplicações na otimização dos bens e serviços.

Ademais, ressaltamos o significativo número de servidores que estão em processo de qualificação em cursos nos níveis de mestrado (acadêmicos e profissionais) e doutorado. Tais qualificações representam não somente o desenvolvimento pessoal dos servidores nas suas respectivas carreiras, mas, especialmente, possibilitam a construção de conhecimentos científicos, produtos e projetos provenientes de pesquisas e estudos acadêmicos e profissionais, que acarretam, desta forma, no desenvolvimento profissional dos servidores e no aperfeiçoamento dos processos de trabalho difundidos na instituição.

- Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.

Considerando a relevância do assunto e a grande demanda de processos internos e externos de diversos tipos de classificação de acumulação de cargos e/ou exercício de atividades incompatíveis e/ou vedadas com o exercício de cargos públicos, originários de *ofício*, de *denúncia* e de *auditorias* de órgãos de controle e fiscalização, em 2015 a UFRN priorizou as seguintes ações:

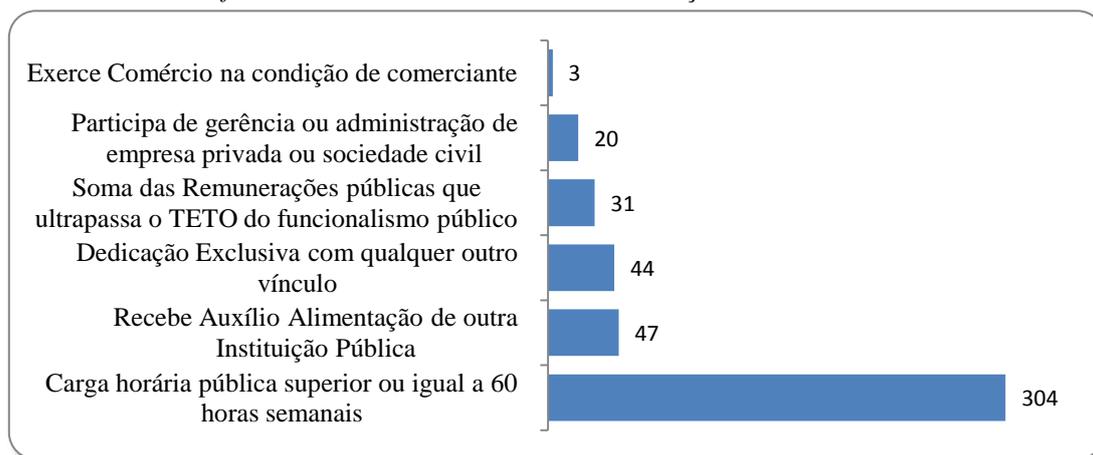
Foi criada a *Coordenadoria de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas* dentro da Estrutura Administrativa da PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, parte integrante do Regimento Interno da Reitoria da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande, aprovado por meio da Resolução Nº 020/2015-CONSUNI, publicada no Boletim de Serviço-UFRN Nº 212, de 13/11/2015.

Em 2015 foram analisados 612 processos de todos os tipos de classificação de acumulação de cargos e/ou exercício de atividades em supostas incompatibilidade e/ou

vedação com o exercício do cargo público, resultado de atividades internas de rotinas, em razão de provimentos e contratos e de demandas de controle externo, em razão de auditorias.

Além disso, a Universidade notificou todos os servidores para renovar o preenchimento de formulário eletrônico de Declaração de Cargos (SIGRH). De um total de 5.474 servidores, 3.807 preencheram o formulário em 2015. Desses, 449 apresentaram algum tipo de indício, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 14. – Consulta de Indícios de Acumulação no SIGRH.



Fonte: Sigrh/Dez 2015

Em relação a análise de acumulação de cargos na etapa de provimento, a UFRN adota os seguintes fluxos:

ACUMULAÇÃO DE CARGOS – Processo de Nomeação:

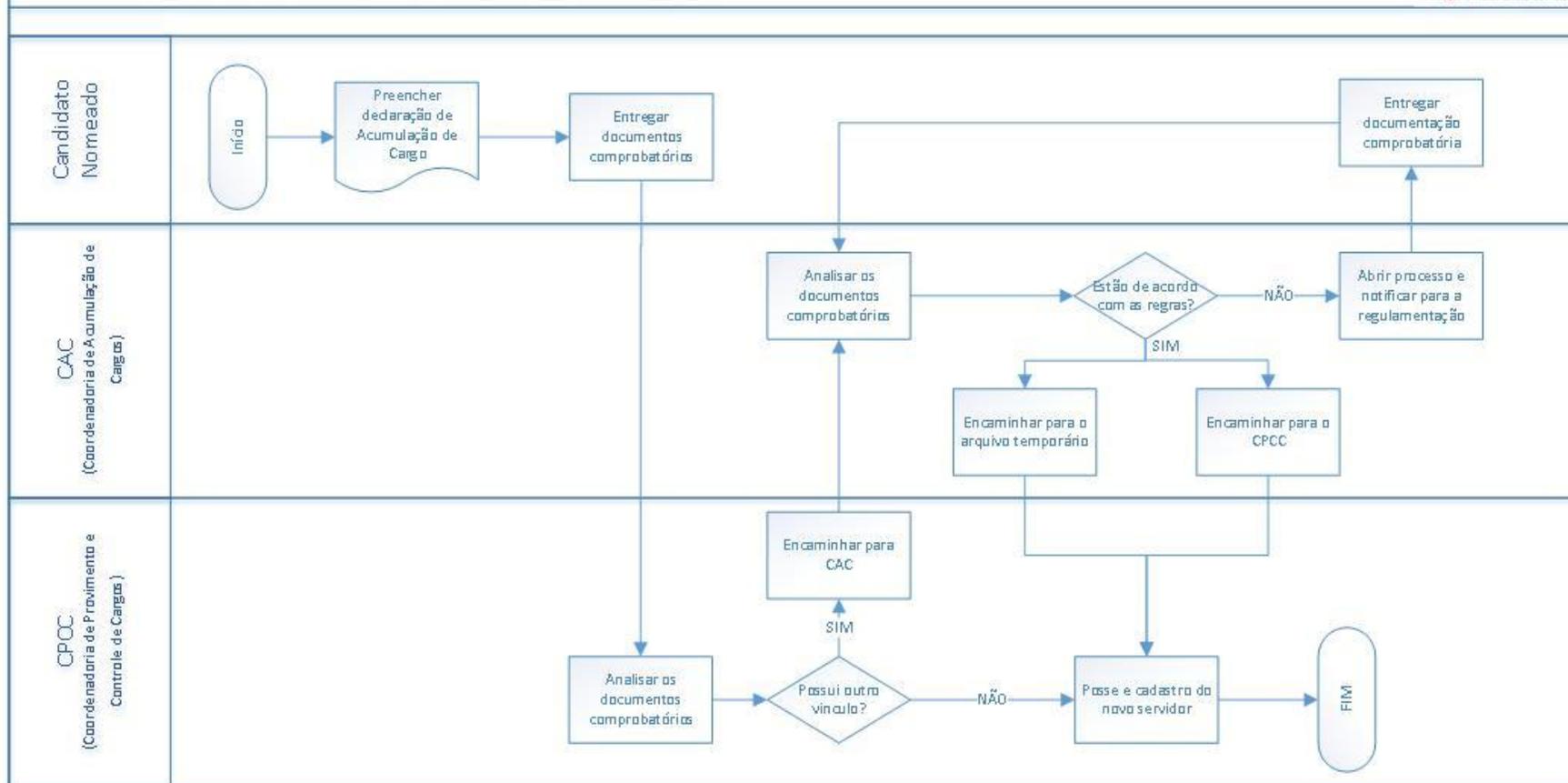


Imagem 01. Fluxo de Controle de Acumulação – Ingresso. Fonte: mapeamento da Progesp

ACUMULAÇÃO DE CARGOS – Processo de Nomeação de Professor de Dedicção Exclusiva:

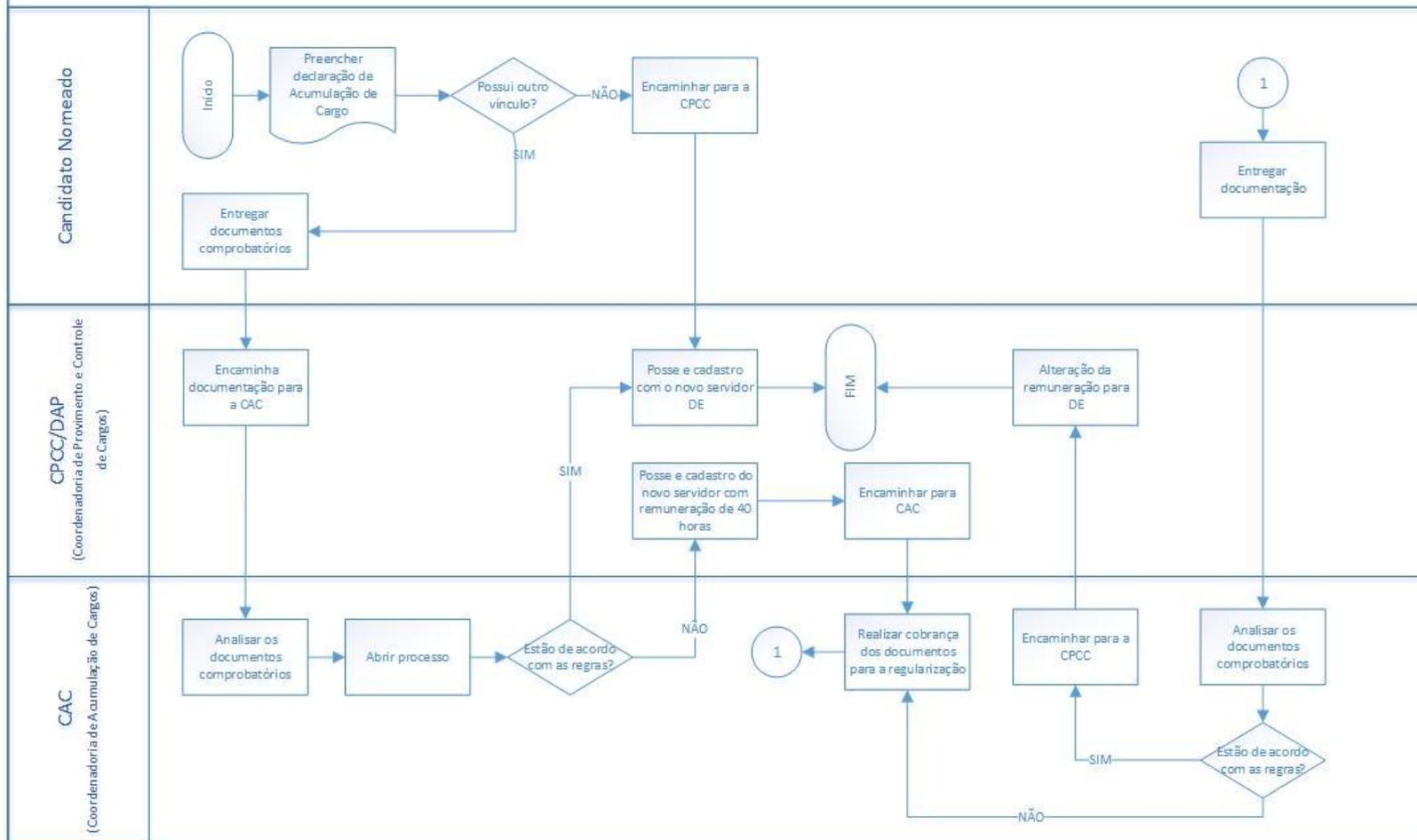


Imagem 02. Fluxo de Controle de Acumulação – Ingresso DE. Fonte: mapeamento da Progesp

No ano de 2015 o fluxo foi atualizado conforme melhorias no processo de controle, destacando-se a etapa da posse em regime de “DE” – Dedicção Exclusiva, que a partir de então a parcela do referido regime somente é paga após o servidor comprovar a finalização do vínculo em outra atividade.

Acórdãos:

Relatório/Acórdão: 2315/2012 - Acórdão TCU (Tribunal de Contas da União)

Informa-se que todos os casos identificados no Relatório de Auditoria, transformado no Acórdão Nº 2315/2012-TCU (Plenário), de indícios de irregularidades de acumulação de cargos públicos por servidores vinculados a esta Universidade – UFRN e destinados para apuração, foram adotadas as providências necessárias atendendo as determinações do TCU.

Com base nos indícios levantados, todos os servidores com jornada de trabalho superior a 60 (sessenta) horas semanais foram submetidos ao procedimento administrativo para regularizar sua situação.

Os servidores que não sanaram suas situações de possíveis irregularidades foram submetidos ao processo administrativo disciplinar (PAD). Informa-se também que o servidor identificado nesse acórdão com indício de exercício de três vínculos públicos e possível infringência ao impedimento de advogar contra a Fazenda teve sua situação regularizada e seu processo foi enviado para o arquivo temporário.

Com base nessa análise, foram abertos 47 (quarenta e sete) PAD’S. Destes 47 (quarenta e sete) PAD’S, 41 (quarenta e um) já foram concluídos, sendo regularizada a situação dos servidores, conforme tabela abaixo.

Tabela 14. Acumulação de Cargos

Espécies de Regularizações	Quantidade
Situação Regularizada em Razão de Ato de Aposentadoria	2
Situação Regularizada por Exoneração de Cargo	15
Situação Regularizada Licenciamento de Vínculo Militar	1
Situação Regularizada Por Cassação de Aposentadoria	1
Situação Regularizada Por Compatibilidade de Acumulação Por Natureza	1
Situação Regularizada Por Compatibilidade de Horários	8
Situação Regularizada por Força de Ato Administrativo Interno	2
Situação Regularizada Por força de Entendimento de Parecer Jurídico - Procuradoria Federal/UFRN	1
Situação regularizada por força de procedimento administrativo disciplinar (Rescisão de Contrato)	1
Situação regularizada por força de procedimento administrativo disciplinar (Arquivamento de Processo)	1
Situação Regularizada Por Redução de Carga Horária	4
Situação Regularizada Por Rescisão de Contrato Privado	1
Situação Regularizada por Ressarcimento ao Erário	3
Total Geral	41

Fonte: Planilha de Controle de Acumulação de Cargos PROGESP / Jan 2016

Informa-se que dentre os processos concluídos 3 (três) geraram ressarcimento ao erário e para outros 3 (três) processos, houve aplicação de penalidades disciplinares (advertência e cassação de aposentadoria).

De outros 6 (seis) processos que ainda não foram concluídos, 3 (três) estão amparados por decisão judicial, 2 (dois) em processo de apuração do PAD e 1 (um) está cumprindo penalidade disciplinar de suspensão.

Observa-se a existência, ainda, de poucas pendências que são circunstâncias inerentes da complexidade e natureza dos processos, que envolvem elementos e ações que independem da vontade da administração, como direito de defesa dos interessados, decisões judiciais, trâmites em procedimento administrativo disciplinar, entre outras.

Relatório/Acórdão: 5667/2015 - Acórdão TCU (Tribunal de Contas da União)

Quanto ao servidor matrícula SIAPE nº 1009536, foi o mesmo submetido a apuração de eventual descumprimento do art 117, XVIII, da Lei 8.112/90, por meio de reabertura do processo 23077.018948/2014-37, tendo-se, pelos documentos acostados aos autos pelo servidor em apuração, comprovado a regularização da situação de exercício das atividades desempenhadas pelo mesmo.

Relatório/Acórdão: 6021/2015 - Acórdão TCU (Tribunal de Contas da União)

Quanto ao servidor matrícula SIAPE nº 3492744, foi o mesmo submetido a apuração de eventual descumprimento do art 117, XVIII, da Lei 8.112/90, por meio do processo 23077.049717/2015-56, tendo-se, pelos documentos acostados aos autos pelo servidor em apuração, comprovado a regularização da situação de exercício das atividades desempenhadas pelo mesmo.

Além dos Acórdãos que tratam de acumulação de cargos, no exercício de 2015, foi efetuado o acompanhamento das decisões proferidas nos seguintes Acórdãos:

Relatório/Acórdão: 7862/ 2013 - Acórdão TCU (Tribunal de Contas da União)

O processo 200884000066115 transitou em julgado, com decisão favorável à interessada, assegurando-lhe o pagamento da vantagem do art. 192, II, da Lei nº. 8112/1990, conforme documentos anexos.

Porém, o processo nº. 0005354-35.2009.4.05.8400 continua em tramitação, de modo que as medidas para emissão de novo ato de aposentadoria só poderão ser adotadas após a finalização do processo judicial.

Quanto a servidora matrícula SIAPE nº 346202 o processo 0005354-35.2009.4.05.8400 ainda encontra-se em tramitação em virtude da decisão judicial, as medidas para ressarcimento ao erário só poderão ser adotadas após a finalização do processo.

Para a servidora matrícula SIAPE nº 344399 o processo 200984000048210 transitou em julgado, com decisão favorável à interessada, assegurando-lhe o pagamento de forma parametrizada da rubrica referente às horas extras incorporadas judicialmente, conforme documento anexo., de modo que é incabível o ressarcimento ao erário, bem como a exclusão da rubrica.

Reitera-se que o TCU foi comunicado das medidas adotadas pela UFRN por meio dos Ofícios nºs. 013/2014-PROGESSP, de 18/02/2014, 021/2014-PROGESP, de 17/03/2014 e 046/2014-PROGESP, 10/06/2014 anteriormente anexados.

Porém, considerando que as diligências não foram totalmente concluídas em virtude da necessidade de aguardar decisões judiciais, informa-se que será encaminhado novo ofício ao TCU quando finalizados os procedimentos.

Súmula/TCU 106:

Quanto ao servidor matrícula SIAPE nº 34901, foi efetuado a exclusão da rubrica referente às horas extras incorporadas, conforme decisão do TCU, eis que o

servidor fora notificado em 17/04/2015 e não apresentou recurso tempestivamente, consoante processo nº. 23077.010736/2015-92, tendo inclusive comunicado ao TCU por meio do Ofício 108/2015-PROGESP, de 11/06/2015. Porém, posteriormente, o servidor passou a ser beneficiário de decisão judicial proferida no processo 0805553-14.2015.4.05.8400 que lhe assegurou a percepção da rubrica referente às horas extras incorporadas, conforme documentos anexos, de modo que esta UFRN restabeleceu o pagamento da referida rubrica, de modo que a emissão de novo ato deverá aguardar o trânsito em julgado da decisão.

Quanto ao servidor matrícula SIAPE nº 349383, foi efetuado a exclusão da rubrica referente às horas extras incorporadas, conforme decisão do TCU, eis que a servidora fora notificada em 14/03/2015 e não apresentou recurso tempestivamente, consoante processo nº. 23077.010665/2015-28, tendo inclusive comunicado ao TCU por meio do Ofício 096/2015-PROGESP, de 12/05/2015.

ii. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vendimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Despesas Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	298.590.551,98	8.026.015,84	71.873.353,91	225.336.225,52	27.432.956,06	24.577.794,75	270.263,69	679.250,60	10.816.985,90	667.603.398,25
	2014	276.962.484,01	7.367.857,70	194.425.036,04	83.089.592,77	27.084.848,40	24.145.951,06	237.969,46	1.354.995,94	8.700.153,91	623.368.889,30
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	14.589,49	12.116,35	56.163,72	0,00	4.667,36	6.092,52	4.996,24	0,00	98.625,68
	2014	0,00	10.488,72	6.048,48	153.786,93	0,00	7.252,58	4.208,05	958,84	0,00	182.743,59
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	11.357.498,48	441.255,19	71.301,72	12.217,26	46.914,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	11.953.186,65
	2014	9.980.743,10	445.817,73	49.809,19	12.910,48	369.580,26	0,00	0,00	0,00	24.000,00	10.882.860,76
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	8.440.902,12	0,00	1.791.804,46	5.046.525,81	120.457,94	704.509,37	0,00	11.693,31	383.758,28	16.499.651,29
	2014	6.228.363,53	0,00	2.615.721,08	2.846.278,30	201.937,32	586.908,13	0,00	6.910,69	225.130,49	12.711.249,53
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	18.627.375,47	0,00	1.988.832,70	516.074,08	1.821.146,51	0,00	0,00	0,00	0,00	22.953.428,76
	2014	18.884.356,17	0,00	3.682.361,99	532.393,41	1.912.846,85	0,00	0,00	0,00	0,00	25.011.958,42
Aposentados e Pensionistas											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.377.498,20	0,00	209.216,68	0,00	447.586.714,88
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siap/Dez 2015

Em relação ao quadro de despesas de pessoal, todas as informações do ano de 2015 foram estratificadas conforme a classificação do grupo de servidores solicitada.

Na coluna Retribuições, foram consideradas as rubricas relacionadas à gratificação de CD e FG e na coluna Gratificações, as referentes à gratificação natalina, gratificação por encargo de curso ou concurso.

Na coluna Adicionais, foram consideradas aquelas relacionadas ao adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; APH (Adicional de Plantão Hospitalar); Sobre Aviso; Adicionais de Qualificação; outros relativos ao local ou à natureza do trabalho.

Na coluna Indenizações, foram consideradas as rubricas relacionadas a auxílio-transporte, auxílio-alimentação e assistência pré-escolar.

Na coluna Benefícios Assistenciais e Previdenciários, foram consideradas as rubricas relacionadas à assistência médica, auxílio natalidade e abono permanência.

Neste ano foi acrescentado um subgrupo para demonstração das despesas de aposentados e pensionistas. Sendo consideradas todas as rubricas (proventos, adicionais e gratificações) no campo Benefícios Assistenciais e Previdenciários.

Para a categoria dos servidores técnico-administrativos foi concedido o aumento do *step* no mês de janeiro de 2015, e em março do mesmo ano a tabela salarial foi reajustada para as categorias de técnico-administrativos e docentes conforme a lei 12.772/2012.

iii. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 2015, a UFRN baseada no trabalho de mestrado de um servidor técnico-administrativo da auditoria interna da Instituição, avançou na discussão e validação de um modelo de gestão de riscos que, no primeiro momento, se restringiu ao escopo de alguns Processos Operacionais da Gestão de Pessoas.

Para que a Universidade pudesse gerenciar seus riscos, não bastava apenas estabelecer um processo de gestão de riscos e executá-lo. Era necessário que ela apresentasse um ambiente favorável, capaz de dispor das condições mínimas necessárias para torná-lo eficaz. Cinco aspectos imprescindíveis foram considerados para tornar o processo de gestão de riscos mais eficaz: ambiente interno, arcabouço para definição dos objetivos passíveis de gerenciamento, política de gestão de riscos, comitê de gestão de riscos e sistema de informação.

Ficou acordado que seria importante uma explanação inicial a todos os gestores, visando familiarizá-los sobre o tema abordado. Em fevereiro de 2015 realizou-se a sensibilização com todos os gestores da Instituição, incluindo os dirigentes das unidades operacionais (coordenadorias), das unidades táticas (diretorias) e unidade estratégica (Pró-Reitoria).

Como a Universidade já estava implantando a Gestão por Processos, que visava mapear e otimizar os processos da unidade, ficou decidido que logo após o mapeamento, aproveitando a atmosfera questionadora dos participantes, seria iniciado o processo de gerenciamento de riscos.

As reuniões contaram com a participação de todos os servidores envolvidos nos processos. Inicialmente, as discussões foram voltadas para a definição do fluxograma do processo (mapeamento). Posteriormente, iniciava-se o levantamento dos componentes da gestão de riscos. Considerando que a técnica utilizada para identificação dos eventos foi “Realização de Oficinas com Facilitadores”, os procedimentos foram adotados obedecendo a seguinte ordem:

- i. Enquanto se realizava o mapeamento do processo, o facilitador, por ter experiência na área de controle, listava eventuais riscos que poderiam influenciar no alcance do objetivo do processo;
- ii. O facilitador apresentava aos gestores os riscos identificados, encorajando-os a identificarem novos riscos;

iii. Após a identificação dos eventos, iniciava-se o levantamento dos demais componentes da gestão de riscos: classificação, definição da resposta ao risco, estabelecimento de planos de ação e/ou de contingência e gestão do risco.

Esses eventos tiveram origem tanto dentro da própria organização quanto fora dela. Os eventos de origem interna estão geralmente relacionados a questões de pessoal, infraestrutura, de processo, tecnológicas, de conformidade ou comunicação. Já os eventos de origem externa estão associados a questões políticas, sociais, ambientais, econômicas, ou de imagem.

A classificação do risco foi definida a partir do produto entre a probabilidade do evento ocorrer e o seu provável impacto. Para isso, foram utilizadas escalas de 01 a 05 para cada uma dessas variáveis. O grau de risco, por sua vez, recebia a seguinte classificação: baixo, moderado, alto ou muito alto.

Probabilidade do Risco	(5) Muito Alto	5	10	15	20	25
	(4) Alto	4	8	12	16	20
	(3) Moderado	3	6	9	12	15
	(2) Baixo	2	4	6	8	10
	(1) Muito Baixo	1	2	3	4	5
		(1) Insignificante	(2) Pequeno	(3) Médio	(4) Grande	(5) Crítico
		Impacto do Risco				

Imagem 03: Classificação de Riscos. Fonte: Auditoria baseada em riscos: três pontos de vista sobre implementação (traduzido), 2006

A etapa seguinte definiu a resposta ao risco. Conforme demonstrado na sensibilização, os gestores puderam apresentar as seguintes respostas ao risco: aceitar, mitigar, transferir ou evitar.

Em seguida, estabeleceram-se os planos de ação e/ou de contingência. O objetivo dos planos de ação e/ou de contingência é justamente reduzir o risco a um patamar aceitável, ou seja, coerente com incidência a risco da organização.

A última etapa do processo consistiu na gestão do risco, ou seja, na sua reclassificação. Foi realizada a gestão dos riscos apenas dos eventos cujos planos de ação já haviam sido implementados e estavam em pleno funcionamento.

Em 2015, foram discutidos 10 processos, sendo realizadas 20 reuniões com os envolvidos no processo, totalizando 75 planos de ação e 08 planos de contingência, conforme detalhado no quadro a seguir:

Tabela 15 – Mapeamento de Riscos PROGESP.

Mapeamento de Riscos 2015 - PROGESP			Grau de Risco – Inerente				Gerenciamento do Risco			Grau de Risco - Residual		
Processo	Evento	Origem do Evento	Prob.	Impacto	Grau de Risco	Resposta ao Risco	Plano de Ação	Plano de Contingência	Responsável	Prob.	Impacto	Grau de Risco
Cessão	Inobservância da publicação de cessão, por meio de portaria do MEC, nos casos em que o servidor for cedido para órgão do estado ou do município;	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar	Leitura deverá ser realizada por dois servidores da Secretaria/DAP		Secretaria /DAP			
Cessão	Inobservância do retorno de servidores cedidos quando o prazo da cessão for expirado;	I - Processo	Alto	Grande	Muito Alto	Mitigar	Utilizar ferramenta de controle de cessão do SIGRH		CPC			
Cessão	Inadimplência de reembolso dos valores devidos pelos órgãos cessionários quando os servidores tiverem sido cedidos com ônus;	I - Conformidade	Alto	Grande	Muito Alto	Mitigar	Envio de Ofício mensalmente ao órgão cessionário informando o valor a ser reembolsado	Sugerir ao gabinete o cancelamento da cessão	Diretoria da DAP			
Cessão	Permitir a cessão de servidores em estágio probatório para ocupação de cargos com gratificações inferiores a DAS 4, 5 ou 6;	I - Conformidade	Muito Baixo	Pequeno	Baixo	Mitigar		Sugerir a nulidade do ato de cessão	Diretoria da DAP			

Cessão	Os órgãos cessionários não enviarem as folhas de frequência ou demais informações exigidas;	I - Processo	Muito Alto	Médio	Muito Alto	Mitigar	1 - Criar plano de controle dos servidores afastados, utilizando o SIGRH 2 - Envio de Ofício mensalmente ao órgão cessionário cobrando a frequência do servidor cedido		Setor de Cadastro			
Cessão	Deixar de registrar no Siape as faltas dos servidores cedidos controladas por meio das frequências enviadas pelos órgãos cessionários;	I - Processo	Muito Baixo	Médio	Baixo	Mitigar	Aplicar revisão da tarefa		Setor de Cadastro			
Cessão	Registrar a opção de remuneração em desacordo com a escolha do servidor.	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar	Aplicar revisão da tarefa		CPCC			
Cessão	Servidores se afastarem antes da publicação da cessão no DOU;	I - Conformidade	Muito Alto	Grande	Muito Alto	Mitigar						
Vacância por Falecimento	Deixar de abrir processo de vacância	I - Processo	Alto	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Inserir Lembrete nas pastas de Auxílio Funeral e Pensão Inserir alerta no SIGRH no processo de pensão e auxílio funeral Verificar relatório do SISOB mensalmente					
Vacância por Falecimento	Implantar vacância sem publicação da portaria	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Excluir do sistema apenas com o processo de vacância					

Vacância por Falecimento	Deixar de informar no processo de vacância um segundo vínculo ativo caso exista	I - Processo	Moderado	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Conferir a existência de outro vínculo ativo						
Vacância por Falecimento	Deixar de registrar no SISAC a vacância do servidor	I - Conformidade	Muito Baixo	Médio	Baixo	Mitigar	Realizar controle de prazos no SIPAC						
Concessão de RT	Implantar RT com insuficiência de documentos	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Sugerir ao gabinete instauração de processo para apurar responsabilidade do servidor (acumulação de cargo) e da chefia da unidade	Diretoria da DAP					
Concessão de RT	Deixar de submeter o Termo de Compromisso quando não for entregue o certificado	I - Conformidade	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar		CAS	PROGES P				
Concessão de RT	Implantar RT com titulação em desconformidade com o processo	I - Processo	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar		CADASTRO	CPCC				
Concessão de RT	Implantar RT sem sua respectiva publicação	I - Conformidade	Muito Alto	Grande	Muito Alto	Mitigar		CAS	CPCC				
Concessão de RT	Continuar pagando a RT decorridos 180 dias da sua concessão sem a entrega do certificado ou justificativa plausível, nos casos em que forem concedidas sem a entrega definitiva do título	I - Conformidade	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar		CPCC	PROGES P				
Concessão de RT	Conceder RT sem revalidar diploma oriundo de instituições estrangeiras	I - Conformidade	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar	Revisar todos as concessões de RT	CPCC	PROGES P				

Averbação de tempo de contribuição	Aceitar certidão em desconformidade com a portaria 154/2008-MPS	I - Conformidade	Alto	Grande	Muito Alto	Mitigar	Verificar documentação em dois setores (CAS - SC) - Em andamento Comunicar aos servidores as exigências legais da Portaria 154/2008		SC			
Averbação de tempo de contribuição	Averbar Tempo de contribuição em desconformidade com a certidão	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar	Revisão por dois servidores das informações inerentes à averbação		SC			
Averbação de tempo de contribuição	Averbar tempo de contribuição sem publicação no BS	I - Processo	Alto	Pequeno	Moderado	Mitigar	Seguir o check list do novo fluxo de averbação de tempo de contribuição		SC			
Averbação de tempo de contribuição	Não encaminhar o processo para a CPSA quando necessitar de ajustes financeiros	I - Processo	Baixo	Médio	Moderado	Mitigar	Utilizar o check list do fluxo de averbação de tempo de contribuição		SC			
Adesão ao Plano de Saúde	Não registrar os dependentes no SIAPE em conformidade com o SIGRH	I - Processo	Baixo	Pequeno	Baixo	Mitigar	Criar no SIGRH um dispositivo de alerta de pendência de atualização de dependentes		CAS			
Adesão ao Plano de Saúde	Não realizar o acerto financeiro nos casos de adesão após a carga do SIAPE	I - Processo	Baixo	Pequeno	Baixo	Mitigar	Criar no SIGRH um dispositivo de alerta de pendência de acerto financeiro após atualização de dependentes		Diretoria da DAP			
Provimento	Nomear candidato fora da ordem de classificação (docente)	I - Conformidade	Baixo	Grande	Moderado	Evitar	Controle das nomeações por planilha		CCON			
Provimento	Não observância do cumprimento das cotas raciais (docente)	I - Conformidade	Muito Baixo	Grande	Baixo	Evitar	Controle das nomeações por planilha		CCON			

Provimento	Não observância do cumprimento das pessoas com deficiência (docente)	I - Conformidade	Muito Baixo	Grande	Baixo	Evitar	Controle das nomeações por planilha		CCON			
Provimento	Não comunicar ao Controle de Vagas a entrada de exercício	I - Comunicação	Muito Alto	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Seguir o check list do novo fluxo de provimento/controle de vagas		Todos os envolvidos no processo			
Provimento	Não observância dos requisitos de titulação	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Conferência do requisito pelo gestor da CPCC		CPCC			
Provimento	Não observância dos prazos de provimento	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Controle por meio de planilha interativa		CPCC			
Provimento	Falta de acompanhamento da chegada do memorando de apresentação	I - Processo	Baixo	Grande	Moderado	Mitigar	Elaborar calendário para conferência das chegadas de memorando de apresentação / Colocar código da CPCC nos memorando de apresentação		CPCC			
Provimento	Receber numeração de NIT	I - Processo	Baixo	Pequeno	Baixo	Mitigar	Exigir documento comprobatório do PIS/PASEP		CPCC			
Provimento	Não cadastrar a RT no SIAPE	I - Processo	Baixo	Grande	Moderado	Mitigar	Conferência dos dados cadastrados por processo pelo chefe do setor de Cadastro		SC			
Provimento	Cadastrar erroneamente a RT no SIAPE	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar	Conferência dos dados cadastrados por processo pelo chefe do setor de Cadastro		SC			
Provimento	Não verificar a data do ingresso no serviço público federal	I - Processo	Baixo	Crítico	Alto	Mitigar	Conferência dos dados cadastrados por processo pelo chefe do setor de Cadastro		SC			

Provimento	Não cadastrar o servidor no SIGRH	I - Processo	Muito Baixo	Médio	Baixo	Evitar	Seguir o check list do novo fluxo de provimento/controle de vagas		Todos os envolvidos no processo			
Provimento	Não cadastrar os dependentes no SIAPE	I - Processo	Baixo	Médio	Moderado	Evitar	Seguir o check list do novo fluxo de provimento/controle de vagas		SC			
Provimento	Cadastrar classe/nível errado no SIAPE	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar	Conferência dos dados cadastrados por processo pelo chefe do setor de Cadastro		SC			
Provimento	Não revisar os dados cadastrais de servidor já existente no SIAPE	I - Processo	Moderado	Médio	Alto	Mitigar	Seguir o check list do novo fluxo de provimento/controle de vagas		SC			
Provimento	Erro de cálculo nos acertos financeiros	I - Processo	Muito Baixo	Médio	Baixo	Mitigar	Conferência dos dados financeiros por processo pelo coordenador da CPSA		CPSA			
Provimento	Não alterar o status da vaga no SIGRH	I - Processo	Moderado	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Seguir o check list do novo fluxo de provimento/controle de vagas / Conferência por meio dos documentos oficiais		Todos os envolvidos no processo			
Provimento	Abrir pasta funcional com matrícula errada	I - Processo	Moderado	Grande	Alto	Mitigar	Conferência pelas servidoras do AS		Setor de Arquivo			
Avaliação da Capacidade Laboral	Erro na análise do processo no estágio inicial	I - Processo	Baixo	Grande	Moderado	Mitigar	Analisar o processo por equipe de duas pessoas (Em andamento) Analisar o processo por equipe multiprofissional (Não iniciado)		COVEPS			
Avaliação da Capacidade Laboral	Número elevado de servidores que necessitem de acompanhamento da Equipe Multidisciplinar	E - Social	Alto	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Ampliar as ações de promoção a saúde (em andamento) Campanha de divulgação do exame periódico (em andamento)		COVEPS			

Avaliação da Capacidade Laboral	A gestão não tomar as providências decorrentes da avaliação da capacidade laborativa do servidor submetido ao processo	I - Conformidade	Alto	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Comunicar as providências decorrentes da avaliação à chefia direta do servidor e também a chefia hierarquicamente superior (Não iniciado)		COVEPS			
Avaliação da Capacidade Laboral	O servidor abandonar o programa de acompanhamento antes do momento adequado	I - Pessoal	Moderado	Crítico	Muito Alto	Mitigar	Entrar em contato com o servidor ou familiar com o objetivo de retomar o acompanhamento		DDP			
Acidente em Serviço	Intempestividade no início do processo de acidente em serviço	I - Conformidade	Muito Alto	Crítico	Muito Alto	Mitigar	1 - Abordar a concepção sobre acidente em serviço no Seminário de Integração (Não iniciado) 2 - Orientação ao servidor no exame pericial/admissional (Em andamento) 3 - Apresentar aos servidores os conceitos relacionados a acidentes em serviço (Fórum Gestores, Fórum Secretários, CISSP, Rádio, Minuto Progesp, SIG e outros) (Não iniciado) 4 - Sensibilizar os servidores da DAS os conceitos relacionados a acidentes em serviço (Não iniciado)		COPS			

Acidente em Serviço	Acidente em serviço ser percebido apenas no setor de perícia, ou seja, sem que a CAT/SP tenha sido preenchida pelo próprio servidor, colega de trabalho ou gestor	I - Comunicação	Alto	Grande	Muito Alto	Mitigar	1 - Sensibilizar os servidores da DAS os conceitos relacionados a acidentes em serviço (Não iniciado) 2 - Disponibilizar a CAT/SP no portal da PROGESP (Não iniciado) 3 - Disponibilizar a CAT/SP no SIGRH (Não iniciado)		COVEPS			
Incentivo a Qualificação	Ser aceito certificado/diploma de curso não reconhecido pelo MEC	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Verificar o site e-mec.gov.br na análise do processo		CCEP			
Incentivo a Qualificação	Implantar percentual de incentivo à qualificação diferente daquele constante no processo	I - Processo	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Conferir percentual de incentivo na CPSA		CPSA			
Incentivo a Qualificação	Continuar concedendo o incentivo à qualificação depois de encerrado o prazo de entrega do certificado/diploma quando aquele tiver sido concedido por meio de documento provisório	I - Processo	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Controle de Entrega do Certificado/Diploma	Suspensão do Pagamento de Incentivo	CCEP			
Incentivo a Qualificação	Divergência das informações constantes no SIGRH quanto às informações relacionadas ao	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar		Auditoria dos Processos Antigos pela DAP	CPCC			

	processo de concessão											
Incentivo a Qualificação	Erro na emissão de portaria de concessão do incentivo à qualificação decorrente da emissão conjunta de incentivos	I - Processo	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Portaria Eletrônica e Individual		PROGES P			
Incentivo a Qualificação	Erro de análise na concessão do incentivo à qualificação	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Reanálise por Equipes Superiores (Coordenadoria e Direção)		CCEP			
Incentivo a Qualificação	Erro de digitação do parecer de incentivo a qualificação	I - Processo	Baixo	Crítico	Alto	Mitigar	Solicitar revisão da análise por diferentes servidores (em andamento) Desenvolver modelo de preenchimento automático (SIGRH)		CCEP			
Incentivo a Qualificação	Ausência de documentos exigidos	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Utilização de Check-list no recebimento de documentos Solicitar revisão da análise por diferentes servidores (em andamento)		CCEP			
Progressão por Capacitação	Ser aceito certificado de curso emitido por instituição que não tenham fins educativos	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Verificar o site da receita federal a finalidade da instituição que emitiu o certificado		CCEP			
Progressão por Capacitação	Implantar progressão diferente daquele constante no processo	I - Processo	Baixo	Crítico	Alto	Mitigar	Solicitar ao SERPRO melhoria no módulo de implantação da progressão (Não iniciado) Conferência por servidor diferente que implantou a progressão (Não iniciado)		CPCC			

Progressão por Capacitação	Divergência das informações constantes no SIGRH quanto às informações relacionadas ao processo de progressão	I - Processo	Muito Baixo	Grande	Baixo	Mitigar		Auditoria dos Processos Antigos pela DAP	CPCC			
Progressão por Capacitação	Erro na emissão de portaria de concessão de progressão por capacitação decorrente da emissão conjunta de incentivos	I - Processo	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Portaria Eletrônica e Individual (Não iniciado)		CCEP			
Progressão por Capacitação	Erro de análise na concessão de progressão por capacitação	I - Conformidade	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar	Reanálise por Equipes Superiores (Coordenadoria e Direção)		CCEP			
Progressão por Capacitação	Erro de digitação do parecer de progressão por capacitação	I - Processo	Baixo	Crítico	Alto	Mitigar	Solicitar revisão da análise por diferentes servidores (em andamento) Desenvolver modelo de preenchimento automático (SIGRH)		CCEP			
Remoção de Ofício	A chefia imediata não acatar a decisão do parecer da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação – CAA	I - Processo	Baixo	Crítico	Alto	Mitigar	Intervenção/Sensibilização junto as chefias (em andamento)		CAA			
Remoção de Ofício	Não dispor de demanda em outras unidades quando a remoção se justificar por reconhecimento	I - Processo	Muito Baixo	Crítico	Moderado	Mitigar		Analisar os processos de trabalho	CPGP			

	da desnecessidade do cargo em sua unidade atual							das unidades para indicar as que tenham a possibilidade de readaptação do servidor				
--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Relatório de Riscos PROGESP/ Dez 201

iv. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

- Pessoal de Apoio

Quadro 5 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE						
UG/Gestão:153103 / 15234						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contrata da (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação
			Início	Fim		
2011	Locação de mão de obra para prestação de serviços de limpeza e higienização nas áreas internas e externas.	09170809000136	01/08/2011	31/07/2016	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2013	Serviços de limpeza e conservação nas áreas urbanas do entorno do Campus Universitário.	06982630000195	25/11/2013	24/11/2016	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2010	Serviço de vigilância armada, desarmada e motorizada.	02141823000162	01/09/2010	31/08/2016	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2010	Prestação de serviços de locação de mão de obra para atender atividades de apoio administrativo, técnico e operacional.	09170809000136	01/09/2010	31/08/2016	Ensino fundamental, ensino médio e curso técnico.	Ativo Prorrogado

Fonte: PROAD

- Estagiários

O pagamento de bolsa estágio não obrigatório da Pró-Reitoria de Extensão da UFRN começou a partir do interesse que alguns professores tiveram em pagar alunos com recursos de projetos de extensão aprovados em editais com financiamento externo, como por exemplo, projeto aprovado pelo MEC/SESU PROEXT.

Os trâmites para a contratação do estagiário segue a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e orientação normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008. E há alguns itens que precisam ser cumpridos, tais como:

- O presente Edital destina-se à seleção de estudantes para estágio remunerado não obrigatório dos cursos de graduação da UFRN;

- O estagiário cumprirá jornada de trinta horas semanais, devendo o horário de o estágio compatibilizar-se com o horário de aula em que esteja matriculado;

- O estagiário receberá, obedecida à jornada máxima indicada, a título de bolsa, a importância mensal de R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) por mês, e mais um adicional de locomoção no valor de R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais), conforme a Lei do Estagiário e a Orientação Normativa.

Em geral, os demais pré-requisitos para contratação dos alunos em bolsa estágio, assim como todo o processo de seleção parte do próprio coordenador do projeto de extensão que é quem faz a sua escolha de acordo com o interesse de seu projeto. Para tanto, os procedimentos para contratação são:

1º Abrir um processo seletivo informando os requisitos para seleção, a quantidade de vaga, o local para inscrição, a metodologia do processo de seleção, expor um breve comentário de quais atividades serão desenvolvidas e os requisitos para a mesma; tornar o documento público, podendo ser através da divulgação em algum site;

2º Realizar o processo de seleção e homologar a folha de resultado (divulgar);

3º Enviar cópia do processo seletivo, folha de resultado, documentação do(s) aprovado(s), memorando, e termo de compromisso anexo ao processo a ser aberto via SIPAC (sipac –protocolo – processo - cadastrar processo) e interessado a Coordenadoria de Provimentos e Controle de Cargos (11.65.04.09).

Como é possível inferir, todos os estagiários atuam na área fim, mas não integram uma Política de Gestão de Pessoas relacionada à força de trabalho das Unidades Acadêmicas ou Administrativas da UFRN, uma vez que esses estagiários são contratados, exclusivamente, com recursos de projetos de extensão aprovados em editais com financiamento externo, como por exemplo, projeto aprovado pelo MEC/SESU PROEXT.

Os documentos do aluno selecionado são:

- Cópia: atestado de matrícula, RG, CPF, título de eleitor (com os devidos comprovantes de votação), certificado de reservista ou comprovante de dispensa (para homem). Todas as cópias devem está autenticadas.

No memorando é preciso constar: o período de vigência (dia, mês e ano) de entrada e saída do cadastro de bolsa estágio, o valor da bolsa (R\$ 520,00) + auxílio transporte (R\$ 132,00), o nome do coordenador, projeto aprovado e unidade de conta da qual será efetuado o pagamento para o bolsista estagiário.

O Termo de Compromisso de Estágio é um acordo tripartite celebrado entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. Este deverá conter as assinaturas e as matrículas: estagiário, concedente, supervisor de campo, coordenador do curso e orientador.

Cada aluno aprovado deverá ser inserido na planilha de seguro da universidade, o responsável é o setor de contrato.

E por fim, é preciso ficar atento quanto ao prazo de permanência do aluno no cadastro da bolsa estágio e informando ao departamento pessoal, por meio de memorando eletrônico quando for para retirar o nome aluno do cadastro no sistema, e ao setor de contrato por meio de email.

Em relação às despesas com contratações de estagiários durante o ano de 2015, o valor total foi de R\$ 187.982,00. Informamos ainda que todos os estagiários atuam na área fim junto aos projetos de extensão.

v. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A despeito das explicações apresentadas abaixo, informamos que, no exercício de 2015, a UFRN não contratou nenhum consultor com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

- Importância dessa modalidade de contratação para a consecução da missão e negócio da unidade

O investimento, público e privado, na internacionalização do Ensino Superior tem se intensificado nos últimos anos e as universidades brasileiras, sobretudo após a experiência adquirida com o Programa Ciência sem Fronteiras, procuraram participar dessa atividade da melhor forma possível. As diferenças, no seio desse setor, entre a atuação de instituições públicas e instituições privadas exigem das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES uma atenção especial, pois nem tudo o que é possível para as instituições parceiras privadas estrangeiras pode ser aplicado nas IFES brasileiras.

Considerando essa realidade e a diversidade de ações possíveis na vida acadêmica, muitas delas inéditas, dada a necessidade de inovação e consequente criação de respostas eficazes para os problemas atuais, as IFES já apresentam uma necessidade, que poderá vir a ser ainda maior, de consultoria em diferentes campos.

É importante que haja uma regra única na IFES para a contratação de consultores, suficientemente rigorosa para que não ocorram abusos e, ao mesmo tempo, inteligentemente ampla, para atender a todos os setores da Universidade.

Ficando essa modalidade de contratação sob a responsabilidade da PROGESP, não se corre o risco da multiplicação de regras em diferentes unidades para o mesmo fim e evita-se que, ao aplicar a regra elaborada para uma determinada unidade em outra de campo distinto, ocorram impedimentos que inviabilizem a contratação.

- Critérios de escolhas de consultores e projetos

Os consultores deverão apresentar:

- Conhecimento do campo para o qual são chamados a atribuir, comprovado tanto por sua vasta experiência quanto por sua formação;
- Casos comprovados de sua atuação como consultores em instituições de ensino superior, com exposição dos resultados;
- Disponibilidade para efetuar o trabalho *in loco*, como forma de melhor conhecer a realidade da UFRN, ficando todas as suas despesas com viagens, hospedagem e alimentação incluídas no valor cobrado pelo serviço;

Proposta de trabalho prevendo os seguintes itens:

- 1) Estudo preliminar da situação local, comparada com outras realidades;
- 2) Detalhamento da metodologia a ser empregada para coleta de dados;
- 3) Detalhamento dos custos da consultoria;
- 4) Cronograma de execução e data prevista para apresentação dos resultados.

- Despesas relacionadas

Deverão compor os custos totais do projeto de consultoria as despesas com:

- viagens, por qualquer meio de transporte, do consultor e de sua equipe;
- hospedagem e alimentação do consultor e de sua equipe;
- pessoal terceirizado;
- material de consumo.

A UFRN assegurará apenas as despesas com o local de trabalho, que será cedido para o consultor e sua equipe.

- Efeitos da variação cambial no fluxo financeiro

Esse tipo de atividade fica sujeito à variação cambial. Para ser viável para consultores estrangeiros é necessário que a movimentação financeira da atividade, desde os editais, passando pelos projetos e sua execução, a moeda a ser efetuada seja Dólar, a exemplo do que já se faz, na administração pública, com a concessão de diárias e passagens.

- Sincronismo entre os fluxos financeiro e físico dos projetos

A contratação dos consultores deverá respeitar os prazos legais para lançamento e cumprimento de editais específicos para esse fim, mesmo que a contratação já esteja prevista em projeto aprovado. É possível, porém, que se pense em um tempo total de 06 (seis) meses, desde o lançamento do edital até a recepção, pela UFRN, dos resultados do trabalho de consultoria. Uma duração mais prolongada poderá afetar a credibilidade do trabalho, dado o dinamismo da produção acadêmica. É possível, também, restringir a presença de consultores estrangeiros no Brasil por apenas três meses, o que poderá ajudar a evitar problemas advindos da concessão de vistos.

Avaliação de riscos relacionados às contratações e controles internos instituídos

Deve-se ter cuidado redobrado com a avaliação das propostas, sobretudo no que diz respeito à comprovação da experiência e da formação dos consultores. Não se deve, em hipótese alguma, contratar consultores que não apresentem casos comprovados de sua atuação, devendo os responsáveis pela contratação verificar a veracidade das informações.

É necessário, também, exigir que os resultados do trabalho sejam apresentados antes da saída do consultor do país.

b. Gestão de patrimônio e infraestrutura

b.i. Gestão de frota de veículos

b.i.i. Informações básicas

Inicialmente esclarecemos que a Pró-Reitoria de Administração - PROAD optou em apresentar as informações relacionadas à Gestão da Frota de Veículos nos moldes apresentados em relatórios de exercícios anteriores por considerar o grau de relevância satisfatória no que diz respeito aos esclarecimentos e/ou informações nos itens abaixo relacionados, uma vez que a construção desses dados foi aprimorada com esses objetivos. O gerenciamento da frota de veículos da UFRN é realizado por meio da Coordenadoria de Gestão de Transportes, órgão vinculado à Pró-reitoria de Administração, cujas atribuições estão previstas no Regimento Interno da Reitoria. A gestão e operacionalização do trabalho da unidade são executadas por servidores do quadro e por terceirizados, com predominância da terceirização nas atividades operacionais, conforme sintetizado na Tabela que se segue.

Área Administrativa	Quantidades		Qualificação
	Servidores	5	03 com tempo para aposentação
Terceirizados	2	Pessoal de apoio	
Área Operacional	Quantidades		Qualificação
	Servidores	19	16 com tempo para aposentação
	Terceirizados	93	Profissionais com carteira de habilitação pelo menos D

O quadro operacional (motoristas) tem seu gerenciamento distribuído entre a Administração Central (veículos destinados às atividades de natureza administrativa) e a Administração dos Centros Acadêmicos (CB, CT, CCET, CCHLA, CCSA, CE, CCS, CERES), Unidades Acadêmicas Especializadas (ECT, EAJ, EM), Institutos (IC, IIF, IMD) e Hospitais (HUOL, MEJC e HUAB), estes últimos atualmente sob a gestão da EBSEH, mas com o patrimônio móvel e imóvel ainda vinculado à UFRN, que deve ser transferido à EBSEH, tão logo sejam resolvidas pendências de natureza administrativa junto à SPU/RN (Superintendência do Patrimônio Imóvel da União), conforme já explicitado na análise referente ao patrimônio imóvel. A

Tabela 17 apresenta a despesa no exercício 2015 com os motoristas terceirizados, num total de R\$ 3.716.217,82.

Tabela 17 – Quadro de pessoal da Divisão de Transportes da UFRN

Janeiro	R\$	304.018,27
Fevereiro	R\$	304.018,27
Março	R\$	304.018,27
Abril	R\$	327.833,97
Maio	R\$	307.291,98
Junho	R\$	307.291,98
Julho	R\$	307.291,98
Agosto	R\$	307.291,98
Setembro	R\$	284.552,17
Outubro	R\$	304.018,27
Novembro	R\$	330.266,94
Dezembro	R\$	328.323,74
TOTAL EM 2015	R\$	3.716.217,82

A UFRN não dispõe de frota terceirizada, apenas utiliza motoristas terceirizados para dirigir os veículos de sua própria frota. Entretanto, considerando que ainda existem situações para atendimento às demandas da área acadêmica (aulas de campo, viagens para participação em eventos acadêmicos, realização de eventos locais) que são de difíceis execuções haja vista o horário das atividades, a temporalidade, os limites para pagamentos de horas extras etc, foram realizadas licitações visando à contratação da prestação de serviços de locação de veículos (veículo, motorista, combustível). Em 2015, a despesa com esses contratos importou em **R\$ 85.514,88**, o que demonstra a pouca aceitação da comunidade acadêmica com esse tipo de contratação, a despeito do entendimento da Administração Central de que nesses casos considera-se como a melhor solução para atendimento a essa demanda em caráter eventual.

Em relação à manutenção da frota e ao fornecimento de combustíveis, também são viabilizadas mediante a contratação de terceiros, sendo disponibilizado para os usuários (unidades acadêmicas/administrativas), contratos de manutenção, um para veículos de pequeno ou médio porte (álcool ou gasolina) e outro para veículos de médio ou grande porte (combustível óleo diesel).

O fornecimento de combustível é contratado e gerenciado através de sistema de gerenciamento de cartões de crédito cuja administradora deve assegurar à UFRN rede de postos de abastecimento compatível com as necessidades da UFRN. A Tabela 18 apresenta os dados sintéticos da despesa no exercício de 2015, com os contratos de fornecimento de combustível, manutenção dos veículos e locação de serviços de transporte, observando-se que os contratos de manutenção e de fornecimento de combustível se destinam tanto para a frota de veículos nos termos apresentados neste relatório e também para outros tipos de equipamentos (máquinas, geradores, tratores).

TABELA 18 – DEMONSTRATIVOS DOS CONTRATOS DE ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA

FINALIDADE	DADOS DO CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO 2015
Serviços de Abastecimento	Contrato N° 85/2014 PREGÃO 1/2014	Fornecimento (álcool e diesel) com utilização de cartão eletrônico ou magnético.	R\$ 362.145,63
		Contratado: 42.194.191/0001-10 – NUTRICASH SERVIÇOS LTDA	
	Contrato N° 10/2015 PREGÃO 105/2014	Gerenciamento informatizado de combustíveis com utilização de cartão eletrônico ou magnético, envolvendo a implantação do sistema e o fornecimento (gasolina, álcool e diesel), visando atender aos veículos da frota pertencentes à UFRN.	R\$ 1.338.984,98
		Contratado: CNPJ 00.604.122/0001-97 – TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	
Soma das despesas com combustíveis (frota+outros equipamentos) 2015			R\$ 1.701.130,61
Serviços de Manutenção	Contrato N° 10/2014 PREGÃO - 30/2013	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, capotaria e estofaria, em veículos de portes médios grandes e de motocicletas, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque.	R\$ 1.248.412,72
		Contratado: CNPJ 03.538.129/0001-46 – M.A.C DE MELO	
	Contrato N° 15/2014 PREGÃO - 30/2013	Serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, lanternagem, em veículos de pequenos e médios portes, pertencentes ao patrimônio da UFRN, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção bem como serviço de reboque	R\$ 448.642,12
		Contratado: CNPJ 09.080.300/0001-00 – MONTEIRO & MESQUITA LTDA EPP	
	Contrato N° 20/2014 PREGÃO - 1/2014	Serviços de lanternagem, pintura, capotaria e estofaria, em veículos de portes pequenos e médios, pertencentes ao patrimônio da ufrn, além de fornecimento de peças para os serviços de manutenção e funilaria, bem como serviço de reboque	R\$ 54.060,50
		Contratado: CNPJ 10.334.942/0001-60 – CARBOX LTDA – ME	
Soma das despesas com manutenção de veículos da frota da UFRN em 2015			R\$ 1.751.115,34
Serviços de transporte	Contrato N° 18/2015 PREGÃO - 110/2014	Locação de ônibus e micro-ônibus, para transporte de professores, estudantes e servidores da UFRN.	R\$ 7.166,04

		Contratado: CNPJ 12.801.601/0001-82 – PROTÁSIO LOCAÇÃO E TURISMO LTDA	
	Contrato Nº 51/2012 PREGÃO - 52/2012	Serviços de locação de veículo, em caráter eventual, para transporte de servidores, professores, alunos e colaboradores eventuais, em serviço, com serviços de motorista, combustível e seguro total.	R\$ 78.348,84
		Contratado: CNPJ 02.776.616/0001-84 - MUNDIAL AUTOMOVEIS AUTO SERVICE LTDA - EPP	
Soma da despesa com manutenção de veículos da frota da UFRN em 2015			R\$ 85.514,88

A operacionalização da gestão da frota da UFRN tem como principal ferramenta de trabalho o Módulo de Transportes do SIPAC que desde 2012 vem passando por readequações em sua concepção original de modo a viabilizar o fornecimento de dados/informações contidas nos normativos do TCU relativos aos relatórios de gestão, cujo detalhamento é apresentado a seguir.

i.ii. Informações gerenciais da frota da UFRN

Normativos Internos

Conforme já mencionado acima, a gestão da frota da UFRN é efetivada com apoio nas funcionalidades implementadas no Módulo de Patrimônio do SIPAC e que estão fundamentadas nas normas específicas da legislação federal (Decreto 6.403/2008), inexistindo normas escritas para a gestão da frota haja vista que a gestão é implementada através das funcionalidades implementadas no SIPAC.

No caso da UFRN os veículos estão enquadrados apenas nos incisos III (veículos de transporte institucional) e IV (veículos de serviços comuns) do mencionado Decreto. Entretanto, visando atender às orientações do TCU para a elaboração do Relatório de Gestão no que concerne à gestão da frota, a partir de 2013 a Superintendência de Informática vem aperfeiçoando o SIPAC ao passo que a Coordenadoria de Gestão de Transportes vem se aprimorando no lançamento das informações concernentes aos deslocamentos dos veículos. Assim, no presente relatório serão apresentadas as informações considerando a classificação dos veículos atualmente implantada no SIPAC (Automóveis, Micro-ônibus, Ônibus, Caminhões, Camionetas e Caminhonetas). Obviamente que é discutível a classificação no que concerne à diferenciação entre caminhonetas e camionetas.

Importante ressaltar que a legislação específica sobre veículos de transporte e as informações solicitadas no relatório de gestão são incompatíveis para tratar os veículos que têm importância nas despesas globais com manutenção e consumo de combustível, já que muitos não são utilizados na perspectiva de transporte de pessoas ou de cargas (muitos sequer possuem odômetro), como é o caso de tratores agrícolas ou de serviços de terraplenagem, escavação (retroescavadeiras), além de geradores. Assim, no presente relatório de gestão os dados relativos à eficiência do uso da frota (Km/litro, R\$/Km e assemelhados).

Sob a perspectiva do usuário – unidades acadêmicas e/ou administrativas, as regras de uso (solicitação de transporte/viagens), também sem normativo formal, estão implementadas na Requisição de Transporte/Viagem do SIPAC, acessível através do Portal Administrativo. É a partir dessas requisições que são geradas as informações básicas que alimentam a base de dados do SIPAC para a consolidação da despesa com a viagem/veículo (alocação do veículo pela DTO, autorização do abastecimento, autorização de troca de pneu, entre outros). A Fig.1 ilustra os “templates” do SIPAC (Portal Administrativo) para as requisições de Transporte.

Portal da UFRN [UFRNet - A Red... Zimbra: Entra... Zimbra: relat... Microsoft Po... SISPES 1.5.22 SIPAC - Siste... x +

https://sipac.ufrn.br/sipac/portal_administrativo/index.jsf

UFRN - SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos Tempo de Sessão: 01:30 --- MUDAR DE SISTEMA - SAIR

JOAO BATISTA BEZERRA Orçamento: 2015 Módulos Caixa Postal Abrir Chamado
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02) Portal Admin. Alterar senha Ajuda

PORTAL ADMINISTRATIVO > CADASTRAR REQUISIÇÃO DE RESERVA

Esta operação permite cadastrar uma requisição de reserva de veículo da frota. Para prosseguir, informe o tipo de reserva desejado.

- Veículo para um período**
Cadastrar uma requisição de reserva do veículo para um período determinado.
- Veículo para uma saída**
Cadastrar uma requisição de reserva do veículo para uma saída.
- Solicitação de Abastecimento de Veículo da Unidade**
Cadastrar uma requisição de reserva para abastecimento de um veículo da unidade.
- Solicitação de Troca de Pneu**
Cadastrar uma requisição de troca do pneu para um determinado veículo.

Portal Administrativo

SIPAC | Superintendência de Informática - (84) 3215-3148 | Copyright © 2005-2015 - UFRN - sistemas3b.info.ufrn.br.sistemas3bi2 - v4.14.9c

4 Windows Expl... 3 Microsoft Off... Relatório Geral.p... 2 Microsoft Off... SIPAC - Sistema I... 16:23

Portal da UFRN [UFRNet - A Red... Zimbra: Entra... Zimbra: relat... Microsoft Po... SISPES 1.5.22 SIPAC - Siste... x +

https://sipac.ufrn.br/sipac/requisicoes/veiculo/reserva/escolha_tipo_reserva.jsf Pesquisar

http://www.jfrn.jus.br/... Mais visitados Primeiros passos !!!!!!! Search error! If th... Últimas notícias

CADASTRAR REQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Tipo: Para um Período

Beneficiado: *

11.02 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02)

- COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE (11.90)
- EDITORA UNIVERSITÁRIA (11.36)
- ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ (11.22)
- ESCOLA DE ENFERMAGEM DE NATAL (11.69)
- ESCOLA DE MÚSICA (11.39)
- GABINETE DO REITOR (11.32)
- INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL - IMT-RN (11.00.10)
- MUSEU CÂMARA CASCU DO (11.26)
- NUCLEO DE PESQUISA EM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS (11.50)
- PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02)

Unidade Requirante: *

Data/Hora Inicial: * 00:00

Data/Hora Final: * 00:00

Unidade Responsável pelo Veículo: * PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02)

Destino:

Finalidade: (1000 caracteres/0 digitados)

Quantidade de pessoas a serem transportadas:

Quantidade de carga que será transportada: (kg)

Observação: (1000 caracteres/0 digitados)

Cadastrar Cancelar

* Campos de preenchimento obrigatório.

Portal da UFRN [UFRNet - A Red... Zimbra: Entra... Zimbra: relat... Microsoft Po... SISPES 1.5.22 SIPAC - Siste... x +

https://sipac.ufrn.br/sipac/requisicoes/veiculo/reserva/escolha_tipo_reserva.jsf Pesquisar

http://www.jfrn.jus.br/... Mais visitados Primeiros passos !!!!!!! Search error! If th... Últimas notícias

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02) Portal Admin. Alterar senha Ajuda

PORTAL ADMINISTRATIVO > CADASTRAR > REQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Esta operação permite cadastrar uma requisição de reserva de veículo da frota para um abastecimento.

CADASTRAR REQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Tipo: Para um Abastecimento

11.02 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02)

- COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE (11.90)
- EDITORA UNIVERSITÁRIA (11.36)
- ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ (11.22)
- ESCOLA DE ENFERMAGEM DE NATAL (11.69)
- ESCOLA DE MÚSICA (11.39)
- GABINETE DO REITOR (11.32)
- INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL - IMT-RN (11.00.10)
- MUSEU CÂMARA CASCU DO (11.26)
- NUCLEO DE PESQUISA EM ALIMENTOS E MEDICAMENTOS (11.50)
- PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02)

Unidade Requirante: *

Data/Hora: * 00:00

Motorista: *

Veículo para Abastecimento: *

Quantidade de Litros: * 0,00

Observação: (1000 caracteres/0 digitados)

Cadastrar Cancelar

* Campos de preenchimento obrigatório.

Portal Administrativo

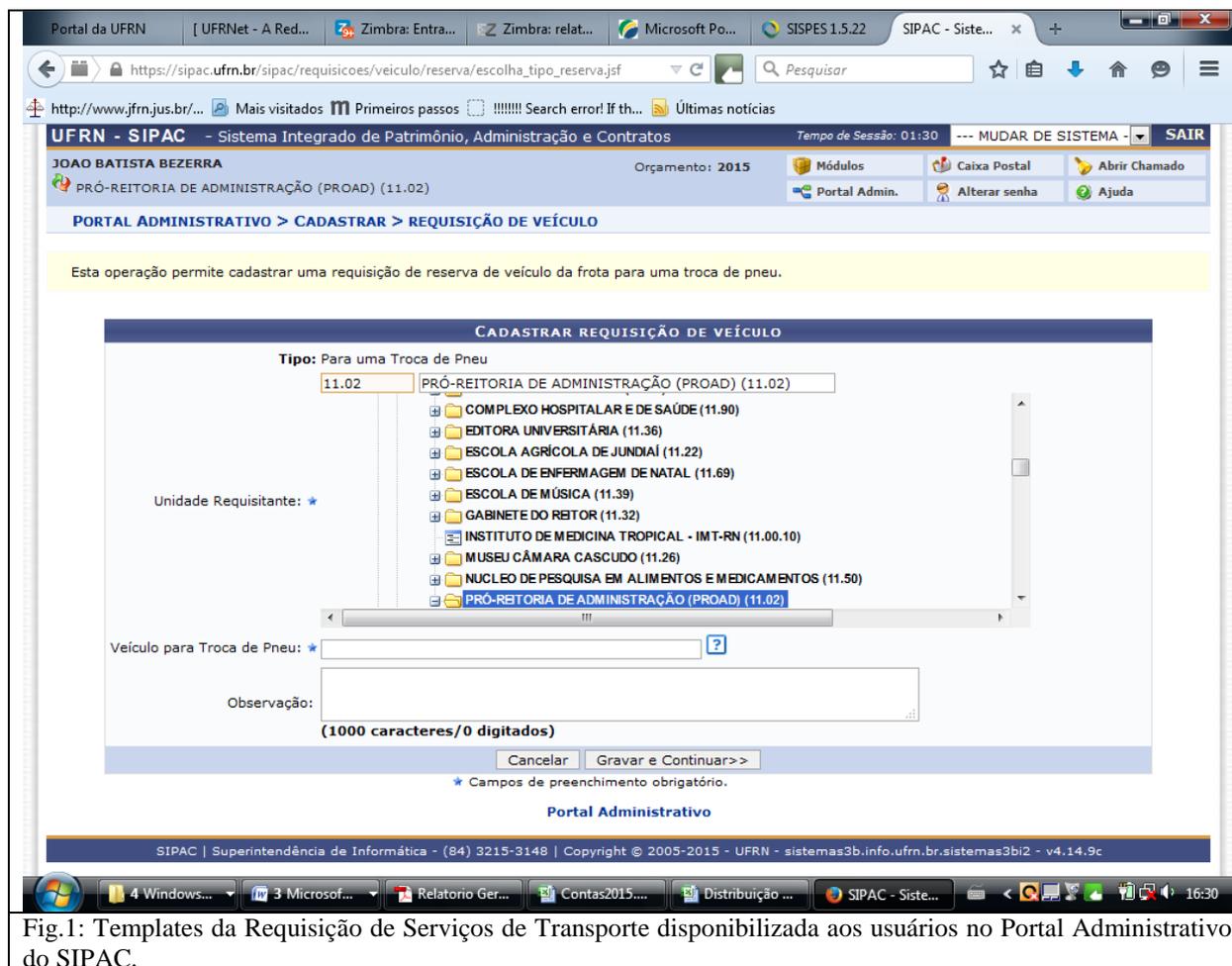


Fig.1: Templates da Requisição de Serviços de Transporte disponibilizada aos usuários no Portal Administrativo do SIPAC.

i.iii. Elementos quantitativos

Em 2015, considerados todos os tipos de veículos agregados à frota até fevereiro/2016 (incorporados 6 veículos à frota em 2016, mas adquiridos com orçamento de 2015), a estratificação dos tipos, nos termos atualmente implantados no SIPAC, cujos detalhes de cadastro (identificação, patrimonialização, dados de aquisição) no qual estão detalhados os registros de 224 veículos de transportes com quantitativos detalhados na Tabela 19.

Tabela 19 – Quantificação da frota UFRN em 2015 e os parâmetros relativos as despesas com combustível e manutenção..

Classificação	Quant.	Idade Média	Desloca-mento (Km)	Consumo de Combustível (Litros)	Despesa com Combustível (R\$)	Despesa com Manutenção (R\$)	Rendi-mento médio (Km/litro)	Despesa por Km (R\$/Km)
Automóvel	87	6,19	1.441.642	154.365	503.816,19	326.711,70	9,34	0,57
Micro-ônibus	22	5,44	463.123	64.745	193.407,56	180.694,18	7,15	0,81
Ônibus	21	5,19	394.936	120.252	364.361,00	368.575,45	3,28	1,85
Camionete	24	7,53	139.993	20.176	64.230,04	67.262,30	6,94	0,93
Caminhonete	47	7,03	531.650	66.473	200.184,27	222.636,76	8,00	0,79
Caminhão	23	7,10	294.705	69.259	208.365,59	305.968,92	4,25	1,74
Soma/media	224	6,41	3.266.049	495.270	1.534.364,65	1.471.849,31	6,59	0,92

Conforme se observa do confronto entre a execução físico-financeira dos contratos de fornecimento de combustível ao longo de 2015, cujo montante foi de R\$ 1.713.857,99 demonstra o quanto foi despendida com toda a frota de veículos nos termos apresentados na Tabela 19, enquanto que o valor R\$ 1.534.364,65 representa um percentual de 89,53 referentes às despesas com veículos constantes na classificação da Tabela 20. O restante da despesa está associado ao uso de combustível com motocicletas, tratores, geradores e outros tipos de máquinas, que não estão contemplados na Tabela 20, num total de R\$ 179.493,34, representando um percentual de 10,47.

Considerados todos os dados até aqui apresentados nas Tabelas acima, apresentamos a seguir uma síntese das despesas com a frota da UFRN ao longo de 2015.

Tabela 20 - Síntese das despesas com a frota em 2015

Terceirização motorista	3.716.217,82
Manutenção	1.471.849,31
Combustível	1.534.364,65
Soma das despesas	6.722.431,78
Deslocamento (Km)	3.266.049
Custo médio por Km rodado (R\$/Km)	2,06
Custo médio por Km rodado (terceirização) (R\$/Km)	1,14
Custo médio por Km rodado (combustível e manutenção) (R\$/Km)	0,92

i.iv. Avaliação em relação às atividades finalísticas

Em relação às demandas das atividades finalísticas a avaliação é que, à exceção da unidade especializada denominada informalmente de Escola Agrícola de Jundiáí, as outras unidades não dispõem de frota capazes de atender às demandas com viagens para aulas de campo, participação em eventos e assemelhados. Assim, considerando que os veículos a serviço das atividades meio não têm condições de atender às demandas acadêmicas, entende-se ser fundamental que a UFRN celebre contratos de locação de veículos para uso esporádico. Conforme já mencionado neste relatório, em 2015 as demandas levaram a uma execução físico-financeira pouco representativa, totalizando R\$ 85.514,88, mantendo-se a tendência observada no exercício de 2013 e 2014.

i.v. Planejamento das aquisições

Conforme já apresentado em relatórios anteriores, o planejamento das aquisições de veículos se dá em regime anual e, considerando a execução descentralizada do orçamento, de acordo com a disponibilidade de cada unidade. A operacionalização desse planejamento se dá com a coleta de demandas para a realização da licitação anual. O calendário anual aprovado pelo CONSAD estabelece o prazo limite para a coleta de demandas (30 de abril do ano corrente). Ao apresentar a demanda, a unidade informa o perfil de veículo a ser adquirido bem como se a

aquisição implica em substituição de veículo antigo ou de incremento na frota da unidade. A consolidação das demandas possibilita o planejamento da licitação para as aquisições, bem como para a licitação de alienações.

Cabe informar que a Administração Central vem, desde 2013, orientando que as unidades acadêmicas e administrativas da UFRN avaliem a possibilidade da locação de veículos como alternativa prioritária na realização de viagens intermunicipais e deslocamentos que necessitem de pernoite em detrimento da utilização dos veículos oficiais com motoristas terceirizados. Nesse sentido, nota-se que há uma evolução gradativa na utilização dos contratos de locação de veículos desde 2013. Apesar disso, algumas atividades, por sua essência, requerem o uso de veículos oficiais, como é o caso do transporte de professores, técnicos e alunos em traslados dentro do próprio município, razão pela qual a UFRN ainda manteve, em 2015, a aquisição de veículos para atender demandas pontuais.

i.iv. A evolução dos controles de gestão em 2015

A evolução da gestão da frota está diretamente relacionada com o processo de automatização implantado no Módulo de Transporte. Desde 2013 tem sido envidado todos os esforços possíveis por parte da Superintendência de Informática. Em 2013 foi feita a adequação às padronizações do Decreto 6403/2008. Diga-se de passagem, que o esforço despendido nesse sentido não auxiliou nem à gestão da frota e muito menos à elaboração do relatório de gestão nos termos estabelecidos na instrução normativa do TCU (Item 8.1). Assim, ao longo de 2014 o esforço de desenvolvimento do sistema foi direcionado para trabalhar os relatórios gerenciais sob a perspectiva da estratificação da frota nos termos apresentados nas Tabelas destacada neste relatório. Com o sistema pronto cabe agora investir na qualidade dos registros efetuados para cada operação realizada, com visão profunda de todos os lançamentos necessários que resultarão em todo o módulo e suas interfaces.

Entretanto, como já foi mencionado nos relatórios anteriores à evolução na qualidade dos relatórios gerenciais e o aprimoramento dos controles das despesas com a frota pela estratificação da despesa de acordo com a categoria de veículos e que certamente serão aprimorados ao longo dos exercícios futuros.

Quanto às instalações físicas da Coordenadoria de Gestão de Transportes, destacamos que se encontra em fase de recebimento da obra de conclusão do prédio, objeto da licitação (RDC 25/2014, processo 23077.049692/2014-18), cujo contrato importou num investimento de R\$ 2.658.769,49, objetivando aprimorar as condições de guarda da frota da UFRN.

i.vii. As dificuldades

O aprimoramento no Módulo de Transporte no exercício de 2015 ofereceu a extração dos dados necessários no que diz respeito ao gerenciamento da frota, contudo ainda persiste a falta de pessoal qualificado naquela Coordenadoria que possa auxiliar as equipes técnicas da Superintendência de Informática. Conforme explicitado nas informações a operação da frota da UFRN está fundada na terceirização de mão de obra e na área administrativas conta-se apenas com um único servidor com condições de participar ativamente do desenvolvimento do Módulo de Transporte. Apesar dessas limitações, a Administração Central da UFRN tem feito todos os esforços para que sejam alcançados os objetivos de aprimoramento do gerenciamento da frota com o maior grau de fidedignidade possível. Esse esforço pode ser constatado pela evolução na qualidade dos relatórios gerenciais que foram incorporados ao sistema nos últimos 03 anos (2013, 2014 e 2015). É imprescindível, entretanto, a alocação de um servidor com perfil gerencial que

possa auxiliar a equipe técnica da Superintendência de Informática a desenvolver com maior qualidade o Módulo de Patrimônio do SIPAC e, principalmente, aferir a consistência dos vários relatórios disponibilizados pelo sistema.

i.viii. Conclusões

A comparação entre o relatório da gestão da frota da UFRN nos exercícios anteriores ao de 2014 e 2015, consta-se que os aperfeiçoamentos introduzidos no Módulo de Transporte do SIPAC associada a um melhor controle na alimentação da base de dados possibilitaram a implementação de relatórios gerenciais que viabilizam uma melhor gestão da frota, merecendo destaque a informação obtida com relação ao custo do Km rodado e quanto a terceirização dos operadores da frota impactam neste custo. Evidentemente se faz necessário um aperfeiçoamento dos relatórios do sistema nos quais ainda se observam certas inconsistências que precisam ser trabalhadas pela gestão da UFRN.

b.ii. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Quanto a Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, esta Instituição de Ensino Superior em atendimento às diretrizes que regem a matéria e pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos. Como não há disposição ou norma interna sobre a destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, a UFRN adota as orientações contidas no Decreto nº 99.658/90. Assim, na medida em que um veículo se enquadra na classificação de antieconômico, são tomadas as providências relativas à sua alienação.

Após acompanhamento da realização das despesas para cada veículo, especificamente quando os valores envolvidos no seu conserto ultrapassar o percentual de **50% do valor do veículo, no decorrer de um ano** – seja por conta do rendimento precário do veículo, seja por desgaste prematuro ou obsolescência – realiza-se a alienação dos bens classificados como antieconômicos em conformidade com Parágrafo Único do Art. 3º do Decreto 99.658/90. No exercício de 2015, havia 14 veículos considerados nessa classificação, os quais foram objeto de Leilão nº 01/2015, sendo exitosa a alienação de 11 (onze) veículos automotores. Como esses veículos estão fora de uso, as despesas relativas aos mesmos se limitam às taxas junto ao Departamento de Trânsito local.

Gestão do patrimônio imobiliário da União

b. iii.i. Considerações iniciais

No Relatório de Gestão 2014, foi apresentado de forma detalhada um plano de trabalho o qual objetivava implementar ações no âmbito da gestão do patrimônio imóvel, cuja meta central era a informatização do gerenciamento do patrimônio imóvel da UFRN.

Para informações relativas ao exercício de 2015, a Pró-Reitoria de Administração optou por manter alguns quadros utilizados no exercício anterior, considerando o grau de relevância no que diz respeito aos esclarecimentos e/ou informações, bem como a construção da base de dados no âmbito desse gerenciamento. Para reforçar o entendimento das medidas já implementadas,

demonstraremos a seguir, o fluxo de atividades de automação do Patrimônio Imóvel da UFRN (Módulo Imóvel do SIPAC), ilustrada na Fig.2

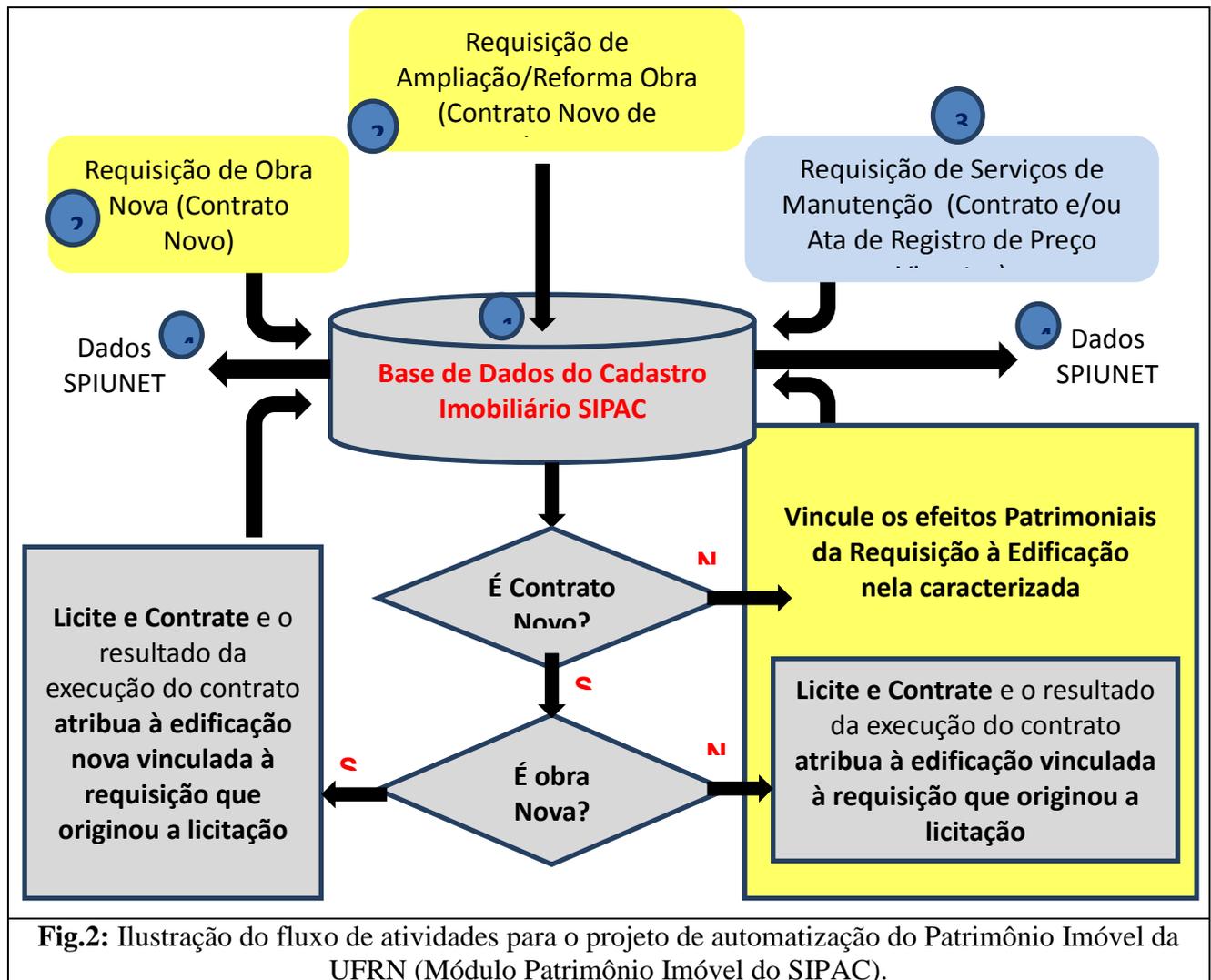


Fig.2: Ilustração do fluxo de atividades para o projeto de automação do Patrimônio Imóvel da UFRN (Módulo Patrimônio Imóvel do SIPAC).

Esperando resposta AS 006

Recorrendo ao Plano de Trabalho elaborado naquele exercício, destacamos que as diretrizes elencadas abaixo estão sendo perseguidas com afinco devido a sua importância no gerenciamento do patrimônio imobiliário, como veremos a seguir:

- 1) Assegurar o controle/gerenciamento do patrimônio para as novas edificações e ou reformas em edificações existentes (implantação das atividades 1 e 2 da Fig.1);
- 2) Recuperação do Passivo (atualização patrimonial dos imóveis avaliados em 2001 e lançamento dos dados decorrentes dessa avaliação na base de dados do SIPAC e no SPIUNET);
- 3) Assegurar o controle/gerenciamento das despesas com manutenção do patrimônio armazenado na base de dados do SIPAC.

A conclusão do processo licitatório (Pregão 04/2015) está possibilitando a concretização das etapas 03 a 05, da Fig.1, cujo objeto é a “Contratação de Pessoa Jurídica com Capacidade Técnica para Elaborar Laudos de Avaliação de Imóveis Urbanos ou Rurais” para atender demandas da UFRN. Para os imóveis localizados no interior do Estado, a vencedora desse certame licitatório foi a Empresa GEOSOLOS CONSULTORIA, PROJETOS E SERVICOS LTDA – ME, enquanto que para os imóveis localizados no Distrito Federal e na Capital do Estado, essa responsabilidade está sob a Empresa PR1 ENGENHARIA LTDA – ME.

Tratando especificamente quanto aos procedimentos de avaliação dos imóveis, foi constituída a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução da Ata/Contrato do referido pregão, composta pelos servidores Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Queiroz (Professor Adjunto), Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva (Engenheira), Pollyana Thais Tavares Batista Nunes (Engenheira) e Rosana Maria Garcia Silva (Contadora), com o objetivo de viabilizar as empresas o acesso aos imóveis, prestar informações técnicas, bem como acompanhar todo o trabalho de avaliação executado.

b. iii.ii. Evolução do gerenciamento do patrimônio imóvel no exercício de 2015

Conforme foi mencionado no Relatório de Gestão/2014, o cronograma previa concluir as atividades de avaliações de todo o Patrimônio Imóvel da UFRN no final de 2015, e conseqüentemente seriam criadas as condições para que no futuro a instituição não tivesse que despender mais recursos com o fim de fazer reavaliações, uma vez que a base de dados do SIPAC vem sendo aprimorado para a realização dessas reavaliações automáticas como base em índices de referência acumuladas no período .

Nesse sentido é importante destacar que apesar do serviço não estar concluído, conforme cronograma foi demandado um esforço significativo para atendimento dessa meta. O não cumprimento dessa meta se deu em virtude da ausência de limite orçamentário para emissão dos empenhos correspondentes as requisições, que só vieram a se concretizar com maior relevância, entre o período de setembro a dezembro /2015. Outro ponto que merece destaque é o atraso por parte da UFRN no envio de informações técnicas em tempo hábil as empresas vencedoras do certame licitatório.

Como resultado desse trabalho no exercício de 2015, apresentamos abaixo, a Tabela 21, a qual reflete as atualizações parciais imobiliárias na UFRN, onde foram concluídas reavaliações de 10 (dez) imóveis, cujo resultado demonstra um acréscimo de R\$ 70.766.183,01(setenta milhões, setecentos e sessenta e seis mil cento e oitenta e três reais e um centavo) no imobilizado da UFRN já registrado no SIAFI. Quanto aos imóveis denominados DOL – Área II, Hospital Universitário Rodopiano Azevedo – HURA e Residência Universitária de Santo Antonio esclarecemos que a falta de registro no SIAFI decorre da conclusão de entendimentos junto a SPU acerca de padronizações cadastrais dos referidos imóveis.

TABELA 21 – QUADRO CONSOLIDADO DOS IMÓVEIS AVALIADOS EM 2015					
IMÓVEL	RIP	VALOR ORIGINAL	VALOR AVALIADO	DATA AVALIAÇÃO	ENVIO AO SIAFI
HUOL	1761.00394.500-8	18.266.914,68	63.723.398,99	19/10/2015	45.456.484,31
MEJC	1761.00307.500-3	4.136.296,68	23.013.876,10	19/10/2015	18.877.579,42
Antiga SEMUT	1761.00395.500-3	740.108,41	2.258.797,20	13/10/2015	1.518.688,79
Residência Mipibú.	1761.00378.500-0	682.268,56	4.088.570,89	19/10/2015	3.406.302,33
Maternidade Sta. Terezinha	1877.00017.500-0	87.642,40	1.324.770,56	30/10/2015	1.237.128,16
Terreno San Valle	1761.00655.500-6	0,00	270.000,00	21/10/2015	270.000,00
DOL – Área II	1761.00360.500-2	574.470,00	5.406.894,71	13/10/2015	
HURA	1829.00004.500-9	539.741,45	2.044.734,18	30/10/2015	
Residência Sto. Antonio	1829.00006.500-0	73.374,44	909.845,78	30/10/2015	

TABELA 21 – QUADRO CONSOLIDADO DOS IMÓVEIS AVALIADOS EM 2015					
IMÓVEL	RIP	VALOR ORIGINAL	VALOR AVALIADO	DATA AVALIAÇÃO	ENVIO AO SIAFI
Lotes 1-5, Loteamento Canaã (transf SPU x UFRN)	Em processo de transferência p/UFRN	0,00	353.142,00	30/10/2015	
TOTAL	-	24.487.700,73	100.439.450,45	-	70.766.183,01

A **Tabela 21** apresenta os imóveis sob a gestão da UFRN registrados nos sistemas operacionais no exercício 2015, totalizando um montante de 48 imóveis, sendo 05 pertencentes a União, 29 de propriedade da UFRN e 14 imóveis de particulares. Entretanto, **o mais importante sob o ponto de vista da atual gestão é que o SIPAC através do módulo Imóveis oferece as condições necessárias para atualização do SPIUNET**, com o diferencial de que no SIPAC também já são disponibilizadas as informações relativas às benfeitorias/edificações de forma individualizadas, identificados por SUB-RIPs, as quais corresponde a cada prédio existentes em cada imóvel, por campus, tendo em consideração os zoneamentos dos respectivos Planos Diretores, bem como as unidade isoladas.

Tabela 22 – Síntese do cadastro dos imóveis sob a gestão da UFRN		
Proprietário dos Imóveis	Cadastro SPIUNET (RIP individualizado)	Cadastro SIPAC (mesmo RIP do SPIUNET)
UNIÃO	05	05
UFRN	29	29
Terceiros (Locados pela UFRN)	14	14
SOMA	48	48

Quanto à distribuição espacial dos **Imóveis da União** estão apresentados na **Tabela 23**, a qual identifica a quantidade e os municípios onde os mesmos estão sediados, como veremos a seguir.

TABELA 23 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	34	33
	Caicó	3	3
	Currais Novos	1	1
	Nova Cruz	1	1
	Extremoz	1	1
	Macaíba	1	1
	Macau	2	2
	Natal	19	18
	Santa Cruz	3	3
	Santo Antônio	2	2
	Tangará	1	1
	DISTRITO FEDERAL	1	1
	Brasília	1	1
TOTAL BRASIL	35	34	

b. iii.iii. Evolução da regularização dominial no exercício de 2015

Em relação ao exercício de 2015 destacamos que apesar de ter havido evolução no que diz respeito a regularização patrimonial dos imóveis da União sob a gestão da UFRN, ainda estamos dependendo da conclusão dos processos de avaliações. Concluída essa fase, a etapa subsequente diz respeito a adoção de procedimentos de transferências sob a responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União. Como veremos a seguir:

O Campus de Nova Cruz continua em processo de regularização conforme já mencionado nos relatórios de 2013, 2014 e 2015. A UFRN realizou o georreferenciamento da área, bem como sua avaliação do imóvel estando seu respectivo laudo de avaliação em fase de análise por parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução da Ata do Pregão 04/2015.

Os imóveis denominados HUOL e MEJC, identificados sob os RIP's 1761.00010.500-9 e 1761.00285.500-5, respectivamente, são de propriedade da União, porém encontram-se em processo de transferência para o patrimônio da UFRN. O Envio dos laudos de avaliação àquela Secretaria (SPU) foi através do Ofício nº 005/2016-DMP, de 18/01/2016, dependendo somente de ações da SPU para se efetivar a sua regularização.

Na mesma situação encontra-se o imóvel denominado Residência Universitária - Mipibu, identificado sob o RIP 1761.00017.500-7, o envio dos laudos de avaliação à SPU/RN foi através do Ofício nº 005/2016-DMP, de 18/01/2016, dependendo daquela Secretaria (SPU) para se efetivar a sua regularização.

Quanto a Residência Universitária de Santa Cruz permanece a pendência de regularização cartorial, a qual encontra-se aguardando conclusão do processo nº 23077.042408/13-93, que diz respeito ao levantamento de dados relativos a construção da obra de engenharia em tramitação na Superintendência de Infraestrutura.

Além dos imóveis acima, encontram-se em processo de regularização os identificados a seguir: a) **Antiga Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (antigo MEIOS)** – Existe Processo Administrativo Número 23077.043823/2015-26, objetivando a reintegração de posse. Nesse caso como existe um processo de interdição do MEIOS, esta instituição está buscando uma audiência junto ao juiz do feito, para se possível fazer constar na sentença final a devolução do imóvel, situado a rua Apodí, Nº 448, a UFRN. b) **04 terrenos localizados no Cemitério Parque - Nova Descoberta** - regularizados junto a SEMSUR. Aguardando laudos de avaliação para cadastramento nos sistemas operacionais (SPIUnet e SIPAC).

b. iii.iv. Controle da despesa com a manutenção do patrimônio imóvel

Conforme mencionado nos relatórios dos exercícios anteriores a Administração da UFRN já tinha o diagnóstico de que se fazia necessário aprimorar os controles dos gastos nos imóveis e que a solução passava pela informatização do controle do patrimônio nos termos apresentados na Fig.1, fluxo iniciando-se no ponto 3 com a implementação de requisições de serviços de manutenção.

Os avanços ocorridos em 2014 e 2015 no processo de informatização levaram à implementação no Portal Administrativo (aba Requisições) da Requisição de Infraestrutura que possibilita o cadastramento de uma requisição de uma obra nova, de uma reforma ou a manutenção em prédio existente. A referida requisição, cujos detalhes podem ser observados na Fig.3, viabilizará a execução do fluxo apresentado na Fig.1, se tornou viável, com a conclusão da base de dados do patrimônio imóvel da UFRN.

SIPAC - Sistema Integrado de P... x SIPAC - Sistema Integrado de P... x

https://sipac.ufm.br/sipac/populaCadReqSupInfra.do?acao=441

http://www.jfrn.jus.br/... Mais visitados Primeiros passos !!!!!!! Search error! If th... Últimas notícias

JOAO BATISTA BEZERRA Orçamento: 2015 Módulos Caixa Postal Abrir Chamado

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD) (11.02) Portal Admin. Alterar senha Ajuda

PORTAL ADMINISTRATIVO > SOLICITAR SERVIÇO DE OBRAS/MANUTENÇÃO/MEIO AMBIENTE

Para cadastrar uma Solicitação de Serviços de Obras/Manutenção, selecione o Tipo de Requisição. Para requisição de obras é necessário informar uma fonte de recurso e uma justificativa, para requisições de manutenção deve-se informar o Tipo de Serviço a ser executado. Já para requisição de meio-ambiente informa-se o serviço da requisição. Para todos os tipos de requisição deve-se informar os dados do solicitante e a descrição da Obra/Manutenção.

Para visualizar os mapas de território e zoneamento [CLIQUE AQUI](#).

DADOS DA REQUISIÇÃO

Tipo da Requisição: * Obra Manutenção Meio Ambiente
Município: * -- SELECIONE --
 Clique aqui para mostrar os imóveis/terrenos isolados (que não estão inseridos em um Campus)

IMÓVEL

Imóvel/Terreno: * -- SELECIONE --
Inserir
: Remove

IMÓVEIS/EDIFICAÇÕES INSERIDAS

Tipo	Município	Campus	Imóvel/Terreno	Edificação/Benfeitoria	Zona	Usuário
(Nenhum Imóvel/Edificação inserido)						

SOLICITANTE

Nome: *
Telefone: * Ramal: *
E-Mail: *
Horário para Atendimento: *

TIPO DO SERVIÇO *

Viário	Instalações Elétricas e Telecomunicações	Serviços Gerais	Instalações Hidráulicas e Sanitárias
<input type="radio"/> Construção <input type="radio"/> Recomposição <input type="radio"/> Remoção <input type="radio"/> Sinalização	<input type="radio"/> Elétrica - Manutenção - Ponto de Iluminação <input type="radio"/> Elétrica - Manutenção - Ponto de Tomada <input type="radio"/> Elétrica - Nova Instalação - Ponto de Iluminação <input type="radio"/> Elétrica - Nova Instalação - Ponto de Tomada <input type="radio"/> Telecomunicação - Manutenção - Ponto de Lógica <input type="radio"/> Telecomunicação - Manutenção - Ramal <input type="radio"/> Telecomunicação - Nova Instalação - Ponto de Lógica <input type="radio"/> Telecomunicação - Nova Instalação - Ramal	<input type="radio"/> Pequena Construção <input type="radio"/> Pequena Reforma <input type="radio"/> Pintura <input type="radio"/> Marcenaria/Carpintaria <input type="radio"/> Outros	<input type="radio"/> Hidráulicas - Manutenção <input type="radio"/> Hidráulicas - Nova Instalação <input type="radio"/> Hidráulicas - Limpeza de Reservatório <input type="radio"/> Hidráulicas - Outros <input type="radio"/> Sanitária - Manutenção <input type="radio"/> Sanitária - Nova Instalação <input type="radio"/> Sanitária - Desobstrução <input type="radio"/> Sanitária - Outros

DESCRIÇÃO DA OBRAS/MANUTENÇÃO

Descrição: *

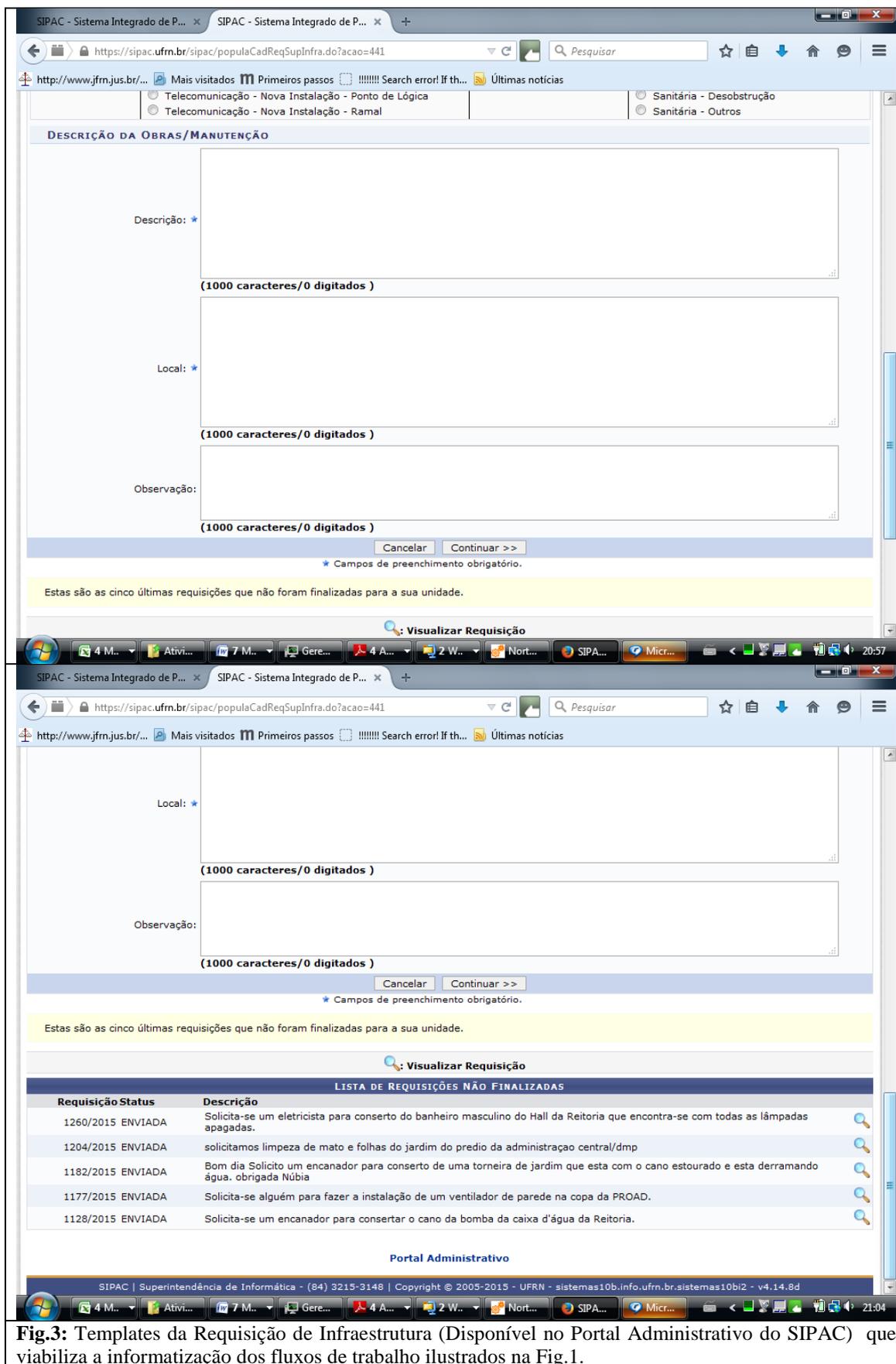


Fig.3: Templates da Requisição de Infraestrutura (Disponível no Portal Administrativo do SIPAC) que viabiliza a informatização dos fluxos de trabalho ilustrados na Fig.1.

A expectativa da Administração da UFRN era que ao final do exercício de 2015 seria possível, a partir de relatórios gerenciais do SIPAC, gerar as informações sobre as despesas com manutenção do patrimônio imóvel da UFRN, com detalhamento por cada campus e em cada

benefetoria de um determinado imóvel. Esse mesmo procedimento poderá ser realizado para os imóveis de particulares que estejam sob a gestão da UFRN em razão de contratos de locação. Mas uma vez essa expectativa se frustrou pela seguinte razão: o atraso na conclusão do aprimoramento no sistema operacional SIPAC da interface entre os fluxos da unidade de custo (almoxarifado) que concentra os insumos e sua saída destes para a unidade de destinação final cujos serviços estejam inseridos naquele prédio (setores/departamentos).

Quanto às despesas de reforma e manutenção destacamos um valor de **R\$ 2.622.776,22**, reforma de 3(três) imóveis, enquanto que o item de manutenção absorveu um montante de **R\$ 2.023.363,06**, para atender a demanda de 13 imóveis.

TABELA 24 -Quadro Demonstrativo das despesas com reforma e manutenção		
Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União		
Imóvel	Reformas	Manutenção
CAMPUS ÁREA I	-	58.518,94
CAMPUS ÁREA II	2.434.977,78	1.651.724,82
DOL	-	19.235,84
MUSEU CÂMARA CASCUDO	-	7.076,36
RESIDÊNCIA MIPIBU	-	536,75
RESIDÊNCIA PRAÇA	-	865,89
SINFO (ANEXO)	32.733,69	27.352,06
IMT/RN	-	1.480,14
CAMPUS CAICÓ	155.064,75	74.186,27
CAMPUS CURRAIS NOVOS	-	27.162,20
EAJ – MACAÍBA	-	131.473,38
HUAB	-	2.891,83
FACISA	-	20.858,58
TOTAL	R\$ 2.622.776,22	R\$ 2.023.363,06

b. iii.v. Acesso público sobre os imóveis de responsabilidade da UPC

Quanto a disponibilização de informações no sítio na Internet pertinentes aos imóveis de responsabilidade da UPC entendemos serem relevantes, uma vez que proporcionará ao público externo uma visão geral das ações desenvolvidas acerca da gestão patrimonial da Instituição, porém ainda não foi disponibilizada haja vista as informações ali constantes (Módulo Patrimônio Imóvel – SIPAC) ainda estarem em atualização, aguardando a finalização dos processos de avaliação dos imóveis da UPC. Ressalta-se que a partir de 2014 esta Instituição adotou uma política de gerenciamento do patrimônio imobiliário que vai além dos controles constantes nos moldes do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, levando em consideração todas as especificidades de uma Instituição de Ensino Superior onde fica evidenciado a diversidade de prédios aqui existente e que atualmente ainda encontra-se em verificação especificamente quanto a extração de relatórios.

b. iii.vi. Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Em relação aos riscos inerentes à gestão dos imóveis, bem como os controles para mitigá-los, entendemos que tais análises requerem, a priori, a conclusão dos processos de avaliação dos

nossos imóveis, bem como a conclusão do desenvolvimento do módulo no SIPAC de Planejamento de Obras/Reformas. Conforme ressaltado anteriormente, este módulo está em desenvolvimento e também está atrelado ao cadastro de imóveis, possibilitando que a alta gestão da UFRN possa prever as necessidades/demandas, capacidade orçamentária e financeira, despesas de custeio e/ou capital, fluxo das licitações, estabelecer prioridades e se for o caso revisá-las de acordo o fluxo de trabalho no âmbito da Superintendência de Infraestrutura. Espera-se que, tão logo esse módulo esteja concluído, juntamente com a conclusão dos processos de avaliação, a administração possa ter subsídios e mecanismos suficientes para implementar uma gestão de riscos em relação aos imóveis. É importante frisar também que para atingir tal objetivo, a gestão central seja capacitada quanto à gestão de riscos.

b. iii.vii. Expectativas para 2016

Conforme já mencionado nos relatórios dos exercícios anteriores, é incontestável a evolução do gerenciamento do patrimônio imóvel sob a responsabilidade da UFRN a partir da efetivação da Seção de Bens Imóveis na Diretoria de Material e Patrimônio-DMP e com o processo de informatização que vem sendo conduzido pela Superintendência de Informática.

A conclusão do processo licitatório do Pregão 04/2015 e a contratação das empresas vencedoras do certame licitatório para elaborar laudos de avaliação de imóveis oportunizou o andamento do processo de trabalho, além de viabilizar e/ou agilizar a atualização do patrimônio imóvel da UFRN, bem como a regularização dos imóveis da União que necessitam de transferência para o patrimônio desta UFRN.

Considerado o valor do investimento necessário para a reavaliação do patrimônio é fundamental que a Gestão da UFRN atue de modo a manter atualizado esse patrimônio mesmo com o crescimento contínuo vivenciado pela instituição. Visando alcançar essa meta a Administração da UFRN já está trabalhando com a Superintendência de Informática o desenvolvimento de um módulo no SIPAC de Planejamento de Obras/Reformas. Este módulo está em desenvolvimento e também está atrelado ao cadastro de imóveis, possibilitando que a alta gestão da UFRN possa prever as necessidades/demandas, capacidade orçamentária e financeira, despesas de custeio e/ou capital, fluxo das licitações, estabelecer prioridades e se for o caso revisá-las de acordo o fluxo de trabalho no âmbito da Superintendência de Infraestrutura.

b. iv. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A Tabela 25 apresenta os dados referentes aos imóveis de propriedade da UFRN cedidos, em sua fração total a terceiros através de contratos de cessão, ressaltamos que os imóveis denominados **Antiga Escola de Serviço Social** e **Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia** são objetos de contratos de cessão onerosa, enquanto que o imóvel denominado **Antiga Escola Industrial** foi cedido através de contrato de cessão gratuita. Essa cessão se deu com a intermediação da Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

A respeito do imóvel denominado **Antiga Escola de Serviço Social** destacamos que a ocupação por parte do cessionário Câmara Municipal de Natal vem ocorrendo desde a década de 80, a medida que a **Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia** também ocupada na mesma década, sendo que esse imóvel está sendo devolvido a esta Universidade e que atualmente encontra-se em fase a acerto de contas entre a UFRN e o Município de Natal.

Tabela 25 - Demonstrativo dos Imóveis Cedidos			
Nº RIP	1761.00304.500-7	1761.00395.500-3	1761.00446.500-0
DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	Antiga Escola de Serviço Social	Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia	Antiga Escola Industrial
ENDEREÇO	Rua Jundiáí, 546 – Tirol – Natal	Rua Coronel Bezerra, s/n - Cidade Alta	Av. Rio Branco, 743 - Cidade Alta
NOME DO CESSIONÁRIO	CMN	SEMUT	IFRN
PRAZO DE CESSÃO	01.08.2014	01.05.2018	20.12.27
CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL CEDIDO	Imóvel onde sediou a Antiga Escola de Serviço Social, composto por uma área de 2.610,00m ² , objeto de cessão onerosa de uso de bens público para instalação e funcionamento da Câmara.	Antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia composta por uma área de 1.039,66m ² , objeto de cessão onerosa de uso de bens público para instalação e funcionamento da Secretaria.	Antiga Escola Industrial composta por uma área de 2.540,50m ² , objeto de cessão gratuita de uso de bem imóvel destinado as atividades acadêmica de Centro Federal de Educação Tecnológica.
FINALIDADE DO USO	Instalação e funcionamento da Câmara Municipal de Natal.	Instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Tributação.	Atividades educacionais IFRN/UFRN.

Em relação ao uso dos benefícios auferidos com a cessão onerosa dos espaços apresentados na tabela 25, informamos que os mesmos são incorporados às receitas da UPC e utilizados nas suas diversas demandas, sem haver vinculação à sua utilização na unidade cedida, uma vez que os gastos com manutenções e reformas desses imóveis, contratualmente, são de responsabilidade dos cessionários. No que diz respeito ao tratamento contábil destacamos que a forma de arrecadação ocorre através de Guia de Recolhimento da União, na Unidade Gestora 153103, por meio do código 28.802-0, específico para efetivação das receitas de alugueis.

b.v. Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quanto à distribuição **espacial dos Imóveis Locados de Terceiros** estão apresentados na Tabela 26, a qual identifica a quantidade e os municípios onde os mesmos estão sediados, como veremos a seguir:

Tabela 26 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	RIO GRANDE DO NORTE	12	18
	Natal	8	12
	Parnamirim	2	2
	Caicó	1	1
	Santa Cruz	1	3
TOTAL BRASIL		12	18

Quanto aos imóveis sob a responsabilidade desta Instituição Ensino Superior em regime de locação de terceiros, evidenciamos a existência de 12 imóveis, muito embora foi formalizado 14 instrumentos contratuais, conforme **Tabela 27**, os quais destacamos que para os contratantes **Liga Norte Riograndense Contra o Câncer** e **Nizário Bezerra da Silva** foram firmados 2 contratos para cada imóveis, sendo que esse último foi formalizado um novo Instrumento Contratual dando continuidade ao 092/2010.

TABELA 27 - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE TERCEIROS					
	Nº CONTRATO	ENDEREÇO	FINALIDADE DO IMÓVEL	VALOR MENSAL	VALOR PAGO NO EXERCÍCIO 2015
1	52/2012	Locação do imóvel situado na rua Drª. Nívea madrugá, 2055 lagoa Nova - Natal	SEDIS	1.640,00	19.993,10
2	18/2014	Locação do imóvel situado Avenida Nascimento de Castro nº 2151- Lagoa Nova – Natal	Inst. Cérebro	10.443,33	126.428,33
3	002/2012	Locação do imóvel situado na rua Antonio Barros Cavalcanti, 2873 Cidade Jardim, Natal	Depto. História	3.449,00	41.274,66
4	81/2013	Locação do imóvel situado na Avenida Gustavo Guedes, 1880 Cidade Jardim – Natal	CRUTAC	7.422,00	81.573,00
5	006/2013	Locação do imóvel galpão situado na rua sinhorzinho nº 328, Parnamirim	DMP	12.295,00	146.932,00
6	01/2013	Locação do imóvel situado na rua das gardêneas, 1885 Lagoa Nova, Natal	Residência	2724,00	32.615,50
7	15/2011	Locação do imóvel situado à rua Xavier da Silveira, nº 688, Lagoa Nova	Neurociência	14.460,00	171.138,00
8	122/2011	Locação do imóvel galpão situado na rua Sinhorzinho nº 490 - Parnamirim	DMP	5.761,00	63.371,00
9	52/2011	Locação do imóvel (casa) situado na rua Professor João Machado, 2884, Capim Macio - Natal	SEDIS	2.951,00	19.996,41
10	09/2013	Locação do imóvel situado na rua Monte Sinal, nº 1.828, Lagoa Nova Natal	Esc. Ciência & Tecnologia	3.485,00	41.470,00
11	70/2013	Locação do imóvel situado na Avenida Drº. Carlindo de Souza Dantas, 540 - Caicó	Escola de Medicina MULTICAMPI	33.165,43	373.751,29

12	43/2015	Locação de parte do imóvel situado na avenida Dr. Carlindo de Souza Dantas, 540 - Caicó-rn, para expansão e dar continuidade as ações do curso de medicina no interior, na escola multicampi de ciências médicas do RN	Escola de Medicina MULTICAMPI	10.666,92	32.000,76
13	92/2010	Locação do imóvel (casa) situada na rua Trairi, 27-A- Santa Cruz	FACISA	1.750,00	15.750,00
14	53/2015	Locação do imóvel (casa) situada na rua trairi, 27-A Santa Cruz	FACISA	2.000,00	4.000,00
TOTAL				112.212,68	1.170.294,05

Quanto a justificativa da necessidade de locação dos referidos imóveis destacamos que esta Instituição vem trabalhando numa perspectiva de ir se livrando dessas despesas a medida que as obras de engenharia dos espaços físicos com essa finalidade forem sendo entregues, a exemplo do Instituto Internacional de Física e futuramente o Instituto de Neurociência.

Cabe informar ainda que algumas despesas com reformas, transformações e manutenções são assumidas pela Locatária, nos casos em que tais alterações sejam necessárias ao fim a que se destina o imóvel, sobretudo nos casos em que tais imóveis são utilizados na área acadêmica da instituição, os quais, por sua natureza, a exemplo da Escola de Medicina Multicampi, requerem intervenções e adequações para a finalidade a que se destinam. Ademais, conforme previsão nos contratos de locação celebrados com a UFRN, as benfeitorias voluptuárias não serão indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

b.vi. Informações sobre infraestrutura física

Intervenções e melhorias na infraestrutura em 2015

As obras desenvolvidas no ano de 2015 ofereceram melhorias a infraestrutura de instalações elétricas para atender às crescentes demandas de carga, geradas pelo aumento de equipamentos e melhorias dos laboratórios, destacam-se construção e reforma de subestações e reformas nas instalações elétricas de vários laboratórios.

Foram iniciados e tiveram continuidade obras de porte considerável para os laboratórios para o Instituto Internacional de Física, Novas Engenharias, Línguas e Medicina Tropical. Assim, aumenta a capacidade da Instituição de oferecer infraestrutura para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e cooperações. As reformas ofereceram um melhoramento nas áreas que tiveram expansão, aumentando a qualidade do ambiente de trabalho.

Em relação as áreas comuns, ocorreu a urbanização do entorno do parque poliesportivo, melhorando e dando acesso aos espaços já construídos anteriormente. Além disso, a construção de rotas acessíveis, passarelas, sinalização tátil, instalação de paraciclos e muros de contenção. Houve um empenho em alterar as condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Em construção temos o reservatório de água situado na zona central, do Campus Universitário em Natal/RN, que servirá para redistribuir o atendimento diante da expansão ocorrida nos últimos anos.

Contribuindo para a sustentabilidade, foram iniciadas as construções de abrigos para resíduos sólidos, de forma a garantir condicionamento adequado e ambiente salubre ao entorno das edificações.

Nas unidades do interior, temos a conclusão do Restaurante Universitário, garantido apoio da SIN às atividades de assistência estudantil da UFRN. Melhorias no prédio no qual funciona o Curso de Medicina Multicampi, subestações elétricas e diversas reformas,

Na Superintendência de Infraestrutura foram instituídas comissão para padronização de procedimentos e reestruturação interna, visando melhorar a gestão de processo e procedimentos, reduzindo serviços extraordinários e eficiência na execução de contratos administrativos. Também há previsão de seminários junto aos servidores e demais colaboradores para apresentação da missão e visão da unidade, bem como seu planejamento estratégico

c. Gestão de Tecnologia da informação

Constata-se nos últimos anos uma tendência ao aumento da necessidade de mecanismos de governança de Tecnologia da Informação – TI no setor público, em todas as suas esferas, mecanismos esses voltados para o planejamento e controle das atividades dessa área e que possibilitam decisões consistentes e efetivas com impacto em maior padronização dos processos, serviços e projetos organizacionais de TI.

Nesse sentido, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI é uma ferramenta organizacional que possibilita uma maior clareza quanto às prioridades da área de TI de um órgão público, sendo, portanto, essencial para que mecanismos de governança bem-sucedidos sejam implantados. O plano permite, ainda, o acompanhamento das prioridades em alinhamento com a estratégia da organização pública.

O presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI foi elaborado no ano de 2015 a partir de diagnósticos da área de Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, por meio do detalhamento de suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, além do levantamento e priorização de suas diversas necessidades mediante apuração de informações junto à comunidade acadêmica e administrativa e aos gestores de TI da Instituição, bem como a partir de consultas e análises de documentos estratégicos e operacionais da UFRN.

Nessa perspectiva, foi possível identificar as prioridades relacionadas às necessidades da área de TI da Instituição por meio de um inventário de necessidades de informações, serviços, infraestrutura e contratações de pessoal, o qual resultou no estabelecimento de um plano de metas e ações a serem realizadas nos distintos *campi* da UFRN, sejam eles estabelecidos na cidade de Natal ou nas cidades de Caicó, Currais Novos, Santa Cruz e Macaíba.

As ações relacionadas a TI estão alinhadas aos objetivos institucionais da UFRN definidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e em seu Plano de Gestão, bem como às demais demandas da comunidade acadêmica e gestores de TI durante o seu processo de desenvolvimento.

As necessidades levantadas junto à comunidade acadêmica e administrativa da UFRN estão em acordo com os princípios e diretrizes aplicáveis ao planejamento e à estrutura organizacional da Superintendência de Informática – SINFO, órgão responsável por grande parte das atividades relacionadas a TI na instituição.

Cumprir frisar que a Tecnologia da Informação tem um papel fundamental no planejamento e na implantação das estratégias institucionais, atuando como área de apoio essencial desde a execução das atividades rotineiras e operacionais até a tomada de decisões de natureza estratégica. Atender às necessidades priorizadas durante a elaboração deste planejamento é um dos grandes desafios apresentados aos gestores dessa área e da Instituição em geral. Para tanto, o primeiro dos compromissos assumidos foi promover o alinhamento entre a TI e os objetivos e as diretrizes estratégicas definidas no PDI 2010-2019 da UFRN.

O alinhamento entre o Plano Estratégico de TI e o Plano Diretor podem ser descritos pelas seguintes ações:

- Implantação de um novo modelo de governança de TI, baseado nas melhores práticas (COBIT e ITIL);
- Investimento no aumento da produtividade, usabilidade, acessibilidade e otimização dos recursos de TI;
- Garantia do atendimento de qualidade aos usuários;
- Melhoria contínua da infraestrutura de TI;
- Garantia de segurança da informação;
- Aprimoramento qualitativo e quantitativo dos Recursos Humanos da área de TI da UFRN;
- Aperfeiçoamento do processo de planejamento de TI e o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- Disponibilidade e integridade das informações;
- Aprimoramento da integração dos sistemas de informação da Instituição aos processos e outros sistemas do Governo Federal;
- Fortalecimento à participação da TI na área de planejamento;
- Melhoria no relacionamento da TI com as áreas de negócios da instituição;
- Melhoria contínua do processo de contratação e execução dos serviços de TI;
- Aperfeiçoamento dos sistemas SIG/UFRN.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

O Comitê Gestor de TI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é um órgão colegiado de natureza consultiva, propositiva e de caráter permanente, instituído pela Resolução no 056/2011-CONSAD, de 15 de dezembro de 2011, sendo responsável pelo planejamento institucional na área de Tecnologia da Informação. Ele é composto por 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral, que presidirá o CGTI; 02 (dois) representantes escolhidos no âmbito das Pró-Reitorias de Administração, de Gestão de Pessoas e de Assuntos Estudantis; 02 (dois) representantes escolhidos no âmbito das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão Universitária; 01 (um) representante da Secretaria de Educação a Distância; 02 (dois) representantes da Superintendência de Informática; 01 (um) representante dos Hospitais Universitários e 04 (quatro) representantes da área acadêmica, preferencialmente com formação na área de informática, com atuação nas áreas de sistemas de *software*, redes de computadores, infraestrutura de comunicação de dados e segurança da informação.

A principal função do comitê Gestor de TI foi a construção do PDTI. Como o mesmo foi aprovado apenas em 2016, somente a partir desse exercício teremos comissão instituída para então demonstrarmos as principais decisões tomadas pelo Comitê. Nesse sentido, segue algumas responsabilidades e principais linhas que o comitê poderá atuar:

- Implantação e acompanhamento de um modelo decisório de priorização das demandas de melhoria dos sistemas institucionais de gestão advindos das diferentes unidades administrativas e acadêmicas da UFRN, tendo como referência as diretrizes estratégicas da UFRN, respaldo legal, e aspectos como nível de gravidade, urgência e tendência quanto à demanda solicitada;
- Implantação e acompanhamento da política de segurança da informação através dos seus diversos mecanismos, bem como do Plano Diretor de TI da UFRN e suas metas;
- Implantação e acompanhamento do processo de aquisições (compras) de ativos de tecnologia da informação advindos de diversas unidades acadêmicas e administrativas da UFRN, garantindo que este processo tenha maior transparência e efetividade durante a captura de demanda, seleção de fornecedores e gestão de contratos;
- Definição e implantação de novas tecnologias e frameworks tecnológicos, seja em nível de sistemas corporativos ou infraestrutura de TI, de maneira a padronizar sua adoção e disseminação pelas diferentes unidades de TI da UFRN.

O Comitê Gestor desenvolveu em 2015 as seguintes atividades: levantamento de informações documentais, tendo sido consultadas fontes secundárias como documentos estratégicos, documentos de natureza técnica e documentos de natureza administrativa e a realização de um diagnóstico por meio de entrevistas com gestores de TI, colaboradores da SINFO, coordenadores e técnicos das unidades locais de Suporte, no intuito de compreender a perspectiva dos integrantes da Instituição quanto às suas necessidades.

Realizou-se, também, um levantamento das necessidades de infraestrutura (principalmente redes e *hardware*), informações (*softwares* e sistemas integrados de gestão) e serviços de TI, por meio de questionário aplicado em uma amostra que compreendeu todas as unidades organizacionais da UFRN, envolvendo um total de 2.536 pessoas, entre gestores, técnicos administrativos, professores e alunos. Foram realizadas aproximadamente 25 reuniões, uma audiência pública com diversos setores relacionados a TI na UFRN, a partir da qual, o documento preliminar foi disponibilizado para sugestões no *website* da SINFO.

Os dados apreendidos nessas distintas estratégias de coleta foram analisados e validados sistematicamente, durante reuniões entre os membros do comitê gestor da TI da UFRN, demais participantes e pesquisadores envolvidos na elaboração deste Plano, para estruturação dos objetivos de TI, necessidades e ações necessárias.

c.i Principais Sistemas de Informação:

A UFRN possui três sistemas principais SIGAA (Sistema de Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas), SIPAC (Sistema de Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos) e SIGRH (Sistema de Integrado de Gestão de Recursos Humanos). Todos os sistemas tem por responsável técnico o Professor Gibeon Soares de Aquino Junior Diretor de Sistemas da SINFO, e responsáveis negociais pelos sistemas Administrativos, os seguintes Professores: Anailson Márcio Gomes - Pró-Reitor de Administração, João Emanuel Evangelista de Oliveira - Pró-Reitor de Planejamento, Mirian Dantas dos Santos - Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e pelo sistema acadêmico, os Professores: Maria das Vitorias Vieira Almeida de Sá - Pró-Reitora de Graduação, Rubens Maribondo do Nascimento - Pró-Reitor de Pós Graduação, Valter José Fernandes Júnior - Pró-Reitor de Pesquisa, Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes - Pró-Reitora de Extensão e Edmilson Lopes Júnior - Pró-Reitor de Assuntos estudantis.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas:

O SIGAA informatiza os procedimentos, na área fim da instituição, a área acadêmica através do ensino de: graduação, pós-graduação (*stricto e lato sensu*), ensino médio e infantil. Submissão e controle de projetos e bolsas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle de projetos de ensino (*monitoria e inovação*), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.

SIPAC - Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos:

O SIPAC dispõe de operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFRN, integrando a área administrativa desde a requisição de material, diárias, passagens, material informacional dentre outras operações, até o controle do orçamento distribuído internamente. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitação, boletins de serviços, liquidação de despesas, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e controle de veículos, memorando eletrônico dentre outras funcionalidades. Esse sistema representa grande avanço para administração da universidade, permitindo o controle efetivo dos procedimentos administrativos.

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos:

O SIGRH tem por objetivo informatizar os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculo de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento,

controle de frequência, concursos, capacitações, atendimento on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o SIAPE (Sistema de Âmbito Nacional).

d. Plano de Capacitação de Pessoal de TI

O Plano de Capacitação de TI desenvolveu a qualificação técnica necessária para atender as demandas de sistemas e redes da Instituição, por meio de palestras com abordagem dos seguintes temas: Tratamento de Arquivos e Fotos do Sistema, Gestão da Sustentação do SIGAA, usando *Kaban – Grandle* – Mudanças nos Sistemas SINFO, Arquitetura SINFO, Barramento de Serviço, Apresentação Frameworks Produtividade; Treinamento de *Git* e Treinamento dos Novos Processos de Desenvolvimento com as seguintes temáticas: Novo Ambiente de Desenvolvimento SINFO; Introdução à Integração Contínua; Trabalhando com *Branches* para Integração Contínua; Treinamento Geral do Controle Diversão *Git*; Revisão de Código do *GitLab* e *Build*. Foram realizadas também, Capacitações Externas, através da participação de servidores em cursos e eventos na área de TI.

e. Quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, conforme respectivos vínculos

servidores (31); contratados pela Fundação (69); estagiários SINFO (73); estagiários UFRN – CONSAD (10); estagiários UFRN de Apoio Técnico (04).

f. Processos de gerenciamento de serviços de TI

Os processos de gerenciamentos de TI são realizados pela equipe de suporte responsável pelos atendimentos de todas às solicitações da comunidade acadêmica. Compete a SINFO: identificar o erro e encaminhar a solução; avaliar as sugestões ou nova funcionalidade; auxiliar o usuário na utilização dos sistemas e solucionar possíveis problemas; abertura de tarefas para registro das demandas; fazer o controle de qualidade.

A equipe de suporte mantém atualizado os sistemas *Wikisistemas* (www.info.ufrn.br/wikisistemas) e o *Wikiredes* (wikiredes.info.ufrn.br), que são ferramentas *on-line*, nas quais constam os questionamentos e as informações referentes aos sistemas. Os registros das demandas atendidas são realizadas através do Iproject (<http://www.iproject.ufrn.br/>), constituindo-se ferramenta de gerenciamento e controle das solicitações atendidas.

g. Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

Os investimentos para projetos de sustentação e melhorias tanto de sistemas quanto de redes da Superintendência de Informática (SINFO) representaram o montante de R\$ 5.918.385,41 para pagamento de pessoal no ano de 2015, representados os principais em tabela a seguir. Tais recursos são aplicados em ações permanentes e continuadas com prazos definidos por tarefa que levam de minutos a meses a depender da prioridade e complexidade e são acompanhadas por meio da ferramenta de projeto iProject, desenvolvida também por essa superintendência.

Assim, as demandas são sazonais, ou seja, fora do controle da SINFO, podendo mudar de prioridade com base nas necessidades dos usuários e adequação a legislações, por exemplo. Nesse sentido, os valores não estão sendo representados por projetos, porque as equipes são flexíveis, embora estejam bem definidas para as principais áreas de sistemas, como administrativa, de recursos humanos e acadêmica; e de redes, como conectividade, datacenter e serviços, além da

equipe de pesquisadores. As pessoas podem passar de uma equipe para outra, de um projeto para o outro, a depender do que a situação exige.

Em relação ao investimento em Infraestrutura de datacenter para melhoria do parque tecnológico e sustentação dos sistemas institucionais, foi feito um investimento em 2015 no montante de R\$1.680.555,56 tendo sido inaugurado em maio/2015.

TABELA 28 - PRINCIPAIS PROJETOS DE TI EXECUTADOS EM 2015		
PROJETO	RESULTADOS ESPERADOS	ALINHAMENTO COM PLANO ESTRATÉGICO
Sistemas de BI	Ferramenta disponível com geração de relatórios dinâmicos através de gráficos visuais para informações sobre os processos internos da SINFO (sistema <i>iproject</i>)	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Framework de mineração de métricas de contribuição para desenvolvedores;	Quantidade, complexidade e qualidade de contribuições de código pelos desenvolvedores, avaliando por meio de planilha produzidas semanalmente das contribuições dos desenvolvedores e avaliação de indicadores por experiência como sendo acima, abaixo ou na média.	
Ferramenta para mineração de degradação arquiteturas de desempenho;	Análise de atributos de qualidade (desempenho, confiabilidade, segurança) específicos; Análises estáticas e dinâmicas (instrumentação) automatizadas de código-fonte.	
Ferramenta para análise de conflitos de merge de código em linhas de produto de software clonadas	Avaliação e recomendação de merges para integração de versões independentes (diferentes instituições) dos SIGs.	
Gamificação de atividades de alunos e professores no sistema de Levantamento das necessidades de capacitação	Aumento na participação por demandas de capacitação por docentes da instituição.	Apoio à Meta 1 (PDI 2011-2019) Elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação em 12,9%, passando de 62% em 2014 para 70% em 2019. Estratégia: Promover a capacitação docente, com atualização das práticas pedagógicas e o uso eficiente das tecnologias educacionais.
Ferramenta de análise de log dos sistemas da UFRN;	Estatísticas.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Módulos/Funcionalidades SIGRH (10): Escritório de Ideias, Assistência ao Servidor, Progressão Docente, Agenda PROGESP, Banco de Talentos, Remoção, Banco de Vagas, Adequação de Concurso, Capacitação e Ponto Eletrônico;	100% dos Módulos disponíveis.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Módulos/Funcionalidades SIGAA (5): Integrado, Fundamental, Portal familiar, Novo		Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.

Design para o portal discente, Reformulação do módulo Estagio;		
Módulos/Funcionalidades SIPAC (5): Protocolo Integrado, Alteração do NUP, Processo eletrônico em consonância com o decreto 8539/2015 Segurança do Trabalho, Deposito (fluxo de armazenamento de material), e Planejamento de Obras.		Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Infraestrutura/Segurança: Gerenciamento de liberações de serviços, monitoramento dos ataques e bloqueios realizados a UFRN.	Elevar velocidade das respostas a incidentes de segurança, e permitir análise dos ataques.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Infraestrutura/Serviços: Suporte aos sistemas de e-mail e DNS na criação e manutenção dos domínios da UFRN.	Permitir que unidades de TI fora da SINFO possam gerenciar de forma segura e efetiva seus domínios DNS e de e-mail.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Infraestrutura/Conectividade: Implantação Roteamento OSPF no backbone da UFRN, expansão da solução de rede sem fio.	Modernizar o sistema de roteamento da UFRN de modo a aumentar a disponibilidade da rede.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Infraestrutura/Datacenter: Gerenciamento da infraestrutura e disponibilização de poder computacional para a demanda da UFRN.	Permitir à equipe de Datacenter administrar os recursos computacionais, oferecendo-os em forma de máquinas virtuais à comunidade. Isso é feito de um modo a melhor utilizar e compartilhar os recursos existentes.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Infraestrutura/VoIP: Implantação do sistema de telefonia IP, integrado ao Fone@RNP.	Modernização do sistema de telefonia da UFRN, usando soluções livres fornecidas pela RNP.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.
Implantação do novo datacenter na SINFO, no IMD para garantir a redundância dos dados e no Instituto internacional de física, devido à demanda interna.	Elevar o nível de resistência do Datacenter a incidentes de segurança, permitindo maior disponibilidade e maior capacidade de backups.	Apoio à Meta 17 (PDI 2011-2019) Modernização da gestão universitária.

Os aprimoramentos nos sistemas integrados de gestão da UFRN, tendo em vista o atendimento às necessidades de informação da Instituição, implementou em 2015 as seguintes medidas:

- Novas funcionalidades de Programa de Educação Tutorial – PET e Programa de Melhoria do Ensino – PIBID;
- Módulo Monitoria (SIGAA);
- Integração do SIGED com o SIGAA;
- Melhorias na funcionalidade de curso e concurso - Pagamento - Módulo Cadastro (SIGRH);
- Criação da Turma Virtual para capacitação - Módulo Capacitação (SIGRH);
- Adaptação do ponto eletrônico para as regras definidas pelo MPOG e CGU (SIGRH);
- Novas demandas do FNDE (SIGRH);

- Adaptação do módulo de férias (SIGRH);
- Aumentar integração com o SIGRH e o SIAPE;
- Implantação da carga da fita espelho no SIGADMIN para instituições sem SIGRH;
- Padronizar os relatórios de consultas de servidores (SIGRH);
- Reestruturação do módulo de Auditoria;
- Extensão de funcionalidades no módulo de Bolsas (relatórios, planejamento etc.) (SIPAC);
- Criação de uma funcionalidade de gerenciamento de custos dos imóveis (SIPAC);
- Nova funcionalidade de controle de mão de obra - Módulo de Contratos (SIPAC);
- Aprimoramento (melhoria) nos processos de meio ambiente (coleta de lixo, cadastro de laboratórios de resíduos químicos etc.) - Módulo de Infraestrutura (SIPAC);
- Integração do SIPAC com os sistemas estruturantes: Compras com Comprasnet, Materiais com SIDEC, Intenção de Registro de Preço com Comprasnet;
- Criar funcionalidade de coletor de dados para *mobile* para realizar Patrimônio (SIPAC);
- Adaptação do módulo Orçamento para utilização do vetor de custos do SIAFI;
- Novo módulo de Planejamento de Obras (SIPAC);
- Novo controle de prestação de contas de requisições de viagens (SIPAC);
- Validação e finalização do novo módulo de Editora;
- Melhoria no desempenho de operações que envolvem muitas informações SIPAC.

h. Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Como solução de mitigar dependências tecnológicas, a Superintendência de informática desenvolve soluções de sistemas, infraestrutura e redes por meio de sua equipe, não contando com empresas terceirizadas para prestação de serviços de TI e realiza capacitação de seus funcionários para manter-se apta e oferecendo serviço eficiente e eficaz para toda comunidade universitária.

i. Manutenção dos sistemas de informação da UFRN.

A manutenção dos sistemas é realizada pelas próprias equipes de desenvolvimento e de suporte da SINFO (em nível de sistemas) e pela equipe de infraestrutura para manutenção dos servidores. Os principais riscos e respostas identificados em relação a manutenção foram as seguintes:

TABELA 29 - PRINCIPAIS RISCOS E RESPOSTAS	
RISCOS	RESPOSTA
Sistema indisponível por erros de código para muitos usuários	Rapidez na resolução destes incidentes pela alocação de desenvolvedores especialistas e <i>scripts</i> de correção pré-definidos. Além disso, a informação da indisponibilidade é automaticamente enviada para equipe de desenvolvimento quando ocorrem.
Sistema indisponível por grande quantidade de acesso	No caso de Serviços de Redes, a Equipe de Serviços, em conjunto com a de Segurança tenta identificar a origem da sobrecarga de acessos. Em caso de ataque DOS, são tomadas medidas contingenciais tanto no firewall como nos switches. Em caso de sobrecarga não ligada a ataque, equipe de Datacenter eleva os recursos de processamento, memória e mesmo novas máquinas virtuais para atender à demanda.
Sistema indisponível por indisponibilidade física da rede	Caso o sistema automático de roteamento (BGP/OSPF/RIP) não funcione, a equipe de conectividade identifica a origem do problema e realiza manutenção.
Sistema indisponível	Equipe de resposta à incidentes de segurança inicia procedimentos

por invasões	de contingência, tentando identificar e bloquear a origem do ataque, ao mesmo tempo em que toma medidas para reverter possíveis alterações nos sistemas. Posteriormente é realizada verificação do <i>modus operandi</i> do ataque e estudo com objetivo de elevar o nível de segurança do sistema.
--------------	---

Fonte: SINFO

Todos os riscos descritos na tabela são aqueles de alta probabilidade de ocorrência e alto impacto.

d. Gestão de Ambiental e Sustentabilidade

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte possui uma política de sustentabilidade ambiental bem consolidada e em constante processo de melhoria. Para desenvolvimento das atividades essenciais à gestão ambiental, a UFRN conta, dentro da sua estrutura organizacional de uma Diretoria de Meio Ambiente, sendo esta ligada à Superintendência de Infraestrutura. Dentro desse panorama estão consolidadas atividades de monitoramento da qualidade da água; controle de zoonoses e insetos vetores; limpeza pública e manejo de resíduos sólidos domésticos e perigosos; programa de arborização urbana; tratamento de efluentes e reuso de efluente tratado; e Programa de educação Ambiental.

Para cada um dos eixos citados existem profissionais envolvidos na medição, avaliação, estabelecimento de protocolos e tecnologias mais adequadas, recuperação, memória e recursos envolvidos, estando comprometidos com a melhoria contínua das técnicas utilizadas e diagnósticos realizados. Cabe informar, ainda, que, para todos os eixos citados, a UFRN é fiscalizada externamente pelos órgãos ambientais e de saúde competentes, sempre à luz da legislação vigente.

Em se tratando da qualidade água, a Superintendência de Infraestrutura realiza mensalmente a análise de sete parâmetros (cloro livre, sólidos totais dissolvidos, turbidez, pH, nitrato, coliformes totais e coliformes fecais) em pontos de coleta distribuídos pelo Campus Central, Campus Saúde e unidades isoladas (MCC, CRUTAC etc.). Além disso, existe o tratamento da água nos pontos de captação (poços e reservatórios elevados) através da dosagem de cloro em pastilha, garantindo melhores condições da água distribuída à comunidade universitária.

As atividades de controle de zoonoses e insetos vetores consistem na identificação e dedetização de pragas urbanas (baratas, escorpiões etc.) através de empresa especializada, na inspeção rotineira e destruição de criadouros de mosquitos e na cooperação nas atividades propostas pelo Centro de Controle de Zoonoses do município de Natal.

Todo o resíduo produzido no Campus Central da UFRN está sujeita ao Programa de Gestão Integrada de Resíduos (PROGIREs), que é associada à atividades ligadas à Coleta Seletiva Solidária, em consonância com o Decreto 5.940/2006. Anualmente mais de 100 toneladas de resíduos recicláveis da UFRN são destinados para serem aproveitados pelas Cooperativas de Catadores, gerando renda e emprego às famílias associadas. Os resíduos inservíveis são destinados ao aterro sanitário metropolitano (BRASECO) localizado no município de Ceará-mirim/RN.

Além dos resíduos comuns, existem os resíduos perigosos, que consistem em resíduos químicos e de saúde. A logística envolvida na gestão dos resíduos químicos consiste na solicitação formal do laboratório/centro para a coleta do resíduo produzido, análise da natureza do resíduo pelo técnico e posterior segregação, transporte e destinação final por empresa especializada contratada.

No tocante à arborização urbana, a Superintendência de Infraestrutura é responsável pela produção de mudas florestais, em especial às de origem nativa da Mata Atlântica e Caatinga norte-rio-grandense, e seu posterior plantio e manutenção, aumentando a área verde existente e melhorando a qualidade ambiental percebida. Além disso, a arborização é sujeita à poda de higienização (extração de pragas), de manutenção (anulação de atrito com a infraestrutura urbana

existente, adequação às condições de acessibilidade) e de segurança (risco de queda, sinistros, espécies tóxicas).

Todo o esgoto produzido no Campus Central é encaminhado para uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) própria. É importante destacar que todo o efluente tratado tem como destino final a irrigação da área do entorno da ETE bem como dos campos de futebol, diminuindo a demanda de água e fazendo um uso sustentável do efluente final.

A UFRN participa ativamente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), tendo uma comissão gestora designada pela Portaria nº 166/14-R, de 28 de janeiro de 2014, para tratar desse assunto. Ademais é importante informar que a UFRN já recebeu o “Selo Verde” do Ministério do Meio Ambiente, estando na lista divulgada através do link: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10320-selo-a3p-lista-do-selo-verde>.

A UFRN ainda não dispõe de um Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), entretanto foi criada uma comissão para tratar desse assunto através da Portaria nº 2.209/15-R, de 4 de Novembro de 2015.

Mesmo não havendo PLS, a UFRN tem adotado diversos critérios, práticas e diretrizes para a promoção da sustentabilidade na sua gestão, aperfeiçoando a coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, de modo a considerar a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado. Citam-se a racionalização, inventário físico financeiro, compra compartilhada, reutilização de bens além da coleta seletiva solidária.

A UFRN mantém atualizado seu inventário de bens e materiais, buscando aperfeiçoar as especificações para aquisição de produtos similares que possuam menor impacto ambiental. Cita-se como exemplo as novas especificações incorporadas no processo de compra compartilhada (PROCESSO Nº 23077.056782/2013-76) para aquisição de mobiliário, onde é exigida a comprovação de procedência da madeira através de apresentação de CERTIFICADO FLORESTAL DE CADEIA DE CUSTÓDIA, emitida pelo fabricante da madeira utilizada, ou documento de origem florestal emitido pelo IBAMA, do selo madeira legal, ou ainda outros certificados emitidos por órgãos de controle ambiental.

Além disso, existem iniciativas em aperfeiçoar o Edital de contratação de obras e reformas da UFRN incluindo a exigência de apresentação, por parte da empresa vencedora do certame, de um PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), e, fiscalizar sua adequada execução em todas as obras, condicionando o pagamento das medições ao seu cumprimento.

Acrescenta-se que nos procedimentos de contratação de obras e serviços, bem como de bens e produtos, atualmente são adotados os seguintes critérios:

- As especificações utilizadas para os revestimentos, bancadas e divisórias das edificações são definidas com a utilização de materiais da região;
- As empresas deverão utilizar obrigatoriamente agregados reciclados nas obras públicas e/ou serviços de engenharia sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior aos agregados naturais nos termos do § 3º do art. 4º da IN nº 01/10 da SLTI, exceto em peças estruturais;
- Deverá haver emprego prioritário de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias – primas de origem local, nos termos do art. 12, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, e § 1º do art.4º da IN nº 01/10, da SLTI;
- Aparelhos condicionadores de ar tipo *split* são adquiridos com exigência de classificação INMETRO de eficiência energética maior possível de modo a não infringir a competitividade dos certames licitatórios;
- As instalações elétricas das novas edificações, bem como daquelas que sofrem intervenções (reforma, recuperação, reparos) são dotadas de lâmpadas e luminárias eficientes (menor consumo de energia);

- As instalações hidráulicas das novas edificações, bem como daquelas que sofrem intervenções (reforma, recuperação, reparos) são dotadas de torneiras automáticas e/ou antivandalismo.

Diante de todas as informações acima citadas, entende-se que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte está bem colocada frente às questões ambientais, uma vez que já desempenha um extenso leque de atividades voltadas a gestão ambiental sustentável.

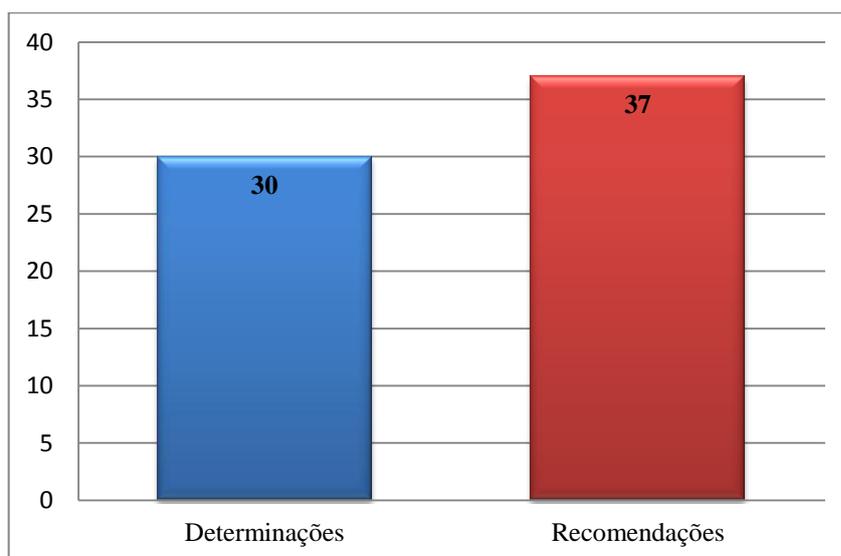
9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

a. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

- **Visão Geral sobre as Deliberações feitas pelo TCU em Acórdãos do Exercício de Referência**

Durante o exercício de 2015 o TCU emitiu 67 (sessenta e sete) deliberações destinadas à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, conforme pode ser observado no gráfico 1

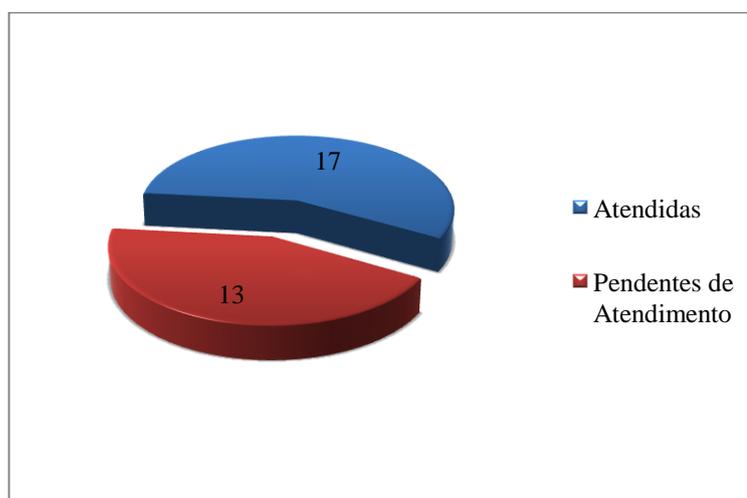
Gráfico 1 - Deliberações TCU - UFRN - 2015



Fonte: Controles – Auditoria Interna/UFRN

Com relação às Determinações, das 30 (trinta) recebidas, 17 (dezessete) foram consideradas como atendidas ao passo que 13 (treze) permanecem pendentes de atendimento, conforme pode ser observado no Gráfico 2:

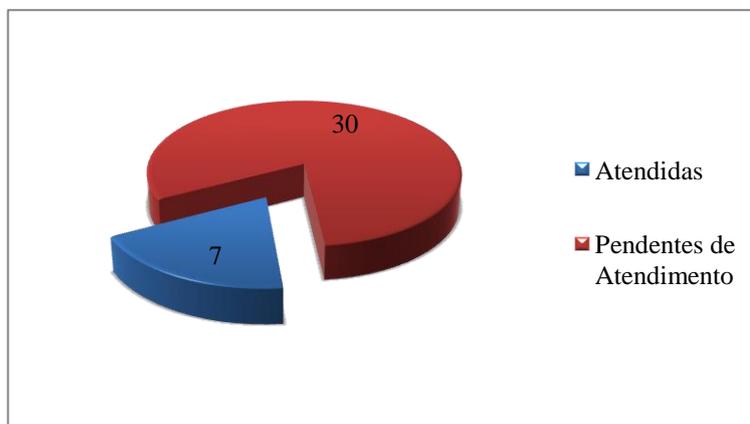
Gráfico 2



Fonte: Controles – Auditoria Interna/UFRN

Em se tratando das Recomendações, das 37 (trinta e sete) recebidas, apenas 7 (sete) foram consideradas como atendidas, ao passo que, 30 (trinta) ainda permanecem pendentes de atendimento, conforme se observa no gráfico 3:

Gráfico 3 - Recomendações TCU - 2015



Fonte: Controles – Auditoria Interna/UFRN

Entretanto, vale salientar que das trinta recomendações pendentes de atendimento, 19 (dezenove) ainda não tiveram suas unidades notificadas para informar as providências adotadas, uma vez que ainda estavam dentro do prazo de atendimento estabelecido nos respectivos Acórdãos do TCU.

- **Formas que a UFRN dispõe para o efetivo Acompanhamento das Deliberações do Tribunal e Recomendações do OCI**

A UFRN realiza o monitoramento das deliberações do TCU, bem como das recomendações da CGU, através do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC. Tal sistema vem sendo ajustado para melhor atender as necessidades dos usuários interessados (Auditoria Interna e demais unidades responsáveis por alguma deliberação).

O Gabinete da Reitoria é a unidade responsável por recepcionar os ofícios enviados pelos órgãos de controle que encaminham os Acórdãos (TCU) e os Relatórios (CGU). Nesta unidade, há servidores destacados para o acompanhamento dos prazos estipulados.

Após o recebimento, o Gabinete encaminha às unidades interessadas e à Auditoria Interna para conhecimento e inserção no SIPAC. Normalmente é marcada reunião para discussão, estabelecimento das estratégias para o pleno atendimento e identificação dos responsáveis por cada deliberação.

A Auditoria Interna tem a incumbência de notificar as unidades responsáveis, através de um módulo do SIPAC denominado “Auditoria e Controle Interno”, para que informem as providências adotadas, visando o acompanhamento de cada determinação/recomendação.

- **Deliberações do TCU decorrentes de julgamento de Contas Anuais de Exercícios Anteriores que estejam pendentes de Atendimento**

A UFRN teve suas contas julgadas nos exercícios de 2007 a 2013, as quais já foram devidamente analisadas pelo TCU. Entretanto, existem duas deliberações referentes a estes processos de contas que permanecem pendentes de atendimento, conforme se observa nos seguintes quadros:

Quadro 1 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-021.338/2010-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)	11304/2011 - SEGUNDA CÂMARA	1.6.1.3	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral - PROPLAN				
Descrição da determinação/recomendação				
1.6.1. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN que adote as seguintes providências: 1.6.1.3. nos próximos instrumentos celebrados com a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – Funpec, opte por contrato ou convênio, observando rigorosamente os ditames da legislação aplicável a cada modalidade, em especial, a Lei 8.666/1993, para contratos, e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT 127/2008, para convênios;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Reafirmamos mais uma vez que os contratos acadêmicos firmados entre a UFRN e a fundação de apoio constituem verdadeiros acordos de cooperação, com a finalidade de agilizar e flexibilizar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, previstas nos projetos acadêmicos desenvolvidos pela comunidade universitária, mediante a gestão administrativa e financeira dos recursos repassados. Apesar da singularidade desses instrumentos contratuais, esclarece-se que a UFRN observa com regularidade e rigor os ditames legais previstos para os contratos e para os convênios que são celebrados com a fundação de apoio. Mais especificamente, o fundamento legal está baseado no Art. 24, Inciso XIII, da Lei 8666/1993 e suas alterações, bem como às normas da Lei 8958/1994, do Decreto 7423/2010, do Decreto 94664/1987, da Lei 4320/1964, da Lei 12772/2012, da Lei 10973/2004, do 5563/2005, do Decreto 93872/1986, da Lei 10192/2001, do Decreto 6170/2007, da Resolução 148/2008-CONSEPE/UFRN, da Resolução 250/2009-CONSEPE/UFRN, da Portaria 823/2011-R/UFRN, da Resolução 028/2011-CONSAD/UFRN, do Acórdão 2731/2008-TCU e, quando pertinente, da Portaria Interministerial 507/2011.				

Quadro 2 - Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-032.273/2012-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)	458/2014 - SEGUNDA CÂMARA	1.8.	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Superintendência de Infraestrutura - SIN		Pró-Reitoria de Administração – PROAD		
Descrição da determinação/recomendação				
1.8. Recomendar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que avalie a oportunidade, conveniência e viabilidade técnica e econômica de se implementarem medidas adicionais com vistas à economia e eficiência do uso de energia elétrica, tais como, a título exemplificativo: 1.8.1. a utilização de sensores de presença ou outros mecanismos de controle de uso de lâmpadas e de aparelhos de ar condicionado, inclusive com possíveis aperfeiçoamentos dos referidos sistemas por setores técnicos da própria Universidade, tais como controles centrais de utilização de salas e acompanhamento de consumo em tempo real em central informatizada; 1.8.2. uso de energia eólica e solar, especialmente tendo em vista o potencial da região e o envolvimento da Universidade na área de pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Sugere-se dar preferência às tecnologias desenvolvidas pela própria UFRN ou em parceria com outras instituições públicas com vistas à redução de custos e à possível produção de turbinas de pequeno e médio porte, caso seja necessário, para fins de difusão do uso da tecnologia pela população e empresas locais;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Superintendência de Infraestrutura - SIN	Os projetos elaborados para as edificações da UFRN contemplam diversas variáveis de eficiência e conforto ambiental tais como: envoltória de arquitetura, uso de torneiras automáticas e/ou antivandalismo, lâmpadas e luminárias eficientes, dentre outras. É comumente prevista a utilização de materiais com especificações técnicas que visam garantir a qualidade e a durabilidade da edificação além de serem passíveis de reutilização (ex.: esquadrias de alumínio, cobertura com perfis metálicos etc.). Ademais, a edificação possui projeto arquitetônico que contempla as variáveis de orientação e proteção das fachadas, além da cobertura com material termoacústico e declividades de tal modo que permitem uma maior eficiência energética (envoltória de arquitetura) e o aproveitamento das águas pluviais. No tocante às instalações elétricas, as edificações são dotadas de circuitos devidamente dimensionados e divididos em quadros de distribuição que contemplam o fornecimento de energia para o consumo essencial e não-essencial (climatização), as luminárias, lâmpadas e reatores especificados são mais eficientes, permitindo um melhor gerenciamento e menor consumo de energia. Cumpre destacar, ainda, que as especificações utilizadas para os revestimentos, bancadas e divisórias são definidas com a utilização de materiais da região, nos termos do art. 12, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, e § 1º do art.4º da IN nº 01/10, da SLTI; Aparelhos condicionadores de ar tipo split são adquiridos com exigência de classificação INMETRO de eficiência energética maior possível de modo a não infringir a competitividade dos certames licitatórios.
Pró-Reitoria de Administração - PROAD	Apesar de a recomendação não estar sendo atendida, a UFRN já aderiu a agenda A3P e medidas que visam a redução do consumo de energia ou adoção de fontes limpas de energia, já estão sendo estudadas. Ressalte-se que algumas obras de prédios/setores já estão sendo entregues com sensores de presença.

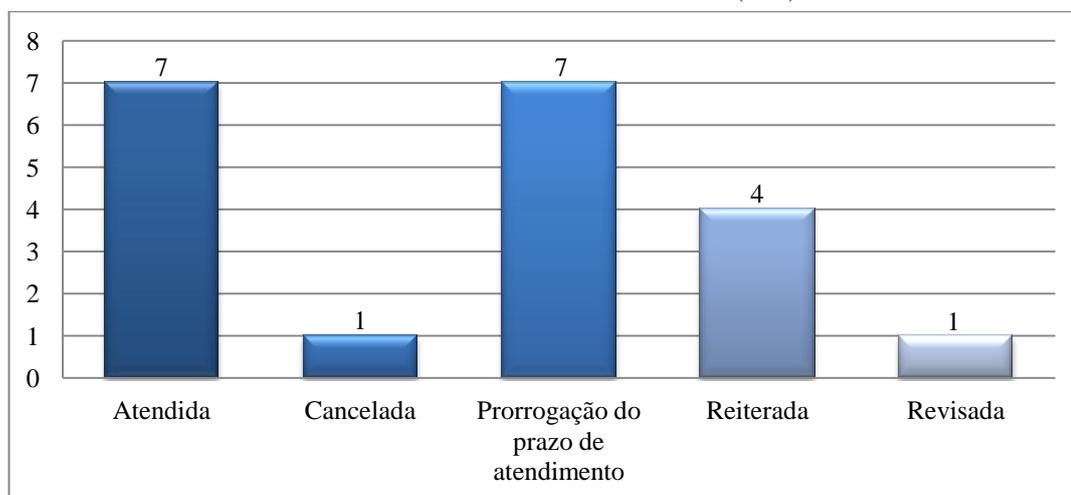
b. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A Controladoria-Geral da União – CGU não expediu nenhuma recomendação a esta Universidade no exercício de 2015.

Entretanto, há recomendações expedidas em relatórios de anos anteriores ainda pendentes e que estão sendo acompanhadas por este órgão de controle interno.

Tal acompanhamento se dá através do Plano de Providências Permanente – PPP, que deve ser informado através do Sistema Monitor da CGU. Por ocasião do Ofício nº 22285/2015/CGU-R/RN/CGU-PR, no final de 2015, a CGU apresentou o resultado das análises das providências adotadas, conforme Gráfico 4

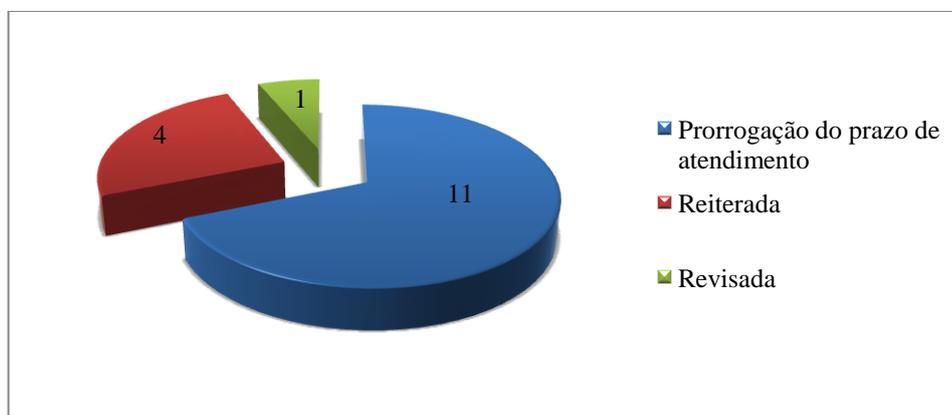
Gráfico 4 – Plano de Providências Permanente (PPP) - UFRN



Fonte: Ofício nº 22285/2015/CGU-R/RN/CGU-PR

Além destas, havia ainda outras 04 recomendações que não foram citadas neste Ofício, pois, à época da apresentação do PPP anterior (2015.1), estavam ainda dentro do prazo concedido. Tais recomendações estavam na situação “Prorrogação” e foram informadas no último PPP (2015.2), entregue em janeiro/2016. O Gráfico 5 apresenta o resumo das recomendações pendentes:

Gráfico 5 - Recomendações CGU pendentes de Atendimento



Fonte: Ofício nº 22285/2015/CGU-R/RN/CGU-PR e Controles AudIn

Quanto às formas de que dispõe para o efetivo acompanhamento das recomendações do OCI, tal informação consta no item “Tratamento de determinações e recomendações do TCU”, conforme orientação para elaboração do referido item, tendo em vista serem as mesmas formas de acompanhamento.

c. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A partir do conhecimento de qualquer irregularidade, seja por meio de denúncia, de repercussão social de algum fato ou de pedido de alguma unidade da instituição, a UFRN adota as medidas administrativas para apuração da ocorrência, sendo instaurado processo de Sindicância ou Administrativo Disciplinar.

Quanto à estrutura da apuração, esta é conduzida por Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, contando a instituição com servidores que exercem exclusivamente essa função processante e com outros que cumulam essa função com atividades acadêmicas ou administrativas.

Quanto à questão normativa, a apuração e o julgamento dos processos disciplinares pautam-se, primordialmente, na Lei n.º 8.112/90, quando os investigados são servidores, e no Regimento Geral da UFRN. Nesse contexto, ressalta-se que a elaboração de normativo interno relativo aos processos disciplinares está em andamento e que essa elaboração foi deflagrada por meio da Portaria n.º 2.542/14-R, de 29 de dezembro de 2014, publicada no Boletim de Serviço n.º 241, de 30/12/2014, conforme Processo n.º 23077.006241/2015-69.

Quanto à estrutura do controle administrativo de dados e de atos referentes à área disciplinar, ressaltamos que esse acompanhamento é realizado de forma centralizada na Secretaria Administrativa do Gabinete do Reitor, de modo que os demais setores e unidades devem remeter a essa Secretaria os dados do processo disciplinar quando da sua instauração e enviar todos os processos de Sindicância ou Administrativo Disciplinar (ou cópia) quando da sua finalização. Referida remessa é necessária para levantamento dos dados e, nos casos em que os envolvidos sejam servidores, para inserção das informações no Sistema CGU-PAD. Nesse cenário, também é realizado na Secretaria Administrativa do Gabinete o controle e a emissão de portarias de (re)designação, prorrogação, sobrestamento, suspensão de sobrestamento relativos às Comissões Processantes designadas pela Reitora.

Com base nesses trabalhos, apresentamos a seguinte quadro:

Quadro 3 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário em 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
24 Processos	5 Processos		19 Processos					

Fonte: Tabela de Controle - Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias/2015.

Vinte e quatro foram os processos analisados com possibilidade de haver dano causado ao Erário.

Dos vinte quatro processos, **cinco** deles culminaram na atribuição de responsabilidades com apuração dos valores para procedimento de reposição ao Erário, dos quais, quatro se deram por desaparecimento ou perecimento de bens públicos e um, por restituição de Gratificação de Dedicção Exclusiva. Desses casos citados, três referem-se a Processos Administrativos Disciplinares e dois, a Sindicâncias instauradas, são eles, destacando-se, em parênteses, o valor levantado: Proc. nº 23077.079509/2013-10 (R\$ 128,75), Proc. nº 23077.025586/2014-31 (R\$ 2.420,16), Proc. nº 23077.018449/2015-21 (R\$ 1.933,70), Proc. nº 23077.013917/2015-71 (R\$ 270,00) e Proc. nº 23077.038125.2012-66 (R\$ 72.275,32).

Do quantitativo de dezenove processos informados no campo "*Outros Casos*", temos o seguinte detalhamento:

1. Duas Sindicâncias (23077.001244/2015-14 e 23077.077593/2013-37) foram concluídas culminando na continuidade da apuração através de abertura de Processos Administrativos Disciplinares;
2. Os dois processos abertos (23077.029713/2015-51 e 23077.054507/2015-80) como consequência do resultado dos processos citados no item 01 ainda não foram concluídos.
3. Em três outros processos, ainda há possibilidade de ressarcimento ao Erário, uma vez que as apurações também não foram concluídas (23077.035933/2015-14, 23077.039898/2014-21 e o 23077.045941/2015-79);
4. No processo n.º 23077.085998/2014-20 o objeto foi considerado inconsistente e o procedimento foi arquivado;
5. No processo n.º 23077.057960/2014-67, apesar de não ter sido identificada a autoria do dano, os organizadores do evento sob investigação procederam à reparação do prejuízo;
6. Em nove processos, não foi possível atribuir autoria (23077.004825/2015-08, 23077.010151/2014-91, 23077.010154/2014-25, 23077.010287/2015-82, 23077.016159/2015-42, 23077.025792/2015-21, 23077.051184/2012-20, 23077.055039/2015-61, e 23077.059329/2015-83) e os procedimentos foram arquivados;
7. No processo 23077.042591/2014-16 a responsabilização pelos danos causados foi atribuída a terceiros e foi determinada a abertura de dois processos de Ressarcimento ao Erário, que, no entanto, ainda estão em tramitação.

d. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Essa UPC observa as disposições do art 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das contratações de Bens, Serviços, Locações e Obras, através de controle realizado por Planilhas Eletrônicas, que fica disponível para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância.

O artigo em referência determina que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos, para cada fonte diferenciada de recurso. A unidade responsável pelos pagamentos dessa UPC recebe as demandas de pagamento de diversos setores internos, que são responsáveis pelos recebimentos dos Materiais e/ou Serviços e pelo ateste que foram efetivamente realizados, para posterior envio do processo ao setor responsável pelo pagamento.

Devido aos tramites internos destacados no parágrafo anterior, entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material. Após esse registro, todos os documentos são lançados em Planilha Eletrônica, por ordem de liquidação, para posterior pagamento.

Vale destacar que durante todo o exercício de 2015 as liberações de financeiro em favor dessa UPC foram de periodicidade mensal, em quantias sempre insuficientes para atender a totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou bastante dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer a descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional, foram realizados pagamentos prioritários aos serviços de Energia Elétrica, Locação de Mão de Obra e Vigilância Armada.

Exemplo da planilha modelo utilizada por essa UPC para controle do cronograma de Pagamento.

FORNECEDORES	Data Liquidação	NS	112	312	100	TOTAL
EDNALDO LOPES GONÇALVES	05/11/2015	864			R\$ 8.640,89	R\$ 8.640,89
CENTRAL BRASIL INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA	28/12/2015	32379	R\$ 268,00			R\$ 268,00
CENTRAL BRASIL INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA	28/12/2015	32405	R\$ 268,00			R\$ 268,00
VIP COMERCIO DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA	28/12/2015	32409	R\$ 2.060,00			R\$ 2.060,00
NATIVA LAB PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	28/12/2015	32374	R\$ 590,00			R\$ 590,00
NATIVA LAB PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	28/12/2015	32407	R\$ 1.888,00			R\$ 1.888,00
M. A PONTES EDITORA DISTRIBUIDORA E INFORMATICA LTDA	30/12/2015	32911	R\$ 27.665,94			R\$ 27.665,94
MERCK AS	30/12/2015	32857	R\$ 24.965,49			R\$ 24.965,49
ANABIM ASSESSORIA NACIONAL EM GESTÃO PÚBLICA E MEIO AMBIENTE	30/12/2015	32893	R\$ 29.355,87			R\$ 29.355,87
SERV. E MAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	08/01/2016	60	R\$ 11.075,00			R\$ 11.075,00
PORT. DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	08/01/2016	20	R\$ 21.988,50			R\$ 21.988,50
COMERCIAL ZONA SUL LTDA	08/01/2016	15	R\$ 17.400,00			R\$ 17.400,00
CONSTRUCAR COM. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	11/01/2016	141	R\$ 3.557,25			R\$ 3.557,25
JM DECORAÇÕES LTDA	11/01/2016	102	R\$ 19.936,20			R\$ 19.936,20
K. C. R COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	11/01/2016	95	R\$ 1.680,00			R\$ 1.680,00
J. A. F. DORNELLES FILHO COMERCIO DE INFORMATICA	11/01/2016	129	R\$ 6.440,00			R\$ 6.440,00
J. A. F. DORNELLES FILHO COMERCIO DE INFORMATICA	11/01/2016	133	R\$ 6.440,00			R\$ 6.440,00
J. A. F. DORNELLES FILHO COMERCIO DE INFORMATICA	11/01/2016	135	R\$ 3.220,00			R\$ 3.220,00
J. A. F. DORNELLES FILHO COMERCIO DE INFORMATICA	11/01/2016	137	R\$ 3.220,00			R\$ 3.220,00
J. A. F. DORNELLES FILHO COMERCIO DE INFORMATICA	11/01/2016	136	R\$ 3.220,00			R\$ 3.220,00
W FELIPE DA SILVA ME	11/01/2016	134	R\$ 3.450,00			R\$ 3.450,00
J. J VITALLI	12/01/2016	190	R\$ 1.052,55			R\$ 1.052,55
ARPLAN ENGENHARIA TERMICA LTDA	12/01/2016	182	R\$ 6.182,52			R\$ 6.182,52
CONSTRUCAR COM. DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	12/01/2016	187		R\$ 2.250,00		R\$ 2.250,00
MBTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE SISTEMAS ELETRONICOS LTDA	13/01/2016	258	R\$ 1.498,50			R\$ 1.498,50
M. F. ALMEIDA ME	13/01/2016	259	R\$ 7.200,00			R\$ 7.200,00
EXOM ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA	13/01/2016	264	R\$ 849,00			R\$ 849,00
BRASIDAS EIRELI	13/01/2016	252	R\$ 1.985,00			R\$ 1.985,00
BRASIDAS EIRELI	13/01/2016	249	R\$ 3.970,00			R\$ 3.970,00
BRASIDAS EIRELI	13/01/2016	251	R\$ 600,00			R\$ 600,00
MUSICAL JOINVILLE COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSAICAIS	13/01/2016	176	R\$ 445,47			R\$ 445,47
N. SANTOS ACESSORIOS LTDA	14/01/2016	289	R\$ 141,00			R\$ 141,00

e. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

i. Informações Básicas

A legislação federal (Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e ampliada por alterações posteriores (Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2013 e Lei nº 12.844/2013) que desonerou a folha de pagamento em várias atividades econômicas levou à revisão dos contratos no âmbito da Administração Pública. Esta revisão decorre fundamentalmente das determinações do TCU consubstanciadas no Acórdão nº 2859/2013 - Plenário – (TCU-013.515/2013-6). A principal orientação foi no sentido de que fossem buscado “administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo”.

ii. A experiência da UFRN nos Processos de Desoneração

Na UFRN, as atividades de desoneração foram conduzidas pela Diretoria de Gestão de Contratos da PROAD/UFRN em conjunto com a Superintendência de Infraestrutura. Até o final do exercício de 2015 haviam sido reavaliadas as planilhas orçamentárias dos contratos apresentados na Tabela 2, apresentada abaixo:

TABELA 2 - DESONERAÇÃO DA FOLHA

DESONERAÇÃO DA FOLHA							
EMPRESA	CNPJ	Nº CONTRATO	OBJETO DO CONTRATO	Nº PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO	SITUAÇÃO VIGENCIA
PROSENG	08.482.291/0001-03	34/2014	REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ - MACAÍBA/RN, REFERENTE AO ITEM 03.	61369/2014	401,74	CREDITO-ACERTADO	VIGENTE
PROTELE	01.009.821/0001-51	005/2014	CONSTRUÇÃO DE BACKBONE ÓPTICO METROPOLITANO DO TIPO AÉREO, VISANDO A AMPLIAÇÃO DAS REDES GIGANTAL E METRÓPOLE DIGITAL.	55189/2014	21.401,17	CREDITO-ACERTADO	VIGENTE
TALDI	09.337.991/0001-77	21/2014	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA PARA 600KVA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANA BEZERRA E REDE DE ALIMENTAÇÃO.	60137/2014	4.400,67	CREDITO-ACERTADO	ENCERRADO
UB TOTAL 1					26.203,58		
SERPE SERVIÇOS	01.737.254/0001-50	58/2013	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DOS CENTROS ACADÊMICOS DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - UFRN.	060924/2014	31.890,66	INSCRIÇÃO DIV. ATIVA	ENCERRADO
SERPE SERVIÇOS	01.737.254/0001-50	91/2013	CONSTRUÇÃO DE UMA COPA E DEPÓSITO NO PRÉDIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM GRANITO NO BANHEIRO DO BLOCO "B" DO SETOR DE AULAS TEÓRICAS I; E DIVERSOS SERVIÇOS NAS UNIDADES DA UFRN	55675/20147	2.109,85	INSCRIÇÃO DIV. ATIVA	ENCERRADO
G. H. CONSTRUÇÕES	08.571.174/0001-16	51/2013	CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO E GUARITA DA ENTRADA PRINCIPAL AO CÂMPUS DE MACAÍBA DA UFRN.	55090/2014	22.431,70	INSCRIÇÃO DIV. ATIVA	ENCERRADO
G. H. CONSTRUÇÕES	08.571.174/0001-16	005/2014	CONSTRUÇÃO DE BACKBONE ÓPTICO METROPOLITANO DO TIPO AÉREO, VISANDO A AMPLIAÇÃO DAS REDES GIGANTAL E METRÓPOLE DIGITAL.	54364/2014	4.159,55	INSCRIÇÃO DIV. ATIVA	ENCERRADO

UB TOTAL 2					60.591,76		
R&H	09.469.705/0001-27	27/2014	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO PRÉDIO PARA OS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES ESTRATIGRAFICAS DO DEPARTAMENTO DE GEOLOGIA-CCET	61141/2014	26.578,57	PAGA	ENCERRADO
LOTIL	06.921.704/0001-83	102/2013	AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2ª ETAPA) E ABASTECIMENTO DE ÁGUA E CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS DE REUSO DE ESGOTO TRATADO, DRENAGEM PLUVIAL E REDE DE HIDRANTES PÚBLICOS DO CAMPUS CENTRAL DA UFRN.	061474/2014-43	182.011,00	PAGA	VIGENTE
TALDI	09.337.991/0001-77	29/2014	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA PARA OS PRÉDIOS DOS DEPARTAMENTOS DE NUTRIÇÃO E ESCOLA DE ENFERMAGEM.	60150/2014	3.077,39	PAGA	ENCERRADO
L&L	16.667.638/0001-10	24/2014	AMPLIAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA – NEI – 2ª ETAPA: CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA.	60551/2014	2.439,00	PAGA	ENCERRADO
AC ENG	09.389.289/0001-57	003/2014	REFORMA DA ENFERMARIA GINECOLÓGICA DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO – PAVIMENTO TÉRREO.	59528/2014	11.001,11	PAGA	ENCERRADO
AC ENG	09.389.289/0001-57	002/2014	REFORMA DA UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO E UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS NEONATAL DA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO.	60989/2014	562,12	PAGA	VIGENTE
ECCL	04.145.787/0001-30	038/2014	PRÉDIO DESTINADO AOS LABORATÓRIOS DOS NOVOS CURSOS DE ENGENHARIA DO CENTRO DE TECNOLOGIA - UFRN, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS DO RDC ELETRÔNICO Nº 004/2014-DMP.	054252/2014-74	26.703,41	PAGA	VIGENTE
F DOIS	04.751.986/0001-92	84/2013	COMPLEMENTAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS DESTINADOS A UM BLOCO DE SALAS DE AULAS NO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SERIDÓ - CAMPUS DE CAICÓ.	064281/2014-44	6.540,98	PAGA	ENCERRADO
L&L	16.667.638/0001-10	33/2014	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ - MACÁIBA/RN" REFERENTE AO ITEM 02 DO RDC Nº 04/2013-UFRN.	61195/2014	17.904,79	PAGA	ENCERRADO

L&L	16.667.638/0001-10	17/2014	CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SISMOLÓGICOS – ETAPA UFRN, DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS DA CONCORRÊNCIA Nº 05/2013-DMP.	61464/2014	364,93	PAGA	ENCERRADO
SBM ENG	14.553.857/0001-43	36/2014	REFORMA DO PRÉDIO DA REITORIA DA UFRN.	59112/2014	2.112,90	PAGA	ENCERRADO
SBM ENG	14.553.857/0001-43	32/2014	AMPLIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CCHLA NO CÂMPUS CENTRAL DA UFRN.	059731/2014	14.088,61	PAGA	ENCERRADO
SBM ENG	14.553.857/0001-43	86/2013	REFORMA NA ÁREA DE ACOLHIMENTO DO SETOR DE INTERNAMENTO DO HUOL.	473/2015	2.722,41	PAGA	ENCERRADO
ARETA	05.675.752/0001-76	42/2014	REFORMAS EM DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO CENTRO DE BIOCÊNCIAS DA UFRN.	77027/2014	5.323,92	PAGA	ENCERRADO
COINSTE L	07.375.034/0001-00	92/2013	REFORMAS NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO CENTRO DE TECNOLOGIA E NO SETOR DE AULAS TEÓRICAS IV DA UFRN.	63705/2014	3.219,68	PAGA	ENCERRADO
CST	09.376.468/0001-50	97/2013	AMPLIAÇÃO DA ÁREA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA - NEI - 1ª ETAPA.	59117/2014-15	21.639,57	PAGA	ENCERRADO
MAXIMI NIANO	12.368.484/0001-05	011/2014	COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO BLOCO 02 DO PA VILHÃO ACADÊMICO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO DA PISCINA TERAPÊUTICA DA FACISA, NO CAMPUS AVANÇADO DO TRAIRI - SANTA CRUZ/RN.	004472/2015-38	10.904,15	PAGA	ENCERRADO
R&H	09.469.705/0001-27	47/2014	CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO PRÉDIO DESTINADO À ESCOLA LYGLIA MARIA ROCHA LEÃO LAPORTA LOCALIZADA NO CAMPUS DO CÉREBRO – MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN.	61131/2014	47.568,44	PAGA	ENCERRADO
TALDI	09.337.991/0001-77	28/2014	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA PARA OS PRÉDIOS DO CCSA E NEPSA REFERENTE AO ITEM 02 DO RDC Nº 02/2013-UFRN.	60148/2014	3.653,53	PAGA	ENCERRADO

SUB TOTAL 3					384.762,98		
R2 ENG	07.396.072/0001-49	006/2014	<p>O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A EXECUÇÃO, PELA CONTRATADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, ABAIXO: DA CONCORRÊNCIA Nº 07/2013-UFRN</p> <p>ITEM- 01 - CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM-02 - CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DE APOIO AO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM- 03 - ADEQUAÇÃO DE GALPÃO E DO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM-04 - COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM-05 - SISTEMAS DE GASES ESPECIAIS PARA O LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL.</p>	55663/2014	525,73	AGUARDANDO MEDIÇÃO FINAL	ENCERRADO
R2 ENG	07.396.072/0001-49	006/2014	<p>O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A EXECUÇÃO, PELA CONTRATADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, ABAIXO: DA CONCORRÊNCIA Nº 07/2013-UFRN</p> <p>ITEM- 01 - CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM-02 - CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DE APOIO AO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM- 03 - ADEQUAÇÃO DE GALPÃO E DO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM-04 - COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL; ITEM-05 - SISTEMAS DE GASES ESPECIAIS PARA O LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL.</p>	58480/2014	3.411,01	AGUARDANDO MEDIÇÃO FINAL	ENCERRADO

R2 ENG	07.396.072/0001-49	012/2014	SERVIÇO EM DIVERSOS SETORES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO CENTRAL, CONFORME RELACIONADOS NOS ITENS ABAIXO: 01 – AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE TRATAMENTOS TÉRMICOS DO DEPARTAMENTO DE MATERIAIS; 02 – REFORMA NO PRÉDIO DE QUÍMICA DO PETRÓLEO PARA INSTALAÇÃO DE CAIXAS SEPARADORAS DE ÁGUA E ÓLEO; 03 – ADAPTAÇÃO DA CALÇADA EXTERNA DO PA VILHÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES.	54328/2014	13,18	AGUARDANDO MEDIÇÃO FINAL	ENCERRADO
SUB TOTAL 4					3.949,92		
TOTAL GERAL					475.508,24		

Conforme demonstrado na Tabela acima destacamos que os resultados apontam créditos em favor da UFRN no valor de R\$ 449.304,66, correspondentes aos sub totais 2, 3 e 4, enquanto que o valor constante no sub total 1 correspondente ao montante de **26.203,58** foi em favor das empresas contratadas. Esta última hipótese se torna possível nos casos em que a parcela da mão de obra é pouco representativa quando comparada com os preços dos insumos, como por exemplo, nos casos de contratações de serviços de infraestrutura de redes de telecomunicações distribuição de energia elétrica e/ou equipamentos. Nos casos de contratos com uso massivo de mão de obra, ocorre o inverso, tendo sido trabalho com muita responsabilidade por parte desta UFRN, conforme demonstra os valores apurados em favor da UFRN, cuja situação encontram-se quitados ou inscritos em dívida ativa da união.

f. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 4 – Despesas com Publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	2031 / 20RL	36.000,00	36.000,00
	2032 / 20GK	36.000,00	36.000,00
	2032 / 20RK	297.929,83	184.567,03
	2032 / 8282	267.858,78	146.219,28
	2109 / 4572	80.000,00	71.639,50
Fonte: Tesouro Gerencial			

10. ANEXO

Anexo 1

a. 4.e. Apresentação e Análise de indicadores de Desempenho

INDICADORES DE DESEMPENHO DA INSTITUIÇÃO 2012 - 2015

INDICADORES	2012	2013	2014	2015
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRN				
Graduação Presencial	6.589	7.620	6.892	7.038
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS				
Graduação Presencial	28.409	28.812	26.784	27.865
Graduação à Distância	4.291	3.582	3.954	2.934
Subtotal Graduação	32.700	32.394	30.738	30.799
Pós-Graduação (Mestrado)	2.890	2.952	3.141	3.540
Pós-Graduação (Doutorado)	1.658	1.863	1.934	2.064
Pós-Graduação (Especialização)	2.469	3.081	2.166	4.114
Pós-Graduação (Residência Médica e Muiltprofissionais)	182	232	235	321
Subtotal Pós-Graduação	7.199	8.128	7.476	10.039
Ensino Médio Profissionalizante	2.346	4.035	2.986	1.619
Educação Infantil	360	307	313	302
Subtotal Infantil e Médio Profissionalizante	2.706	4.342	3.299	1.921
TOTAL GERAL	42.605	44.864	41.513	42.759
NÚMERO DE CONCLUINTES				
Graduação Presencial	3.319	3.517	3.666	3.985
Graduação à Distância	369	397	257	561
Subtotal Concluintes	3.688	3.914	3.923	4.546
Pós-Graduação (Mestrado)	728	813	932	990
Pós-Graduação (Doutorado)	201	256	319	355
Subtotal Pós-Graduação Teses e Dissertações	929	1.069	1.251	1.345
TOTAL GERAL	4.617	4.983	5.174	5.891
NÚMERO DE CURSOS				
Graduação Presencial	85	88	100	102
Graduação à Distância	10	11	11	11
Subtotal Graduação	95	99	111	113
Pós-Graduação (Mestrado)	55	68	68	72
Pós-Graduação (Doutorado)	30	33	34	37
Pós-Graduação (Especialização)	43	53	49	56
Pós-Graduação (Residência Médica e Muiltprofissionais)	35	40	35	37
Subtotal Pós-Graduação	163	194	186	202

Ensino Médio Profissionalizante	10	19	20	20
Educação Infantil	2	2	1	1
Subtotal Infantil e Médio e Profissionalizante	12	21	21	21
TOTAL GERAL	270	314	318	336
Grupos de Pesquisa	282	322	333	370
Projetos de Pesquisa	1.179	1.482	1.654	1.330
Ações de Extensão	1.368	1.336	1503	1.901
PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO				
Quadro de docentes pernamentes do Ensino Superior	1.927	1.952	2.016	2.060
- Doutores	1.394	1.463	1.551	1.630
- Mestres	383	349	324	302
- Especialistas	128	116	124	115
- Graduados	22	24	17	13
Quadro de docentes pernamentes da Educação Básica	183	180	200	211
- Doutores	46	62	71	82
- Mestres	91	77	84	87
- Especialistas	34	33	34	32
- Graduados	12	8	11	10
Técnicos Administrativos	3.259	3.277	3.273	3.203

Fonte: PROLAN, SIGRH E SIGAA